

ORGANIZAÇÃO SÍLVIA CORREIA E ALEXANDRE MORELI

TEMPOS E
ESPAÇOS DE

VIOLÊNCIA

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL,
A DESCONSTRUÇÃO DOS LIMITES E
O INÍCIO DE UMA ERA

 FGV EDITORA


Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ

ORGANIZAÇÃO SÍLVIA CORREIA E ALEXANDRE MORELI

TEMPOS E
ESPAÇOS DE

VIOLÊNCIA

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL,
A DESCONSTRUÇÃO DOS LIMITES E
O INÍCIO DE UMA ERA

 FGV EDITORA


PPGHIS
Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ

Copyright © 2023 Sílvia Correia, Alexandre Moreli

FGV EDITORA

Rua Jornalista Orlando Dantas, 9

22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil

Tel.: (21) 3799-4427

editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br

www.fgv.br/editora

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos entrevistados.

1ª edição: 2019

2ª edição: 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Mario Henrique Simonsen/FGV

Tempos e espaços de violência [recurso eletrônico] : a primeira guerra mundial, a desconstrução dos limites e o início de uma era / organização Sílvia Correia e Alexandre Moreli. - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2023.

1 recurso online (266 p.)

Dados eletrônicos.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5652-258-6

1. Guerra Mundial, 1914-1918. I. Correia, Sílvia. II. Rocha, Alexandre Luis Moreli, 1979-. III. Fundação Getulio Vargas.

CDD – 940.3

Elaborada por Mariane Pantana Alabarce – CRB-7/6992

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Sílvia Correia & Alexandre Moreli	
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS E RESUMO DOS ARGUMENTOS	15
1918 E A SEGUNDA GRANDE GUERRA	21
Jay Winter (Yale University, Estados Unidos)	
COMBATES GLOBAIS A PARTIR DAS MARGENS: A ARGENTINA E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	45
María Inés Tato (CONICET, Argentina)	
ESTRANHA ORDEM. O BRASIL E O LIBERALISMO POLÍTICO INTERNACIONAL DO PÓS-1919	71
Alexandre Moreli (Universidade de São Paulo, Brasil)	
REMEMORANDO A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA ÁFRICA: MEMÓRIA DE QUEM?	109
Anne Samson (historiadora independente, GWAA, África do Sul)	
S.O.S. (<i>SAVE OUR SOULS</i>)! REPRESENTAÇÃO APOCALÍPTICA E NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DOS SOLDADOS PORTUGUESES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	135
Sílvia Correia (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)	
A EXPERIÊNCIA DE GUERRA INDIANA NA EUROPA, 1914-1918: FRAGMENTOS, FORMAS E SENTIMENTO	157
Santanu Das (University of Oxford, Grã-Bretanha)	
EXPLORANDO O SERVIÇO MILITAR DE LONDRES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: ESTUDANTES COMO PESQUISADORES DA CIDADE EM TEMPOS DE GUERRA	195
Daniel Todman (Queen Mary University of London, Grã-Bretanha)	

A SEGUNDA GRANDE GUERRA DA ALEMANHA: PERCEPÇÕES DAS PÁGINAS DA <i>SIMPLICISSIMUS</i> (1918-1923)	217
Vinícius Liebel (Universidade Federal Fluminense, Brasil)	
A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, UM LABORATÓRIO PARA O SÉCULO	243
Annette Becker (Université Paris-Nanterre, França)	
OS AUTORES	261

INTRODUÇÃO

Sílvia Correia & Alexandre Moreli

O centenário do fim da Primeira Guerra Mundial foi o mote para uma iniciativa que visava pensar o lugar do conflito na história do século XX. Dentro desse contexto, esta obra surgiu particularmente de um desejo de propor debates que descentralizassem a experiência da guerra, mas também do objetivo de reunir, em língua portuguesa, textos-chave da geração que hoje explora novas fronteiras na produção de narrativas sobre o conflito. Tais propósitos, além de nossos próprios textos, levaram-nos a fazer um convite a historiadores que tanto protagonizaram alguns dos grandes momentos da historiografia da guerra ao longo do século passado, como desafiaram pressupostos de uma discussão longamente consolidada. No Brasil, o conflito foi assinalado em esporádicos eventos acadêmicos nos últimos anos, revelando o quanto ainda reside de incompreensão sobre a natureza e as consequências, para além das fronteiras nacionais, de uma guerra total. De acordo com recente reflexão publicada por John Horne em *Past and Present* sobre a quebra de paradigmas na produção de narrativas,

a guerra total, se quisermos usar o termo, pode ser melhor entendida não como uma estação final para a qual as sociedades modernas moveram-se em trajetória única, mas como potencialidade de todas as sociedades, dentro dos limites de suas formas e estágios de desenvolvimento.¹

1. HORNE, John. End of a Paradigm? The Cultural History of the Great War. *Past & Present*, v. 242, n. 1, 1 February 2019, p. 168, tradução nossa.

Nesse contexto, reunindo as mais recentes perspectivas sobre o tema, este livro procura trazer a público um conjunto de textos provocadores, desafiando os limites do que até então se tem debatido e estabelecido sobre a Primeira Guerra Mundial.

CAMINHOS E NOVAS PERSPECTIVAS DE UMA HISTORIOGRAFIA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Como mencionado, a comemoração dos cem anos do conflito gerou uma série de incentivos – simbólicos e materiais – à proliferação do debate sobre o tema. Algumas questões, então, surgiram. Dentre elas, a que argumenta se o centenário teria provocado a exaustão das possibilidades analíticas do objeto, além de outra preocupada com a fragmentação da possibilidade de uma compreensão global da Primeira Guerra Mundial em razão da intensidade da produção e do sucesso da história cultural.

Para tentar alcançar algumas respostas, faz-se importante inicialmente destacar que, desde a eclosão do conflito e apesar de, por muito tempo, ter perdido o protagonismo para a Segunda Guerra Mundial, a produção historiográfica sobre a também chamada Grande Guerra tem sido extremamente profícua, estando muitas vezes na vanguarda de algumas das viragens nos temas e nas práticas do debate no campo da história no século XX. Alguns autores-chave como Jay Winter², Antoine Prost³ e John Horne⁴ nos oferecem uma acurada revisão da literatura e nos levam a refletir sobre a necessidade de, ainda hoje, trazer a público novas reflexões sobre o conflito⁵.

2. WINTER, Jay. (Ed.). *The legacy of the Great War: ninety Years On*. Columbia; London: University of Missouri Press, 2009. Ver também seu *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. 3 vols.

3. PROST, Antoine; WINTER, Jay. *Penser la Grande Guerre: un essai d'historiographie*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

4. HORNE, John, op. cit.

5. Para uma revisão historiográfica mais detalhada em português, veja-se CORREIA, Sílvia. Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional. *Topoi*, v. 15, n. 29, jul./dez. 2014, p. 650-673.

Nesse contexto, Antoine Prost e Jay Winter publicaram uma revisão da extensa produção historiográfica sobre o conflito, agrupando-a em três gerações que se seguem e se entrelaçam. Em síntese, “a primeira configuração explica a história pelas decisões dos atores; a segunda pelo jogo das forças sociais; a última faz da cultura o motor da história e encontra nela as suas explicações”⁶. Essa divisão não deixa de apresentar limites, reconhecidos pelos próprios autores, como alguma concentração em uma produção historiográfica do hemisfério norte, especialmente dos espaços anglófonos, francófonos e germânofonos. Quanto da data do centenário da guerra, Winter apresentou-nos uma quarta geração, a transnacional. Para o historiador, ela assumiria como objeto fenômenos e escalas de análise que estão tanto abaixo como acima do nível nacional, partindo-se do pressuposto que se entende o conflito como total⁷. Interessa, para este livro, mapear de que forma os debates propostos pelos autores dos capítulos enquadram-se entre a terceira e a quarta gerações: a da cultura e a da perspectiva transnacional.

Desde a guerra até aos anos 50, as histórias política, militar e diplomática dominaram a produção de conhecimento sobre o conflito. A *Great War generation* (a geração da Grande Guerra), protagonizada por aqueles que viveram o conflito, promoveu uma abordagem *événementielle*, procurando elucidar as origens da guerra e encontrar os respectivos responsáveis. Trata-se, mas não exclusivamente, de uma história sobre o oficial, marcada por trabalhos densos e técnicos, centrados no Estado e em seus líderes⁸. Na margem, mas de forma considerável, proliferava a literatura de guerra produzida pelos soldados.

6. PROST, Antoine; WINTER, Jay, op. cit, p. 47-48.

7. Winter, Jay. *Historiography 1918-Today*. In: DANIEL, et al. (Ed.). *1914-1918-online*. . Freie Universität Berlin, Berlin 2014-11-11. DOI: 10.15463/1e1418.10498. Disponível em: <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/historiography_1918-today>. Acesso em: 27 dez. 2017.

8. PROST, Antoine; WINTER, Jay, op. cit.

Esse tipo de perspectiva persistiria mesmo quando, na década de 1950, despontava aquilo que Jay Winter⁹ chamou de geração *Fifty Years On* (dos cinquenta anos em diante) dedicada à história da política e da sociedade em guerra. O historiador identifica a sua produção como uma *people's history* (história do povo), em que o pêndulo pesa para uma análise das estruturas e movimentos sociais, ainda que interessado em seus efeitos sobre o aparelho estatal. Condicionado pela abertura dos arquivos oficiais e pela dramática experiência da Segunda Guerra Mundial, esse grupo desenvolve uma história da guerra cada vez mais acessível ao público, retirando das lideranças políticas e diplomáticas uma certa exclusividade da narrativa sobre os acontecimentos.

A década de 1960, por sua vez, apresenta-se como momento de virada, quando mudanças mais amplas da prática historiográfica influenciaram a forma como se entendia a guerra, expandindo sua complexidade e seu impacto. Surgiram, então, trabalhos interessados na experiência de conflito dos soldados, alimentados por testemunhos, pela adoção de novas perspectivas e pela afirmação do paradigma marxista, que permitia uma valorização política dos movimentos sociais e do seu lugar no fenômeno da guerra¹⁰. A história social materializar-se-ia, dessa forma, em trabalhos como os de Jay Winter¹¹, Jean-Jacques Becker¹² e Antoine Prost¹³. Esse último, focado na integração ou na exclusão dos antigos combatentes na sociedade francesa do pós-guerra, faria já uma incursão na história das mentalidades. Nesse ambiente, instala-se, entre as décadas de 1970 e 1980, aquilo que Winter e Prost denominaram de *Vietnam Generation* (a geração Vietnã). Engajada em uma condenação da guerra

9. WINTER, Jay, 2014, op. cit.

10. WINTER, Jay, 2009, op. cit., p. 4.

11. WINTER, Jay. *Socialism and the challenge of war: ideas and politics in Britain 1912-18*. London: Routledge, 1974.

12. BECKER, J.-J. 1914. *Comment les Français sont entrés dans la guerre: contribution à l'étude de l'opinion publique printemps-été 1914*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

13. PROST, Antoine. *Les anciens combattants et la société française 1914-1939*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. 3 vol.

e ambientada no contexto da intervenção norte-americana no Vietnã, procura denunciar os efeitos dramáticos dos conflitos armados tanto para vencedores quanto para vencidos.¹⁴ Transita-se, assim, paulatinamente, para uma nova historiografia da guerra, cultural, interessada, entre outros, na experiência humana em suas perspectivas psicológicas e emocionais. Para Winter e Prost, autores americanos como Paul Fussell e seu *The Great War and modern memory*¹⁵, John Keegan e seu *The face of the battle*¹⁶ ou ainda Eric Leed e seu *No man's land: combat and identity in World War I*¹⁷ abriram definitivamente espaço para uma análise crítica da guerra e de seus efeitos, quebrando o limite entre a esfera pública e privada, entre frente e retaguarda, entre guerra e paz¹⁸. Esse tipo de perspectiva instala-se definitivamente ao longo da década de 1990, abrindo espaço para uma série de novos debates, dentre os quais: comemoração e rememoração, relação entre soldados e civis, experiência da retaguarda, intimidade no *front*, violência e consentimento, ou ainda ocupação e deportação.¹⁹

A publicação deste volume ocorre em um momento em que se coloca a possibilidade de uma crise, ou de uma relativização, do paradigma da história cultural da guerra. Para Winter, teria chegado o tempo de questionar as unidades de análise das quais os historiadores têm lançado mão, determinadas pela nação ou pelo império. Para ele, há experiências comuns como o motim, ou mesmo processos financeiros, tecnológicos ou logísticos conectados ao conflito e que se encontrariam em um nível superior ou inferior ao nacional ou ao imperial, merecendo uma nova atenção do historiador. Tomemos o exemplo referido do motim.

14. PROST, Antoine; WINTER, Jay, op. cit., p. 251 – 252.

15. FUSSELL, Paul. *The Great War and modern memory*. New York; London: Oxford University Press, 1975.

16. KEEGAN, John. *The face of the battle*. London: Hutchinson, 1998.

17. LEED, Eric. *No man's land: combat and identity in World War I*. New York: Cambridge University Press, 1979.

18. PROST, Antoine; WINTER, Jay, op. cit., p. 42 – 50.

19. CORREIA, Sílvia, 2014, op. cit.

Ele teria ocorrido em diferentes exércitos que não tinham conexão direta uns com os outros a não ser pelas batalhas. Entretanto, ao entender-se tratar de um fenômeno sincrônico, apresentando semelhantes ou dissonantes justificativas em diversas tropas, revela-se um novo e interessante nível de análise. Para relativizar as trincheiras, Winter oferece outro objeto a merecer o mesmo tratamento transnacional de análise: a história das mulheres no tempo da guerra, quando o patriarcado e a desigualdade de gênero eram realidades (e sofreram mutações) nas sociedades conectadas pelo conflito.

Finalmente, Winter reconhece o forte eurocentrismo das narrativas publicadas no eixo Atlântico Norte e propõe seu questionamento²⁰. Enquanto fenômeno corrente atravessando uma geração de historiadores, a ambição por trazer para suas narrativas uma perspectiva dita “transnacional” tem muitas vezes se justificado apenas tautologicamente. De fato, a crítica de Winter procura conduzir as investigações sobre as relações entre diferentes sociedades e culturas de uma forma não necessariamente inovadora no ofício do historiador. Novos estímulos, entretanto, é que parecem ter feito dessa perspectiva a nova tendência. A dita quarta geração, nesse contexto e particularmente para com historiadores das gerações anteriores, tem relativizado o nacionalismo metodológico e produzido uma escrita da guerra não somente em termos europeus.

Enquanto não cabe aqui discutir quais estímulos seriam esses²¹, faz-se interessante se perguntar se um fenômeno intrinsecamente relacional, como as guerras, foi ou tem sido reconhecido como tal. Nesse sentido, pode-se tanto se perguntar se teria sido a guerra de 1914-1918 um conflito espacialmente global, como se teve ela impactos sobre categorias de representações culturais ultrapassando fronteiras políticas.

20. WINTER, Jay, 2014, op. cit.

21. Para algumas ideias a respeito, ver MORELI, Alexandre e KREPP, Stella. Defying Ideas and Structures: Writing Global History from Latin America, *Word History Bulletin*, v. XXXIII, 2017a, p. 26-30 e MORELI, Alexandre e KREPP, Stella. Quebrar el bloqueo hemisférico: América Latina y lo global, *Iberoamericana*, v. 17, 2017b, p. 245-267.

Finalmente, surge a questão de ter sido ela “um mundo em si”, criando uma experiência humana multidimensional e singular enquanto durou, afetando noções temporais e espaciais, categorias morais e hábitos cotidianos, tanto dentro como fora das trincheiras. Tais questionamentos parecem hoje pertinentes tanto para o estudo da Primeira²² quanto da Segunda Guerras Mundiais²³.

Ademais, enquanto o segundo conflito revelou-se uma experiência mundial única, preparada conscientemente por diversos de seus atores muito antes da guerra sino-japonesa começar em 1937, ou da invasão da Polônia acontecer em 1939, a guerra de 1914-1918 foi o laboratório não esperado para um novo mundo em construção desde o século XIX. Ela produziu experiências singulares e aceleradas de urbanização, industrialização e de transformação social na Europa, indiscutivelmente, mas também em partes tão distantes como Buenos Aires ou o Punjab, onde nenhum tiro por ela seria disparado. Tais dimensões só conduzem o historiador a uma narrativa ainda mais complexa do período.

Se a terceira geração teria deixado finalmente a centralidade do Estado de lado, mas ainda pensando sociedade e cultura a partir do enquadramento nacional, uma quarta geração parece, então, interessada em desconsiderar o *fait national*²⁴ e tomar suas unidades de análise como formadas a partir de fenômenos que desconceituam ou transbordam as fronteiras nacionais. Um dos resultados parece ter gerado a perda de referências geográficas e temporais mais amplas, como aponta John Horne. O historiador, entretanto, diz não se tratar de uma ambição em suplantando uma narrativa com outra, mas, ao contrário, de produzir uma “conjugação e um diálogo tanto de métodos como de argumentos para contribuir com novos entendimentos das experiências do tempo da guerra”²⁵.

22. HORNE, John, op. cit.

23. AGLAN, Alya; FRANK, Robert (org.). *1937-1947 La Guerre-Monde*, v. I e II, Paris, Gallimard, 2015.

24. FRANK, Robert (org.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012.

25. HORNE, John, op. cit.

Dada toda essa longa trajetória, uma pergunta, por fim, pode facilmente se apresentar àquele interessado em entender hoje o conflito: qual complexidade teve a guerra?

Como historiadores do início do século XXI, o que oferecemos através desta obra coletiva é uma resposta espelhando a complexidade da guerra na própria complexidade das sociedades e de suas relações tanto naquele tempo como na posteridade. Trata-se de uma forma de abordar o período de forma totalizante, impondo às agendas de pesquisa enormes desafios que os textos deste livro pretendem começar a resolver ao buscar entender as possíveis dimensões do fazer, do viver e do herdar a guerra.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS E RESUMO DOS ARGUMENTOS

Jay Winter, reconhecido historiador e responsável por algumas das mais inovadoras incursões sobre o tema, apresenta-nos um capítulo onde coloca em questão um dos mais importantes elementos no entendimento do conflito: a sua cronologia. O historiador propõe uma nova data para o fim do conflito, dividindo-o em duas fases: de 1914 a 1917 e de 1918 a 1923. Teríamos, então, mais do que cinco anos de conflito e uma Segunda Grande Guerra. O aprofundamento da investigação sobre o conflito a Leste permitiu, segundo o autor, compreender que a guerra não terminara em 1918, antes se estendera até 1923, na forma de uma “guerra civil pós-imperial”. O ponto de viragem seria 1917 e seus respectivos processos revolucionários, momento em que uma cultura de mobilização de guerra é suplantada por uma cultura de ansiedade de guerra face à radicalização da violência numa combinação de guerra civil, conflito étnico e nacional.

Maria Inês Tato centra sua atenção na história social e cultural da Primeira Guerra na Argentina, demonstrando o quão relativa foi a neutralidade desse país sul-americano, principalmente quando se levam em conta as conexões de sua sociedade com os beligerantes. Sua análise revela que a guerra não foi travada somente nos campos de batalha, mas também se refletiu em outras dimensões da realidade social de seu tempo, mesmo em territórios tão distantes dos principais palcos do conflito armado. Tato finalmente nos apresenta uma análise de um Estado

formalmente neutro, mas com uma forte beligerância no plano social e cultural.

Alexandre Moreli procura pensar politicamente os impactos do conflito no longo prazo. Levando em conta o fato de a brutal excepcionalidade da guerra ter criado o contexto para o início de uma nova reestruturação política das relações internacionais, Moreli explora as possibilidades de inserção criadas pela prática do liberalismo internacionalista. A partir do caso brasileiro, analisam-se as percepções sobre o novo sistema parlamentar do multilateralismo e as estratégias de não alinhamento às grandes potências tanto no imediato pós Primeira Guerra, como no pós Segunda Guerra e no pós Guerra Fria.

Anne Samson lembra os leitores de que a Primeira Guerra foi travada em todos os quatro cantos do continente africano, até mesmo contando com longas campanhas na África Oriental e Central, ainda que a historiografia continue de certa forma desatenta a respeito. Utilizando a campanha da África Oriental como ponto de partida, além de um rico trabalho de campo como participante-observadora, tanto *online* como *offline*, Samson explora como foram e são lembradas as batalhas e qual o lugar da memória em diferentes culturas nesses espaços. Entre os diferentes debates que propõe, destaca-se o que discute o lugar de sociedades e tradições orais prévias à chegada do agente colonizador branco quanto à memória sobre a Primeira Guerra em diversas regiões africanas.

Sílvia Correia oferece um estudo dos processos de rememoração da experiência da guerra em Portugal. Perante as condições de incredulidade colocadas pelo evento-limite, a historiadora explora como os soldados, face a uma demanda social de normalização da vida no pós-guerra, procuram dar sentido à sua experiência. No enquadramento de uma memória cultural, estes homens recorrem a soluções narrativas de um passado remoto familiar – neste caso uma linguagem apocalíptica da

tradição católica romana –, contrariando o espírito de laicização e modernidade que se fazia antever no século XIX, de forma a dar sentido à experiência da guerra, sacralizando-a.

Santanu Das apresenta um refinado texto, sensível ao fato de que mais se escreveu sobre os quatro principais poetas de guerra ingleses do que sobre os quatro milhões de homens não-brancos das colônias que serviram em combate. Em uma época em que o acesso a vestígios do passado parece aumentar exponencialmente para os que sobre ele querem escrever, sobretudo se considerada a digitalização dos processos sociais, Das alerta para o fato de que o principal desafio de seu trabalho não foi o de vencer o eurocentrismo, mas a escassez de fontes. O historiador assim conduz o leitor através de sua saga para escrever uma história da experiência de guerra dos sepóis indianos, em sua maioria analfabetos e que, de próprio punho, não haviam deixado rastro sobre o que viveram.

Dan Todman, especialista em memória da Primeira Guerra Mundial na Inglaterra, traz um debate sobre história urbana. O capítulo resulta de um projeto desenvolvido com estudantes de graduação e pretende fazer uma “história das ruas”, na medida em que, a partir dos processos de mobilização e desmobilização dos soldados da cidade de Londres, desconstrói uma série de mitos sobre o Exército Britânico, nomeadamente a ideia de um voluntarismo generalizado em prol da causa nacional. Trata-se de trazer à escala da rua a compreensão da guerra total.

Vinícius Liebel procura perceber de que forma a tese de uma Segunda Grande Guerra é extensível ao caso alemão. A partir da análise das ilustrações do semanário *Simplicissimus*, Liebel revela que, por mais que a ideia da cultura de ansiedade de guerra não tenha em si o mesmo objeto/sujeito, ela está francamente presente na sociedade alemã, ressaltando o quanto as novas sensibilidades da guerra devem ser repensadas para a Europa Central.

Annette Becker leva adiante uma reflexão sobre a natureza total da Primeira Guerra Mundial. Para a historiadora, a “Grande Guerra foi uma tragédia total e global” na medida em que se constatou um aperfeiçoamento dos processos de violência contra não só o inimigo armado, mas fundamentalmente aquele desarmado, designadamente prisioneiros, populações ocupadas e, principalmente, aquelas forçadas à deportação e extermínio. Não mais a divisão entre frente e retaguarda faria sentido. Entendendo-a como “laboratório para o Século XX”, Becker revela como as formas de violência sofisticadas na Grande Guerra, a serviço da destruição total, se massificaram e se intensificariam ao longo do século XX.

AGRADECIMENTOS

Cabe, finalmente, o reconhecimento de colaborações que tornaram este projeto possível. Em especial, agradece-se o apoio financeiro dado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a cooperação de Maíra Siman, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ, que participou da organização do evento *Tempos de Violência*, em junho de 2018, tendo reunido, na Casa de Rui Barbosa, alguns dos historiadores que aqui publicam seus trabalhos, permitindo mais facilmente mobilizá-los para a participação neste livro.

REFERÊNCIAS

AGLAN, Alya; FRANK, Robert (Org.). *1937-1947 La Guerre-Monde*. Paris: Gallimard, 2015. 2 Vols.

BECKER, J.-J. 1914. *Comment les Français sont entrés dans la guerre: contribution à l'étude de l'opinion publique printemps-été 1914*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

CORREIA, Sílvia. Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional. *Topoi*, v. 15, n. 29, jul./dez. 2014, p. 650-673.

FRANK, Robert (Org.). *Pour l'histoire des relations internationales*. Paris: PUF, 2012.

- FUSSELL, Paul. *The Great War and modern memory*. Nova Iorque; Londres: Oxford University Press, 1975.
- HORNE, John. End of a Paradigm? The Cultural History of the Great War. *Past & Present*, v. 242, n. 1, 1 February 2019, p. 155–192.
- KEEGAN, John. *The face of the battle*. Londres: Hutchinson, 1998.
- LEED, Eric. *No man's land: combat and identity in World War I*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1979.
- _____. Fateful memories: industrialized war and traumatic neuroses. *Journal of Contemporary History*, v. 35, n. 1, 2000, p. 85-100.
- MORELI, Alexandre; KREPP, Stella. Defying Ideas and Structures: Writing Global History from Latin America. *World History Bulletin*, v. XXXIII, 2017a, p. 26-30.
- _____. Quebrar el bloqueo hemisférico: América Latina y lo global. *Iberoamericana*, v. 17, 2017b, p. 245-267.
- PROST, Antoine; WINTER, Jay. *Penser la Grande Guerre: un essai d'historiographie*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.
- PROST, Antoine. *Les anciens combattants et la société française 1914-1939*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. 3 Vols.
- WINTER, Jay. *Socialism and the challenge of war: ideas and politics in Britain 1912-18*. Londres: Routledge, 1974.
- _____. (Ed.). *The legacy of the Great War: ninety Years On*. Columbia; Londres: University of Missouri Press, 2009.
- _____. (Ed.). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. 3 vols.
- _____. Historiography 1918-Today. In: DANIEL, et al. (Ed.). *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Freie Universität Berlin, Berlin 2014-II-11. DOI: [10.15463/ie1418.10498](https://doi.org/10.15463/ie1418.10498). Disponível em: <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/historiography_1918-today>. Acesso em: 27 dez. 2017.

1918 E A SEGUNDA GRANDE GUERRA²⁶

Jay Winter (Yale University, Estados Unidos)

Neste artigo, apresento uma interpretação bifurcada da história da Grande Guerra, dividindo-a em duas partes: a primeira de 1914 a 1917 e a segunda de 1918 a 1923. Nesse sentido, irei tirar partido de duas grandes mudanças que ocorreram na historiografia nos últimos anos: primeiro, o deslocamento do epicentro geográfico da guerra de Paris para Varsóvia e, segundo, a alteração na cronologia da guerra, reconhecendo o fracasso em terminar em 1918.

A interpretação que ofereço sugere a existência de uma crise em 1917 que separa os primeiros três anos de conflito dos anos que se seguiram, resultado de poderosas pressões econômicas e demográficas que desestabilizaram todos os combatentes, embora mais as potências Centrais que os Aliados. Essa crise que diminuía na Europa Ocidental em 1918, continuara de forma exacerbada no Leste Europeu nos cinco anos que se seguiram. Ódio, fome e luta de classes foram elementos de radicalização da desordem do mundo pós-imperial, colocado à deriva pelo colapso dos impérios dos Romanoff, dos Hohenzollern e dos Habsburgo, além do império Otomano. A violência pós-imperial era endêmica nessas regiões, combinando guerra civil, conflitos étnicos e nacionais que desembocaram no que podemos chamar de Segunda Grande Guerra. A minha reivindicação é que a passagem da crise da guerra para a

26. [Nota do tradutor] Este texto serviu de base à apresentação feita por Jay Winter na Conferência Internacional *Tempos de Violência* no Rio de Janeiro em junho de 2018. Tradução de Fernanda Arouca e Gabriela Machado, revisão técnica de Sílvia Correia e Alexandre Moreli.

violência pós-imperial foi consistente e parte de uma fase complexa, mas distinta, da história europeia, começando em 1918 e terminando em cerca de 1923.

1. DE UMA GUERRA PARA OUTRA

A ilusão de que a Grande Guerra acabou no dia 11 de novembro de 1918 desenvolveu-se a partir de uma miopia do *front* ocidental sobre a guerra, de que eu pessoalmente partilhei por demasiado tempo. Há trinta anos, argumentei que, entre as muitas razões para o início da guerra em 1914, estava o fato de a Grã-Bretanha e da Alemanha estarem preparadas para se envolver num conflito armado para controlar o noroeste da Europa. A Grã-Bretanha não poderia permitir uma vitória da Alemanha sobre a França, que iria colocar a Marinha Alemã nos portos do Canal e, assim, controlar as rotas comerciais britânicas que forneciam 75% das provisões alimentares britânicas em 1914. Aquela guerra, vencida pela França, Grã-Bretanha e seus aliados, acabou em 1918 e o Tratado de Paz de 1919 selou a vitória, que durou até que Hitler reescrevesse 1918 em 1940, vinte e um anos depois.

No entanto, todos os outros teatros da Grande Guerra foram deixados num estado de caos e incerteza, tornando-os ainda mais ameaçadores em razão da potencial propagação da Revolução Russa pela Europa. Quem poderia afirmar que o período entre 1919 e 1923 foi de paz? Diversos exércitos brancos, apoiados por expedições militares mal administradas dos Aliados vitoriosos, tentaram e falharam em derrubar o regime Bolchevique. A guerra civil na Rússia deixou nada menos do que calamidade em seu rastro, assim como o fez o Exército Vermelho ao forçar a sua entrada na Polônia e ao ser derrotado não muito longe dos portões de Varsóvia. A Itália perdeu a paz e seu regime parlamentar entrou em colapso, com uma pequena ajuda de Mussolini e do rei Vítor Emanuel. Os estados criados a partir do Império Austro-Húngaro foram divididos por conflitos de classe e étnicos, que coincidiram de tal forma a garantir que o derramamento de sangue continuasse por

um período considerável de tempo. E o colapso do Império Otomano produziu tudo, menos paz. No rescaldo do primeiro tratado de paz de Sèvres, elementos do exército otomano derrotado, reagrupados e mobilizados por Mustafa Kemal Atatürk, reconquistaram o seu próprio solo às forças gregas, britânicas, francesas e italianas que ocuparam a Anatólia depois de novembro de 1918.

A guerra deu lugar à guerra civil, transformando a Europa Central, do Sul e do Leste. Um resultado inevitável dessa mudança de ênfase de violência internacional para interna foi a limpeza étnica. Um dos exemplos mais aterrorizantes de deslocamento demográfico ocorreu na Turquia, onde milhões de cristãos se deslocaram para oeste, da Anatólia para a Europa, e muçulmanos foram para leste, em direção ao que se tornou a República Turca em 1923. Quando o Tratado de Sèvres foi desfeito e substituído pelo Tratado de Lausanne em 1923, a *Turquificação* (*Turkification*) da nova nação foi codificada no direito internacional. O processo que começou com o genocídio armênio de 1915 foi consumado nas margens de Esmirna, arrasada pelo fogo em 1922. A Esmirna cristã desapareceu, a muçulmana Izmir surgiu em seu lugar. O eufemismo *troca de população* foi escolhido para encobrir a nua realidade do assassinato, do estupro e da pilhagem.

Dessa forma, a minha reivindicação é, na verdade, dupla. Além de mudarmos os parâmetros cronológicos da guerra que começou em 1914, devemos também registrar uma mudança no caráter da violência coletiva na década seguinte. Por isso, afirmo que houve uma diferença fundamental na forma como a guerra foi travada entre 1914 e 1917 se comparada ao período de 1917 a 1923.

O que separa essencialmente essas duas fases é que, antes de 1917, a mobilização da guerra implicou a unificação forçada das classes sociais e dos grupos étnicos na base do esforço nacional ou imperial. Esse esforço conseguiu abafar e mascarar conflitos internos, quando os combatentes procuraram prover seus exércitos com homens e material necessários à vitória. Depois de 1917, conflitos internos reemergiram,

possivelmente com mais força por conta de sua supressão durante os três anos anteriores, transformando a *culture of war mobilization* (cultura de mobilização de guerra) em uma *culture of war anxiety* (cultura de ansiedade de guerra). A primeira almejava a união, enquanto a última focava-se nas divisões internas, ódios e ressentimentos, alguns de longa data, outros recentemente inventados ou propagados sob novas formas.

Com efeito, no início de 1917, depois de 30 meses de guerra, os combatentes enfrentaram o fortalecimento desse segundo tipo de cultura de guerra. Paralelamente à *Union Sacrée*, surgiu uma série de fraturas com suspeitas, ou pior que isso, de que seriam compatriotas a fornecer bases para os ataques — retóricos ou físicos — que previamente tinham como alvo o inimigo. Em 1917, o inimigo vivia intramuros, ameaçando a nação e o esforço de guerra. Tal contextualização é tão válida para os irlandeses, que se revoltam contra a Grã-Bretanha em 1916, quanto para o judeu da Alemanha Imperial, cujo suposto baixo nível de participação militar se tornou assunto de um precário censo militar que acabou provando o contrário. Os judeus estavam, na verdade, desproporcionalmente presentes no *front*. O censo judaico foi rapidamente arquivado e os arquivos, destruídos, mas os sentimentos então se inflamaram.

A guerra interna assumiu uma nova forma na metade de Março de 1917, quando o Czar Nicolau II abdicou. Nesse momento, a antiga ordem dos dois lados enfrentou uma nova ameaça: a perspectiva de uma agitação social que conduziria à revolução e à guerra civil. O espectro de luta de classes *trans-nacional* que se cruza com o conflito militar global justifica a nossa percepção de ruptura no meio da Grande Guerra. Essa ameaça alimentou a nova *culture of war anxiety*, que emergiu à medida que o custo humano e material do conflito atingiu níveis sem precedentes. É essa agitação, evidente desde os primeiros meses de 1917, que nos obriga a dividir a guerra em duas partes. A amargura em relação aos traidores domésticos cresceu e se aprofundou ameaçadoramente depois do Armistício de novembro de 1918. As políticas de divisão *doméstica* e de ódio dominaram a vida política, econômica e social nos anos subsequentes.

Portanto, em meados de 1917, ambos os lados do conflito experimentaram profundas mudanças na forma como entendiam a guerra. Afastaram-se de uma cultura de mobilização de guerra, apropriada para o que era essencialmente um conflito imperial, rumando em direção a uma cultura de ansiedade de guerra, que modelaria os conflitos pós-imperiais e revolucionários de 1917 a 1918, e mesmos os posteriores.

Essa diferença entre perspectivas imperiais e revolucionárias se tornou claramente explícita quando, em 23 de novembro de 1917, o novo regime Bolchevique na Rússia publicou integralmente no *Pravda* o conteúdo dos relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Czar, dando incontestável evidência sobre o futuro imperial que os Aliados tinham em mente. Essas ambições imperiais se tornaram problemáticas quando os Estados Unidos entraram na guerra em abril de 1917. O compromisso do presidente Wilson com uma diplomacia transparente e o princípio de autodeterminação afetava diretamente a expectativa imperial e os desígnios de outros beligerantes. Se dezenas de milhares de homens sofreram e morreram nos dois lados para que o poder imperial pudesse simplesmente mudar de mãos, então aqueles que lideravam essas nações em guerra, que afirmavam ser os paladinos da democracia, eram mentirosos e hipócritas.

Múltiplas divisões sociais reemergiram de forma mais aprofundada nessa fase de abertura da Segunda Grande Guerra em ambos os lados. Independentemente da Revolução Russa, conflitos domésticos explodiram no setor industrial. Depois de três anos de mobilização industrial, verifica-se uma primeira fase de greves massivas que se espalham pela Europa, durando até cerca de 1923. O fenômeno estava relacionado com o conflito na medida em que refletia a inflação dos tempos de guerra e a desigualdade do sacrifício, mas também seguia tendências seculares. Desde a década de 1880, momentos de forte crescimento de sindicatos eram frequentemente seguidos por atividades grevistas. O ano de 1917 não foi uma exceção. Depois de 1914, verificou-se, em todos os países combatentes, um influxo massivo nos sindicatos. Além disso, a

intensidade dessas greves de 1917 e posteriores sugere que o adiamento das demandas dos trabalhadores em relação a salários e condições de trabalho, que ocorreu em todos os países beligerantes e em alguns neutros desde 1914, funcionou como tampa de uma panela de pressão. A inflação alimentou o fogo, sindicatos e outros grupos sociais, particularmente mulheres protestando contra a escassez e o ultrajante preço de alimentos e combustíveis, tomaram as ruas ou abandonaram os seus postos de trabalho. Fizeram-no, apesar de entenderem as dramáticas necessidades da máquina de guerra.²⁷ De fato, a Revolução de Março na Rússia foi desencadeada por um protesto de mulheres contra o preço do pão.

A inflação do tempo de guerra foi mais grave entre as potências Centrais do que entre os Aliados. Em parte, tal situação deveu-se ao fato de que a Alemanha não podia solicitar empréstimos no mercado internacional de capitais da mesma forma que os Aliados, o que também representava uma escolha política, uma aposta das lideranças alemãs na ideia de que poderiam simplesmente imprimir dinheiro e se recuperar mais tarde explorando os países que pretendiam subjugar. O momento mais crítico em que a inflação de preços deu um salto exponencial foi no fim de 1916, quando o Alto Comando Alemão chegou ao poder e ordenou uma segunda mobilização industrial como o meio para a vitória. Em meados de 1917, a Alemanha imprimiu quatro vezes mais marcos alemães do que tinha em suas reservas; um ano depois, o valor era seis vezes o das reservas; mais adiante, a situação saiu do controle. A Alemanha conduziu o esforço de guerra de forma diferente da Grã-Bretanha. Ao quadruplicar a circulação de moeda, pagou a guerra através da inflação, esperando cobrir sua dívida com o que exigiria de seus inimigos depois da sua vitória. A Grã-Bretanha, pelo contrário, dobrou o suprimento monetário, pagando a guerra majoritariamente com empréstimos.

27. TILLY, Charles. *Strikes, Wars and Revolutions in an International Perspective*. Cambridge e Paris: Cambridge University Press e Éditions de la MSH, 1989; HAIMSON, Leopold; SAPELL, Giulio (eds). *Strikes, Social Conflict and the First World War. An International Perspective*. Milan: Feltrinelli, 1992.

A inflação destruiu as poupanças e criou as condições nas quais, não obstante, ou até por conta do controle de preços, um próspero mercado negro operava. A inflação forrava os bolsos dos ricos e fazia com que todos na Alemanha precisassem infringir a lei a fim de alimentar suas famílias. A forma como a Alemanha travou a guerra econômica levou a que a luta de classes assumisse uma nova e mais perigosa forma em 1917; ela escancarou o abismo entre os exploradores e os demais, entre uma elite corrupta e uma população faminta e com frio, exaurida por três anos de guerra.

Como esperado, em 1917, a trégua na política doméstica da primeira metade da guerra chegou ao fim. O Partido Social-Democrata Alemão então rachava; aqueles que queriam um fim para a guerra se encontraram em Gotha, no dia 6 de abril, e fundaram o USPD, o Partido Social-Democrata Independente. Mais uma vez, grupos de mulheres foram proeminentes nessa radicalização da esquerda política. O Partido Liberal Britânico também se dividiu, em parte devido a personalidades, em parte devido ao recrutamento e à repressão da Revolta de 1916 na Irlanda. Na França, Georges Clemenceau, que se tornou Primeiro Ministro em novembro, era um líder pouco consensual. Ele prendeu o seu colega radical Joseph Caillaux por advogar negociações de paz: Caillaux foi condenado por traição em 1918.²⁸

A violência do tempo de guerra expôs a violência de conflitos internos nos países combatentes. Em 1917, distúrbios raciais sangrentos explodiram em East St. Louis (Illinois), nos Estados Unidos, e, até mais ameaçadoramente, em Houston, no Texas, onde 156 soldados negros se revoltaram. Posteriormente, 19 soldados foram enforcados e mais de 40 foram presos por longos períodos.²⁹ Em 1918, o líder socialista norte-americano Eugene Debs foi preso por violar a Lei de Espionagem

28. GOMEZ-BRUFAL, Manuel. *Joseph Caillaux: Traitre our visionnaire*. Paris: Dualpha Editions, 2014.

29. BARNES, Harper. *Never Been a Time: The 1917 Race Riot That Sparked the Civil Rights Movement*. New York: Walker & Company, 2008.

(*Espionage Act*) ao encorajar a resistência ao recrutamento³⁰. Um opositor da guerra, Robert Prager, cidadão alemão e sindicalista, foi linchado em Maryville, Illinois. Seus assassinos foram absolvidos³¹. A moderação acabara tanto na política doméstica quanto na global.

A polarização marcou também o advento cada vez mais estridente da direita política. Quando o *Reichstag* alemão promulgou sua resolução de paz em 1917, deputados descontentes e seus apoiantes estabeleceram o *Vaterlandspartei* (Partido da Pátria), com notável apoio do Almirante von Tirpitz e do industrial Alfred Hugenberg.³² Até então, o esforço de guerra alemão esteve quase totalmente nas mãos de um grupo militar-industrial que deu ao Exército tudo o que necessitava, mas à custa de enormes estrangulamentos e escassez no *front* doméstico. Protestos sociais intensificavam-se à medida que as dificuldades econômicas se multiplicavam.

Para os franceses, a crise de início de 1917 antecipou a ofensiva do *Chemin de Dames* e os motins que se seguiram ao seu fracasso. Não há evidência que a agitação social no *front* doméstico tenha influenciado os soldados revoltosos, que se recusaram a continuar a ofensiva fútil e sangrenta do General Nivelle³³ no dia 16 de abril. Pelo contrário, o motim e a existência de uma agitação generalizada no *front* doméstico refletiam a exaustão e a raiva sentida por parte substancial da própria população francesa.

Para eles, assim como para tantos ao redor do mundo, a guerra parecia ser interminável. A guerra de 14-18 produziu um massivo impasse. Nenhum lado desfrutou de suficiente vantagem para levar as partes em conflito para a mesa de negociações. Em 30 meses de guerra, os dois

30. FREEBERG, Ernest. *Democracy's prisoner: Eugene V. Debs, the Great War and the right to dissent*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2008.

31. SCHWARTZ, E.A. The Lynching of Robert Prager, the United Mine Workers, and the Problems of Patriotism in 1918. *Journal of the Illinois State Historical Society*, v. 95, n. 4, Winter, 2003, p. 414-437.

32. BESSEL, Richard. Mobilization and demobilization in Germany, 1916-1919. In: HORNE, John (ed.). *State, society and mobilization during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 50-67.

33. LOEZ, André; MARIOT, Nicolas (eds). *Obéir/Désobéir. Les mutineries de 1917 en perspective*. Paris: La Découverte, 2008.

lados perderam possivelmente sete milhões de homens mortos em ação ou por ferimentos, e outros 15 milhões entre feridos e prisioneiros de guerra. As gigantescas campanhas de 1916, que hoje chamamos de batalhas de *Verdun* e da *Somme*, não mudaram em absolutamente nada o equilíbrio estratégico do *front* ocidental. Cansaço, raiva, desconfiança e atrito social eram evidentes por toda parte.

Por esse motivo, acredito que faça sentido dividir a Grande Guerra em duas partes. A Revolução Russa seria o ponto de viragem, o momento em que o caráter político da guerra muda. A isso chamo de “climatério” de 1917, tanto a nível internacional quanto doméstico. A Revolução Russa não provocou essa crise; ela corporificou uma mudança mais ampla nas atitudes públicas em relação à guerra.³⁴

Na França, o lento, mas palpável, desenvolvimento, em 1917, de um novo conjunto de representações da guerra não foi surpreendente. Afinal, fazia somente 46 anos antes — ou seja, dentro da memória viva — que a revolução comunista em Paris tinha sucedido uma guerra fracassada. Tradições passadas de guerra revolucionária, particularmente da década de 1790, eram também um pilar na história ensinada nas escolas francesas. Em 1917, a par das velhas imagens de determinação da nação francesa em lutar até à vitória, surge uma nova e poderosa série de representações de *la Grande Guerre* como um apocalipse, como o fim de um mundo e o começo de outro. Por exemplo, o vencedor do Prêmio Goncourt em 1916, Henri Barbusse, finalizou seu romance *Le Feu* com uma cena pós-apocalíptica de soldados dos dois lados emergindo das trincheiras com a visão de um novo mundo a ser construído. Barbusse foi seriamente ferido em combate. Ele não era um pacifista, mas um homem que falava em nome de um crescente número de pessoas que acreditava que a guerra teria que transformar a ordem internacional que havia precipitado a catástrofe.

34. Sobre o uso do termo “climatério” em história econômica, veja-se MCCLOSKEY, Donald N. The British Iron and Steel Industry, 1870-1914: A Study of the Climacteric in Productivity. *Journal of Economic History*, v. 29, n. 1, The Tasks of Economic History, mar., 1969, p. 173-175.

A força das culturas de guerra “imperiais” do período de 1914 a 1917 residia no fato dessas serem dominadas por atraentes representações da guerra como uma luta para preservar formas antigas e reconhecidas de vida.³⁵ As novas culturas de guerra “revolucionárias” de 1917 em diante foram marcadas pela raiva e por um senso de injustiça doméstica, assim como uma dose significativa daquilo que Nietzsche designou de *ressentiment*.³⁶ No entanto, elas também apontaram para transformações positivas, na esperança que algo de bom pudesse sair do imenso sofrimento do conflito. Os antípodas — guerra imperial e guerra revolucionária — passaram a estar em disputa a partir de 1917.

Se eu defendo que a Grande Guerra foi dividida em 1917, ainda me resta defender que a nova *culture of war anxiety*, com sua ênfase no inimigo interno, orientou a violência coletiva que continuou na Europa, em particular na Europa Central, do Sul e do Leste, até 1923. Se assim for, a Segunda Grande Guerra pode ser datada de 1917 a 1923.

VIOLÊNCIA PÓS-IMPERIAL

Violência contra civis

O fim da guerra em 1918 marcou o começo de inúmeras guerras para determinar as fronteiras da Europa Oriental pós-imperial. Grande parte dessa violência foi direcionada contra civis. Quando o incipiente Exército Polonês derrotou os ucranianos e capturou a cidade de Lviv, seguiu-se um ataque a judeus e suas propriedades na cidade entre os dias 22 e 24 de novembro. Aproximadamente 150 judeus foram mortos e 500 lojas destruídas.³⁷ O governo Pilsudski-Paderewski condenou os ataques, atribuindo-os a bandidos e outros levados à violência pelas dificuldades e pela fome. O estudo de William Hagen sobre a violência revela que

35. AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. *1914-1918 Retrouver la guerre*. Paris: Gallimard, 2000.

36. FERRO, Marc. *Ressentiment dans l'histoire: Comprendre notre temps*. Paris: Odile Jacob, 2007.

37. HAGEN, William W. The Moral economy of ethnic violence: The pogrom in Lwow, November 1918. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 31, n. 2, apr- jun, 2005, p. 203-226.

a raiva resultava da percepção da diferença entre a riqueza judaica e a pobreza polonesa, configurada de tal forma que os judeus simbólica ou materialmente “deviam” aos poloneses, que os atacavam, os bens (e as vidas) que eles tomaram. Aqui está uma evidência do colapso da lei e da ordem na sequência do Armistício. Ódios de guerra resvalaram em uma violência pós-guerra direcionada a uma minoria judaica cuja “neutralidade”, como entre ucranianos e poloneses, foi vista como um disfarce para a traição. Violência, incluindo assassinatos, norteava, assim, uma espécie de justiça retributiva aos olhos dos perpetradores.

Há evidências substanciais de violência sobre inimigos étnicos, de classe ou nacionais por toda a Europa Oriental nos primeiros meses após o Armistício. Um dos casos, agora conhecido como Guerra Civil Finlandesa, começou em fevereiro de 1918 com a ofensiva de grupos armados apoiados pelo novo regime Bolchevique. Alinhados contra eles estavam forças conservadoras apoiadas pelo Exército Alemão, cujos destacamentos militares estavam na Finlândia. As batalhas pelas cidades de Tampere e Helsínquia foram vencidas pela Guarda Branca e pelas forças alemãs. Os planos para estabelecer uma monarquia na Finlândia, apoiada pelos alemães, foram frustrados apenas com a derrota de novembro da Alemanha. O que tornou esse confronto significativo foi o uso do terror não apenas durante a disputa, mas também posteriormente. Cerca de 12.500 Guardas Vermelhos morreram no cativeiro pelas mãos dos Brancos. Tal episódio foi apenas um entre muitos, mostrando que, quando guerras nacionais se tornam civis, os limites dos maus-tratos tanto sobre civis quanto sobre militares, prisioneiros ou não, desapareceram.³⁸

As guerras civis nos Estados Bálticos mostraram o mesmo recurso à violência indiscriminada. No dia 1 de dezembro de 1918, o território da Letônia foi invadido pelas forças bolcheviques que, em 3 de janeiro

38. SIRKKA, Arosalo. Social Conditions for Political Violence: Red and White Terror in the Finnish Civil War of 1918. *Journal of Peace Research*, v. 35, n. 2, 1998, p. 147-66.

de 1919, tomaram a capital Riga. Posteriormente, uma instável aliança das forças da Letônia e da Estônia, ao lado de elementos de grupos paramilitares alemães, avançou primeiro contra os bolcheviques, depois uns contra os outros. As forças alemãs capturaram Riga em 22 de maio, recusando-se depois a sair. Tinham uma agenda própria no sentido de estabelecer uma presença alemã nos Estados Bálticos. Essa ideia insana — insana no contexto de uma guerra perdida — acabou quando foram expulsos por seus antigos aliados, a coligação de forças da Letônia e Estônia. Novos combates estabeleceram uma Letônia independente, ratificada pelo Tratado de Paz Letão-Soviético de 1920.³⁹

O que aconteceu nos Estados Bálticos foi um microcosmo da guerra civil que varreu a Rússia soviética de 1917 a 1922. O objetivo deste artigo não é esgotar a análise das dezenas de guerras civis que aconteceram na luta pelo domínio da Rússia pós-imperial.⁴⁰ Ele procura apenas sinalizar que, de Helsínquia à Erevan ou Vladivostok, esporádicas a intensas explosões de violência marcaram os conflitos pelo futuro do que se tornou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.⁴¹

A minha reivindicação aqui é dupla. Em primeiro lugar, esses conflitos interstícios foram exercícios de massacre e pilhagem sob uma condição de fome que beirava a inanição. Segundo, a guerra civil foi descaracterizada pela presença, embora em número relativamente pequeno, de tropas ocidentais que inicialmente tomaram a retirada da Rússia bolchevique do conflito como traição e que estavam determinadas a reafirmar os interesses ocidentais na Rússia pela derrubada do próprio regime Bolchevique. O seu fracasso e de muitos de seus aliados no Exército Branco foi tão decisivo para o fim da Segunda Grande

39. Sobre a Letônia, ver: SWAIN, Geoffrey. The Disillusioning of the Revolution's Praetorian Guard: The Latvian Rifleman, Summer-Autumn 1918. *Europe-Asia Studies*, v. 51, n. 4, 1999, p. 667-86.

40. Sobre o assunto, ver: SNYDER, Timothy. *The Reconstruction of nations: Poland, Ukraine, Lithuania, Belarus, 1569-1999*. New Haven: Yale University Press, 2004.

41. FIGES, Orlando. The Red Army and Mass Mobilization during the Russian Civil War 1918-1920. *Past & Present*, n. 129, 1990, p. 168-211.

Guerra quanto a Revolução Bolchevique foi para o fim da Primeira Grande Guerra em 1917.

O que foi distinto na guerra civil Russa — assim como na Guerra de Independência da Polônia e nas guerras civis Bálticas — foi a extensão com que civis foram apanhados no meio do fogo cruzado fazendo a Primeira Grande Guerra, na maioria das vezes, parecer relativamente civilizada e ordenada. Uma amostra da crueldade dessas guerras pode ser sentida na poesia de Anna Akhmatova, em *Red Cavalry* de Isaac Babel, ou em *Dr. Zhivago* de Pasternak.

A exceção nessa separação entre o antes e o depois de 1917 é o Genocídio Armênio. Esse crime fornece a ponte entre a Primeira Grande Guerra e a Segunda, uma vez que anuncia uma política de guerra contra um povo não pelo que foi dito que ele teria feito — apoiou o esforço de guerra russo — mas pelo que ele era. A biopolítica, na forma do assassinato de um povo, tornou-se uma arma de guerra em 1915. Um prenúncio das coisas terríveis que se avizinhavam, tanto na Segunda Grande Guerra como depois.⁴² Iguamente premonitórios foram os crimes associados ao terror vermelho e branco, primeiro em Berlim e Munique, depois em Budapeste a partir de 1919. A violência dessas guerras civis deixou um legado amargo que levou até ao desaparecimento de gerações.

Fome e inanição

A Segunda Grande Guerra, que se estende de 1917 a 1923, também se assemelha à Primeira Grande Guerra na questão da fome. A escassez de alimentos e a falta de itens básicos de sobrevivência enfraqueceram os esforços de guerra da Alemanha e da Áustria-Hungria em 1917, assim como de muitas partes dos impérios Russo e Otomano. De fato, argumenta-se que essas privações estavam associadas à forma como a

42. WINTER, Jay. Under cover of war: The Armenian genocide in the context of total war. In: GEL-LATELY, Robert; KIERNAN, Ben (eds). *The specter of genocide*. Massmurder in historical perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 189-214.

guerra foi travada pelas potências Centrais. Os Aliados provaram ser capazes de distribuir bens e serviços necessários às suas Forças Armadas sem relegar seus povos à fome e à doença. Também sobre essa questão, 1915 ofereceu uma amostra do problema da escassez de alimentos que se alastraria pela Europa Oriental a partir de 1917.⁴³ Os civis na Bélgica e na França ocupadas — crianças em particular — foram alimentados pelo primeiro programa de ajuda estrangeira da história, o *American Relief Effort*. Nos dois últimos anos da guerra, a fome foi um fator central para expor a fraqueza na forma dos Impérios Centrais conduzirem a guerra. O problema reside menos nos produtos do que na distribuição. Os Aliados controlavam preços e lucros, enquanto na Alemanha a pior inflação de preços da história mundial começou em 1917, diminuindo apenas em 1923. A inflação destruiu poupanças, enfraqueceu mercados e redes de distribuição, fortalecendo um mercado negro massivo e exacerbando ódios internos.

Vinte anos depois, Hitler garantia que o povo alemão não passaria fome novamente em uma guerra mundial. Colocou na conta dos judeus e de outros *Untermenschen*⁴⁴ a miséria a que a liderança alemã forçou a sua própria população a partir de 1917.⁴⁵ A situação agravar-se-ia com a Segunda Grande Guerra, em parte porque o colapso militar alemão deixaria suas forças no coração do antigo Império Russo. Praticamente, todas as áreas produtoras de grãos eram lugares de violência contínua e o vazio de poder produzido pelo Armistício implicou que 1919 fosse um ano de fome para a maior parte da população que vivia no Leste, inclusive na nova Rússia Bolchevique, atacada por todos os lados por bandos e exércitos contrarrevolucionários.

43. WINTER, Jay. Paris, London, Berlin: Capital cities at war. In: WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (eds). *Capital cities at war*: Paris, London, Berlin 1914-1919. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 3-24.

44. [Nota do tradutor] Mantivemos o original em alemão usado pelo autor. Uma tradução possível seria a categoria “sub-humanos” ou “inferiores”.

45. BORCHARDT, Lothar. The Impact of the war economy on the civilian population. In: DEIST, Wilhelm (ed.). *The German military in the age of total war*. Leamington Spa: Berg, 1985, p. 110-120.

Os Aliados pioraram a situação — em clara violação do direito internacional — com a manutenção do bloqueio de portos alemães até que a delegação alemã assinasse o Tratado de Paz em junho de 1919. Isso significou fome e taxas de mortalidade altíssimas em Viena e Berlim, mas também nas áreas densamente povoadas da nova Polônia e dos territórios adjacentes. Uma crise demográfica seguiu-se, com surtos de tifo, disenteria e cólera, agravada pela pior pandemia de gripe espanhola da história.

Em 1919, o Congresso dos Estados Unidos estabeleceu a *American Relief Administration*. Nos quatro anos seguintes, o país forneceu ajuda alimentar a 23 países europeus, à Turquia e ao que restou do Império Otomano. Um quinto dessa ajuda foi destinado à Polônia, alimentando crianças em idade escolar e provavelmente soldados poloneses mobilizados na Guerra Polaco-Soviética. Em 1921, a inanição em proporções catastróficas impeliu o governo Bolchevique a colaborar com o programa *Hoover Food Aid*. Tal iniciativa funcionou porque Hoover percebeu que, apesar da produção da agricultura estar prejudicada pela guerra e pela guerra civil, a verdadeira solução para evitar a inanição seria providenciar transporte numa paisagem rural caótica e devastada pelos conflitos. Foi o que fez usando seu conhecimento do território russo como engenheiro civil. Ele não estava só. Outros agentes europeus e locais fizeram a diferença. Juntos, foram capazes de salvar a vida de uma geração de crianças na Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.⁴⁶

Ninguém tem sido capaz de fornecer uma contagem fidedigna do número de mortes verificadas durante a Guerra Civil Russa e a Guerra Polaco-Soviética. O demógrafo Boris Urlanis afirmou que a cifra de 300 mil seria a mais precisa para aqueles que morreram em combate na Guerra Polaco-Soviética; dessas mortes, provavelmente 175 mil eram do Exército Branco e civis, e 125 mil dos exércitos Vermelhos. Entretanto,

46. WEISSMAN, Benjamin M. The Aftereffects of the American Relief Mission to Soviet Russia. *Russian Review*, v. xxix, n. 4, 1970, p. 411-21.

para contabilizar aqueles que morreram dos dois lados devido à doença, ele acrescentou a cifra de 450 mil. Ninguém sabe quantos pereceram no Terror Branco e Vermelho na Rússia, ou nas incontáveis escaramuças que marcaram a guerra civil como um todo. A precaução leva-nos a aceitar que o número total dos que morreram, no que se tornou a União Soviética, de doença, em combate ou executados tenha excedido um milhão. Essas perdas prejudicaram o novo regime e, de acordo com Orlando Figes, a classe operária industrial, em nome da qual a Revolução de 1917 foi feita, desapareceu cinco anos depois. O Estado Soviético tomou o lugar dessa classe extinguida. Sabemos as devastadoras consequências dessa série de catástrofes — que Figes denomina de *A people's tragedy* (A tragédia de um povo)⁴⁷ — quando Stalin e seu círculo tomaram o controle do Estado Soviético e travaram uma guerra contra o seu próprio povo por quase 30 anos.

CONCLUSÃO

Não sou um desses historiadores que acreditam no conceito de uma Guerra de Trinta Anos de 1914 a 1945. Hitler mudou o significado da guerra, primeiro em 1939, na Polônia, e depois, novamente, em 1941, quando invadiu a União Soviética e transformou a guerra política numa guerra de extermínio racial. Ao mesmo tempo, uma das vantagens da ideia de que foram duas Grandes Guerras entre 1914 e 1923 — não apenas uma que terminou em 1918 — é nos fornecer pistas sobre o que levou a Primeira Guerra Mundial à Segunda. As políticas de ódio, fome e maltrato de civis podem ser rastreadas diretamente naquilo que denomino de Primeira Grande Guerra de 1914 a 1917, embora esses vetores de violência tenham sido aprofundados e radicalizados fortemente durante a Segunda Grande Guerra de 1918 a 1923. O antisemitismo estava vivo e bem antes destas datas, mas cresceu rapidamente a partir de 1918. A crueldade da confusa luta entre os diferentes exércitos, representando

47. FIGES, Orlando. *A people's tragedy 1891-1924*. London: Penguin, 1996.

distintas facções nacionais e grupos étnicos, piorou quando esses conflitos foram fundidos (e confundidos) com a Guerra Civil Russa.⁴⁸

É no período que vai de 1918 a 1923 que podemos encontrar grande número de evidências do processo que o historiador George Mosse denominou de “brutalização”. Ele usou o termo de forma diferente daquela que eu uso. Mosse acreditava que a exposição à morte em massa entre 1914 e 1918 brutalizou tanto os homens que a sofreram, quanto as sociedades pelas quais lutavam.⁴⁹ Acredito que ele esteja errado neste ponto. Os efeitos chocantes das grandes batalhas de *Verdun* e da *Somme* nunca poderão ser subestimados, mas a esmagadora maioria dos homens que ali lutaram voltaram aos combates ou para suas casas como seres humanos reconhecíveis, com seus compromissos e valores mais ou menos intactos.⁵⁰ Mosse está errado na datação, mas certo na essência da história, pois há copiosa evidência de que houve uma ampla brutalização das normas — muito mais prejudicial do que uma brutalização dos indivíduos — no período entre 1918 e 1923 e posteriormente. Foi então que calamidades econômicas e demográficas atingiram as sociedades em um estado de desordem e fraqueza que simplesmente não se verificava à véspera da Primeira Guerra Mundial. 1913 foi um ano bom. 1919 foi terrível. Depois de 1918, a guerra civil foi travada tendo como pano de fundo fome extrema, luta de classes e ódios étnicos que, antes de 1918, certamente não eram desconhecidos, mas não na forma dessa mistura explosiva.

Em suma, a mudança historiográfica que proponho neste capítulo é limitar a interpretação dominante de guerra total para os anos que melhor a descrevem, nomeadamente, os anos de 1914 a 1917, e aplicar o termo “guerra civil pós-imperial” para a configuração de violência

48. Sobre esse e tantos outros assuntos, compartilho a interpretação de Robert Gerwarth (*The Vanquished: Why the First World War failed to end, 1917-1923*. London: Allen Lane, 2016). Minha interpretação não separa derrotados de vencedores.

49. MOSSE, George L. *Fallen soldiers*. Reshaping the Memory of the World Wars. New York: Oxford University Press, 1990.

50. PROST, Antoine. Les limites de la brutalization. Tuer sur le front occidental, 1914-1918. *Vingtième Siècle*, n. 81, 2004, p. 5-20.

muito mais caótica, cruel e custosa que se espalhou por toda a Europa Oriental e do Sul no período da Segunda Grande Guerra.

Não é na Primeira Grande Guerra de 1914 a 1917, mas nessa Segunda Grande Guerra que as sementes dos conflitos radicais da década de 1930 devem ser procuradas. O exército Alemão de 1914 a 1917 não era de forma alguma o protótipo dos exércitos nazistas sob Hitler. Porém, quando Ludendorff e Hindenburg assumiram o controle no final de 1916, começaram uma transição que, apesar de lenta, certamente preparou o caminho para o futuro sombrio que viria. O mesmo é verdade para a União Soviética, onde a guerra civil transformou um regime que tinha muitas facetas, incluindo liberais e autoritárias, em um monstro. Sem as falhas da diplomacia italiana em Paris em 1919 e a paralela intensificação dos conflitos de classe no imediato pós-guerra, Mussolini não teria tido nenhuma possibilidade de tomar o poder. Contingência importa, e os processos de contingência que venceram na Segunda Grande Guerra eram muito pouco democráticos. Apesar de um período de recuperação no final da década de 1920, a crise econômica mundial expôs as tendências políticas antidemocráticas, alimentando-se das profundas divisões sociais e étnicas que permaneceram como legado definitivo da Segunda Grande Guerra.

A dimensão trágica da Grande Guerra era evidente bem antes de 1917, mas, até agora, os historiadores têm enfatizado o tema da remobilização nesse ano como uma renovação do compromisso das populações com sacrifícios ainda maiores três anos após o início da guerra⁵¹. A história, no entanto, é mais complexa. É necessário reconhecer que, depois de três anos de guerra, houve uma mudança na ênfase da mobilização das sociedades como um todo e um perigoso aprofundamento de

51. John Horne esteve na vanguarda dessa interpretação de mobilização e desmobilização cultural como se pode notar em seu ensaio *Demobilizing the mind: France and the legacy of the Great War 1919-1939*. In. DRAPAC, Vesna Drapac; LAMBELET, André (eds). *French History and Civilization: Papers from the George Rudé Seminar*. Volume 2. H-France, 2009, p. 101-107. Disponível em: <https://h-france.net/rude/wp-content/uploads/2017/08/vol2_Horne_Final_Version.pdf>.

fissuras sociais dentro delas. O que eu chamo de *culture of war anxiety* expressa um crescente sentimento de raiva em relação à injustiça e ao privilégio, atingindo diretamente a ideia da *union sacrée* da primeira parte do conflito. A emergência dessa cultura de guerra concorrente, mais de ressentimento do que de mobilização em torno da bandeira, constituiu, na minha opinião, um desenvolvimento significativo na história cultural da Grande Guerra.

A *culture of war anxiety* permaneceu em evidência por muito tempo após o fim formal do conflito. Ao nível da vida familiar, uma ansiedade profunda foi inevitável no caso das viúvas, dos órfãos e daqueles que cuidavam dos milhões de homens feridos na guerra. As taxas de divórcio, em muitas partes da Europa, atingiram níveis muito mais altos do que nos anos anteriores à guerra. Os vitoriosos alcançaram a paz pela qual pagaram um preço tão alto? Os vencidos seriam capazes de escapar dos desastres da guerra e da paz que se seguiram?

Aqui, também, o conceito de uma cultura de guerra diferente oriunda da segunda metade do conflito e persistindo depois do armistício oferece uma maneira de evitar o pensamento binário que há muito tempo domina a literatura do campo. Em vez de insistir em escolhas maniqueístas — patriotismo *versus* pacifismo, consentimento *versus* coerção, mobilização *versus* motim — deveríamos reconhecer que a cor predominante em tempos de guerra foi o cinzento. Mensagens contraditórias existiram em vigorosa incompatibilidade entre si. A Grande Guerra foi simplesmente muito grande para ser contida por um código cultural ou por uma cultura de guerra.

A partir de 1917, a *culture of war anxiety* não só relativizou a *culture of war mobilization* como a desafiou e a desestabilizou. A maioria dos contemporâneos ainda ansiava pela vitória, mas já não a qualquer preço. Essa foi a mensagem mais perturbadora da Revolução Bolchevique, assombrando todos os combatentes no último ano de guerra.

O foco na emergência de uma *culture of war anxiety* em 1917 também nos ajuda a ir além de outra divisão binária: a da cultura de mobilização

durante a guerra e a da cultura de desmobilização a partir de então. Sem dúvida, houve um desengajamento lento e doloroso das populações, grupos sociais e governos dos ódios do tempo de guerra, mas a mistura letal de guerra civil e revolução social marcou tanto vencedores como a Itália, quanto vencidos como a Alemanha, a Áustria e a Rússia. A violência anti-imperial do imediato pós-guerra no Egito, na Índia, na Coreia e na China afetou os interesses globais da Grã-Bretanha, da França e do Japão de maneira direta e palpável. Enquanto (com exceção da Rússia, da Irlanda, da Polônia e da Turquia) a *culture of war mobilization* acabou quando as tropas voltaram para casa em 1919, a *culture of war anxiety* transformou-se naquilo que eu denominaria de uma *culture of post-war anxiety* (cultura de ansiedade do pós-guerra), acompanhada de várias formas de instabilidade econômica e conflito social e racial que vieram diretamente da própria guerra. A Ameaça Vermelha nos Estados Unidos e os paroxismos da violência racial são parte da mesma trama de violência e exclusão montada durante e depois da guerra. As datas convencionais resultantes dos acordos de paz têm apenas utilidade superficial. Houve demasiado sangue derramado e amargura para permitir às sociedades fechar a porta aos ódios, antagonismos e ansiedades do tempo de guerra.

Por que esse paroxismo da violência entre 1917 e 1923 chegou ao fim? Um motivo é a pura exaustão. Havia um limite na capacidade de essas sociedades sustentar a violência sem fim. Além disso, em 1924, o caos econômico dos anos imediatos ao pós-guerra chegou ao fim e a maioria dos países europeus, tanto no oriente quanto no ocidente, renovou suas trajetórias de crescimento do pré-guerra que tinham sido interrompidas pelo conflito.⁵² Outra razão para a estabilização da vida europeia em meados da década de 1920 foi o reconhecimento pelas potências ocidentais de que a União Soviética tinha vindo para ficar. Da mesma forma, a

52. BROADBERRY, Stephen; KLEIN, Alexander. *Aggregate and per capita GDP in Europe, 1870-2000: Continental, regional and national data with changing boundaries*. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.361.386&rep=rep1&type=pdf>>.

reincorporação lenta, mas constante, da Alemanha de Weimar na comunidade europeia e na Liga das Nações diminuiu as tensões internacionais por um tempo. Claramente, depois de 1929, nenhuma das condições de estabilidade, que possibilitaram a recuperação europeia no pós-guerra, sobreviveram à crise econômica mundial, mas essa é outra história.

Por essas razões, eu insisto numa reconsideração das datas finais da Grande Guerra. Continuo com 1914 como o início, não porque subestimo a importância das guerras balcânicas de 1912 e 1913, mas porque estas não desencadearam um conflito global. No mesmo sentido, nem mesmo a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, que pode ser apontada como sendo responsável por mobilizar forças que atravessariam o século. No entanto, eu proponho a nova data final de 1923. O ponto de divisão entre as minhas duas Grandes Guerras é 1917, quando a revolução e o conflito social voltam para o centro do palco europeu e todas as sociedades tiveram que lidar com divisões sociais significativas. Nesse momento, novas representações da guerra, impregnadas de ansiedade, emergiram ao lado de antigas representações de solidariedade heróica. Essas ansiedades não evaporaram em 1918, mas tomaram formas novas e, por vezes, mais violentas em um contexto de guerra civil e revolução. Na década da Grande Guerra, as representações não eram imutáveis: elas mudaram com o tempo à medida que a guerra em si também mudava, dando tanto ao conflito quanto ao pós-guerra um gosto amargo que nunca perderam.

REFERÊNCIAS

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. *1914-1918 Retrouver la guerre*. Paris: Gallimard, 2000.

BARNES, Harper. *Never Been a Time: The 1917 Race Riot That Sparked the Civil Rights Movement*. Nova Iorque: Walker & Company, 2008.

BESSEL, Richard. Mobilization and demobilization in Germany, 1916-1919. In: HORNE, John. (ed.). *State, society and mobilization during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BORCHARDT, Lothar. The Impact of the war economy on the civilian population. In: DEIST, Wilhelm (Ed.). *The German military in the age of total war*. Leamington Spa: Berg, 1985, p. 110-120.

BROADBERRY, Stephen; KLEIN, Alexander. *Aggregate and per capita GDP in Europe, 1870-2000: Continental, regional and national data with changing boundaries*. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.361.386&rep=repr&type=pdf>>.

FERRO, Marc. *Ressentiment dans l'histoire: Comprendre notre temps*. Paris: Odile Jacob, 2007.

FIGES, Orlando. *A people's tragedy 1891-1924*. Londres: Penguin, 1996.

_____. The Red Army and Mass Mobilization during the Russian Civil War 1918-1920. *Past & Present*, n. 129, 1990, p. 168-211.

FREEBERG, Ernest. *Democracy's prisoner: Eugene V. Debs, the Great War and the right to dissent*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2008.

GERWARTH, Robert. *The Vanquished: Why the First World War failed to end, 1917-1923*. Londres: Allen Lane, 2016.

GOMEZ-BRUFAL, Manuel. *Joseph Caillaux: Traitre our visionnaire*. Paris: Dualpha Editions, 2014.

HAGEN, William W. The Moral economy of ethnic violence: The pogrom in Lwow, November 1918. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 31, n. 2, apr- jun, 2005, p. 203-226.

HAIMSON, Leopold; SAPELL, Giulio (Ed.). *Strikes, Social Conflict and the First World War. An International Perspective*. Milão: Feltrinelli, 1992.

HORNE, John. Demobilizing the mind: France and the legacy of the Great War 1919-1939. In: DRAPAC, Vesna Drapac; LAMBELET, André (eds). *French History and Civilization: Papers from the George Rudé Seminar*. Volume 2. H-France, p. 101-107, 2009, p. 101-107. Disponível em: <https://h-france.net/rude/wp-content/uploads/2017/08/vol2_Horne_Final_Version.pdf>.

_____. (ed.). *State, society and mobilization during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LOEZ, André; MARIOT, Nicolas (Ed.). *Obéir/Désobéir. Les mutineries de 1917 en perspective*. Paris: La Découverte, 2008.

MCCLOSKEY, Donald N. The British Iron and Steel Industry, 1870-1914: A Study of the Climacteric in Productivity. *Journal of Economic History*, v. 29, n. 1, mar., 1969, p. 173-175.

MOSSE, George L. *Fallen soldiers*. Reshaping the Memory of the World Wars. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

PROST, Antoine. Les limites de la brutalization. Tuer sur le front occidental, 1914-1918. *Vingtième Siècle*, n. 81, 2004, p. 5-20.

SCHWARTZ, E.A. The Lynching of Robert Prager, the United Mine Workers, and the Problems of Patriotism in 1918. *Journal of the Illinois State Historical Society*, v. 95, n. 4, Winter 2003, p. 414-437.

SIRKKA, Arosalo. Social Conditions for Political Violence: Red and White Terror in the Finnish Civil War of 1918. *Journal of Peace Research*, v. 35, n. 2, 1998, p. 147-166.

SNYDER, Timothy. *The Reconstruction of nations: Poland, Ukraine, Lithuania, Belarus, 1569-1999*. New Haven: Yale University Press, 2004.

SWAIN, Geoffrey. The Disillusioning of the Revolution's Praetorian Guard: The Latvian Riflemen, Summer-Autumn 1918. *Europe-Asia Studies*, v. 51, n. 4, 1999, p. 667-686.

TILLY, Charles. *Strikes, Wars and Revolutions in an International Perspective*. Cambridge e Paris: Cambridge University Press e Éditions de la MSH, 1989.

WEISSMAN, Benjamin M. The Aftereffects of the American Relief Mission to Soviet Russia. *Russian Review*, v. xxix, n. 4, 1970, p. 411-421.

WINTER, Jay. Paris, London, Berlin: Capital cities at war. In: WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (Ed.). *Capital cities at war: Paris, London, Berlin 1914-1919*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 3-24.

_____. Under cover of war: The Armenian genocide in the context of total war. In: GELLATELY, Robert; KIERNAN, Ben (Ed.). *The specter of genocide*. Massmurder in historical perspective. Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 189-214.

COMBATES GLOBAIS A PARTIR DAS MARGENS: A ARGENTINA E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL⁵³

María Inés Tato (CONICET, Universidad de Buenos Aires, Argentina)

A renovação historiográfica em torno da Grande Guerra, que aconteceu nas últimas duas décadas e que foi acelerada pelo centenário da disputa, permitiu dar visibilidade a atores históricos até então ignorados, como as chamadas periferias, países ou regiões com uma participação tardia ou marginal no conflito, ou até neutros. Os neutros foram, de fato, envolvidos na disputa pelos beligerantes, que implantaram globalmente uma guerra econômica e elaboraram e distribuíram propaganda orientada a obter consensos em causa própria e a debilitar a influência inimiga. Essas ações evidenciam que a guerra não foi travada somente nos campos de batalha, mas também se refletiu em outras dimensões da realidade social de seu tempo.

No entanto, a constatação de que os países neutros foram de alguma maneira envolvidos no conflito por ação das potências em guerra não implica afirmar sua passividade. Ao contrário, eles também foram protagonistas de uma intensa mobilização social e cultural que pode ser qualificada como *beligerância*,⁵⁴ que conviveu com a política de neutralidade oficialmente adotada pelo Estado.

53. Tradução para o português de Mariana Pastana. Revisão técnica de Luah Tomas, Sílvia Correia e Alexandre Moreli.

54. No sentido de “belligerence”, que remete à experiência social do conflito, em contraste com o conceito de “belligerency” baseado no Direito Internacional, que alude ao estado de guerra de uma nação (COMPAGNON; Olivier; PURSEIGLE, Pierre. Geographies of mobilization and territories of belligerence during the First World War. *Annales HSS* (Edição Inglesa), v. 71, n. 1, 2016, p. 49).

Neste trabalho analisaremos as diferentes modalidades de mobilização da sociedade argentina durante a Grande Guerra.⁵⁵ Acompanhando John Horne, adotaremos aqui o conceito de mobilização em um sentido amplo,⁵⁶ entendendo-a não só em seus aspectos econômico e militar, mas também como um processo político e cultural que implica representações coletivas, ancoradas em um sistema de valores específico e em definições identitárias fortemente ligadas à questão nacional.

No dia 5 de agosto de 1914, o governo argentino emitiu um decreto declarando “a mais estrita neutralidade” frente à guerra que acabava de irromper na Europa, uma posição que seria ratificada sucessivamente à medida que outros estados somavam-se ao conflito.⁵⁷ A neutralidade oficial se fundava em diversas razões: a inexistência de interesses diretos no conflito, a falta de vinculação com o sistema de alianças interestatais que a guerra pôs em movimento, o empenho em manter abertos todos os mercados possíveis para as exportações argentinas visando a atenuar os efeitos das oscilações da economia em tempos de guerra e a preservação da harmonia social frente ao forte peso demográfico dos europeus radicados no país, que giravam em torno de 27% da população total.⁵⁸

Apesar disso, a posição oficial não foi um obstáculo para a sociedade civil expressar com veemência sua opinião sobre as causas e as responsabilidades da deflagração da guerra e tomar partido por um ou outro lado beligerante. Já nos primeiros dias após a explosão da contenda, as principais cidades argentinas testemunharam uma intensa ansiedade

55. Exploramos a fundo estas questões em *La trinchera austral. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial* (Rosario: Prohistoria, 2017).

56. HORNE, John. Introduction: mobilizing for “total war”, 1914-1918. In: HORNE, John (ed.). *State, society and mobilization in Europe during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 1-3.

57. WEINMANN, Ricardo. *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*. Buenos Aires: Biblos, 1994, p. 55.

58. *Tercer Censo Nacional levantado el 1° de junio de 1914*. Buenos Aires: Talleres Gráficos L. J. Rosso & Cía., v. II, 1916, p. 395-396.

por notícias do *front*. As redações dos principais jornais se depararam com cidadãos permanentemente em busca de novidades a respeito da então denominada “guerra europeia”. Assim, era frequente que cerca de 5.000 pessoas se aglomerassem em frente ao *La Prensa*, o jornal mais lido do país, publicado na cidade de Buenos Aires, para se informar dos acontecimentos bélicos.⁵⁹ É necessário ter em mente que a imprensa era um meio de comunicação de massas por excelência e, conseqüentemente, uma referência inevitável na hora de manter-se informado. No período, a taxa de analfabetismo da Argentina — que beirava 36% — era uma das mais baixas da América Latina, decorrente da política bem sucedida empreendida pelo Estado a partir de 1884, quando a Lei 1420 estabeleceu a educação pública obrigatória, gratuita e laica, como parte do processo de construção da cidadania e da nacionalização de uma sociedade cada vez mais cosmopolita.⁶⁰ O público leitor era, portanto, fortalecido e dispunha de uma ampla oferta de publicações regulares por meio das quais podia ter acesso aos acontecimentos europeus.⁶¹

Além da leitura de meios impressos, na época, eram também comuns práticas orais que operassem como vias de circulação da informação. Como ressaltado nas crônicas jornalísticas, em frente aos quadros de notícias das agências dos jornais e em todos os espaços de socialização, as discussões giravam em torno da guerra, amplificando assim o alcance da palavra escrita:

O início das hostilidades entre os países beligerantes foi o tema predileto do dia, pois quase podemos afirmar que não se falava de outra coisa nos

59. LA PRENSA. *Repercusión de la guerra en la Argentina*. 8 de agosto de 1914.

60. Para um panorama histórico da alfabetização em diversos países do mundo, ver UNESCO, *Progress of literacy in various countries*. A preliminary statistical study of available census data since 1900. Paris: UNESCO, 1953. Sobre a política educativa do Estado argentino, ver BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

61. Em 1914, circulavam na Argentina 518 jornais, periódicos e revistas, 153 dos quais eram publicados na capital federal (*Tercer Censo Nacional*, op. cit., vol. IX, p. 277).

teatros, nas ruas, nos passeios públicos, e onde quer que se formasse um grupo de pessoas [...] ⁶².

[a guerra] se discutia e se comentava a plenos pulmões com interesse verdadeiramente extraordinário ⁶³.

O público, ávido para saber o que acontece na culta Europa, improvisa sa-lões de leitura em qualquer parte, e nos grupos que se formam em frente aos quadros de notícias vale a pena ver a cultura histórico-geográfica que alcançou nosso povo, mesmo nas classes mais ignorantes.

Os engraxates sabem hoje a origem das dinastias europeias, e carregadores falam de tática e estratégia ⁶⁴.

Deve se acrescentar à oferta de informações proporcionada pela imprensa os vastos arsenais propagandísticos usados pelos beligerantes que, em diferentes formatos (livros, folhetos, panfletos, pôsteres, cartões-postais, fotografias, exposições de material bélico, conferências, filmes), transmitiram ao público argentino representações da guerra e dos diversos combatentes com o objetivo de despertar solidariedade. ⁶⁵ A propaganda de ambos os beligerantes apelou, na Argentina, para os mesmos argumentos e estereótipos empregados em outras latitudes, reproduzindo a representação binária do conflito que dominou os imaginários durante a guerra. ⁶⁶ Os Aliados propuseram uma leitura segundo a qual o dilema era entre civilização ou barbárie, democracia ou autocracia, civilismo ou militarismo. A propaganda alemã foi

62. LA PRENSA. *Repercusión de la guerra en la Argentina*. 3 de agosto de 1914.

63. *Ibid.* 2 de agosto de 1914.

64. CASTEX, Julián. La emoción de la guerra. *Caras y Caretas*, n. 841, 14 de novembro de 1914, p. 48-49.

65. Para uma análise da propaganda aliada e alemã distribuídas na Argentina, remeto a TATO, op. cit., capítulo 1.

66. RASMUSSEN, Anne. Mobilising minds. In: WINTER, Jay (ed.). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, v. 3, p. 395-396.

principalmente defensiva, orientando-se a refutar as acusações acerca da barbárie alemã e exaltar as conquistas dessa civilização em todos os aspectos. Além disso, apresentava o conflito como a forma encontrada pelas potências imperialistas — emblematicamente o Reino Unido — para traduzir em termos militares sua rivalidade econômica com a Alemanha, forçando esta a intervir em uma guerra que ia contra os seus interesses, pacíficos por definição.

A esses assuntos universais, a propaganda difundida na Argentina incorporava argumentos que buscavam sintonizar-se com a audiência local e seus códigos culturais, a fim de incrementar sua efetividade.⁶⁷ Para isso, tiveram a colaboração de intelectuais argentinos, demonstrando que a circulação transnacional de representações do conflito não era unidirecional, pois implicava um processo ativo de apropriação e ressignificação, de interação e trocas.

Os partidários da causa aliada enfatizaram a dicotomia entre civilização e barbárie que se relacionava com a tradição liberal argentina. Com efeito, em 1845, o intelectual e futuro presidente da Argentina Domingo Faustino Sarmiento havia publicado a obra *Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas*, na qual assimilava civilização aos avanços na construção de um Estado nacional centralizado e moderno, e barbárie, com a resistência dos caudilhos nas províncias que, em sua opinião, perpetuavam uma ordem social e política decadente. Os ecos dessa polarização ressurgiram com a guerra. O escritor e jornalista Roberto J. Payró, correspondente do jornal *La Nación* em Bruxelas, havia feito rapidamente essa interpretação do conflito e traçado paralelos entre os alemães e os caudilhos das províncias: “Isso não parece uma imitação dos comportamentos de Facundo [Quiroga] ou de Cacho [Ángel Vicente Peñaloza] nas épocas mais bárbaras que atravessou nosso país?”.⁶⁸ Além

67. PADDOCK, Troy R.E. Introduction. In: PADDOCK, Troy R.E. (ed.). *World War I and propaganda*. Leiden-Boston: Brill, 2014, p. 13.

68. PAYRÓ, Roberto J. Diário de un testigo. La guerra vista desde Bruselas, 12, artigo fechado no dia 27 de setembro de 1914 e publicado em *La Nación* no dia 4 de abril de 1915. In: PAYRÓ, Roberto J.

disso, reivindicaram as diversas contribuições realizadas pelos Aliados na construção da nacionalidade argentina. Em seu livro *Alemania contra el mundo*, o político e intelectual liberal Francisco Barroetaveña recuperou da França a “influência emancipadora” do Iluminismo e da revolução de 1789; do Reino Unido, a experiência das invasões inglesas no Rio da Prata, que haviam funcionado como propulsoras revolucionárias, além do apoio posterior ao processo de emancipação em relação à Espanha; e de ambos os estados europeus, a intervenção em tempos de organização nacional na luta contra a influência dos caudilhos.⁶⁹

Os argentinos partidários do Império Alemão, por sua vez, recorriam a argumentos anti-imperialistas, ressaltando as diferentes agressões à soberania nacional dos países do subcontinente perpetradas ao longo da história pelas potências europeias, com exceção da Alemanha. O prolífico jurista e escritor Ernesto Quesada argumentou por conseguinte:

A Alemanha jamais pretendeu desempenhar um papel político na América: em contrapartida, a Inglaterra se apoderou, durante o século XIX, de diversos territórios americanos, como, por exemplo, o que hoje é a Honduras britânica, as ilhas Malvinas etc., tratou em vão de conquistar a própria Argentina em 1806 e em 1807, e exerceu pressão diplomática e militar sobre diversos estados latino-americanos; a França, com a tentativa do império de Maximiliano, buscou conquistar o México, ambas — França e Inglaterra — trouxeram várias intervenções armadas ao Rio da Prata [...] os Estados Unidos, em seus sucessivos avanços sobre o México, tiraram deste a Califórnia, o Texas, e receberam Porto Rico como espólio de uma guerra, exercendo o protetorado sobre Cuba e Panamá⁷⁰.

Corresponsal de guerra. Cartas, diários, relatos (1907-1922), Buenos Aires: Biblos, 2009, p. 850.

69. BARROETAVENTA, Francisco A. Las naciones beligerantes. Vinculaciones argentinas, artigo fechado no dia 8 de agosto de 1914 e publicado em *El Diario*. In: *Alemania contra el mundo*, Buenos Aires: Otero & Co., 1916, p. 79-80.

70. QUESADA, Ernesto. *El “peligro alemán” en Sud América*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Selin Suárez, 1915, p. 53.

O irredentismo em torno das Ilhas Malvinas foi particularmente explorado pela propaganda alemã, evidenciando sua versatilidade na hora de escolher os argumentos centrais para conseguir minar a hegemonia aliada a nível local.

A sociedade argentina se polarizou em torno da Grande Guerra entre “aliadófilos” e “germanófilos”, categorias que transmitiam afinidades culturais prévias. No entanto, esses alinhamentos se mostraram bastante assimétricos, na medida em que os defensores dos Aliados predominaram amplamente na opinião pública local. Em geral, o campo literário e artístico argentino se manifestou esmagadoramente a favor da França e, como consequência, de seus aliados na guerra. Essa inclinação pró-francesa refletia a profunda influência do país gaulês entre as elites latino-americanas, que remontava ao século anterior. Com efeito, desde o início do século XIX, a França era reivindicada como a inspiração das revoluções de independência em relação à Espanha, filiadas ao modelo proporcionado pela revolução de 1789. Posteriormente, seu republicanismo foi adotado como princípio legitimador dos novos Estados nacionais emancipados e seu laicismo foi hasteado pela maioria deles. Além disso, a França foi considerada como patrona das artes e das letras,⁷¹ e sua capital converteu-se consequentemente “na Meca da peregrinação artística” de escritores e artistas⁷² – uma escala-chave em um circuito cultural de alcance universal que validava os méritos intelectuais e facilitava a profissionalização e o reconhecimento internacional. Ademais, a Grande Guerra potencializou o panlatinismo, impulsionado desde meados do século XIX pela diplomacia cultural francesa, segundo a qual a França constituiria a principal referência de uma raça latina, definida em função da origem comum da língua. Tal contexto implicava

71. ROLLAND, Denis. *La crise du modèle français*. Marianne et l'Amérique latine. Culture, politique et identité. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2000.

72. COLOMBI, Beatriz. Camino a la meca. Escritores hispanoamericanos en París (1900-1920). In: MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Ediciones, vol. I “La ciudad letrada, de la conquista al modernismo”, 2009, p. 544.

uma unidade cultural e espiritual que transcendia as fronteiras nacionais, moldando uma identidade transnacional que vinculava a França às jovens repúblicas do Novo Mundo.⁷³ No marco do conflito, apelou-se a esse vínculo para reivindicar adesão à causa francesa e de seus aliados circunstanciais.

Os germanófilos, por sua vez, costumavam advir do campo das ciências exatas e naturais, do direito, da medicina, da filosofia e do exército, como resultado de uma formação profissional que encontrava na Alemanha uma referência indispensável.⁷⁴ Diferentemente da arte e da literatura, essas disciplinas careciam de uma projeção social equivalente, um fato que, somado às barreiras idiomáticas, dificultava enormemente sua influência sobre a sociedade.

Apesar da relativa equivalência entre certas categorias profissionais e determinados alinhamentos em torno da guerra, é necessário evitar as caracterizações homogeneizantes e as simplificações. Numerosos outros exemplos indicam que a polarização entre aliadófilos e germanófilos se produziu no interior de vários campos profissionais e associações civis, evidenciando sua complexidade intrínseca. Ademais, o impacto diferencial das causas aliada e alemã sobre a opinião pública argentina se explica por diversos fatores, além das afinidades derivadas da formação profissional.

O fator central foi o peso demográfico esmagador das comunidades de imigrantes procedentes das nações aliadas em comparação com a dos Impérios Centrais: as primeiras formavam 51% do total de estrangeiros, enquanto as segundas alcançavam apenas 6%.⁷⁵ Embora as co-

73. SORIA, Esther Aillón. La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto L'Amérique latine, 1860-1930. In: GRANADOS, Aimer; MARICHAL, Carlos (org.). *Construcción de las identidades latinoamericanas*. Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX. México: El Colegio de México, 2004.

74. ROLLAND, op. cit., p. 143.

75. *Tercer Censo Nacional levantado el 1º de junio de 1914*, op. cit., vol. II, p. 395-396. A alta porcentagem que correspondia aos imigrantes de países neutros na guerra se explica pelo peso dos espanhóis que, na época, eram o segundo maior grupo em termos numéricos, atrás dos italianos. Entre 1857 e 1914,

munidades não fossem monolíticas e mostrassem importantes divisões internas, não permitindo inferir um apoio irrestrito à causa de seus países de origem, as proporções indicadas, de toda forma, se mostram bastante contundentes.⁷⁶ Além disso, grande parte desses europeus que chegaram à Argentina massivamente a partir da década de 1880 criaram raízes e se integraram à sociedade local e, somado a seus descendentes — primeira geração de argentinos —, constituíam uma alta porcentagem dessa mesma opinião política.

Por outro lado, o controle dos fluxos de informação pelos Aliados também foi crucial para o predomínio de suas perspectivas sobre a guerra na opinião pública local. A informação acerca da Grande Guerra que chegava à imprensa argentina havia atravessado previamente vários níveis de mediação. Em primeiro lugar, a regulação estatal de conteúdos que os estados beligerantes estabeleceram com o desencadear da guerra e que resultou na instauração de um sistema de censura centralizado.⁷⁷

Após a aplicação dos procedimentos da censura oficial, a informação sobre a guerra era recompilada pelas agências internacionais de notícias que, na esteira da revolução das comunicações da segunda metade do

os principais destinos da migração ultramarina europeia foram os Estados Unidos (27.000.000 de pessoas), Argentina (4.600.000), Canadá (4.000.000) e Brasil (3.300.000) (DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, p. 247). No entanto, esses números relativos devem ser colocados em relação com o total da população de cada país. Conseqüentemente, a proporção da população estrangeira na Argentina (29,9%) era mais alta que no Canadá (22% em 1911), nos Estados Unidos (14,7% em 1910) e no Brasil (ao redor de 5% em 1920). Disponível em: <<https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/11-630-x/11-630-x2016006-eng.htm>>, acesso em: 28 de out. 2018; <<https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/charts/immigrant-population-over-time>>, acesso em: 28 out. 2018; e FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina*. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004, p. 178.

76. Em relação às tensões internas das comunidades de imigrantes residentes na Argentina e seu papel durante a guerra, ver: TATO, op. cit., p. 58-60.

77. DEMM, Eberhard. Censorship. In: DANIEL, Ute; GATRELL, Peter; JANZ, Oliver; JONES, Heather; KEENE, Jennifer; KRAMER, Alan; NASSON, Bill (ed.). *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Belin: Freie Universität Berlin, 2017. Disponível em: <<http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/censorship>>. Acesso em: 22 out. 2018.

século XIX, dominavam o mercado mundial da informação. Na América Latina, o controle da distribuição de notícias correspondeu à agência francesa *Havas*, com uma quota menor do mercado a cargo da norte-americana *Associated Press*.⁷⁸ Na Argentina, graças a um acordo secreto entre a *Havas* e a agência britânica *Reuters*, os telegramas dessa última eram transmitidos, durante a guerra, a Buenos Aires e publicados como procedentes da agência francesa, para serem retransmitidos a Montevideu e a Santiago do Chile.⁷⁹ Esta triangulação da informação coloca em destaque o papel crucial desempenhado pela capital argentina na difusão de notícias e propagandas europeias no Cone Sul, qualquer que fosse sua origem.⁸⁰

As agências transmitiam notícias pelo telégrafo aos jornais que estavam inscritos em seus serviços, sendo duas companhias britânicas operantes na Argentina, a *Western Telegraph Company* e a *Central and South American Company*, que conectavam Buenos Aires a Londres. A Alemanha dispunha somente dos serviços prestados pela *Südamerikanische Telegraphengesellschaft*. Quando, em 4 de agosto de 1914, o governo britânico cortou os cabos submarinos transatlânticos que vinculavam telegraficamente a Alemanha ao continente, os Aliados infligiram um golpe decisivo aos Impérios Centrais, ao mesmo tempo em que obtiveram o monopólio virtual das comunicações com a América.⁸¹ No fim desse mesmo ano, o governo alemão esteve em condições de recorrer aos serviços da agência de notícias *Transocean* que, por meio da

78. DESBORDES-VELA, Rhoda. L'information internationale en Amérique du Sud: les agences et les réseaux, circa 1874-1919. *Le Temps des médias*, n. 20, 2013/1, p. 126-127; 134-135.

79. Reino Unido, Londres, The National Archives (daqui em diante, TNA), FO 118/385, "Despatch n° 110 from Sir R. Tower to Sir E. Grey", Buenos Aires, 9 de março de 1916.

80. França, Paris, Centre des Archives Diplomatiques de La Courneuve (daqui em diante, CADLC), Fond Maison de la Presse et Services d'Information et de Presse 1914-1940, Dossier 3, "La transmission des Communiqués Officiels de guerre à l'étranger", 23 de dezembro de 1915; RINKE, Stefan. *Im Sog der Katastrophe. Lateinamerika und der Erste Weltkrieg*. Frankfurt am Main: Campus, 2015, p. 119.

81. PETERSON, H. C. *Propaganda for war. The campaign against American neutrality, 1914-1917*. New York: Kennikat Press, 1968, p. 12-14.

radiotelegrafia, transmitia informes da Alemanha por meio de estações nos Estados Unidos,⁸² retransmitidos por cabos a Buenos Aires.⁸³ No entanto, a telegrafia sem fio tinha limitações técnicas que reduziam fortemente o volume da informação transmissível,⁸⁴ motivo pelo qual a provisão de notícias procedentes dos Impérios Centrais foi fatalmente afetada.

A fim de superar esses obstáculos, a Alemanha tentou instalar — aparentemente sem êxito — diversas estações de rádio clandestinas no território argentino.⁸⁵ Também estabeleceu uma agência de notícias própria em Buenos Aires, que proporcionou informações à imprensa alemã local e a alguns jornais do Chile. A agência atuava sob o nome de *Prensa Asociada*, supostamente para dar a impressão de ser uma filial da *Associated Press* norte-americana, e oferecia seus serviços a um “custo extremamente baixo”.⁸⁶ No entanto, o esforço mais ambicioso e contínuo da Alemanha para combater o monopólio informativo aliado e difundir seus pontos de vista sobre o conflito consistiu na criação de um jornal em espanhol, *La Unión*, em 31 de outubro de 1914.⁸⁷ Fundado pelo jornalista alemão Hermann Tjarks, foi financiado pela Legação Alemã e sua comunidade residente na Argentina. Durante a guerra, o periódico foi um interlocutor inevitável junto às publicações pró-aliadas e o jornal

82. EVANS, Heidi. The path to freedom? Transocean and German wireless telegraphy, 1914-1922. *Historical Social Research*, n. 35, 2010, p. 216-217.

83. HOFFMANN, Katrin. ¿Construyendo una “comunidad”? Theodor Alemann y Hermann Tjarks como voceros de la prensa germanoparlante en Buenos Aires, 1914-1918. *Iberoamericana. América Latina – España – Portugal*, n. 33, 2009, p. 128.

84. WELCH, David. *Germany, propaganda and total war, 1914-1918*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2000, p. 22-23.

85. TNA, FO 118/384, Reginald Tower, *Argentine Republic. Annual Report, 1915*, Buenos Aires, 1 de janeiro de 1916, p. 24-26; CADLC, Fond Guerre 1914-1918, Dossier 191, *Le Ministre de France en Argentine a son Excellence Monsieur Ribot, Président du Conseil, Ministre des Affaires Etrangères*, Buenos Aires, junho de 1917.

86. TNA, FO 118/463, *Despatch from Sir R. Tower to Mr Balfour*, Buenos Aires, 4 de maio de 1918; TNA, FO 118/465, *Despatch from Sir R. Tower to Mr Balfour*, Buenos Aires, 10 de outubro de 1918.

87. Sobre esta publicação, ver: TATO, María Inés. Fighting for a lost cause? The Germanophile newspaper *La Unión* in neutral Argentina, 1914-1918. *War in History*, v. 25, n. 4, 2018, p. 464-484.

de propaganda alemã mais importante da América do Sul.⁸⁸ O jornal apostava em corrigir os estereótipos sobre a Alemanha difundidos pela propaganda aliada e, com esse objetivo, exaltou as conquistas materiais e culturais do Império Alemão, reafirmou o caráter defensivo de sua intervenção no conflito e rejeitou as acusações das atrocidades que lhe atribuíam durante a ocupação belga e francesa. Com o fim de aumentar sua influência sobre o público local, *La Unión* — tal como a propaganda alemã destinada à sociedade argentina — insistiu na denúncia do imperialismo britânico e norte-americano e no estímulo ao irredentismo em torno das Ilhas Malvinas. Apesar de seus esforços, o periódico não pôde combater a imagem negativa do Império Alemão que estava estabelecida na opinião pública, nem enfraquecer a devoção de grande parte dela à causa dos Aliados.

Como vimos, a mobilização cultural da sociedade, polarizada em torno da Grande Guerra, expressou-se em debates calorosos na imprensa e em todo o âmbito social. Contudo, a mobilização não estava restrita a um mero exercício discursivo. O ativismo social em torno da guerra também se canalizou por meio da mobilização da solidariedade, com diversas iniciativas humanitárias e voluntariado sanitário e militar.

Desde o início do conflito, diferentes atores e setores sociais se dedicaram a fornecer ajuda humanitária a viúvas, órfãos, refugiados e soldados feridos na guerra, complementando as ações similares desenvolvidas por comunidades de imigrantes das nações beligerantes. Muitas dessas atividades solidárias foram impulsionadas por uma gama de instituições preexistentes ao conflito. Sem dúvida, a tragédia europeia também revigorou um renovado impulso associativo, derivado da aparição de várias organizações de alcance nacional, especificamente dedicadas a diminuir o sofrimento em grande escala provocado pela guerra total.

As primeiras reações solidárias após a eclosão do conflito provavelmente vieram das elites, acostumadas a passar o verão na Europa

88. RINKE, op. cit., p. 120.

como parte de uma rotina ligada à reafirmação de seu status social. De fato, boa parte de sua identidade de classe residia nas longas estadias na Europa, especialmente em Paris, e no convívio com seus círculos sociais e intelectuais.⁸⁹ Havia muitos latino-americanos que, desde o final do século XIX, tinham formado uma colônia quase estável na capital francesa. Nas vésperas da guerra, residiam nela cerca de 4.200 latino-americanos, com predomínio de brasileiros e, em segundo lugar, de argentinos.⁹⁰ Quando a guerra estourou, muitos argentinos iniciaram o retorno à pátria, embora fossem mais numerosos os que permaneceram na Europa, se organizando para reunir fundos para auxiliar civis e soldados feridos. Talvez o resultado mais marcante dessas atividades tenha sido a inauguração do Hospital Argentino em Paris, um edifício de sete andares com 150 leitos, com uma “grande sala de cirurgia, sala de radiografia, de esterilização, farmácia, odontologia etc. [...] instalado segundo as mais rigorosas exigências de higiene, de conforto e da ciência médica”. Registrado como Hospital Auxiliar n° 108, foi classificado pelas autoridades militares francesas como “hospital de evacuação de primeira classe”. A ajuda solidária também se concretizou com a compra de trens-ambulância, manutenção de instalações para soldados convalescentes ou mutilados e apoio a viúvas e órfãos.⁹¹ Uma estimativa conservadora da contribuição material para a causa dos Aliados — que não contabiliza as doações efetuadas pela colônia argentina residente na França e nem aquelas destinadas a outros países da Tríplice Entente — estimava que, em meados de 1917, a sociedade argentina havia enviado à

89. LOSADA, Leandro. *La alta sociedad en la Buenos Aires de la Belle Époque*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editora Iberoamericana, 2008, p. 151-166.

90. Na década de 1920, os argentinos formariam a colônia majoritária. STRECKET, Jens. Latin Americans in Paris, 1870-1940. A statistical analysis. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas / Anuario de Historia de América Latina*, n. 49, 2012, p. 193-194.

91. SUX, Alejandro. *Los voluntarios de la libertad*. Contribución de los latino-americanos a la causa de los Aliados. París : Ediciones Literarias, 1918, p. 43-49. *Liste des Hôpitaux du Gouvernement Militaire de Paris, complémentaire, auxiliaires, bénévoles*. Disponível em: <<http://tsovorp.org/histoire/Sources/HopType.php>> Acesso: 3 nov. 2018.

França cerca de 15 milhões de francos, uma cifra que colocou o país em terceiro lugar dentre os doadores americanos, atrás dos Estados Unidos e Canadá.⁹²

Além das ações de solidariedade implantadas pela colônia argentina na França, outras foram realizadas na Argentina para contribuir com a população civil belga. O “martírio da Bélgica” comoveu profundamente a sociedade argentina, que, entre outros empreendimentos, colaborou com a Comissão de Socorro da Bélgica (*Commission for Relief of Belgium*), liderada por Herbert Hoover.⁹³ O ramo argentino dessa entidade transnacional enviou à Bélgica mais de vinte navios carregados com cereais, roupas e conservas,⁹⁴ resultantes de arrecadações que não apenas envolviam os setores ricos da sociedade, mas também incluíam cidadãos comuns e multidões anônimas, evidenciando que o impacto da Grande Guerra, longe de ter um escopo restrito, envolvia a sociedade como um todo.

Em termos gerais, a ajuda humanitária da Argentina tendia a se basear na identificação com a causa de um dos lados beligerantes e contribuir com seu esforço de guerra, mais do que refletir uma solidariedade com as vítimas da guerra. Se tomarmos como referência a informação fornecida pelos meios de comunicação de massa, a maior parte da cooperação material da Argentina teria ido para as nações aliadas, enquanto a destinada à ajuda dos Impérios Centrais teria sido comparativamente menor.

A cooperação argentina não se limitou à contribuição material e pecuniária para as vítimas do conflito, mas também assumiu a forma de voluntariado de profissionais da saúde que colocaram suas habilidades técnicas a serviço dos hospitais militares europeus. Participaram dessa colaboração renomados médicos, como Enrique Finochietto e Pedro

92. SUX, op. cit., p. 49-50.

93. HERTOOG, Johan den. The Commission for Relief in Belgium and the political diplomatic history of the First World War. *Diplomacy & Statecraft*, vol. 21, n. 4, 2010.

94. Acción de los belgas. In: GERCHNUOFF, Alberto; BILIS, Aarón (eds.). *El álbum de la victoria*. Buenos Aires: E. Danon, 1920, s/p.

Chutro,⁹⁵ assim como numerosos civis argentinos sem treinamento na área de saúde que residiam na Europa no início da guerra e ofereceram sua colaboração como enfermeiros ou maqueiros.

Além de uma mobilização humanitária, a solidariedade com a Europa no conflito também envolveu uma faceta militar. Ao longo da Grande Guerra, várias centenas de latino-americanos se alistaram como voluntários nos exércitos europeus, em muitos casos sem conexões de nacionalidade com os países, destacando a natureza transnacional do recrutamento. O cálculo do número preciso de argentinos inscritos no serviço dos beligerantes europeus resultaria em uma árdua tarefa, tanto pela precariedade das fontes disponíveis quanto pelo duplo pertencimento de alguns indivíduos devido às tensões entre o *jus sanguinis* e o *jus soli*. Os estados europeus, segundo o *jus sanguinis*, concediam automaticamente a cidadania aos filhos de seus cidadãos nascidos no exterior, enquanto o Estado argentino, de acordo com o *jus soli*, os considerava cidadãos de acordo com seu local de nascimento. As estimativas parciais de voluntários nem sempre refletem essa distinção e contabilizam tanto os europeus de segunda geração nascidos argentinos, que se mobilizaram em conformidade com seus deveres cívicos, como aqueles que não tinham laços familiares com os Estados que serviam.

A trajetória desses argentinos a serviço dos exércitos beligerantes podia ser acompanhada diariamente na imprensa durante os anos de guerra, através de notícias sobre partidas, condecorações ou morte nos campos de batalha. Fica claro, muitas vezes, que a decisão de mobilizar-se militarmente era inspirada pela lealdade à terra de seus ancestrais, mas muitas trajetórias individuais não refletiam essa motivação. Nesses casos, como se observa em alguns testemunhos coletados por vários correspondentes de guerra, outros fatores operaram, como a francofilia generalizada a que já aludimos, o desejo de aventura (especialmente entre os alistados na aviação) e uma exaltação da violência como

95. SUX, op. cit., p. 34-42.

purificadora dos males da modernidade.⁹⁶ Independentemente da causa do alistamento, esse foi, sem dúvida, o sinal mais dramático e extremo da solidariedade da sociedade argentina com a Europa em guerra.

Até 1917, a mobilização da sociedade argentina baseava-se na polarização cultural entre “aliadófilos” e “germanófilos” e na percepção da Grande Guerra como um evento distante, que suscitava paixões, adesões e solidariedades, mas que, em última análise, não dizia respeito diretamente à Argentina. Conseqüentemente, esses antagonismos essencialmente culturais eram vistos como perfeitamente compatíveis com a neutralidade oficial adotada pelo Estado.

Esta situação se modificou radicalmente em 1917, como resultado de três episódios bélicos. Em primeiro lugar, em janeiro daquele ano, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com a Alemanha em consequência da declaração de guerra submarina irrestrita; em abril, entraram em guerra no lado aliado. A entrada na contenda foi acompanhada pelo lançamento de uma campanha de pressões diplomáticas e econômicas sobre as nações latino-americanas a fim de estimular alinhamentos com o novo rumo da política externa norte-americana, assim como o reforço do apelo ao pan-americanismo. Como resultado, nos meses seguintes, os estados do subcontinente abandonaram a neutralidade para proceder à ruptura das relações com o Império Alemão ou até mesmo à declaração de guerra contra aquele país. Somente Argentina, México, Chile, Venezuela, Colômbia e Paraguai mantiveram-se neutros até o final da Grande Guerra.⁹⁷

Em segundo lugar, a passagem dos Estados Unidos à beligerância coincidiu com o torpedeamento de três navios argentinos — *Monte*

96. REILLY, Juan José de Soiza. *Fray Mocho* en la guerra. La aviación bélica. Aviadores argentinos en el ejército francés, artigo datado em Paris de 22 de janeiro de 1916 e publicado em *Fray Mocho*, n. 201, 3 de março de 1916; SUX, op. cit., p. 103, 120-121, 187-199; RIBAS, Federico. Desde París. Un aviador argentino en la guerra. *Caras y Caretas*, n. 902, 15 de janeiro de 1916.

97. COMPAGNON, Olivier. Entrer en guerre? Neutralité et engagement de l'Amérique latine entre 1914 et 1918. *Relations Internationales*, n. 137, 2009, p. 31-43.

Protegido, Oriana e Toro — que desencadearam um incidente diplomático entre o governo argentino e o Império Alemão. Este rapidamente respondeu às reivindicações argentinas e deu satisfação total às suas demandas. Entretanto, esses episódios encorajaram manifestações populares com altas doses de germanofobia e violência.

Por fim, no âmbito da campanha pan-americanista, o governo dos Estados Unidos tentou se aproveitar politicamente dos incidentes em torno do naufrágio dos navios argentinos. Para isso, divulgou publicamente uma série de telegramas enviados pelo ministro plenipotenciário da Alemanha na Argentina, o conde Karl von Luxburg, às autoridades de seu governo. As mensagens foram interceptadas e decifradas pelo serviço de inteligência britânico, e o governo dos EUA decidiu divulgá-las na imprensa antes de notificar as autoridades argentinas. Nesses telegramas, enviados a Berlim em plena negociação dos torpedeamentos, Luxburg recomendou que continuasse com a guerra submarina irrestrita contra a Argentina, mas “sem deixar vestígios”, e qualificou Honorio Pueyrredón, encarregado do Ministério das Relações Exteriores, de “notório asno e anglófilo”. Finalmente, insinuou a existência de um acordo verbal com o Presidente Hipólito Yrigoyen para evitar a futura entrada de navios argentinos na zona de exclusão estabelecida pela Alemanha.⁹⁸ A publicação desses documentos confidenciais na imprensa argentina desencadeou um escândalo de grandes proporções, que marcou um momento decisivo na mobilização da sociedade.

De fato, a nova crise diplomática, conhecida como “*affaire Luxburg*”, significou a internalização e a redefinição da Grande Guerra, a quebra do consenso neutralista, até então hegemônico, e a emergência de novos antagonismos sociais.⁹⁹ O nacionalismo invadiu os debates públicos

98. WEINMANN, op. cit., p. 129-130.

99. Tomamos a expressão “consenso neutralista” de Olivier Compagnon, que define dessa forma a política exterior das nações latino-americanas entre 1914 e 1917 (COMPAGNON, 2009, op. cit.). Aqui, aplicamos o conceito à leitura hegemônica da política externa argentina frente ao conflito que impregnou na sociedade durante esse período.

e deu origem à luta pela representação — exclusiva e excludente — da *argentinidad*. Ao afetar os interesses e a honra da nação, os incidentes com a Alemanha trouxeram para mais perto uma guerra até então vista como distante. Como um célebre intelectual havia advertido: “o que antes foi emoção casual ou polêmica filosófica, de repente se tornou — por vontade da Alemanha — um conflito moral e episódio da nossa própria história”.¹⁰⁰ A dicotomia “aliadófilos” e “germanófilos”, que havia dominado os debates públicos até 1917, foi sobreposta por uma nova clivagem que separava os chamados “rupturistas” (partidários da ruptura de relações com a Alemanha) dos “neutralistas”.

Esses dois pares dicotômicos foram usados, frequentemente, como sinônimos no calor das disputas cotidianas. Embora a correspondência entre “aliadófilos” e “rupturistas” estivesse correta, o mesmo não aconteceu com a assimilação de “germanófilos” a “neutralistas”. Embora os germanófilos em sentido estrito — isto é, os admiradores do Império Alemão — promovessem a neutralidade porque sabiam que, no contexto argentino, essa política externa seria a mais benéfica para a Alemanha, nem todos os defensores da neutralidade eram germanófilos. Pelo contrário, nesse campo coexistiram correntes políticas e ideológicas muito diversas, que incluíam representantes tanto do partido no poder quanto da oposição, convencidos da pertinência da neutralidade, para além de anarquistas, socialistas internacionalistas e católicos, que se identificavam com o pacifismo promovido pelo papado. No entanto, nas discussões em torno da política externa, o termo “germanófilo” e sua assimilação com o neutralismo adquiriram uma forte carga negativa, próxima do insulto político. O escritor e jornalista Alberto Gerchunoff sintetizou essa assimilação depreciativa com um neologismo: “neutrófilo”.¹⁰¹ A adesão à neutralidade foi considerada uma admissão

100. ROJAS, Ricardo. *La voz del atalaya. La guerra de las naciones*. Buenos Aires: La Facultad, 1924 [1917], p. 38.

101. GERCHNUOFF, Alberto. Los neutrófilos. *La Nota*, n. 120, 24 de novembro de 1917.

tácita e vergonhosa de germanofilia, uma hesitação perante o agressor alemão; em suma, uma traição à nação.

Diante desses ataques, os neutralistas responderam com representações igualmente arbitrárias e simplistas de seus adversários. Em sua perspectiva, postular o abandono da neutralidade implicava uma cessão indigna diante das pressões aliadas e uma expressão do caráter entreguista de seus partidários. Assim, o “aliadofilismo intervencionista é basicamente uma soma de paixões e interesses estrangeiros [assim como] o neutralismo é uma explosão do nacionalismo viril e do argentinismo excludente e patriótico”.¹⁰² Enquanto os rupturistas eram identificados com as elites afrancesadas *rastacueras* das cidades cosmopolitas, em particular da capital da república, os neutralistas associavam-se ao povo e ao interior do país, reservatório por excelência da “argentinidade pura”.¹⁰³

Essa nova polarização atravessou a sociedade e conduziu a uma verdadeira explosão associativa. Em todos os círculos sociais — universidades, escolas secundárias, associações profissionais, clubes, bibliotecas populares, sociedades de bairro — havia divisões internas entre os rupturistas e os neutralistas, que dificultavam a convivência social. Além dessas divisões em associações preexistentes à guerra, surgiram, em 1917, muitas organizações que tinham como objetivo tomar uma posição clara a respeito da política externa do governo argentino e lutar para que as autoridades a adotassem. Entre as muitas associações que surgiram no calor desta situação, temos como exemplos: o Comitê de Estudantes Pró-Aliados, o Centro de Trabalhadores Pró-Aliados, o Comitê de Comércio Pró-Ruptura das Relações com a Alemanha, o Comitê de Vendedores de Jornais Pró-Ruptura de Relações com a Alemanha, a Associação Desportiva Pró-Neutralidade, o Comitê Patriótico

102. COLMO, Alfredo. Los Estados Unidos y la neutralidad argentina. *Mi neutralismo*. Buenos Aires: Renovación, 1918, p. 49–50.

103. COLMO, Alfredo, op. cit., p. 79, 112; BIEDMA, Ernesto Vergara. *Guerra de mentiras*: el discurso de Wilson y el peligro yanqui. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso, 1917, p. 43–44, 47.

Pró-Neutralidade dos Funcionários do Correios e Telégrafos, o Comitê Universitário Pró-Neutralidade e o Comitê de Estudantes Secundários Pró-Neutralidade. Estas associações, muitas vezes de natureza local, tenderam a ser absorvidas por duas entidades nacionais. A maioria dos rupturistas se reuniu no Comitê Nacional da Juventude, enquanto uma grande parte das organizações neutralistas se uniu à Liga Patriótica Argentina Pró-Neutralidade. Ambas as organizações tinham em sua comissão executiva a participação ativa de intelectuais e profissionais destacados.¹⁰⁴

Tanto as grandes cidades como as pequenas localidades em todo o território argentino assistiram, cotidianamente, a massivos atos públicos em suas ruas e praças. No caso de Buenos Aires, registraram-se manifestações nas ruas que reuniram cerca de 100.000 pessoas, quase 10% da população da cidade.¹⁰⁵ A heterogeneidade social nesses atos — que reuniam setores diversos, tanto nativos quanto estrangeiros, intelectuais e dirigentes sociais, além de simples cidadãos — ficava resumida à identidade de neutralista ou de aliadófilo, reforçada por uma grandeza de símbolos: marchas patrióticas interpretadas por orquestras (o onipresente Hino Nacional, além da *Marselhesa*, da *Marcha Real*, da *Brabançonne*, do *God save the King* e do *Hino Garibaldino* no caso dos aliadófilos); bandeiras (a argentina em ambos os casos, as das nações aliadas entre os rupturistas e a bandeira branca da paz entre os neutralistas); e cartazes com palavras de ordem alusivas à mobilização. Os apaixonados discursos em defesa da neutralidade ou pró-ruptura com a Alemanha pronunciados pelos oradores contribuía para estimular as solidariedades coletivas.

Como mencionado acima, a invocação da nação foi a força motriz dos alinhamentos em torno da política externa do Estado argentino neste período crítico e, por isso, foi base destas manifestações de massa

104. Sobre o fenômeno associativo nessa conjuntura e as atividades dessas organizações, ver: TATO, op. cit., capítulo 6.

105. *Tercer Censo...*, op. cit., vol. II, p. 3. A cidade de Buenos Aires contava, em 1914, com 1.575.814 habitantes, dos quais 49% eram estrangeiros.

que inundaram o espaço público. Apesar de apresentar diagnósticos divergentes sobre questões internacionais e propor direções diplomáticas opostas, tanto neutralistas como rupturistas coincidiram no apelo ao nacionalismo para justificar suas respectivas posições referentes à guerra. De fato, ambos se referiam ao destino manifesto da Argentina na América Latina. Do ponto de vista do primeiro, a neutralidade garantia a limitação do avanço do pan-americanismo norte-americano e, conseqüentemente, a manutenção da liderança argentina na região. Por essa razão, eles costumavam elogiar a política externa promovida pelo presidente Yrigoyen. Para os rupturistas, por outro lado, o alinhamento com os Aliados permitiria à Argentina ocupar uma posição vantajosa na arena internacional, durante e após o conflito. Essa estratégia também neutralizaria o avanço do Brasil na América do Sul, uma vez que se percebia a entrada do país vizinho na guerra como uma eventual ameaça ao status internacional da Argentina no subcontinente.¹⁰⁶

Por outro lado, ambos os grupos mostraram adesão ou rejeição de certas representações transnacionais da identidade argentina. Os rupturistas exibiram uma sólida francofilia à qual, em alguns casos, se acrescentou um incipiente pan-americanismo, expressão do *boom* global do “momento Wilson”.¹⁰⁷ Conseqüentemente, os Estados Unidos começaram a ser celebrados como um paradigma de liberdade e como um poder libertador dos povos oprimidos, revisando os preconceitos arraigados sobre essa nação e valorizando as vantagens de uma cooperação hemisférica.¹⁰⁸ Os neutralistas, como vimos, tenderam a rejeitar essas

106. COLMO, op. cit., p. 75; GERCHUNOFF, Alberto. *Conferencia de Dn. Alberto Gerchunoff en el Charmant-Cinema de Santa Fe en la velada pro-huérfanos belgas del 9 de junio de 1918*. Santa Fe: Imprenta de J. F. Ribles, p. 8-9.

107. MANELA, Erez. *The Wilsonian moment: self-determination and the international origins of anticolonial nationalism*. Nova York: Oxford University Press, 2007, p. 6. Se alude, com essa expressão, à popularidade que desfrutou o presidente norte-americano Woodrow Wilson entre o ingresso dos Estados Unidos na guerra e a assinatura do Tratado de Versalhes, fundada em seus catorze pontos e, especialmente, na afirmação do direito à autodeterminação dos povos.

108. COMPAGNON, Olivier. *L'adieu à l'Europe. L'Amérique latine et la Grande Guerre*. Paris: Fayard, 2013, p. 326-328.

identificações e adotaram um discurso anti-imperialista. Mesmo assim, era comum que assimilassem uma identidade transnacional alternativa, o pan-hispanismo, baseada em fatores históricos e culturais. A reconsideração da antiga metrópole havia começado por volta de 1898, após a guerra hispano-cubano-americana, junto com o surgimento do “primeiro anti-imperialismo latino-americano”.¹⁰⁹ Não é por acaso que a recuperação da antiga Pátria Mãe foi reativada durante a Grande Guerra, sendo postulada como modelo, em uma época em que a neutralidade estava em questão – a Espanha havia adotado uma posição neutralista ante o conflito, que persistiria até o fim da guerra, apesar das vicissitudes que a afetaram.

Em suma, as duas correntes que dividiram a opinião pública durante essa fase crítica da Grande Guerra fizeram parte de um clima de eferescência cultural. Como nas nações beligerantes, significou a coroação do nacionalismo e deu novo impulso aos elementos ideológicos que eram parte integrante de um substrato nacionalista generalizado, fortemente enraizado na cultura política da Argentina.

O estudo da mobilização da sociedade argentina frente às vicissitudes da Primeira Guerra Mundial, que descrevemos nas páginas anteriores, permite explorar a divisão entre neutros e beligerantes, pois demonstra que um Estado formalmente neutro pode registrar uma forte beligerância no plano social e cultural. Essa afirmação não implica igualar beligerantes e neutros, mas apenas reconhecer que esses últimos também construíram experiências sociais pujantes em torno de uma guerra da qual estavam oficialmente à margem. Por outro lado, o caso argentino confirma a natureza global do conflito e a profundidade de seus impactos locais. Longe de se limitar ao nível mais óbvio — a economia, afetada pelas farpas da guerra econômica entre as potências — o conflito repercutiu fortemente em outras dimensões da vida social,

109. TERÁN, Oscar. El primer anti-imperialismo latinoamericano. *En busca de la ideología argentina*. Buenos Aires: Catálogos, 1986.

como um olhar a partir da história social e cultural da guerra permite vislumbrar. Afinidades eletivas baseadas em laços demográficos ou profissionais com os beligerantes e representações de identidade nacional enraizadas em configurações identitárias transnacionais mostram a intensidade das conexões e interações culturais que a sociedade argentina estabeleceu com um mundo em guerra, bem como as particularidades de sua resposta aos processos em desenvolvimento a nível global. Além disso, explicam, pelo menos em parte, as reações de uma sociedade que não tinha interesses diretos no conflito, nem alianças que a uniam aos beligerantes, e que, no entanto, mobilizou-se intensamente em torno dele.

REFERÊNCIAS

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BIEDMA, Ernesto Vergara. *Guerra de mentiras: el discurso de Wilson y el peligro yanqui*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso, 1917.

COLMO, Alfredo. *Los Estados Unidos y la neutralidad argentina*. Mi neutralismo. Buenos Aires: Renovación, 1918.

COLOMBI, Beatriz. Camino a la meca. Escritores hispanoamericanos en París (1900-1920). In: MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Ediciones, vol. I La ciudad letrada, de la conquista al modernismo, 2009.

COMPAGNON, Olivier. Entrer en guerre? Neutralité et engagement de l'Amérique latine entre 1914 et 1918. *Relations Internationales*, n. 137, 2009, p. 31-43.

_____. *L'adieu à l'Europe*. L'Amérique latine et la Grande Guerre. Paris: Fayard, 2013.

COMPAGNON; Olivier; PURSEIGLE, Pierre. Geographies of mobilization and territories of belligerence during the First World War. *Annales HSS* (Edição Inglesa), v. 71, n. 1, 2016, p. 37-64.

DEMM, Eberhard. Censorship. In: DANIEL, Ute; GATRELL, Peter; JANZ, Oliver ; JONES, Heather ; KEENE, Jennifer; KRAMER, Alan ; NASSON, Bill (ed.). *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Belin: Freie

Universität Berlin, 2017. Disponível em: <<http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/censorship>>. Acesso em: 22 out. 2018.

DESBORDES-VELA, Rhoda. L'information internationale en Amérique du Sud: les agences et les réseaux, circa 1874-1919. *Le Temps des médias*, n. 20, 2013/1.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

EVANS, Heidi. The path to freedom? Transocean and German wireless telegraphy, 1914-1922. *Historical Social Research*, n. 35, 2010, p. 209-233.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina*. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

GERCHNUOFF, Alberto; BILIS, Aarón (Ed.). *El álbum de la victoria*. Buenos Aires: E. Danon, 1920.

HERTOG, Johan den. The Commission for Relief in Belgium and the political diplomatic history of the First World War. *Diplomacy & Statecraft*, vol. 21, n. 4, 2010, p. 593-613.

HOFFMANN, Katrin. ¿Construyendo una “comunidad”? Theodor Alemann y Hermann Tjarks como voceros de la prensa germanoparlante en Buenos Aires, 1914-1918. *Iberoamericana. América Latina – España – Portugal*, n. 33, 2009, p. 121-138.

HORNE, John. Introduction: mobilizing for “total war”, 1914-1918. In: HORNE, John (ed.). *State, society and mobilization in Europe during the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LOSADA, Leandro. *La alta sociedad en la Buenos Aires de la Belle Époque*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editora Iberoamericana, 2008.

MANELA, Erez. *The Wilsonian moment: self-determination and the international origins of anticolonial nationalism*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

PADDOCK, Troy R.E. Introduction. In: PADDOCK, Troy R.E. (ed.). *World War I and propaganda*. Leiden-Boston: Brill, 2014.

PAYRÓ, Roberto J. Diario de un testigo. La guerra vista desde Bruselas, 12. In: PAYRÓ, Roberto J. *Corresponsal de guerra*. Cartas, diarios, relatos (1907-1922). Buenos Aires: Biblos, 2009.

PETERSON, H. C. *Propaganda for war*. The campaign against American neutrality, 1914-1917. Nova Iorque: Kennikat Press, 1968.

QUESADA, Ernesto. *El “peligro alemán” en Sud América*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Selin Suárez, 1915.

- RASMUSSEN, Anne. Mobilising minds. In: WINTER, Jay (ed.). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. V. 3.
- RINKE, Stefan. *Im Sog der Katastrophe*. Lateinamerika und der Erste Weltkrieg. Frankfurt am Main: Campus, 2015.
- ROJAS, Ricardo. *La voz del atalaya*. La guerra de las naciones. Buenos Aires: La Facultad, 1924 [1917].
- ROLLAND, Denis. *La crise du modèle français*. Marianne et l'Amérique latine. Culture, politique et identité. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2000.
- SORIA, Esther Aillón. La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto L'Amérique latine, 1860-1930. In: GRANADOS, Aimer; MARICHAL, Carlos (org.). *Construcción de las identidades latinoamericanas*. Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX. México: El Colegio de México, 2004.
- STRECKET, Jens. Latin Americans in Paris, 1870-1940. A statistical analysis. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas / Anuario de Historia de América Latina*, n. 49, 2012, p. 181-204.
- SUX, Alejandro. *Los voluntarios de la libertad*. Contribución de los latino-americanos a la causa de los Aliados. París: Ediciones Literarias, 1918.
- TATO, Maria I. *La trinchera austral*. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial. Rosario: Prohistoria, 2017.
- _____. Fighting for a lost cause? The Germanophile newspaper La Unión in neutral Argentina, 1914-1918. *War in History*, v. 25, n. 4, 2018, p. 464-484.
- TERÁN, Oscar. *El primer anti-imperialismo latinoamericano*. En busca de la ideología argentina. Buenos Aires: Catálogos, 1986.
- WEINMANN, Ricardo. *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*. Buenos Aires: Biblos, 1994.
- WELCH, David. *Germany, propaganda and total war, 1914-1918*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2000.

ESTRANHA ORDEM. O BRASIL E O LIBERALISMO POLÍTICO INTERNACIONAL DO PÓS-1919¹¹⁰

Alexandre Moreli (Universidade de São Paulo, Brasil)

“Senhores: Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos Urupês, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista?”. Assim interpelava a audiência um Rui Barbosa em insólita campanha presidencial em março de 1919, que tinha o oponente Epiácio Pessoa, durante todo o período eleitoral, presente na Conferência de Paz de Versalhes¹¹¹.

Alguns anos antes, às vésperas da Grande Guerra, mas distante milhares de quilômetros das tensões balcânicas, Lobato havia, de fato, delineado o tal Jeca. Preocupado em apontar o que entendia como das piores mazelas de seu país, o escritor assim descrevia o brasileiro habitante do interior, representado no conto de mesmo nome, que depois faria parte da coletânea *Urupês*:

Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma [...]. Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol no terreno. [...] Trabalhar não era com ele. Perto morava um

110. Um versão anterior, mais breve e incipiente, deste texto, foi publicada em 2014 no volume *International Security: A European-South American Dialogue* e apresentada no Seminário “Tempos de Violência”, organizado em 2018 na Casa de Rui Barbosa pela PUC/RJ e pela UFRJ. Agradeço imensamente a leitura atenta e os comentários construtivos feitos por Sílvia Correia, Felipe Loureiro, Martín Bergel e Nelly De Freitas.

111. BARBOSA, Rui. Conferência A questão social e política no Brasil - 20 mar. 1919. In: BARBOSA, Rui, 1849-1923. *Pensamento e ação de Rui Barbosa* / Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999, p. 367.

italiano já bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro. Por que Jeca não fazia o mesmo?

Lobato tornar-se-ia mais popularmente conhecido pelo conjunto educativo de sua obra de livros infantis, mas também fora adepto fervoroso de ideais eugênicos de melhoramento da raça, infamando os mestiços brasileiros e idealizando os europeus, como nas linhas acima. Anos depois de publicar o inventário fúnebre que representava o Jeca Tatu, iria mesmo aderir à Sociedade Eugênica de São Paulo¹¹².

Também contemporâneo de Barbosa e Lobato, o poeta e romanista Menotti Del Picchia, por sua vez, oporia o Jeca Tatu a seu *Juca Mulato*, publicado em 1917. Nas mãos de Del Picchia, o homem do interior do Brasil – o tal Juca – seria a antítese do Jeca, devendo ser caracterizado pelo que pensava, sentia e sonhava. Era personagem complexa, profunda, que dialogava visceralmente com uma muito mais rica representação do interior do país; um autêntico herói romântico brasileiro, tomando a mesma mestiçagem já referida como trunfo. Ainda para Del Picchia, a razão da oposição entre o Jeca de 1914 e o Juca de 1917 era clara: o impacto da Primeira Guerra Mundial. O conflito teria provocado uma renovação na forma de pensar, nas estruturas culturais e políticas da sociedade brasileira. Para o poeta, teria sido esse o momento quando ficara claro o fim da dicotomia que existia no Brasil: entre uma zona urbana litorânea, protagonista, voltada para a Europa e outra rural, jogada erroneamente às sombras, ao atraso, à ignorância e à falta de personalidade¹¹³.

112. FERES JUNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 81, Mar. 2013. Ver, também: HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação*. 2003. 175 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281539>>. Acesso em: 13/02/19.

113. Juca Mulato tanto lançava o nome de Del Picchia nacionalmente quanto criava um símbolo do brasileiro mestiço, que rapidamente seria instrumentalizado no terreno político. Sobre a obra, ver:

Rui Barbosa usava a imagem do Jeca, tomada por seus opositores políticos como síntese do Brasil e “conjunto de todos os estigmas de calaçaria e da estupidez”, para exatamente atacar o que chamava de “politicalha” de “escaladores do poder”. Barbosa pretendia demonstrar que não se tratava a sociedade brasileira de algo cadaverizado, mas de um conjunto humano com muito de “majestade” e a servir de inspiração. Uma imagem de riqueza e complexidade próxima à de Del Picchia¹¹⁴. Finalmente, sua derrota no pleito de 1919 acabou ilustrando duas realidades rondando a elite política brasileira responsável pela inserção internacional do país.

Sobre a primeira, em um país de 30 milhões de habitantes, ser eleito estando em plena Conferência de Versalhes, e por pouco menos de 250 mil votos, mostrava anedoticamente a grande fraqueza da incipiente democracia representativa brasileira. Para a segunda, a figura do Jeca e a idealização da Europa continuavam sendo as métricas de leitura da sociedade por sua elite, em uma teimosa insistência em mantê-la à sua mercê. Nesse contexto, a “majestade” e a identidade nacional que representavam o Juca, além de seu potencial em alinhar o Brasil a outras sociedades e culturas que também conheciam a mestiçagem, que tinham passado colonial e eram igualmente marginalizadas no sistema internacional de Estados, continuavam a passar longe das estratégias e agendas de articulação para a elaboração de políticas públicas e para a projeção internacional do pós-guerra.

Esse era o desenrolar da vida política nacional no momento em que uma nova estratégia de inserção exterior se fazia urgentemente

CAMPOS, Maria José. *Versões modernistas da democracia racial em movimento: - estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-19032008-104427. Acesso em: 2019-01-21, p. 37-47. SEMANA DE ARTE MODERNA. Produção TV Cultura. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LdO_ebONKqI>. Acesso em 21/01/19. Sobre o moralismo de Lobato, o nacionalismo de Del Picchia, os efeitos da guerra e a Semana de 22, ver BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 34ª ed., São Paulo, Cultrix, 1996, p. 215-217, 331-337 e 367-368.

114. BARBOSA, Rui. op. cit., p. 368-369.

necessária. Mesmo se a diplomacia das grandes potências, através de personalidades como o americano James McDonald, atuando nos comitês de planejamento do pós-guerra, já antecipava que “o pedido por igualdade absoluta entre todos os Estados soberanos não seria alcançável”¹¹⁵, acabou tratando-se a Liga das Nações da primeira experiência de prática do liberalismo político internacional, que se manifestou através da criação da diplomacia multilateral. Como lembra Mark Mazower, a concepção da Liga inovava tanto pela criação de uma instituição de aspiração universal, capaz de unir todos os sistemas internacionais regionais existentes até então, quanto pela divisão tripartite dos poderes, estruturando uma “democracia parlamentar”. Para Mazower, um desses poderes seria o equivalente do Legislativo, com uma câmara alta, o Conselho, e uma câmara baixa, a Assembléia¹¹⁶, o que Paul Kennedy chamaria de “Parlamento da Humanidade”¹¹⁷ e que exigiria uma nova estratégia de ação, potencialmente de espírito parlamentar. De fato, ainda que tal transformação não tenha eliminado as assimetrias de poder, nem mesmo um certo espírito de diplomacia imperial¹¹⁸, a nova dinâmica parlamentar da diplomacia criava oportunidades inéditas de inserção e colaboração internacional, especialmente para potências médias e pequenas caso conseguissem se associar de forma estável no tempo dentro de tais “câmaras”.

Ao considerar as condições estruturais de distribuição de poder militar e econômico como relativas, e não absolutas, para medir inserção

115. RINKE, Stefan. *Latin America and the First World War*. Nova Iorque, Cambridge UP, 2017, p. 193.

116. MAZOWER, Mark. *Governing the World. The History of an Idea*. Londres: Allen Lane, 2012, p. 135-136.

117. KENNEDY, Paul. *The Parliament of Man. The United Nations and the quest for world government*. Londres: Penguin Book, 2007.

118. Como lembra Akira Iriye, “a Primeira Guerra Mundial tinha infligido um dano irreparável à estrutura da diplomacia do imperialismo”, típica do XIX e da projeção de poder europeu. Ainda que tal fato tenha estabelecido o contexto para entendermos as relações internacionais a partir da década de 1920, Iriye também lembra que parte da elite japonesa continuou agindo dentro do enquadramento da diplomacia do imperialismo (IRIYE, Akira. *After Imperialism. The Search for a New Order in the Far East (1921-1931)*. Cambridge, Harvard UP, 1965, p. 6-7).

internacional, este capítulo pretende debater algumas ideias, mas, sobretudo, lançar as bases de uma nova agenda de pesquisas sobre como a elite política brasileira controlando o Catete e o Itamaraty teria lidado com as novas oportunidades políticas oferecidas pela referida reestruturação das relações internacionais a partir de 1919. Com esse propósito, a importância de uma análise das percepções sobre os rumos da sociedade brasileira no século XX e do impacto da Primeira Guerra sobre sua inserção internacional através da História das Relações Internacionais, que adotaremos aqui, é duplo. Ela permite dominar a complexidade dos processos históricos não somente na construção e nas dinâmicas das relações entre diferentes sociedades e culturas, mas também o impacto sobre as conexões externas da complexidade inerente e interna a essas próprias culturas, além dos jogos de escalas e de conflitos de tempos e espaços¹¹⁹.

Considerando que a história das relações entre os beligerantes da América Latina e a Primeira Guerra Mundial continua sendo um tema pouco explorado¹²⁰ e também mantendo o foco nas consequências políticas das negociações de paz de 1919 para o Brasil no longo prazo, este capítulo tentará, com a liberdade e os limites de uma primeira aproximação nessa perspectiva, identificar e comparar a estratégia que a elite política nacional produziu para atuar no novo sistema multilateral moldado no liberalismo internacionalista tanto quando de sua inauguração na ordem internacional do pós-Versalhes (1919), como quando de seu ressurgimento no pós-São Francisco (1945) e de seu descongelamento no pós-Guerra Fria (1989).

119. Para mais detalhes sobre o enquadramento de análise da História das Relações Internacionais e sobre os poderes e os limites dos tomadores de decisão, ver: FRANK, Robert (org.). *Pour l'Histoire des Relations Internationales*. Paris, PUF, 2012, em particular, a Terceira Parte (Champs et Forces des Relations Internationales : Autonomie et Interdépendance), p. 291-472.

120. Há mais de uma década o historiador Olivier Compagnon vem apontando essas lacunas e incentivando maiores estudos no tema (COMPAGNON, Olivier. Neutralité et engagement de l'Amérique latine entre 1914 et 1918, *Relations Internationales*, n. 137 / 1, 2009, p. 31-33).

Trata-se de um ensaio propondo algumas provocações para uma análise de longo prazo sobre tentativas e fracassos de uma estratégia de não-alinhamento. Conjectura-se, assim, sobre as possibilidades e as conveniências em se criar uma nova comunidade de interesses nas relações internacionais, buscando entender as origens do terceiro-mundismo no longo prazo, ou o “prototerceiromundismo”, como assinalou Martín Bergel em exercício recente e semelhante¹²¹.

O texto divide-se, assim, em uma primeira parte, analisando os fundamentos precedentes à reflexão e à ação da elite política brasileira em Versalhes, seguida por uma parte preocupada diretamente com a ação da delegação brasileira nas conferências de paz de 1919. Finalmente, o texto caminha em direção a alguns esboços de conclusão antecedidos por uma parte que analisa as estratégias de inserção política internacional no imediato pós-Segunda Guerra e por outra que propõe a mesma análise no imediato pós-Guerra Fria.

NOVAS INTERROGAÇÕES PARA ANTIGAS RELAÇÕES

Enquanto Stefan Rinke rediscute a guerra de 1914-1918 como evento global, combatendo a clássica perspectiva eurocêntrica e o nacionalismo metodológico ao destacar a consciência latino-americana quanto a uma interdependência mundial já nesse período¹²². Enquanto Olivier Compagnon tem investido em uma melhor compreensão dos processos históricos na América do Sul durante o conflito, em uma perspectiva de história social e comparada entre Brasil e Argentina, ainda que ressaltando a persistente raridade de trabalhos sobre o tema¹²³. Enquanto pesquisadores como Luciana Fagundes têm estudado os impactos da Primeira Guerra Mundial no cenário musical brasileiro, em uma

121. BERGEL, Martín. *El oriente desplazado: los intelectuales y los orígenes del tercermundismo en la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015, p. 16-18.

122. RINKE, Stefan. *Latin America and the First World War*. Nova Iorque: Cambridge UP, 2017.

123. COMPAGNON, Olivier. *O Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 2014.

perspectiva de história cultural¹²⁴, novas outras fronteiras da historiografia vêm sendo desenvolvidas para revisar trabalhos clássicos como os de Bill Albert, Eugenio Garcia, Francisco Vinhosa e Clodoaldo Bueno. Esses últimos, enquanto pioneiros, acabaram dando prioridade aos aspectos econômicos do conflito ou valorizando o fato diplomático, a reduzida participação militar e as ambições sobre indenizações e sobre o comércio internacional do café¹²⁵. Tal estado da arte preocupa-se finalmente pouco com o alheado e demasiado lento descolamento brasileiro da diplomacia imperial do XIX no pós-Versalhes, sugerido neste texto como central para entender como o Brasil se envolveu no conflito, celebrou a paz e, a partir dessa experiência, projetou-se internacionalmente ao longo do século XX.

Considerando que os processos de tomada de decisão e as chancelarias sofrem múltiplas influências, como as das mentalidades e identidades coletivas, mas também que as elites políticas tentam influenciar as sociedades que dirigem para guiar o Estado em determinada direção, algumas novas interrogações, então, podem se apresentar aos historiadores interessados em reexaminar a inserção internacional do Brasil no longo prazo através das experiências e repercussões da singular paz de Versalhes de 1919. Teriam aquelas mudanças estruturais mencionadas por Menotti Del Picchia também contaminado o mapa mental de toda a elite política do país na saída do conflito? Qual seria, então, o entendimento de sociedade e, a partir dele, a estratégia de projeção da diplomacia brasileira diante do século que se abria com a Paz de Paris? O

124. FAGUNDES, Luciana P. Música e guerra: impactos da Primeira Guerra Mundial no cenário musical carioca, *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, 2017, p. 23-44.

125. ALBERT, Bill; HENDERSON, Paul. *South America and the First World War*. Cambridge: Cambridge UP, 1988. GARCIA, Eugenio V. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Da Universidade/UFRGS/FUNAC, 2000. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro, IHGB, 1990 e BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República*. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Ver, também: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Editora Campus, 1995. DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

que significava, nesse contexto, o Liberalismo Internacionalista então emergente? Finalmente, pode-se perguntar se havia oportunidade para uma participação na inédita diplomacia multilateral parlamentar que não fosse discreta e que não acabasse na melancólica marginalização e saída do Brasil da Liga em 1926.

Como pergunta síntese das anteriores, mas direcionada amplamente para as diversas elites das Américas, Greg Grandin e Juan Pablo Scarfi investigam qual ordem juristas imaginavam para as relações internacionais do futuro baseando-se no impacto da Primeira Guerra sobre a ideia de arquitetura do sistema internacional. Os historiadores levam em conta, sobretudo, a tradição da própria região, extremamente sofisticada, defendem eles, mas desprezada pela literatura, que teima em adotar o eurocentrismo em suas análises da paz de Versalhes, ainda que com trabalhos interessantes como o já mencionado *Governing the World, the history of an idea*, de Mark Mazower. Uma das principais figuras estudadas nessa nova perspectiva é exatamente quem abre este capítulo: Rui Barbosa.

Para Scarfi, Barbosa, ao lado de personalidades como o jurista chileno Alejandro Alvarez, fora vital no contexto da reconfiguração de uma nova ordem global legal na sequência da Primeira Guerra Mundial. Ainda para o historiador, essas personagens representavam o

pioneirismo da região na promoção de uma perspectiva continental e regional distinta dentro do direito internacional e da paz mundial antes e depois da criação da Liga das Nações, através da linguagem do direito internacional público interamericano [...] e de novos fundamentos como solidariedade, paz, não-intervenção, autodeterminação e democracia, afastando-se de uma ordem internacional legal de bases europeias¹²⁶.

126. SCARFI, Juan Pablo. Globalizing the Latin American legal field: continental and regional approaches to the international legal order in Latin America, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, 2018, p. 2. Ver também: GRANDIN, Greg. The Liberal Traditions in the Americas: Rights, Sovereignty, and the Origins of Liberal Multilateralism, *The American Historical Review*, vol. 117, n. 1, 2012, p. 72.

Por mais inovadora e rica que essa agenda de pesquisa seja, desafiando trabalhos mais centrados no eixo Atlântico Norte ou nas dinâmicas afro-asiáticas como de Patrick Cohrs¹²⁷ e Erez Manela¹²⁸, não é possível, entretanto, tomá-la como chave totalizante para o período, apontando a existência de uma elite aderindo totalmente ao liberal internacionalismo nas Américas. Ainda que Barbosa tenha tido influência e revelado um forte ativismo (chegaria a defender que “os países americanos, sob a liderança dos Estados Unidos, guiassem a Europa em direção ao caminho da paz e da justiça”¹²⁹), sabe-se que seu liberalismo político-internacionalista, além de limitado, havia entrado em choque com as tendências autoritárias, clientelistas, oligárquicas e patrimonialistas de boa parte da elite que comandou o Poder Executivo brasileiro, que nunca fora o seu caso. Ademais, seu pensamento e suas reflexões, apesar de terem advogado longamente por princípios que acabariam estruturando a Liga das Nações, como ilustrado acima por Scarfi, se dividiam com outros que criticavam duramente qualquer projeto de multilateralismo político.

De fato, parte do pensamento prévio de Rui Barbosa ao conflito foi modesto em termos de reflexão sobre um sistema político internacional, quando não frontalmente resistente à ideia. Nesse sentido, por exemplo, manifestou-se diante da possibilidade de criação de uma corte de justiça internacional quando da II Conferência de Paz de Haia em 1907:

...se a forma judiciária é a preferida no que respeita às relações entre os indivíduos, a forma arbitral é a única aplicável entre as nações. Estas não se submettem senão às autoridades que há por bem adoptar. Substituir, para

127. COHRS, Patrick O. *The Unfinished Peace after World War I: America, Britain, and the Stabilisation of Europe, 1919–1932*. Cambridge: Cambridge UP, 2006.

128. MANELA, Erez. *The Wilsonian Moment. Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: Oxford UP, 2007.

129. SCARFI, Juan Pablo, op. cit., p. 5.

ellas, o arbitramento pela justiça, fôra trocar o assentimento voluntario pela coacção. Crear-se-ia dest'arte o poder judiciário internacional. Mais um passo, e teriamos o executivo internacional, enquanto não chegasse a uma legislatura para o mundo todo. Seria a constituição dos Estados Unidos do globo ¹³⁰.

Para Barbosa, mesmo o referido poder judiciário trataria de ser “inovação perigosamente reaccionaria”, pois legalizaria “o domínio da força, substituindo por este o do equilíbrio das soberanias”. Ao mesmo tempo, como acreditava na ideia de que nada poderia submeter os Estados, para ele a guerra sempre estaria à espreita:

Lamentável é que tenhamos sempre de ir dar com a guerra ao cabo de tudo quanto fazemos no intento da paz. Mas, enquanto existir a guerra e os homens a ella se ativerem como meio de restabelecer o direito, não se atinará como evitar este espectáculo melancólico, de que nós mesmos aqui somos actores forçados, considerando-a como por assim dizer o derradeiro tribunal de apelação...¹³¹.

Tratava-se de um forte pensamento *jus internacionalista* também presente em outros nomes influentes no período como Epiácio Pessoa e Raul Fernandes (dois delegados brasileiros em Versalhes), ou ainda Clovis Bevilacqua, que imaginavam uma codificação do direito internacional e uma espécie de judicialização (preferencialmente *ad hoc*) do sistema de solução de controvérsias, mas não uma paz liberal ou a criação de um sistema político democrático parlamentar multilateral¹³². Mesmo

130. BARBOSA, Rui. Tribunal de Justiça Arbitral (02/09/07). In: STEAD, William T. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 168-169.

131. BARBOSA, Rui. Discurso sobre cobrança de dívida de Estado. Doutrina Drago (23/07/07). In: STEAD, William T. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 125.

132. MACEDO, Paulo E. V. B. de. Clóvis Bevilacqua e a justiça internacional: entre o sim e não a Rui Barbosa, *Revista de Direito Internacional*, v. 13, n. 2, 2016, p. 422-443. Para uma evolução do pensamento de Bevilacqua, ver: BEVILÁQUA, Clóvis. A Liga das Nações e a soberania dos Estados, *Jornal do*

para personagens centrais da diplomacia desse tempo, como o Barão do Rio Branco, se progresso na conservação da paz houvesse, esse seria necessariamente através da arbitragem.

À frente do Itamaraty de 1902 até seu falecimento, em 1912, o Barão construiu com enorme sucesso a resolução de disputas complexas de fronteiras com outros Estados sul-americanos. Sua reputação projetou-se sobre o futuro, conservando ainda hoje o status de um dos estadistas mais proeminentes do país e próprio símbolo da diplomacia brasileira. Seu dito legado em defender os princípios da não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias continua a ser reivindicado pelas mais diferentes tendências dentro do establishment diplomático brasileiro, consistindo em uma espécie de “evangelho a ser seguido e reverenciado”¹³³.

Rio Branco, no entanto, apesar de trabalhar para contornar as vulnerabilidades brasileiras como ator internacional, parece ter pouco legado, como Barbosa, que pudesse subsidiar uma nova estratégia para atuação política a partir da era inaugurada por Versalhes. Ao contrário de um doutrinador, foi um homem pragmático e de seu tempo, deixando “lições ambíguas e contraditórias”, ainda que disfarçadas por uma certa ideia de doutrina-legado, sobre cujos irresolutos fundamentos o historiador Villafane Santos já longamente dissertou¹³⁴. Concentrado em assuntos regionais, Rio Branco exerceu a chefia da chancelaria de forma pragmática, em um contexto de forte assimetria internacional de poder, que oferecia muito pouca margem de manobra. Além disso, enquanto a economia primária persistia como regra e a sociedade continuava internamente extremamente desigual, a ideia geral de política internacional de Rio Branco defendia fortemente a soberania (ainda que se posicionando dubiamente com questões como a extensão da

Commercio, 6/5/19. BARBOSA, Rui. Tribunal de Justiça Arbitral (02/09/07). In: STEAD, William T. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 168-169.

133. SANTOS, Luís C. Villafañe G. *O Evangelho do Barão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 9-14.

134. *Ibid.*

Doutrina Drago¹³⁵). Reconhecia, também, uma organização oligárquica do sistema de Estados, combatendo-a de forma ocasional, sobretudo quando a esperada posição de destaque para o Brasil não era reconhecida¹³⁶. Nada surpreendente para uma liderança do início do século XX, quando havia uma expectativa de que os assuntos mundiais na abertura do novo século permanecessem profundamente influenciados pela diplomacia imperial de outrora ou, no máximo, que se adaptariam a potências em ascensão como o Japão ou os Estados Unidos.

Tratava-se, entretanto, de herança incompatível com as demandas e expectativas do pós-Grande Guerra. Pior, era um conjunto de reflexões sem sê-lo, pois o venerado chanceler não deixara nenhum “registro sistemático de suas ideias e orientações”, como bem lembra Villafane¹³⁷. Nesse contexto, o ministro conduzia a PEB ao sabor das circunstâncias, diante de um país procurando o apoio americano, pois com restritas alternativas devido às suas limitações de poder (inclusive militares e em particular diante da Argentina). Rio Branco, manobrando com cuidado entre um Cone Sul temerário e uma potência em forte ascensão ao norte do continente, observava a Europa com um misto de nostalgia, por suas duas décadas lá vividas, e temor, em razão das fronteiras comuns com os ímpetos imperialistas de França, Inglaterra e Holanda. Finalmente, alinhado com Barbosa e evitando expor as fraquezas de seu país, apoiou habilmente negociações *ad hoc* ou a arbitragem na resolução de conflitos internacionais¹³⁸.

Ainda que experimentando e defendendo, de forma pioneira, alguns dos pilares do novo sistema internacional, como defende Juan Pablo Scarfi, pouca estratégia havia de parte dessa elite para atuar no que seria o novo sistema internacional, de democracia multilateral

135. Ibid. p. 108.

136. Ibid. p. 106-110.

137. Ibid. p. 9-14.

138. Ibid. p. 99-102, 112-114.

parlamentar¹³⁹. De fato, para além do princípio da segurança coletiva, o Pacto da Liga das Nações se inspirava no racionalismo kantiano e em suas bases democrático-republicanas de separação de poderes e igualdade, sobre as quais os Estados finalmente poderiam ser organizados, mas também se relacionar.

LONGE DE EVITAR A GUERRA, LONGE DE ABRAÇAR A PAZ

Retomando o envolvimento do país na Grande Guerra, sua causa mais direta havia sido a nova campanha submarina alemã em 1917. Enquanto os americanos preparavam sua declaração de guerra, um submarino afundava o navio mercante brasileiro Paraná, que navegava pela costa da França. Devido à morte de marinheiros e à ausência de assistência por parte dos alemães, a parte mais pró-Entente da opinião pública nacional, em um país que contava com uma considerável comunidade alemã, elevou o tom e pressionou o governo a revogar sua posição de neutralidade e a endurecer suas relações diplomáticas com o Reich. Nesse ponto, depois de evitar partidos no conflito europeu, o sucessor de Rio Branco e pró-neutralidade, o ministro dos Negócios Estrangeiros Lauro Müller, ele mesmo filho de imigrantes alemães, foi forçado a renunciar. Passados poucos meses, com a continuação do torpedeamento, o Brasil declarou guerra ao Império Germânico e até se preparou para engajar militares nas batalhas¹⁴⁰.

A questão da entrada dos Estados Unidos no conflito não pode ser evitada quando se tenta entender por que treze países latino-americanos

139. Para uma leitura revisionista sobre a ação de latino-americanos na Liga das Nações, particularmente em seus órgãos especializados, ver: MCPHERSON, Alan; WEHRLI, Yannick (org.). *Beyond Geopolitics. New Histories of Latin America at the League of Nations*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2015.

140. A contribuição militar brasileira para o esforço de guerra foi limitada a uma unidade médica enviada à França e formada por cem médicos, alguns assistentes médicos e soldados para proteger as instalações. Ademais, treze oficiais aviadores serviram junto à Força Aérea Real Britânica e uma frota da Marinha com dois cruzadores, quatro destróieres e dois navios auxiliares foram enviados para a Europa cruzando Gibraltar, no entanto, apenas na véspera do armistício (CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *Historia da politica exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2012, p. 209-211).

permaneceram neutros até que Wilson declarasse guerra, mudando suas posições logo em seguida¹⁴¹. No caso extremamente hesitante da América do Sul, com apenas o Brasil se engajando, é preciso acrescentar também rupturas internas e disputas por hegemonia regional para entender os cenários que as elites dominantes no Rio de Janeiro imaginavam para a futura ordem internacional¹⁴².

A combinação dessas duas causas mais indiretas da participação brasileira na Grande Guerra, juntamente com a preferência pela arbitragem como fórmula para resolver conflitos internacionais (lições de Rio Branco e Barbosa claramente evocadas pelo presidente Venceslau Brás ao declarar guerra¹⁴³), constituem elementos essenciais para entender o comportamento brasileiro tendo assento em Versalhes¹⁴⁴ e mesmo durante os primeiros anos da Liga das Nações. O novo quadro político para a diplomacia multilateral defendido por Wilson parecia distante e limitado em interesse para o Rio de Janeiro.

Preocupada principalmente com as questões econômicas, a delegação brasileira mostrou indiferença diante das transformações a serem promovidas pela criação da Liga das Nações e pelas mudanças que a delegação dos Estados Unidos pretendia para o antigo e fracionado sistema internacional¹⁴⁵. Epitácio Pessoa, acompanhado de Raul Fernandes e Pandia Calogeras em Paris, conduziu pessoalmente a comitiva brasileira enquanto candidato e vencedor das eleições presidenciais que se

141. Houve também aqueles que apenas romperam relações diplomáticas com os impérios centrais. Em qualquer caso, a neutralidade fora a regra absoluta nas Américas até abril de 1917, ainda que pressões existissem (RINKE, Stefan, op. cit., capítulo 2).

142. COMPAGNON, Olivier, op. cit., 2014., p. 138-150.

143. CPDOC/FGV. Arquivo Venceslau Bras. VB pr 15.01.20 III. Venceslau para os Presidentes dos Estados, despacho oficial, 29 de Outubro de 1917.

144. Sua participação foi recompensada, com o apoio dos Estados Unidos, com um assento nas negociações de paz de Paris. Assim, em 28 de junho de 1919, o Brasil se tornou uma das 27 nações a assinar o Tratado de Versalhes (CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo, op. cit., p. 209-210).

145. Sobre a posição da delegação dos Estados Unidos, ver: COHRS, Patrick. *The unfinished peace after World War I: America, Britain and the stabilization of Europe 1919-1932*. Cambridge: Cambridge UP, 2006.

realizavam do outro lado do Atlântico. Permaneceu, entretanto, essencialmente preocupado com questões imediatas e práticas. Durante as negociações, Pessoa tratava a questão dos navios alemães como “capital” para o Brasil quando discutia com Wilson¹⁴⁶. Tal tratamento, nem de longe, foi dado à questão da paz.

Pouco antes de o Brasil deixar a Liga de forma conturbada, Pessoa publicaria um livro autoral defendendo o balanço de sua gestão à frente do Catete, onde consta um capítulo inteiro dedicado a Versalhes, mas nenhuma palavra com relação à posição do Brasil frente à nova paz ou ao inédito e transformador sistema multilateral parlamentar da Liga. Ainda que Eugênio Garcia afirme que “a aspiração de participar das grandes decisões mundiais era um traço característico da política externa brasileira no período”¹⁴⁷, Pessoa reafirmava que só duas questões haviam levado o Brasil à Conferência: navios requisitados aos alemães e o dinheiro do café comprado por eles¹⁴⁸, razões que tomaram grande atenção da literatura até hoje enquanto pouca discussão houve sobre o planejamento de pós-guerra e, sobretudo, sobre a percepção brasileira da estrutural reforma do sistema de governança política defendida pelos Estados Unidos.

O tom do balanço da atuação brasileira em Versalhes e perante o sistema político da Liga é, não raro, o da frustração provocada tanto por questões domésticas quanto por não ter a delegação brasileira sido reconhecida como grande potência¹⁴⁹. Pode-se, talvez, acrescentar outra. Ao olhar para a inserção do Brasil no sistema multilateral no longo prazo, uma discussão interessante e que poderia permitir entender a saída da Liga em 1926, ou mesmo as hesitações em dialogar com o Terceiro Mundo e com o Movimento dos Não Alinhados no pós-Segunda

146. PESSOA, Epiácio. *Pela Verdade*. 2a ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1925, p. 20-21.

147. GARCIA, Eugênio V., op. cit., p. 28.

148. PESSOA, Epiácio, op. cit., p. 42.

149. SANTOS, Norma B., Diplomacia e fiasco: repensando a participação brasileira na Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 1, 2003, p. 87-112.

Guerra, ainda que tais saltos no tempo apresentem problemas de análise, parece ligada a outra questão, que já aparece em 1919: falta de articulação de tipo parlamentar na nova diplomacia multilateral.

Ainda que Pessoa tenha enfrentado diversas barreiras materiais para operar uma agenda de proposições em Paris¹⁵⁰, articulou-se apenas pontualmente com representantes de nações ditas então “menores”¹⁵¹. Tal estratégia, vital dentro do inédito sistema parlamentar, de criação de um “bloco” ou bancada, foi pouco explorada de forma sistemática, tanto no pós-1919, como no pós-1945 e durante considerável período no pós-1989. A capacidade brasileira de influenciar os resultados da agenda do novo sistema internacional dependeria, claro, do que eram chamadas as grandes potências. Entretanto, a literatura praticamente resume a essa limitação estrutural as possibilidades das ditas potências menores, raras vezes levando em conta a exploração das demais estruturas criadas a partir de 1919.

De fato, apesar de valorizar quase que exclusivamente as habilidades individuais do delegado brasileiro, interessante observar que a própria biógrafa de Pessoa notou implicitamente as oportunidades que a nova arquitetura do sistema, a diplomacia multilateral parlamentar, ofertava a qualquer nação disposta a jogar o novo jogo do sistema de governança política internacional. Pode-se alegar ter escapado ao brasileiro uma agenda considerando uma maior e mais duradoura projeção de poder internacional. Argumentamos, entretanto, que ele, assim como sua geração, parece não ter atentado para as mudanças sistêmicas em curso, ou talvez não se preocupado nem preparado para enfrentá-las. As ações em Versalhes parecem ter sido desenhadas a partir de uma perspectiva

150. Para além das já conhecidas assimetrias de poder, faz-se interessante registrar que o próprio Pessoa, por exemplo, teve que se encarregar das traduções dos memorandos brasileiros para a Língua Inglesa, além das dificuldades de acomodação e transporte em Paris, o que chegou a levar um dos delegados brasileiros a perder compromissos (STREETER, Michael. *Epitácio Pessoa*. Londres: Haus Publishing Ltd, 2010, p. 91-93).

151. Como para demandar sua presença no Comissão da Liga (GARCIA, Eugênio V., op. cit., p. 37).

provinciana e da crença na força única do Direito Internacional Público e da arbitragem como meio de reger a suposta manutenção de uma diplomacia imperial, e não da política para transformá-la definitivamente em diplomacia parlamentar multilateral. Esse momento de transição não escapou apenas aos brasileiros. Como demonstrou Akira Iriye para o caso da inserção internacional da Ásia no pós-Grande Guerra, “a diplomacia do imperialismo havia sido seriamente minada, mas uma nova ordem ainda estava para emergir” segundo a percepção dos japoneses¹⁵².

Sem menosprezar as assimetrias de poder, nem mesmo a manutenção de alguns privilégios (como o assento permanente no Conselho dirigido a poucos), a biógrafa de Pessoa, Laurita Gabaglia, reconheceu as margens de manobra criadas pelo Brasil, ainda que as explicasse única e hagiograficamente pelas habilidades pessoais de Epiácio. Para ela, o delegado brasileiro seria dotado, “como ninguém”, “de simpatia, de finura e tato, assim como de prudência, perseverança e sagacidade” e que, somente por isso, conseguira alguns frutos¹⁵³.

Gabaglia explica que a Conferência de Versalhes, “não obstante a sua feição política, era um cenáculo de juristas” e que, por essa razão, “Epiácio Pessoa ali se achava em seu ambiente” onde teria manobrado com “hábil influencia pessoal”. Sugerimos, entretanto, uma linha argumentativa divergente, na qual os eventuais sucessos somente foram operados porque se tratava de um novo tipo de assembleia política e que, exatamente por não a reconhecer dessa forma, limitaram-se em muito os tais frutos conseguidos. Exemplificando involuntariamente o potencial desperdiçado, Laurita Gabaglia continua a dizer que o delegado brasileiro “não tardou em tornar-se figura marcante entre os delegados das pequenas potencias – espécie de elo vivo entre eles e os

152. IRIYE, Akira, op. cit., p. 13. Ver, também: IRIYE, Akira. *Global Community. The Role of International Organizations in the Making of the Contemporary World*. Berkeley: University of California Press, 2002, p. 33-34.

153. GABAGLIA, Laurita. *Epiácio Pessoa (1865-1942)*. v. 2, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951, p. 284-285.

representantes das nações poderosas”. “Encabeçou-lhes”, continua, “o movimento de reação contra o autoritarismo das Grandes Potências, que pretendiam restringir-lhes de muito a participação nos trabalhos da paz e sobretudo na incipiente organização da Liga das Nações”¹⁵⁴. Entretanto, por ter apostado em uma estratégia preocupada com a elevação do prestígio do Brasil, como ressalta Villafañe¹⁵⁵, em um cálculo individualista e nacionalista, ou talvez por algum difuso “sentimento de justiça”, como tenta defender Laurita, como se fosse um “defensor inflexível dos direitos dos pequenos povos e da igualdade dos Estados”¹⁵⁶, Epitácio demonstrava não perceber ou, pelo menos, ainda não ser possível articular a existência de um grupo parlamentar permanente para atuar na nova assembleia diplomática.

A análise de Olivier Compagnon vai ainda mais longe ao reforçar a hipótese do cálculo individualista e nacionalista, apontando mesmo certa farsa e deslealdade na ação da delegação brasileira. Para o historiador, a fim de conseguir o assento no Conselho da Liga, os brasileiros colocaram “em surdina as reivindicações iniciais que o Rio de Janeiro apresentava de um tratamento equivalente entre todos os Estados independentes da comunidade internacional”. Ainda, para Compagnon, a dissimulação teria se revelado quando, após obter a “recompensa”, Epitácio Pessoa bradou ter ficado o Brasil, em Versalhes, “ao lado dos fracos, de todas as reivindicações justas e todos os ideais nobres”¹⁵⁷.

Ainda no contexto das conversas sobre a paz e sobre a criação da Liga, Gabaglia afirma que os demais representantes em Versalhes eram “diversos de raça, cultura e inspiração”¹⁵⁸. Nesse contexto, mesmo que as manobras dissimuladoras fossem descartadas, o Brasil continuaria

154. Ibid. p. 289-290.

155. SANTOS, Luís C. Villafañe G. *O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 166.

156. GABAGLIA, Laurita, op. cit., p. 289-290.

157. COMPAGNON, Olivier, op. cit., p. 229.

158. GABAGLIA, Laurita, op. cit., p. 288.

longe de ter credenciais para se colocar naturalmente entre “grandes” e “pequenos”, sendo preciso contrariar ou contornar de forma coerente tais diferenças. Na verdade, a grande possibilidade aventada neste texto, que seria prática corrente de ação política no mesmo sistema multilateral no pós Segunda Guerra, teria sido alinhar-se a tais diferenças articulando, por exemplo, a composição multiétnica da sociedade brasileira. A “majestade” do Juca Mulato, nesse sentido, poderia permitir outra dinâmica política, que atendesse à democracia parlamentarista e que não fosse aleatória ou pontual, nem mesmo que seguisse uma lógica imperialista ou regionalista. Ainda era, porém, a vez do Jeca.

De fato, de forma oposta à de Gabaglia, Michael Streeter faz uma interessante analogia para explicar a ação dos delegados brasileiros durante a Conferência de Versalhes: “Eles eram como as personagens Rosencrantz e Guildenstern em *Hamlet*; ocasionalmente faziam uma aparição, mas saíam rapidamente do palco sem ter causado muito impacto na narrativa dramática principal”¹⁵⁹. Enquanto em Paris, em 1919, Epiácio Pessoa, reclamou do tratamento discriminatório e abrupto oferecido ao Brasil por seus colegas, mas não ofereceu ou buscou alternativas. Seu colega de Versalhes Pandia Calogeras, mais tarde Ministro da Guerra, daria o tom das visões brasileiras da ordem do pós-conflito ao contestar os planos de desarmamento debatidos na época, afirmando que “ninguém respeita ou busca a solidariedade dos fracos”¹⁶⁰. Interpretando a nova arena multilateral e iniciativas como a Conferência Naval de Washington de 1922 como medidas para “deixar os países mais fracos praticamente à mercê dos mais fortes”¹⁶¹, o ceticismo que dominara a elite brasileira se reforçava e levava o país a não seguir ou lutar para contribuir muito com o liberalismo internacionalista como fórmula

159. STREETER, Michael, op. cit., p. 95.

160. CALÓGERAS, Pandiá. *Relatório do ano de 1919 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1920, p. 7.

161. HILTON, Stanley. Brazil and the Post-Versailles World : Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 2, 1980, p. 343.

para governar o mundo. Uma visão puramente oligárquica do sistema parecia imperar.

Sobre o fracasso em constituir um grupo de influência e a melancólica saída do Brasil da Liga, em 1926, Villafañe lembra mesmo ser

bastante duvidoso o sucesso obtido pelo Brasil na tarefa de servir de elemento de ligação e representar a América Latina ante os Estados Unidos e, no caso da Liga, o hemisfério perante a comunidade internacional. O episódio da saída do Brasil da Liga é sintomático dessa dissonância cognitiva entre o entendimento brasileiro de que o Brasil estaria representando a América Latina (e, no caso da Liga das Nações, o continente americano) e os interesses concretos dos demais países latino-americanos, que não necessariamente se viam representados pelo Brasil. A antiga ideia dos vizinhos hispano-americanos como o 'outro' da identidade internacional brasileira persistia, sob outra roupagem¹⁶².

Somente a superação dessa alteridade daria uma nova oportunidade para o país.

Enquanto coletivo de soberanos pequenos e médios poderes, o fato de latino-americanos, por exemplo, não lutarem para forjar uma identidade e coesão comuns, o que poderia permitir alguma influência, levanta a questão dos fundamentos de sua marginalização na nova ordem política multilateral. As diferentes visões sobre o futuro das relações internacionais não se encontravam somente nos idealistas da Liga e nos isolacionistas brasileiros. Diversas nações asiáticas, notadamente o Japão, passaram pelos mesmos dilemas sobre como imaginar a abertura do século XX no pós-Versalhes. Como ensina Naoko Shimazu, dentre os diversos debates existentes em meio à elite japonesa, encontrava-se uma tensão entre o que ela chama de posição *ajia shugi* (pan-asiática) e *datsu-A ron* (pró-ocidental), com diferentes meios previstos para

162. SANTOS, Luís C. Villafañe G., 2010, op. cit., p. 170.

alcançar ambas, inclusive o ultra-nacionalismo imperialista¹⁶³. Mantendo as pretensões que haviam ganhado fortes contornos com tratados como o de 1902, de aliança com os britânicos e típica do XIX, parte da elite japonesa “não tinha ideia de que a diplomacia imperialista que tentavam restaurar havia sido minada pelos Estados Unidos, pela União Soviética e pela China”, o que gerou um problema fundamental para o aparelho político japonês no pós-guerra¹⁶⁴. Argumenta-se neste capítulo que o mesmo também se deu para outros, como para o brasileiro.

Precisamente no caso do Brasil, apesar de divulgar orgulhosos comentários sobre quão prestigioso o país se tornou por ser membro da Liga e por ocupar seu Conselho, uma visão paralela à da elite japonesa, de que o sistema internacional continuava oligárquico, mas também o paroquialismo, o isolacionismo e a assimetria de poder eliminaram a maior parte da capacidade do Rio de Janeiro de ter influência globalmente¹⁶⁵. A questão é entender que a arquitetura do novo sistema, apesar de todas as suas imperfeições¹⁶⁶, demandava exatamente uma estratégia de atuação parlamentar em grupo, a fim de garantir influência perante os Estados mais poderosos. A falta de planejamento de pós-guerra, a tradição diplomática brasileira, singularmente moldada sob o Império no XIX e que ainda repercutia algumas décadas mais tarde, tanto de descartar qualquer articulação através da identidade quanto em pensar o sistema como sendo intrinsecamente europeu (e, claro, sendo o Brasil um de seus herdeiros mais legítimos no Novo Mundo) e apostando na defesa da soberania e na arbitragem como vistas no pré-1919¹⁶⁷, mostram que o Catete e o Itamaraty ainda levariam um longo tempo

163. SHIMAZU, Naoko. *Japan, race and equality: the racial equality proposal of 1919*. Londres: Routledge, 1998, p. 92-94.

164. IRIYE, Akira, op. cit., 1965, p. 10.

165. GARCIA, Eugênio V., op. cit., p. 36-43 e HILTON, Stanley., op. cit., p. 352.

166. A Assembleia, por exemplo, não tinha iniciativa legislativa e qualquer de seus membros poderia ainda impor um veto (MAZOWER, Mark., op. cit., p. 136).

167. SANTOS, Luís C. Villafañe G., 2012, op. cit., p. 138-145.

para repensar a inserção internacional e a gestão dos negócios internacionais dentro da diplomacia parlamentar.

A reinauguração do multilateralismo no pós-1945 conheceria a primeira grande e pretensamente coesa articulação do Brasil para atuar no Parlamento da Humanidade.

A CHANCE PERDIDA DO NÃO ALINHAMENTO NA GUERRA FRIA

Com o final da Segunda Guerra aproximando-se e apesar de as tensões regionais terem diminuído em importância e da reformulação da Liga das Nações estar à vista, o Brasil demorou a perceber que a tentação do isolacionismo político não seria mais uma opção nas relações internacionais, nem mesmo para os latino-americanos. Mergulhado, porém, em um contexto nacional diferente daquele de 1919 e 1920, as forças internas levaram o serviço diplomático a não se retirar da política internacional e a forjar uma política externa capaz de contribuir para a modernização e a industrialização. Naquele momento, pelo menos parte da elite dominante brasileira parecia finalmente disposta a importar no renovado fórum multilateral e mesmo a encontrar alternativas a um pleno alinhamento com os Estados Unidos. A questão era então criar uma estratégia para superar a insularidade e suas vulnerabilidades como poder médio.

Percebendo que os planos de tornar-se espontaneamente um protagonista e de ter garantido seu assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas haviam sido definitivamente condenados¹⁶⁸, o Brasil enfrentou inúmeras dificuldades para estabelecer uma agenda alternativa para a ordem do pós Segunda Guerra Mundial, que ainda aguardaria alguns anos após o armistício de 1945 antes de sofrer seu congelamento pela Guerra Fria. Necessário dizer, entretanto, que vários fatores perturbavam o planejamento do pós-guerra, como, por exemplo,

168. GARCIA, Eugênio V. *O Sexto membro permanente: O Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 194-206.

a instabilidade causada pela mudança de três presidentes e quatro diferentes administrações no Itamaraty entre apenas os anos decisivos de 1944 de 1946, mas também os distúrbios causados por um golpe de Estado e pela mobilização nacional para as eleições presidenciais de 1945, a primeira em quinze anos. A política nacional fez com que o país experimentasse uma verdadeira turbulência em um momento muito decisivo para suas futuras relações internacionais¹⁶⁹. Uma estratégia de longo prazo só começaria a ser repensada no início de 1946, quando o primeiro Presidente a tomar posse desde 1926, Eurico Gaspar Dutra, nomeou João Neves da Fontoura como seu Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No entanto, enquanto se envolvendo com a política internacional após a derrota do Eixo e não levando em conta a desafortunada experiência do Brasil em Versalhes e na Liga das Nações, Fontoura escolhia inicialmente as mesmas premissas equivocadas de Epiácio Pessoa para pensar a inserção internacional do país. Ao considerar o Brasil capaz de agir isoladamente, o novo Ministro viu-se exposto aos mesmos riscos de 1919. Sua primeira experiência direta com o novo sistema multilateral ocorreu entre julho e outubro de 1946, durante uma excursão oficial à Europa para tomar parte das negociações de paz.

Mesmo oferecendo novamente uma modesta contribuição para o esforço de guerra quando comparado com as principais potências, os brasileiros se envolveram no conflito com forças muito superiores àquelas do outro único país da América Latina em luta, o México¹⁷⁰. Assim, e pela segunda vez, o país foi o único representante da região a ter assento durante as Conferências de Paz de Paris. Se os brasileiros se

169. Pouco explorado pela historiografia brasileira, o planejamento de pós-guerra foi tratado de forma central por diversas potências em guerra. Para os casos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, ver os trabalhos de David Reynolds, Mark Stoler, Jeff Engel e Christopher Baxter.

170. Enquanto os mexicanos enviaram um esquadrão para lutar nas Filipinas, o Brasil despachou cerca de 25 mil soldados, juntamente com um Grupo de Aviação de Caça, para lutar junto aos americanos na Itália. Além disso, sua Marinha participou da campanha do Atlântico (Para mais informações sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ver: SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra. O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Manole, 2003).

engajaram mais uma vez nas negociações com a esperança de serem ouvidos como nação soberana e influente, não desprezavam mais o multilateralismo nem o renovado Parlamento da Humanidade quando a decepção com o comportamento dos Estados Unidos e dos Estados europeus começou a impactar a delegação. Na verdade, a diplomacia multilateral parlamentar, apesar dos problemas que rapidamente começaria a experimentar, foi finalmente reconhecida como um caminho viável para que pequenas e médias nações pudessem ganhar mais relevância na política internacional ou, ao menos, garantir seus interesses em um sistema mais democrático e estável de paz.

Tendo esse horizonte em mente, depois de vários dias lutando contra obstáculos para expressar suas opiniões, em Paris, devido ao controle de procedimentos e decisões pelos “Cinco Grandes”, tanto quanto em 1919¹⁷¹, os brasileiros finalmente recorreram a uma estratégia muito comum de política parlamentar, que eles bem praticavam em casa, a fim de fazer com que sua posição fosse considerada e impor a negociação. Contando com vários deputados recentemente eleitos e sendo liderada por um muito experiente, o próprio Fontoura, a delegação brasileira aproveitou seu histórico de prática política nacional para promover uma estratégia de associação similar com outras delegações. Sua intenção era de aumentar seu poder de influência e criar um terceiro campo na disputa das relações internacionais dentro de um sistema que se relançava através do liberalismo internacionalista.

“É curioso”, confessou Fontoura durante a Conferência, “assistir a uma sessão plenária”. “Os delegados soviéticos”, prosseguiu ele, “e

171. Inusitadamente, Eptácio Pessoa e João Neves da Fontoura usaram a mesma expressão (“os Cinco Grandes”) para designar aquelas potências que lutavam para monopolizar a condução da política internacional ao lidar com a fundação ou a refundação do sistema multilateral. Enquanto, para o primeiro, tratavam-se dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França, da Itália e do Japão, para o segundo, tratavam-se dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da União Soviética, da França e da China (PESSOA, Eptacio. *Obras completas de Eptacio Pessoa*. v. 14, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 8 e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo João Neves da Fontoura. João Neves da Fontoura, *Relatório da Delegação Brasileira*, Rio de Janeiro, MRE, 1947, p. 23).

suas bancadas associadas (Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Ucrânia e Bielorrússia) levantam infinitas questões de ordem como aquelas minorias fracas no Palácio Tiradentes¹⁷², na República Velha. É a tática da obstrução tão conhecida por nós parlamentares nacionais¹⁷³. Poucos dias depois, ao reconhecer esse método como o único viável para criar uma força alternativa¹⁷⁴, o ministro brasileiro pediu a constituição de uma “frente”. Sua ideia era criar sua própria “bancada” no sistema multilateral parlamentar¹⁷⁵.

Naquele exato momento, a persistência dos planos da década de 1930 de impulsionar a industrialização tornou-se essencial para que os representantes do país mantivessem a pressão e não recuassem na política internacional, como fizera a elite ruralista dos anos 1920. Mais do que capital, o país precisava de grande assistência externa em cooperação técnica, da renovação de sua rede de transporte e de acesso a bens de capital. O desenvolvimento deveria então ser promovido por recursos nacionais e internacionais.

Nesse contexto, considerando a fórmula da política parlamentar, a única peça que faltava para fazer emergir a estratégia brasileira era a consistência e a solidez de tal “frente” ou “bancada” imaginada dentro do sistema multilateral. Como então criar um grupo sólido de nações para contrapor não apenas o bloco soviético, mas também o bloco estadunidense nos médio e longo prazos?

Foi na solução desse preciso problema de grande estratégia que surgiu o arriscado plano brasileiro para se tornar protagonista na ordem multilateral.

172. A então sede da Câmara de Deputados na capital federal do Rio de Janeiro.

173. CPDOC/FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. AO 46.08.12. Carta de Fontoura para Aranha, de 12 de Agosto de 1946.

174. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo João Neves da Fontoura. João Neves da Fontoura, *Relatório da Delegação Brasileira*. Rio de Janeiro, MRE, 1947, p. 23.

175. A.M. La Diplomatie Mondiale à Paris. Un entretien avec M. Neves da Fontoura chef de la délégation brésilienne à la conférence de la paix qui travaille à la reconstitution d'un 'front latin. *Le Monde*, 30 ano, n. 525, 30/08/1946, p. 3.

De fato, levando em conta o potencial de associar 21 Estados latino-americanos a outros descontentes com os *Big Five*, influenciado por suas habilidades literárias e por sua formação anticomunista, cristã e conservadora, João Neves da Fontoura, ao olhar para o conjunto de Estados soberanos existentes após a Segunda Guerra Mundial percebeu existir apenas uma possibilidade: criar uma união “latina” de nações.

Para Fontoura, ao promover essa fórmula, o Rio de Janeiro poderia aspirar a liderar não apenas os latino-americanos (21 de 51 membros da Organização das Nações Unidas), mas também a França e a Bélgica, o que poderia lhe dar 23 dos 51 membros fundadores da ONU e também 3 dos 9 assentos do Conselho de Segurança, incluindo um com poder de veto.

Apesar de um entusiasmo inicial com a ideia e a efetiva criação da União Latina de Nações em 1948, a organização acabou por desaparecer após sua segunda cimeira em 1954 em Madri, considerada um fiasco devido a disputas internas¹⁷⁶. Na verdade, além de ser afetada pelos efeitos mais imediatos da Guerra Fria, a própria *latinidade* não era de forma alguma reconhecida como uma identidade suficientemente forte para dar solidez a um bloco político e econômico no sistema multilateral¹⁷⁷. Ademais, tal aspiração ainda refletia a ambição de se europeizar da visão de Monteiro Lobato sobre a sociedade brasileira, sobre o Jeca Tatu. Enquanto muitas autoridades no Rio de Janeiro demonstravam não perceber ou não aceitar que havia um mundo pós-colonialista e inter-racial surgindo e que, nesse sentido, valeria talvez articular a “majestade” multiétnica do Juca Mulato junto às sociedades

176. MORELI ROCHA, Alexandre L.; LE CHAFFOTEC, Boris. Countering war or embracing peace? Dialogues between regionalism and multilateralism in Latin America (1945-1954). *Culture & History Digital Journal*, v. 4, n. 1, 2015, p. e002. CHONCHOL, J.; MARTINIÈRE, G. *L'Amérique latine et le latino-américanisme en France*. Paris: L'Harmattan, 1985, p. 125-127.

177. Para além de uma coordenação política no novo sistema multilateral, havia ambições e metas com relação a cooperação econômica e cultural (Arquivo Diplomático Francês. Série B Amérique 1944-1952, sub-série Questions générales, Union latine, vol. 76. Entrevista de Pierre Cabanes, [1948]).

aspirando ou vivendo o processo de descolonização, a terceira força nas relações internacionais de fato emergiu alguns anos depois, em Bandung, devido aos esforços de Nehru, Nasser e Suharto para, entre outros, superar o imperialismo e evitar o alinhamento com Washington ou Moscou.

Conservadorismo, visão racista das relações internacionais e anacrônica do colonialismo¹⁷⁸, além do início da Guerra Fria¹⁷⁹, todos esses fatores combinados tiraram a possibilidade de qualquer protagonismo para o Rio de Janeiro na diplomacia multilateral através da União Latina. Ao mesmo tempo, difícil não imaginar uma frente internacional estruturada em torno de uma ideia de raça e religião perturbando (e mesmo impossibilitando) o diálogo que o governo brasileiro teria com o movimento não alinhado nos anos seguintes¹⁸⁰. O Brasil então atravessaria a Guerra Fria de forma hesitante quanto ao Terceiro Mundo, instrumentalizando de forma não coordenada a oposição entre Estados Unidos e União Soviética e limitando seus ganhos¹⁸¹.

178. MORELI ROCHA, Alexandre L.; LE CHAFFOTEC, Boris, op. cit.; CHONCHOL, J.; MARTINIÈRE, G, op. cit.

179. Mesmo países como Portugal e Espanha, que antes estavam interessados em se unir à União Latina e recuperar alguma legitimidade na ordem internacional, mais tarde encontraram acordos mais interessantes através de uma aproximação com Washington dentro do bloco ocidental (TELO, Antonio. *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Cosmos, 1996, p. 113-134 e VIÑAS, Angel. *En las garras del aguila*. Los pactos con Estados Unidos, de Francisco Franco a Felipe Gonzalez (1945-1995). Barcelona: Critica, 2003, p. 198).

180. Importante ressaltar os problemas inerentes até mesmo à articulação do lusotropicalismo como forma de criar solidariedade internacional. Para tal temática, ver: DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Terra e Paz, 2011.

181. Sobre essa instrumentalização, ver: CATERINA, Gianfranco. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*, 2019, 415 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas. OLIVEIRA, Fernanda C. *Negociações Financeiras Internacionais e Atores Políticos: a Suspensão das Negociações entre Brasil e FMI na Administração Juscelino Kubitschek (1957-1959)*, 2019 (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo. Sobre como Nasser e Nehru instrumentalizaram a Guerra Fria para obter ganhos concretos, como investimentos pesados em infraestrutura, ver: BURNS, William J. *Economic aid and American policy toward Egypt, 1955-1981*. Albany: State University of New York, 1985. EL HUSSINI, Mohrez M. *Soviet-Egyptian relations, 1945-85*. New York: St. Martin's Press, 1987. ENGERMAN, David C. *The price of aid: the economic cold war in India*. Cambridge: Harvard UP, 2018.

QUAL MULTILATERALISMO PARA O SÉCULO 21?

A seguinte oportunidade igualmente promissora para o Brasil se projetar no sistema multilateral político e dialogar novamente com a era do parlamentarismo diplomático inaugurada após a Primeira Guerra Mundial viria com o fim do conflito bipolar.

Nesse momento, a política e a economia nacionais estabeleceram não apenas o modelo dentro do qual o Itamaraty deveria tentar forjar uma nova política externa para o pós-Guerra Fria, mas também os obstáculos para alcançar tal objetivo. Em 15 de novembro de 1989, apenas seis dias depois de o muro de Berlim começar a ser derrubado, os brasileiros votavam pela primeira vez em uma eleição presidencial em quase trinta anos. O presidente eleito, Fernando Collor, tinha como missão não apenas consolidar a democracia depois da ditadura militar, mas também controlar uma hiperinflação que atingia taxas anuais de 1.000,00% e afetava as capacidades e a governabilidade do Estado.

Apesar da mobilização geral dentro da administração para alcançar esses objetivos fortemente desafiadores (e o consequente impasse para o resto da agenda política), houve um sério debate dentro do corpo diplomático sobre como imaginar o Brasil na ordem multilateral renovada.

Depois de uma Guerra Fria intercalando aproximações e indiferenças vis-à-vis Washington, mesmo que nunca levando o país próximo demais a Moscou¹⁸², diplomatas brasileiros começaram a debater a eventualidade de mudanças estruturais enquanto o sistema multilateral descongelava.

Um longo histórico de intensas relações interamericanas ainda marcava os espíritos de Brasília. No entanto, apesar do aparente triunfo do bloco ocidental, parte do Itamaraty não considerou a unipolaridade americana como o seguro cenário futuro, especialmente quando se levando em conta o longo prazo.

182. CATERINA, Gianfranco, op. cit..

Apesar de ainda serem necessários mais estudos sobre o período, sobretudo com foco no sistema multilateral parlamentar de governança internacional e com forte preocupação empírica¹⁸³, visões de dois ministros das relações exteriores têm sido distinguidas, podendo representar o debate de ideias dentro do Ministério entre a década de 1990 e o início do século XXI sobre a futura ordem multilateral: Celso Lafer (Ministro em 1992 e depois em 2001 e 2002) e Celso Amorim (Ministro de 1993 a 1995 e depois de 2003 a 2010)¹⁸⁴.

De acordo com o primeiro, a economia e a estrutura política internacional pareciam ditar a projeção exterior brasileira. Para Lafer, depois de a dinâmica da Guerra Fria ter criado oportunidades para se colocar desenvolvimento econômico como prioridade na agenda internacional, a nova ordem parecia ainda não adequada para aceitar mudanças profundas conduzidas ou exigidas pelo “Terceiro Mundo”¹⁸⁵. Como ressaltou Flavia Mello, Lafer afastava o “paradigma da aliança especial com os Estados Unidos reinstaurado no início do governo Collor” sem, entretanto, “um retorno integral do paradigma universalista”¹⁸⁶ e, ainda assim, mantendo uma forte parceria (ou “subserviência”, diria Amado Cervo¹⁸⁷) com Washington, a ser contrabalanceada com a Comunidade Europeia. Nesse sentido, a multipolaridade parecia limitada ao

183. Para uma resenha das teses sobre a política externa do governo Fernando Collor, nas quais se ressalta a preocupação com o desenvolvimento econômico, ver: CASARÕES, Guilherme S. P. *O tempo é o senhor da razão?* a política externa do governo Collor, vinte anos depois, 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 36-41.

184. SPEKTOR, Matias, Brazilian assessment of the end of the Cold War. In: KALINOVSKY, Artemy M.; RADCHENKO, Sergey (eds.). *The End of the Cold War and the Third World. New perspectives on regional conflict*. London: Routledge, 2011, p. 229.

185. LAFER, Celso. Reflexões sobre a inserção do Brasil no contexto internacional. *Contexto Internacional*, v. 11, 1990, p. 38.

186. MELLO, Flavia de Campos. *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 109, 114-115.

187. CERVO, Amado. Política de Comércio Exterior e Desenvolvimento: a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 2, 1997, p. 19.

círculo da economia internacional e ao eixo Atlântico Norte, enquanto um multilateralismo político estratificado, após a queda do confronto Leste-Oeste, agravaria um ambiente internacional hostil ao Brasil, que deveria manobrar solitário (com talvez certo apoio do Mercosul) diante dos gigantes ocidentais¹⁸⁸.

Já Celso Amorim, ao refletir sobre o mundo pós-Guerra Fria, vendo o sistema multilateral operando novamente durante a bem-sucedida intervenção coletiva das Nações Unidas na crise do Iraque-Kwait, imaginou a década de 1990 como uma época portando uma mudança incapaz de ser contestada pelos Estados Unidos, apesar de seu status de superpotência. Para Amorim, entretanto, nem Washington nem o modo de vida norte-americano poderiam oferecer respostas a todos as questões que um mundo extremamente diverso e multicultural estava para apresentar. A unipolaridade americana, então, não seria capaz de desafiar uma ordem multilateral renovada e reformadora. Mesmo ainda não sendo muito claro seu formato final, essa ordem parecia pelo menos oferecer um lugar onde as potências emergentes pudessem projetar uma diferente existência¹⁸⁹.

Ambas reflexões sobre o futuro da ordem multilateral dialogariam durante a década de 1990, enquanto o país estabilizava sua economia e consolidava a democracia. Então, em 2003, quando pela segunda vez substituíra Celso Lafer no Itamaraty¹⁹⁰, Celso Amorim passaria a consolidar uma nova estratégia de inserção do Brasil na ordem multilateral parlamentar que vinha articulando desde quando chefiava a Missão Brasileira junto à Organização Mundial do Comércio¹⁹¹. Naquele contexto, nem resignação, nem alinhamento, nem ação independente distinguiam a posição de Brasília, mas a construção de coalizões de países em desenvolvimento, como

188. LAFER, Celso, op. cit., p. 39.

189. AMORIM, Celso. O Brasil e a ordem internacional pós-Golfo. *Contexto Internacional*, v. 13, 1991, p. 28-29.

190. Em 1993, Celso Amorim assumiu o Ministério apenas alguns meses depois de Lafer ter deixado o posto.

191. AMORIM, Celso, op. cit., p. 31.

o G-20 no multilateralismo da OMC ou mesmo os BRICS¹⁹². De alguma forma, buscava-se uma estratégia semelhante à de 1946, ainda que com mui reduzida componente identitária. Notava-se, majoritariamente, um alinhamento de agendas buscando o desenvolvimento econômico, de toda a forma uma postura diversa daquelas vistas na década de 1920.

Apesar da pressão existente sobre analistas internacionais durante os ciclos eleitorais de 2014 e 2018 no Brasil para promover um julgamento definitivo sobre as últimas décadas em termos de realizações internacionais, parece ser ainda prematuro medir os resultados da aplicação da última estratégia de cooperação, dita por muitos de “Sul-Sul”¹⁹³. A prudência é especialmente importante quando se considera que o mundo pode estar experimentando, pela primeira vez nos cem anos da prática do multilateralismo, seu momento menos hierárquico, mas mais ambíguo. Enquanto, por exemplo, o banco dos BRICS anuncia o que parecem ser inéditos princípios, propósitos e estrutura, difícil não enxergar na iniciativa inspirações nas ideias anglo-americanas apresentadas no Hotel Mount Washington em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944.

Finalmente, parece não haver ansiedade em lutar por uma substituição da estrutura multilateral atual, mesmo que discursos inflamados contestatórios tenham ganhado força exatamente quando se celebram 100 anos da primeira prática do liberalismo internacionalista.

CONCLUSÃO

Preocupada com a política nacional, as questões econômicas e o comércio de café, a ação de Epiácio Pessoa em Versalhes, mas também durante sua gestão frente ao Catete, concentrou esforços para conter

192. SPEKTOR, Matias., op. cit., p. 240.

193. Para algumas pistas sobre o tema, ver: MENDONÇA JR., Wilson; FARIA, Carlos A. P. Brazil's technical cooperation with Africa: comparing Fernando Henrique Cardoso's (1995-2002) and Lula da Silva's (2003-2010) administrations. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 1, 2015 e MILHORANCE, Carolina. Brazilian cooperation policy with Sub-Saharan Africa on rural sector: transfer and innovation on the diffusion of public policies. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, 2015.

a contestação interna e evitar disputas regionais¹⁹⁴. Ainda longe de dar adeus à Europa e de articular o perfil sociocultural da mestiça sociedade brasileira como força na projeção internacional, a percepção de manutenção da organização oligárquica do sistema internacional e o militarismo apresentaram-se, na verdade, como os principais guias no enquadramento das relações exteriores na década de 1920. Entre as ideias sobre a diplomacia pós-imperial sendo articuladas desde o século XIX, os brasileiros pareciam preferir fórmulas mais ligadas à arbitragem internacional e não àquelas projetando a criação de estruturas políticas multilaterais.

Eugenio Vargas Garcia não poderia ser mais claro quanto ao desprezo e não consciência brasileiros sobre a alteração estrutural prevista pela Liga. Ainda que a nova estrutura de governança fosse evoluir ao longo do século seguinte, ela ali já oferecia inéditas oportunidades que pelo Brasil não foram aproveitadas:

Quanto ao discurso em prol dos direitos das potências menores, cristalizado no princípio da igualdade dos Estados (idealismo), o Brasil terminou por negá-lo na prática aceitando o princípio inverso, o da classificação das potências (realismo), expresso na Constituição do Conselho da Liga, que concedia unicamente às grandes potências o privilégio de ali permanecem *ad infinitum*. Em outras palavras, enquanto sua própria participação nas decisões da Conferência era limitada pelo controle das grandes potências, o Brasil se uniu ao coro de protesto dos pequenos Estados, mas diante de um fato consumado que lhe foi dado pela dinâmica internacional, com a possibilidade de ver pertencer ao órgão da cúpula da Liga, o Brasil se rendeu à aspiração de grandeza e aceitou de bom grado uma posição diferenciada no concerto das nações¹⁹⁵.

194. BANDEIRA, L. A. Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro, Revan, 2003. Ver, também: COMPAGNON, Olivier, 2014, p. 138-150.

195. GARCIA, Eugênio V., op. cit., p. 43.

A questão não era exigir uma igualdade que os próprios brasileiros sabiam não existir, mas entender limitada a relação privilegiada com os Estados Unidos e necessário encontrar uma fórmula para criar “bancada” e, então, ganhar mais influência. Enquanto a delegação de Pessoa pouco articulou, Fontoura entendeu, articulou, mas fracassou ao apostar na identidade cultural latina. No pós-1989, a estratégia parece ter sido mais promissora, sobretudo quando da atuação brasileira no surgimento do G-20 na Organização Mundial do Comércio e dos BRICS, levando em conta os perfis emergentes desses atores, especialmente quanto a suas matrizes econômicas. Um denso balanço de tal estratégia parece ainda prematuro pelo pouco tempo ainda passado, mas também em razão da influência atual de fortes contestações ao princípio do multilateralismo e de certa postura ocidentalista tempestuosa, mais propensa a repetir a condenação do Jeca do que a abraçar o Juca quando pensando a sociedade brasileira no mundo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Editora Campus, 1995.

ALBERT, Bill; HENDERSON, Paul. *South America and the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

AMORIM, Celso. O Brasil e a ordem internacional pós-Golfo. *Contexto Internacional*, v. 13, 1991, p. 25-34.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARBOSA, Rui. Tribunal de Justiça Arbitral (02/09/07). In: STEAD, William T. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. Discurso sobre cobrança de dívida de Estado. Doutrina Drago (23/07/07). In: STEAD, William T. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. Tribunal de Justiça Arbitral (02/09/07). In: STEAD, William T. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. 1849-1923. Pensamento e ação de Rui Barbosa / Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

BERGEL, Martín. *El oriente desplazado: los intelectuales y los orígenes del tercermundismo en la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1996.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República*. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, William J. *Economic aid and American policy toward Egypt, 1955-1981*. Albany: State University of New York, 1985.

CALÓGERAS, Pandiá. *Relatório do ano de 1919 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1920.

CAMPOS, Maria José. *Versões modernistas da democracia racial em movimento: - estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASARÕES, Guilherme S. P. *O tempo é o senhor da razão? a política externa do governo Collor, vinte anos depois*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CATERINA, Gianfranco. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. 2019. 415 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

CERVO, Amado. Política de Comércio Exterior e Desenvolvimento: a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 2, 1997, p. 5-26.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *Historia da politica exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2012.

CHONCHOL, J.; MARTINIÈRE, G. *L'Amérique latine et le latino-américanisme en France*. Paris: L'Harmattan, 1985.

COHRS, Patrick O. *The Unfinished Peace after World War I: America, Britain, and the Stabilisation of Europe, 1919–1932*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

COMPAGNON, Olivier. Neutralité et engagement de l'Amérique latine entre 1914 et 1918. *Relations Internationales*, n. 137, v. I, 2009, p.31-43.

_____. *O Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 2014.

- DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Terra e Paz, 2011.
- EL HUSSINI, Mohrez M. *Soviet-Egyptian relations, 1945-85*. New York: St. Martin's Press, 1987.
- ENGERMAN, David C. *The price of aid: the economic cold war in India*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- FAGUNDES, Luciana P. Música e guerra: impactos da Primeira Guerra Mundial no cenário musical carioca. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, 2017, p.23-44.
- FERES JUNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2013, p.69-108.
- FRANK, Robert (org.). *Pour l'Histoire des Relations Internationales*. Paris: PUF, 2012.
- GABAGLIA, Laurita. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. v. 2, Rio de Janeiro: J.Olympio, 1951.
- GARCIA, Eugênio V. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Brasília: FUNAG, 2000.
- _____. *O Sexto membro permanente: O Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- GRANDIN, Greg. The Liberal Traditions in the Americas: Rights, Sovereignty, and the Origins of Liberal Multilateralism. *The American Historical Review*, v. 117, n. 1, 2012, p. 68-91.
- HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação*. 2003. 175 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281539>>. Acesso em: 13/02/19.
- HILTON, Stanley. Brazil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 2, 1980, p. 341-364.
- IRIYE, Akira. *After Imperialism. The Search for a New Order in the Far East (1921-1931)*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- _____. *Global Community. The Role of International Organizations in the Making of the Contemporary World*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- KENNEDY, Paul. *The Parliament of Man. The United Nations and the quest for world government*. Londres: Penguin Book, 2007.

LAFER, Celso. Reflexões sobre a inserção do Brasil no contexto internacional. *Contexto Internacional*, v. 11, 1990, p. 33-43.

MACEDO, Paulo E. V. B. de. Clóvis Bevilacqua e a justiça internacional: entre o sim e não a Rui Barbosa. *Revista de Direito Internacional*, v. 13, n. 2, 2016, p. 422-443.

MANELA, Erez. *The Wilsonian Moment. Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MAZOWER, Mark. *Governing the World. The History of an Idea*. Londres: Allen Lane, 2012.

MCPHERSON, Alan; WEHRLI, Yannick (org.). *Beyond Geopolitics. New Histories of Latin America at the League of Nations*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2015.

MELLO, Flavia de Campos. *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MENDONÇA JR., Wilson; FARIA, Carlos A. P. Brazil's technical cooperation with Africa: comparing Fernando Henrique Cardoso's (1995-2002) and Lula da Silva's (2003-2010) administrations. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 1, 2015, p.5-22.

MILHORANCE, Carolina. Brazilian cooperation policy with Sub-Saharan Africa on rural sector: transfer and innovation on the diffusion of public policies. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, 2015, p 5-22.

MORELI ROCHA, Alexandre L.; LE CHAFFOTEC, Boris. Countering war or embracing peace? Dialogues between regionalism and multilateralism in Latin America (1945-1954). *Culture & History Digital Journal*, v. 4, n. 1, 2015, p. e-002.

OLIVEIRA, Fernanda C. *Negociações Financeiras Internacionais e Atores Políticos: a Suspensão das Negociações entre Brasil e FMI na Administração Juscelino Kubitschek (1957-1959)*. 2019 (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo.

PESSOA, Eptacio. *Obras completas de Eptacio Pessoa*. v. 14, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961.

_____. *Pela Verdade*. 2a ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1925.

RINKE, Stefan. *Latin America and the First World War*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2017.

SANTOS, Luís C. Villafañe G. *O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *O Evangelho do Barão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SANTOS, Norma B. Diplomacia e fiasco: repensando a participação brasileira na Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 1, 2003, p. 87-112.

SCARFI, Juan Pablo. *Globalizing the Latin American legal field: continental and regional approaches to the international legal order in Latin America*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, 2018, p. e-005.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*. O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3a ed. São Paulo: Manole, 2003.

SHIMAZU, Naoko. *Japan, race and equality: the racial equality proposal of 1919*. Londres: Routledge, 1998.

SPEKTOR, Matias. Brazilian assessment of the end of the Cold War. In: KALINOVSKY, Artemy M.; RADCHENKO, Sergey (Ed.). *The End of the Cold War and the Third World*. New perspectives on regional conflict. London: Routledge, 2011.

STREETER, Michael. *Epitácio Pessoa*. Londres: Haus Publishing Ltd, 2010.

TELO, Antonio. *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Cosmos, 1996.

VIÑAS, Angel. *En las garras del aguila*. Los pactos con Estados Unidos, de Francisco Franco a Felipe Gonzalez (1945-1995). Barcelona: Critica, 2003.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

REMEMORANDO A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA ÁFRICA: MEMÓRIA DE QUEM?¹⁹⁶

Anne Samson (historiadora independente, GWAA, África do Sul)

Nos últimos anos, vem crescendo o interesse pela campanha da Primeira Guerra Mundial na África Oriental. O resultado de tal fenômeno é mais informação vindo à tona, abrindo novos caminhos para pesquisa e levando à investigação de outros conflitos, mais esquecidos, na África. A internet e a maior facilidade de locomoção tornaram o compartilhamento de informações muito mais fácil e contribuíram para a internacionalização de estudos sobre as campanhas. Tendo pesquisado, ao longo de aproximadamente duas décadas, as campanhas nas regiões Oriental, Central e Austral do continente africano e coordenado uma rede online a respeito da Grande Guerra na África por sete anos, assim como estudado História formalmente em dois países muito diferentes (ainda que com suas similaridades), a autora encontra-se habilitada para oferecer algumas reflexões a respeito do desenvolvimento da memória da Primeira Guerra Mundial na África Subsaariana.

Um estudo como este está em contínua evolução, na medida em que a memória não é uma constante. O que se apresenta ao longo do texto é, portanto, um recorte a partir de uma determinada época, o ano de 2014, combinado com a ideia de complementar e estimular ainda mais os debates atuais em torno da noção de memória. Ao fazê-lo, abrem-se discussões a respeito de reações e abordagens culturais voltadas à

196. Tradução para o português de Victor Serebrenick e André Vargas. Revisão técnica de Luah Tomas, Sílvia Correia e Alexandre Moreli.

memória e à lembrança. Pretende-se demonstrar a complexidade da memória e mostrar que ela é fragmentada, influenciada por fatores externos e, por sua vez, influenciando as futuras lembranças.

METODOLOGIA, TERMINOLOGIA E OBJETIVOS DO ESTUDO

A abordagem de pesquisa escolhida foi a da observação participante. Consequentemente, reconhece-se que outro observador analisando o desenvolvimento da memória em torno das campanhas na África possa ter uma experiência completamente diferente, particularmente se for de um país não anglófono. Apesar disso, algumas conclusões podem ser tiradas, embasadas pela literatura a respeito da memória da Primeira Guerra Mundial, particularmente pelos trabalhos de Jay Winter¹⁹⁷, Jay Winter e Antoine Prost¹⁹⁸, Dan Todman¹⁹⁹ e Paul Fussell²⁰⁰. Além disso, os trabalhos de Benedict Anderson²⁰¹ também foram úteis no entendimento de aspectos da memória.

A vantagem de ser uma observadora participante no desenvolvimento da memória reside na natureza imediata da informação com que se trabalha. Somando as experiências na pesquisa das campanhas africanas a um interesse no mapeamento do desenvolvimento da memória, identificado e criado pela autora, é possível realizar um estudo de caso por meio do qual podemos aferir conclusões e identificar áreas para pesquisas futuras. Do mesmo modo que Deon Fourie e Marius Whittle²⁰² mencionam a importância de pesquisadores de História Militar terem certa experiência no meio para interpretar as ações de comandantes e

197. WINTER, J. *Sites of memory, sites of mourning: The Great War in European cultural history*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

198. WINTER, J.; PROST, A. *The Great War in history: Debates and controversies, 1914 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

199. TODMAN, D. *The Great War: Myth and memory*. London: Hambledon Continuum, 2005.

200. FUSSELL, P. *The Great War and modern memory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

201. ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 2006.

202. FOURIE, D.; WHITTLE, M. Where fact and memory meet: The amateur historian's contributions to military history. *Historia*, v. 58, 2013, p. 143 - 160.

seus oficiais, é útil a um historiador da memória da Primeira Guerra Mundial na África ter conhecimento da guerra em si, assim como dos vários grupos envolvidos. Contudo, o desafio de ter acesso a narrativas diretas é a subjetividade da informação. O que é registrado se dá por meio da visão da observadora e é influenciado por sua formação, cultura, educação e experiência política. Os mesmos fatores impactam a análise das descobertas. É o que Winter e Prost chamam de ver “por meio do espelho [do país de interesse da historiadora]”.²⁰³

Outro aspecto que necessita esclarecimento, antes de tratar do desenvolvimento da memória em torno das campanhas na África, é o que se entende por memória e seu desenvolvimento. A maioria dos estudos de memória parece se basear em uma perspectiva psicológica, sociológica ou cultural. A autora, contudo, está interessada na abordagem histórica: apreender a memória como fixa no momento em que ela se torna pública. É similar ao que Emile Durkheim denominou de “fato social”²⁰⁴. Entender a memória como fixa em um determinado momento permite que o pesquisador identifique possíveis fatores causais externos que influenciaram seu desenvolvimento até aquele ponto, além de explicar as razões pelas quais essas memórias não estão presentes em outros tempos e lugares. É uma tentativa de reconciliar a tensão identificada por Geoffrey Cubitt entre a noção de que o estudo histórico seria “um estudo de um passado acabado, que é acessível para fins de estudos acadêmicos apenas por meio dos vestígios materiais que deixou para trás” e a ideia de “conectar intimamente história e memória [...], na qual a noção de um passado nunca se conclui, isto é, nunca é plenamente separável do presente no qual é estudada”²⁰⁵.

203. Do original: “seeing ‘through the mirror of [the historian’s country of interest]” (WINTER, J.; PROST, A., op. cit., p. 194).

204. JONES, R. A. *Emile Durkheim: An Introduction to Four Major Works*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1996, p. 60 – 81.

205. Dos originais: “a study of a past that is now over, that is accessible for the purposes of scholarly study only through the material traces it has left behind” e “linking history closely to memory [...]

PANORAMA DAS CAMPANHAS DE GUERRA

Para contextualizar o desenvolvimento da memória, um breve panorama das campanhas da guerra é necessário. Alguns dos primeiros tiros da Primeira Guerra Mundial foram disparados na África — no protetorado da Togolândia em 12 de agosto de 1914 e na África Oriental em 8 de agosto de 1914. Travaram-se batalhas na África Ocidental com tropas francesas e britânicas contra a Togolândia alemã e Camarões, onde os Aliados tinham o apoio dos belgas.

Durante os meses de agosto e setembro de 1914, houve incursões alemãs em Uganda, na África Oriental britânica, no Congo Belga, em Niasalândia e na África Oriental portuguesa, a maioria não autorizada pelo governador alemão e que quase levaram Portugal oficialmente à guerra. Na África do Sul, o governo da recém-formada União Sul-Africana declarou apoio ao esforço de guerra britânico e se mobilizou para tomar o Sudoeste Africano Alemão. Antes que isso acontecesse, contudo, os nacionalistas e anti-imperialistas sul-africanos se rebelaram, criando uma oportunidade para a incursão alemã no território português de Angola.

Togo foi a primeira colônia alemã a se render, em 26 de agosto de 1914, seguida pelo Sudoeste Africano Alemão em julho de 1915; essa última foi considerada a primeira vitória contra os alemães na imprensa da época. Seguiu-se a paz em Camarões, em fevereiro de 1916, mas a África Oriental resistiu até depois do armistício de novembro de 1918. As campanhas fizeram uso de tropas de populações locais — negros, brancos e indianos, ainda que apenas soldados brancos tenham sido mobilizados no Sudoeste Africano Alemão. Milhares de mensageiros e carregadores negros foram recrutados como trabalhadores. Estima-se que, na campanha da África Oriental, um milhão de pessoas negras locais tenha realizado serviços como não combatentes. Outros, como os regimentos da Costa do Ouro, da Nigéria e das Índias Ocidentais, além de várias forças

where the notion of a past is never over [that is] never neatly separable from the present in which it is studied” (CUBITT, G. *History and memory*. Manchester: Manchester University Press, 2007, p. 39).

indianas, cruzaram oceanos pela primeira vez para servir em terras estrangeiras, particularmente na África Oriental.

MENSURANDO A MEMÓRIA

Como se pode medir as dimensões da memória? É algo intangível e pessoal e apenas tomamos consciência de sua existência quando ela se torna pública — tangível ou audível — seja por meio da voz falada ou em alguma forma de gravação. Pensar como a memória se desenvolveu tem sido o foco de muitos trabalhos sobre a Primeira Guerra Mundial. Os estudos têm se debruçado particularmente em como se deram transformações nas representações e o que pode ser inferido dessas mudanças²⁰⁶. Este capítulo assume uma abordagem ligeiramente diferente ao analisar que tipo de memória existe e onde ela existe. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de uma história comparativa ou relacional da memória²⁰⁷.

Como mencionado anteriormente, o ponto de partida é a África Oriental, sendo, até o momento, o foco da pesquisa da autora desde que assumiu a *Great War in East Africa Association* em novembro de 2011. No início de 2013, o grupo decidiu expandir e incorporar todas as campanhas africanas. Essa iniciativa por si só foi significativa na medida em que demonstrou, superficialmente, o surgimento do interesse nas campanhas e, conseqüentemente, de uma memória. Muitos têm interesse em mais de uma campanha no palco africano da guerra, tanto no Sudoeste Africano e África Oriental ou nas Áfricas Oriental e Ocidental, dependendo do conhecimento do pesquisador e do motivo pelo qual estuda a guerra. Alguns poucos têm África Oriental e Egito como área de interesse, enquanto uma minoria dirige seu foco a todos os palcos do continente africano.

Muitos dos membros da *Great War in Africa Association*, como é hoje conhecida, são também cadastrados no *1914-1918 Forum* (que se iniciou

206. WINTER, op. cit.; WINTER; PROST, op. cit.; TODMAN, op. cit.

207. WINTER; PROST, op. cit., p. 194.

em 2002), onde acontece a maior parte dos debates. Existem outros fóruns ou redes online como, por exemplo, o *International Network for the Great War in Africa* (que começou em 2013), o *First World War Studies* (iniciado em 2000) e a *The World War I Discussion List* (fundada em 1994). Uma análise do conjunto dos membros e das discussões desses fóruns pode prover reflexões a respeito do desenvolvimento da memória em diferentes comunidades.

Uma abordagem mais tradicional para mensurar a dimensão da memória seria uma análise da literatura produzida a respeito das campanhas. As análises tanto da literatura quanto dos fóruns online são limitadas àqueles que fazem uso de tecnologia e têm acesso à linguagem escrita, de maneira geral. Isso exclui aqueles que, por razões de escolha ou circunstância, não têm acesso à internet nem à compra de livros e artigos. Para avaliar a dimensão da memória em relação a esse último grupo, situações específicas serão descritas e analisadas.

COMUNIDADES DE REMEMORAÇÃO

Trabalhar no limite entre acadêmicos e entusiastas expôs uma variedade de comunidades de rememoração. De modo geral, existem três grandes comunidades com interesse nas campanhas de guerra. Essas comunidades são a acadêmica, a entusiasta e a do público em geral, sendo que as duas primeiras são interculturais, permitindo que pessoas de diferentes países e origens interajam. Dentre elas, a acadêmica está predominantemente online, enquanto os entusiastas e o público em geral são divididos entre usuários eletrônicos e não-eletrônicos – esses últimos descobertos por acaso como consequência de conversas ou de introdução pessoal. Acadêmicos podem ser encontrados em fóruns como o *First World War Studies* e a *World War I Discussion List*, enquanto os entusiastas tendem a dominar o *1914-1918 Forum*.

A *Great War in Africa Association* (GWAA) e a *International Network for Great War in Africa* (INGWA) são direcionadas a ambas as comunidades. Contudo, uma análise detalhada da composição de cada uma

sugere que, apesar de os dois grupos estarem representados, a GWAA tende mais aos entusiastas e a INGWA aos acadêmicos. Outra comparação interessante é o foco da GWAA, direcionada principalmente às regiões Oriental, Central e Austral da África, com membros ao redor do mundo, enquanto a INGWA é mais direcionada à África Ocidental e dominada por membros do hemisfério norte. Há certa sobreposição dos membros entre os dois grupos. A dimensão do envolvimento na *Royal West Africa Frontier Force* (RWAFF) tem sido difícil de determinar na medida em que o grupo não possui um website e seu periódico tem acessibilidade limitada.²⁰⁸

Uma parte importante da vida acadêmica é o circuito de conferências, com um paralelo entre os entusiastas nas conversas públicas ou encontros de associações. Essa vem sendo uma outra maneira de acessar as dimensões da memória entre diversas comunidades. No início da década de 2000, encontrar uma conferência onde houvesse uma análise do palco africano durante a Primeira Guerra Mundial era um desafio. Conforme a década progrediu, se tornou possível encontrar um ou dois indivíduos interessados. O interesse nesses territórios de guerra cresceu o suficiente para que fossem organizadas conferências dedicadas à África na guerra de 1914 a 1918. Em 2013, a INGWA realizou conferências em Lisboa (em junho) e na Universidade de Reims (em novembro), enquanto a GWAA organizou em Londres (em 9 de novembro) e na *Trinity College Dublin* (em 28 de novembro). Todas foram prestigiadas por diferentes públicos, consistindo principalmente de acadêmicos e entusiastas, sendo que a autora esteve presente em três das quatro conferências. Em cada um dos eventos no qual a autora esteve presente havia pelo menos trinta participantes. Artigos foram apresentados por acadêmicos em todos os eventos, ao passo que o da GWAA foi o único a ter

208. O mais próximo que há de um site pode ser encontrado em: <<http://www.britishcolonialafrica.com/journal.html>>; a lista de artigos relacionados à Primeira Guerra Mundial pode ser encontrada em: <<http://1914-1918.invisionzone.com/forums/index.php?showtopic=174929>>. Acesso em 11/12/2018.

apresentações de entusiastas também. Todos contaram com a presença de pelo menos um africano. Contudo, é significativo que a audiência e os conferencistas tenham contado com uma esmagadora maioria branca e masculina, exceto pelo evento organizado pela INGWA em Lisboa – um ponto explorado adiante neste capítulo.

O terceiro grupo – o público em geral – tem uma ligeira noção de uma ou mais campanhas, mas não se mobiliza ativamente para descobrir mais. A memória é trazida à tona em debates ou como o resultado de alguma determinada provocação, como a menção de um livro ou de um filme. O seu engajamento a respeito da memória das campanhas é invariavelmente, mas não exclusivamente, *offline*, e, sendo assim, mais difícil de calcular: é possível dizer quem escreveu um livro e quando ele foi publicado, mas não quem o comprou ou quando foi lido.

Uma avaliação dos principais fóruns online sustenta a popularidade da campanha da África Oriental em relação aos outros palcos de guerra do continente africano. Uma análise do *1914-1918 Forum* identificou que, em cada uma das amostras (2008-2009 e 2011-2012), ocorreram 150 discussões a respeito dessa campanha, sendo que, no recorte entre 2011 e 2012, averiguou-se a participação de 73 pessoas nesse debate. Mais especificamente, das 243 publicações encontradas na subseção concernente à África Subsaariana, 134 lidam especificamente com a África Oriental, a primeira delas tendo sido publicada em outubro de 2003. Essa informação contrasta com a existência de 898 tópicos de discussão a respeito da campanha de Galípoli e outros 595 a respeito da Batalha de Delville Wood. Em dezembro de 2013, havia 291 tópicos a respeito da guerra ao sul do Saara, sendo que, desses, 178 eram a respeito da África Oriental, 30 sobre o Sudoeste Africano Alemão, 29 sobre a África Ocidental e outros 28 que lidavam com mais de um palco africano da guerra. Indagações a respeito da situação específica da África do Sul (como, por exemplo, a rebelião de 1914) dizem respeito a quinze tópicos, enquanto Sudão, Somalilândia e Egito foram temas de seis.

Outros fóruns foram identificados por terem pelo menos um tópico de debate a respeito de conflitos em solo africano. Esses fóruns vão de sites de jogos até grupos de reencenação, de recriação de uniformes, filatelia e outros coletivos de colecionadores.²⁰⁹ Colecionadores de medalhas e aqueles que elaboram *tours* de campos de batalha são exemplos de outras comunidades que estão constantemente procurando informação ou são membros dos grupos já existentes.

A dificuldade com grupos *online* é identificar onde essas pessoas estão localizadas ou qual seria seu interesse primordial no grupo ou no site. Alguma noção da distribuição dos membros pode ser verificada a partir dos dados de composição da GWAA e da INGWA, conforme anteriormente destacado. Em janeiro de 2009, uma enquete que listava possíveis razões para o interesse na campanha da África Oriental foi publicada no *1914-1918 Forum*. Sem surpresa, a maioria das pessoas (43%) conhecia a campanha na África devido a uma conexão pessoal — envolvimento de um membro da família ou amigo próximo — e 7% declararam ter vivido em algum país relacionado. O restante veio a conhecer as campanhas por meio de serviço militar, investigação de medalhas, livros ou filmes ou como uma alternativa aos principais palcos de guerra na Europa.

O centenário da Grande Guerra teve uma influência significativa no número de pessoas buscando informação, conforme evidenciado pelo aumento súbito nas inscrições da GWAA. Com um aumento de cinquenta pessoas entre 2011 e 2012, a GWAA contava com 164 membros em dezembro de 2013. Do mesmo modo, uma conta no *Twitter* específica para a Grande Guerra na África Oriental viu o número de seguidores crescer em 56 pessoas entre janeiro e dezembro de 2013.²¹⁰ Esse aumento

209. GREAT WAR IN AFRICA ASSOCIATION. Disponível em: <www.gweaa.com>. Acesso em: 11 nov. 2018.

210. Cento e onze seguidores no *Twitter* desde 19 de fevereiro de 2012; 56 começaram a seguir em 2013, sendo que 10 desses foram entre novembro e 7 de dezembro. Em dezembro de 2018, a GWAA contava com 400 membros e 451 seguidores no *Twitter*.

não necessariamente pode ser atribuído a um interesse direto nos palcos de guerra africanos, mas provavelmente aos aumentos evidenciados em outras frentes, como, por exemplo, no *Facebook*, em sites de colaboração coletiva ou na GWAA.

Esse aumento repentino nos interesses se conecta de alguma forma com as publicações a respeito da campanha da África Oriental. Em 2012, 275 livros foram identificados a partir de uma busca na *British Library*, na *Library of Congress*, na *European Union Library* e na *Amazon*. Essa abordagem é falha na medida em que, desde que esse levantamento foi feito, foram adicionados cerca de 200 livros à bibliografia disponível no site da GWAA. Os resultados da pesquisa dependeram de palavras-chave e termos de busca nos variados sites. Apesar dessas falhas, esse panorama provoca algumas reflexões interessantes no que diz respeito à memória de guerra. Essa seleção consiste de memórias de vida e histórias em geral, dividida em oito idiomas e 16 países, sendo majoritariamente composta por livros publicados em inglês (195), seguidos por 59 em alemão e o restante em francês (sobre o envolvimento belga), dinamarquês, italiano, português e polonês. Havia 22 romances, 101 memórias e biografias, sete teses americanas e duas britânicas, 11 textos acadêmicos, quatro filmes (dos quais três baseados em livros) e 28 histórias de regimentos, sendo o restante de histórias regionais e depoimentos populares. Vinte e um textos eram reimpressões (alguns com até seis edições), enquanto 17 foram publicados por editoras particulares, dos quais seis antes de 1970 – ano que Winter e Prost (2007) definem como o fim das publicações de testemunhos de pessoas vivas.

Essa investigação reforça o que se vê nos fóruns de debate e em outras redes — a língua dominante da participação parece ser o inglês, com interesse em todos os países identificados. As razões para tal interesse, contudo, variam — anglófonos pertencentes à *Commonwealth* se aproximam do estudo de guerra conforme identificado anteriormente, mas o interesse de alemães e poloneses tem particularidades

geográficas²¹¹. O interesse americano, identificado por meio de sete teses e três obras de ficção, fornece razões adicionais para o desenvolvimento ou existência da memória. O primeiro grupo, das teses acadêmicas, apresenta a influência militar. Os militares têm tido um particular interesse no palco da África Oriental devido à natureza de “guerrilha” ou à mobilidade da campanha. Todas as sete teses dizem respeito à gestão da campanha por parte do Comandante Paul Von Lettow-Vorbeck. Esses trabalhos surgem em dois momentos: na década de 1930 e no início da década de 2000. Esses momentos se conectam com desenvolvimentos internacionais, particularmente a iminência de uma guerra a ser lançada pela Alemanha, que finalmente iniciou-se em 1939 e a guerra contra o terrorismo. O outro grupo, de romancistas, tomou conhecimento das campanhas por meio de experiências de trabalho na África Oriental. Durante seu tempo na região, os autores ouviram a respeito dos conflitos, possivelmente inspirados pelos memoriais de guerra nas maiores cidades ou ainda pelo nome de alguma área de reserva de caça, como a Selous, cujo famoso caçador de mesmo nome foi morto aos 64 anos de idade por um franco-atirador em 1916. Por fim, o interesse dinamarquês tem se dado por meio de relatos ficcionais e o italiano devido às conexões coloniais.

Uma análise comparativa da literatura produzida sobre a campanha com detalhamento das forças envolvidas sugere uma lacuna na memória. Um grande número de tropas indianas e um número significativo de rodesianos participaram desde 1914, enquanto a África do Sul entrou na guerra em 1916 fornecendo soldados brancos e *coloured*²¹², trabalhadores negros e maqueiros indianos. Em 1917, vieram tropas da Costa do Ouro, da Nigéria e das Índias Ocidentais com apoio de Serra Leoa. No entanto, apesar dessa diversidade de participação, encontra-se referência somente em obras produzidas por autores brancos. A partir da

211. GÖTTSCHE, D. *Rediscovering Africa: The rediscovery of colonialism in contemporary German literature*. Rochester: Camden House, 2013.

212. [Nota dos revisores]: no original.

análise de 275 livros, 31 deles (11%) identificam o envolvimento de negros, indianos e *coloured*. Isso não indica a existência de uma memória desses grupos, mas, na verdade, uma memória intermediada pela perspectiva de autores brancos. Essa lacuna indica que a memória através de testemunhos diretos da campanha pelos participantes não brancos pode muito bem estar perdida para sempre. Qualquer memória futura desses grupos será derivada ou construída a partir da memória da comunidade dominante branca, adaptada pelo propósito que estimulou a rememoração.

Uma viagem a Tsavo em 2011 reitera a hipótese da memória mediada. Um motorista queniano, de etnia indiana, que havia passado sua vida (mais de 60 anos) na área caçando e prestando serviços de safári, não fazia ideia de que havia sepulturas e memoriais de guerra não muito distantes da estrada principal pela qual ele viajava regularmente.²¹³ Não apenas ele não conhecia os memoriais, como também ignorava o fato de que muitos de seus compatriotas tinham perecido na região e eram homenageados no memorial. Esse breve encontro o inspirou e levou à criação de uma nova memória da campanha, já que ele rapidamente telefonou para seus familiares para contar a respeito de sua descoberta. Como resultado, uma memória secundária mediada por outros começa a surgir.

Tal fenômeno ganhou outros exemplos na mesma Região do Tsavo, no Quênia, onde fortificações da Primeira Guerra Mundial foram identificadas e preservadas por uma equipe de quenianos negros e brancos e por guias locais negros que aprenderam sobre a história e a importância das fortificações — a partir da perspectiva do homem branco. O impacto e o envolvimento das populações prévias à colonização branca permanecem ausentes, exceto por menções passageiras, e poderá manter-se dessa forma, pois determinantes econômicos e *tours* aos campos

213. A estrada principal que cruza a área do campo de batalha, de 107 quilômetros de extensão, estava para ser asfaltada em 2014. Não há certezas a respeito do impacto que isso terá no meio ambiente ou na memória e na preservação dos campos de batalha e dos cemitérios.

de batalha garantem que a memória branca continue, sendo muito possível que em algum momento essa se torne a memória negra da campanha. Em 2013, esse ponto foi fortalecido pelo lançamento de um trecho de notícia a respeito dos campos de batalha no Quênia²¹⁴.

Em contraste com a África Oriental, há uma memória autóctone mais forte ao redor das campanhas da África Ocidental, conforme notado pela presença de acadêmicos de Camarões e Argélia na primeira conferência da INGWA em junho de 2013. O palco de guerra da África Ocidental também dominou a conferência de Reims, em novembro de 2013, ainda que todos os apresentadores acadêmicos fossem brancos, assim como a plateia, exceto por seis indivíduos negros e mestiços. A razão para tal estado da arte demanda investigação, especialmente porque as campanhas da África Ocidental foram de menor duração e a devastação da terra e da população menores que na África Oriental.

CULTURAS DA MEMÓRIA

Winter e Prost concluem que não há uma única memória da guerra e sugerem que existem interpretações nacionais (em oposição à memória nacional) dos eventos que, por sua vez, impactam a memória²¹⁵. Esta seção avança com essa hipótese. Além da interpretação nacional dos eventos, a memória é mediada por tradições culturais e religiosas. Um exemplo do impacto cultural na memória aconteceu durante uma excursão por um campo de batalha em Tsavo em 2011.

Enquanto estávamos em uma colina, onde os alemães mantiveram um forte e trincheiras falsas, um grupo de mulheres *Masaai* se reuniu em torno do veículo estacionado abaixo. No retorno do grupo ao veículo, as mulheres interrogaram o guia, também um *Masaai*, sobre o motivo pelo qual os brancos estavam tão intrigados com aquele árido monte. Elas eventualmente ficaram satisfeitas, embora não completamente

214. ENCA. *Battlefield tourism takes off in Kenya*. 2013 Disponível em: <<http://www.enca.com/africa/battlefield-tourism-takes-kenya>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

215. WINTER; PROST, op. cit., p. 194-8.

convencidas, de que o sentido da visita era o de “ver onde os soldados da grande rainha inglesa tinham lutado contra os soldados do grande rei alemão”. Isso elas entenderam, mas não tinham certeza por que o local tinha de ser visitado; elas se lembram das realizações de seus grandes líderes por meio de tradições orais que não exigem nenhum objeto físico como referência.

Não há nenhuma clara lembrança oral da guerra entre os *Masaai* da região ou entre a população indiana, o que nos leva à questão: por quê?

Desde essa experiência, foi encontrada alguma memória entre as populações prévias à colonização branca na África Oriental – a maior parte capturada na década de 1970, quando reminiscências orais foram registradas por guias de safári brancos que escutavam contos populares sobre os envolvidos.²¹⁶ Não se sabe se essas histórias foram passadas para a próxima geração, requerendo maior investigação. Em 2018, foram tomadas medidas a esse respeito quando pesquisadores quenianos locais começaram a usar termos diferentes para sondar lembranças. Antes dessa última descoberta, os únicos relatos orais conhecidos haviam sido capturados por Mel Page²¹⁷, que explorou o impacto da guerra na população do Malawi (Niasalândia), e Gerald Rillings, cujas entrevistas com veteranos Kikamba nos anos 1980 foram traduzidas para o inglês em 2014.

Por meio da GWAA, a autora pode identificar uma memória negra de segunda geração na África Oriental. A pessoa em questão atualmente reside em um país onde a genealogia é um interesse crescente. Como consequência, essa mesma pessoa foi inspirada a questionar as histórias que seu pai contava sobre ser carregador tanto das forças alemãs quanto das britânicas. Ela pretende, uma vez de volta à África Oriental,

216. Gerald Rilling registrou em fitas as histórias dos Kikamba (Quênia), cuja cópia está no *Imperial War Museum London*, enquanto que Bror Urme MacDonell (2006) publicou o relato de Mzee Ali ao servir o exército alemão na Tanzânia (África Oriental Alemã).

217. PAGE, M. *The Chiwaya war: Malawians and the First World War*. Colorado: Westview, 2000 e *The War of Thangata: Nyasaland and the East African Campaign, 1914-1918*. In: *Journal of African History*, v. 19, n. 1, 1978, p. 87-100.

descobrir quais outras lembranças de seu pai e da guerra existem entre os membros da família. Essa situação sustenta as diferenças culturais da lembrança. Se o indivíduo referido não estivesse em uma comunidade que procurasse descobrir os detalhes de seus antepassados e se não tivesse acesso à internet, teria ele considerado explorar mais a fundo a história de seu pai? Pode-se inferir que esse desejo de descobrir o passado está ligado a uma erosão de identidade provocada por sua distância das tradições culturais e familiares? Em 2017, a autora pode testemunhar mais três negros da África Oriental, residentes na África, começarem a explorar o envolvimento familiar e local na guerra.

Nos últimos anos, a questão de identidade (nacional e pessoal) veio à tona particularmente na Grã-Bretanha e é um fenômeno crescente em outras comunidades brancas de língua inglesa ao redor do mundo. Isso é evidenciado pelo aumento de estudos genealógicos, sugerindo que os indivíduos estão olhando para seus antepassados em busca de um sentido sobre quem são²¹⁸. Dada a experiência da autora com as mulheres *Masaai*, os indianos quenianos e os tanzanianos negros, bem como observando as mudanças que acontecem entre os vários grupos étnicos sul-africanos, fica claro que existem diferentes respostas culturais para lembrar o passado. Se as comunidades brancas de língua inglesa fossem mais confiantes sobre sua identidade e tradições culturais, estariam investigando seu passado como atualmente o fazem? E se não estivessem, qual seria a memória das campanhas na África?

Na África do Sul, há uma memória variada sobre a Primeira Guerra Mundial. Entre a população branca, particularmente os anglófonos, a de Delville Wood é dominante. Sabe-se que a África do Sul obteve o Sudoeste Africano Alemão como mandato colonial durante a guerra, mas não há muito conhecimento dos detalhes, além de haver fragmentos isolados de conhecimento a respeito de aspectos da campanha na África

218. KRAMER, A-M. Mediatizing memory: History, affect and identity. In: Who do you think you are?, *European Journal of Cultural Studies*, v. 14, n. 4, 2011, p. 428-445.

Oriental. Entre a comunidade negra se conhece o navio *Mendi*, que originou o jardim e a medalha por bravura civil de mesmo nome como resultado das canções de protesto entoadas durante a era do apartheid pela comunidade *Xhosa*, embora nem todos soubessem o que estavam cantando²¹⁹. Como consequência da instituição da medalha *Mendi* e do jardim memorial, a comunidade branca tomou conhecimento desse navio que afundou ao levar trabalhadores negros sul-africanos para a França. Até agora, nenhuma memória significativa da campanha *coloured* ou indiana na África do Sul foi reconhecida.

O SS *Mendi*, que afogou mais de 630 homens — em sua maioria negros — quando naufragou na Ilha de Wight em fevereiro de 1917, assim como o posto em Delville Wood, no qual mais de 600 homens brancos perderam suas vidas mantendo sua posição em julho de 1916, são mais conhecidos do que os outros palcos em que sul-africanos serviram. Por quê? Todos os incidentes mencionados faziam parte da “guerra do homem branco”. A resposta não combinava com a política nacional da África do Sul à época, ou desde então. A mesma conclusão pode ser tirada em relação a outros países ou territórios envolvidos. No entanto, a memória se perpetuou de várias maneiras como, por exemplo, a de Delville Wood, que foi mantida viva publicamente pela população branca inglesa que permaneceu próxima da Grã-Bretanha e que se organizou para comprar a terra e construir o memorial. Como atualmente não há ganho nacional aparente na promoção dessa memória, uma análise de qual memória existe fornece um terreno fértil para os pesquisadores e o desenvolvimento da lembrança comunal.

Outro ato de recordação sobre a Primeira Guerra Mundial na África, do qual muitos podem não estar cientes, é a Maratona dos Camaradas. Essa é uma corrida anual de 56 milhas, ou 90 quilômetros, entre Durban e Pietermaritzburg (ou o contrário) na província de Natal (atualmente,

219. SAMSON, A. *The formation of the national memory through war with a particular focus on Britain and South Africa during the First World War*. Conference paper delivered at Newcastle University, 2006.

Kwa Zulu-Natal), na África do Sul. Foi inaugurada no Dia do Império, em 24 de maio de 1921, por Vic Clapham, que havia lutado na África Oriental e procurou uma maneira de lembrar o que ele e seus companheiros tinham sofrido. No entanto, apenas nos últimos anos as origens da corrida foram reconhecidas em seu próprio site²²⁰.

O ato de dois minutos (hoje, um minuto) de silêncio praticado em muitas partes do mundo no dia 11 de novembro teve origem na África do Sul com *sir* Percy Fitzpatrick, que perdeu um filho na França e teve outro servindo na África Oriental. O rei George V da Inglaterra, ao ouvir a ideia de relembrar os envolvidos, emitiu uma ordem para o silêncio em 1919. A ideia de Fitzpatrick de lembrar e contemplar em silêncio se desenvolveu a partir de uma prática de guerra da Cidade do Cabo, na qual todos os dias, ao meio-dia, todo trabalho era interrompido por três minutos em consideração àqueles que lutaram por seu país e seus ideais. Isso ajudava a conectar a cidade, tão distante dos combates, com seus entes queridos onde quer que estivessem²²¹. Todos estavam unidos em luto, alegria, desespero e esperança, independentemente de crença cultural ou religiosa.

Na Namíbia (antigo Sudoeste Africano Alemão), há memoriais em alemão para aqueles que perderam suas vidas nas duas guerras mundiais. Pode não ser algo muito surpreendente para a Primeira Guerra Mundial, dado que os habitantes alemães da colônia lutaram e morreram pelo território. No entanto, quando comparados com os memoriais para os mortos da Segunda Guerra Mundial, quando a ex-colônia alemã era administrada por um adversário da Alemanha, um novo significado é atribuído aos da Primeira Guerra Mundial. O alemão ainda

220. COMRADES MARATHON ASSOCIATION. *1920-1925: A soldier's dream*. Disponível em: <<http://comrades.com/home-about/history-of-comrades>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

221. SAMSON, Anne. *Mining magnates and World War One.*, Talk given at Brenthurst Library and Boksburg Historical Association in November 2012. 2012a., Disponível em: <academia.edu/1754155/South_African_Mining_Magnates_and_World_War_One>. Acesso em: 7 December dez. 2013. e GREGORY, A. *The silence of memory: Armistice Day 1919-1946*. Oxford: Berg, 1994, p. 9 - 10.

é amplamente falado no país, o que pode ser atribuído ao fato de que, dos cerca de 12.000 alemães residentes no país no início da guerra, apenas 6.000 foram deportados para a Alemanha após a vitória sul-africana. Questões de identidade e da política por trás da lembrança vêm à tona e precisam ser melhor investigadas.

A TRAJETÓRIA DA MEMÓRIA

Analisamos, até o presente momento, a memória contemporânea. Entretanto, vamos também nos debruçar sobre seu desenvolvimento ao longo do tempo. O momento das publicações sobre o tema da guerra, conforme mencionado, fornece alguma ideia a respeito de influências externas na memória. Por exemplo, durante o conflito, foram publicados vários livros de memórias focados nas forças militares ou em grandes grupos de homens contando suas experiências, pois as condições eram muito diferentes das do *front* ocidental. No final de 1916, Jan Smuts, o então comandante das tropas na África Oriental, anunciou que os alemães haviam sido derrotados e que apenas operações de “limpeza” eram necessárias. Como consequência, muitas tropas voltaram para suas bases. Tal processo permitiu que homens e mulheres dos Impérios Alemão, Belga e Britânico contassem suas histórias — o número recorde de publicações em 1917 e 1918 é desse momento testemunha²²².

O número de biografias publicadas diminuiu no início da década de 1920, mas aumentou novamente na década de 1930, quando vemos publicações italianas pela primeira vez. Essas últimas surgiram na época de crescente tensão na Europa, quando a Itália de Mussolini havia se aliado à Alemanha de Hitler. O então líder italiano via uma futura guerra como uma oportunidade para reivindicar territórios africanos que a Itália sentiu que lhe foram negados ao final da Primeira Guerra Mundial,

222. SAMSON, Anne. Reappraising the First World War: A century of remembering the Great War in East Africa. Talk given at Imperial War Museum, 10 July 2012. 2012b., Available atDisponível em: <academia.edu/1754139/A_century_of_remembering_the_Great_War_in_East_Africa>. Acesso em: 7 December dez. 2013..

quando o país aliara-se à França e à Grã-Bretanha. Durante este período, também houve um aumento no número de memórias alemãs publicadas, possivelmente pela mesma razão por trás das publicações italianas. O comandante alemão Paul von Lettow-Vorbeck e o ex-governador alemão Heinrich von Schnee uniram forças, após as negociações de paz em Versalhes, para fazer campanha pelo retorno da África Oriental Alemã à Alemanha, uma vez que não teria sido derrotada²²³.

As publicações portuguesas têm sido muito escassas – três no total, duas em português e uma em inglês. O envolvimento de Portugal na campanha foi problemático para todos os envolvidos. Portugal se manteve neutro até abril de 1916. No entanto, os governadores provinciais locais na África Oriental apoiaram os alemães, permitindo o contrabando de materiais através do seu território. Quando Portugal entrou na guerra, as dificuldades e preocupações em torno da participação do país mantiveram-se. Um governo instável, mudando aproximadamente a cada seis meses, tampouco ajudou. Seria difícil, portanto, encontrar um contexto para inserir o envolvimento de Portugal, que se estendeu a quatro forças expedicionárias para a África. Apenas nos últimos anos acadêmicos começaram a concentrar-se nesses palcos de guerra, sugerindo que Portugal possa estar pronto para lidar com o seu passado²²⁴.

A Bélgica publicou suas primeiras histórias da campanha em 1917 e 1918, sendo elas oficiais e dirigidas a glorificar o país. Em um contexto mais amplo, esses documentos passam a ser entendidos como justificativas, possivelmente motivadas por publicações alemãs e reivindicações britânicas, dos motivos pelos quais a Bélgica deveria receber territórios na África Oriental ao final da guerra.

223. Ibid. e *World War 1 in Africa: The forgotten conflict among the European powers*. London: IB Tauris, 2013.

224. SAMSON, Anne. Reappraising the First World War: A century of remembering the Great War in East Africa. Talk given at Imperial War Museum, 10 July 2012. 2012b., Disponível em: <academia.edu/1754139/A_century_of_remembering_the_Great_War_in_East_Africa>., Accessed Acesso em: 7 December dez. 2013..

Os anos após a Segunda Guerra Mundial assistiram a um declínio geral no número de publicações, embora tenha ocorrido um aumento de romances e filmes sobre o palco de guerra. Talvez fosse uma forma de escapismo — algo mais exótico do que os horrores dos campos de concentração. A partir dos anos 1960, há um esgotamento das memórias, mas percebe-se um aumento no número de textos acadêmicos sobre a campanha. O trabalho de Winter e Prost²²⁵ sugere que essa tendência se deve ao desenvolvimento de universidades e estudos acadêmicos, assim como à abertura dos arquivos e à morte de veteranos de guerra. Bruce Vandervort²²⁶ observa que o período entre 1960 e 1990 foi o auge das publicações sobre a guerra. Esse era o caso até recentemente, pois os textos primários usados pela maioria dos historiadores foram publicados depois de 1971. Essas publicações coincidem com os protestos contra a guerra do Vietnã, o movimento americano de direitos civis dos anos 1970 e o movimento internacional antiapartheid do final dos anos 1980. Desde 2000, há uma nova “onda” de publicações, principalmente de artigos, algumas grandes narrativas que abrangem aspectos econômicos, sociais e culturais e romances. Houve também um ressurgimento das memórias disponíveis — agora dos descendentes daqueles que lutaram.

Uma razão para o aumento da disponibilidade de memórias se deve às possibilidades de auto publicação e impressão sob demanda que surgiram por volta de 2010. Ambas práticas trouxeram uma mudança notável nas publicações: na primeira, os autores podem escrever e produzir textos livremente, sem qualquer controle e checagem prévios; na segunda, os editores são menos seletivos quanto ao que se publica. O centenário da Grande Guerra também estimulou muito o interesse. O número de periódicos populares está aumentando e diversos artigos

225. WINTER; PROST, op. cit., p. 202-4.

226. VANDERVORT, Bruce. *New Light on the East African Theater of the Great War: A Review Essay of English-Language Sources*, in Stephen M. Miller, ed., *Soldiers and Settlers in Africa, 1850-1918*. Leiden, Netherlands: Brill, 2009.

sobre a campanha estão aparecendo na internet²²⁷. Embora esses sejam majoritariamente referenciados e precisos, existe uma pretensão entre alguns autores que usam esses meios de que “contar uma boa história” deva prevalecer às custas da verdade. No outro extremo, autores estão se sentindo limitados pela ameaça de litígio por parte de membros das famílias que se recusam ou não aceitam as conclusões extraídas de evidências documentais. Isso ocorre apesar de a publicação passar pelas verificações básicas de uma editora. *A colossal fraud*, de Brian Garfield²²⁸, é um exemplo e sua experiência influenciou outros autores em suas abordagens.

Desde que completamos essa revisão da literatura disponível até às vésperas do centenário do conflito, várias outras fontes foram descobertas por meio de discussões sobre memória e por meio da lista disponível na internet. O acréscimo de mais de 200 títulos e quase 400 artigos que precisam ser analisados indica uma memória constante das campanhas na África, com a da África Oriental sendo a menos esquecida²²⁹. O número de romances identificados sobre a campanha da África Oriental, em novembro de 2013, era de 25, em inglês, alemão e dinamarquês, além de cinco filmes, dos quais quatro são em inglês e um em alemão. Sem dúvida, há mais por vir.

O advento da internet no início da década de 1990 foi fundamental na criação e na manutenção das memórias das campanhas na África. Em 1998, uma pesquisa por campanha da África Oriental no mecanismo de busca *Yahoo* gerou cerca de 400 resultados. Em 2013, uma pesquisa semelhante gerou 116.000 resultados. Depois de ter trabalhado de forma isolada até aproximadamente 2004, hoje a autora tem contato direto

227. GREAT WAR IN AFRICA ASSOCIATION. Disponível em: <<https://gweaa.com>>. Acessado em: 11 dez. 2018.

228. GARFIELD, Brian. *The Meinertzhagen Mystery: The Life and Legend of a Colossal Fraud*. Washington: University of Nebraska Press, 2007.

229. A África Oriental tem sido cuidadosamente referida como o “*front* esquecido”, mas é claro que existem outras frentes nas quais este título se encaixa mais apropriadamente.

com mais de 180 pessoas (acadêmicas, entusiastas, on-line e off-line) em todo o mundo interessadas em campanhas na África — somente a Ásia está visivelmente ausente dos contatos. Outros são alcançados através de redes sociais mais gerais, como grupos do *LinkedIn* e no *Facebook*. No espaço de um ano, desde que a autora entrou no *Facebook* em dezembro de 2012 sob um pseudônimo e com muito pouco para ser identificada, conectou-se com mais de 150 “amigos” interessados na Primeira Guerra Mundial. Esse último exemplo demonstra a velocidade com que a memória de palcos de guerra ou eventos potencialmente esquecidos pode ser restabelecida ou criada.

Os anos do centenário da Guerra, 2014-2018, estimularam algum interesse e novas pesquisas sobre as campanhas na África, especialmente sobre o papel dos carregadores. No entanto, a relutância em trabalhar com arquivos tanto no Reino Unido como na África significou a duplicação de descobertas e a perpetuação de mitos, considerando a confiança depositada em material digitalizado que, em relação à África, costuma estar desatualizado. A análise de projetos financiados forneceria informações valiosas sobre como a “África” é percebida pela diáspora africana, em comparação com os órgãos financiadores que parecem fundir a África e o Caribe no que a autora chama de “Grã-Bretanha Negra”²³⁰.

MEMÓRIA DE QUEM?

Este capítulo se propôs a explorar o desenvolvimento da memória das campanhas africanas da Primeira Guerra Mundial. Três comunidades foram identificadas — a acadêmica, a entusiasta e a do público em geral. No entanto, dentro e através dessas comunidades há subgrupos determinados pela localização, pelo acesso a fontes eletrônicas e colaboração e pela formação cultural ou educacional. Cada subgrupo tem

230. Ideias iniciais sobre os projetos financiados podem ser encontradas em Anne Samson, *The end of the war in Africa*. In: *Anglica*, 2018, vol. 305. Disponível em: <<http://www.anglica.ia.uw.edu.pl/issues/anglica-as-a-journal/305-anglica-an-international-journal-of-english-studies-27-3-samson>>. Acesso em 11/12/2018.

suas próprias memórias da Grande Guerra na África, com algumas se sobrepondo enquanto outras de distinguindo. O estudo também confirmou as lacunas nos relatos de primeira mão, em que certos grupos não registraram suas experiências, por qualquer motivo, para que outros as pudessem recorrer.

A maior parte da memória parece ter sido mediada por meio do inglês, embora se reconheça que isso pode ser devido à posição da autora, na medida que mais textos em francês, alemão e português vêm a público. O desafio de obter uma visão completa das campanhas nos vários palcos continua sendo relacionado à acessibilidade - em termos de linguagem e arquivo, particularmente porque os arquivos africanos estariam supostamente em mau estado e com acesso dispendioso.

A tecnologia tem desempenhado um papel importante na capacidade de identificar a extensão da memória das campanhas na África, embora se reconheça que há memória da campanha entre aqueles sem acesso à tecnologia, ainda que essa seja mais difícil de distinguir. Ao fazer perguntas ou ao levantar o tópico das campanhas, uma memória está sendo gerada. No entanto, saber até que ponto se trata de uma memória duradoura é algo que, em muitos casos, permanecerá desconhecido.

Onde a memória em primeira mão foi registrada, mesmo que mediada por grupos que não gravaram seus próprios relatos, faz-se possível criar uma memória secundária. Tal processo difere-se do da memória de segunda geração, em que a primeira é transmitida de uma geração para outra dentro das mesmas tradições culturais. Em contraste, a memória secundária, neste contexto, refere-se a uma memória adotada por um grupo a partir de outro, invariavelmente preenchendo lacunas. A partir das experiências descritas neste capítulo, entende-se que a criação dessas memórias é motivada e adotada por razões econômicas, o que, por sua vez, levou-nos a nos interrogar sobre qual memória está sendo lembrada e perpetuada.

REFERÊNCIAS

- 1914-1918 FORUM. Disponível em: <<http://1914-1918.invisionzone.com>>. Acesso em: 7 dez. 2013.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 2006.
- COMRADES MARATHON ASSOCIATION. *1920-1925: A soldier's dream*. Disponível em: <<http://comrades.com/home-about/history-of-comrades>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- CUBITT, G. *History and memory*. Manchester: Manchester University Press, 2007.
- ENCA. *Battlefield tourism takes off in Kenya*. 2013 Disponível em: <<http://www.enca.com/africa/battlefield-tourism-takes-kenya>>. Acesso em: 2 dez. 2013.
- FOURIE, D.; WHITTLE, M. Where fact and memory meet: The amateur historian's contributions to military history. *Historia*, n. 58, 2013. p. 143-160.
- FUSSELL, P. *The Great War and modern memory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GARFIELD, Brian. *The Meinertzhagen Mystery: The Life and Legend of a Colossal Fraud*. Washington DC: University of Nebraska Press, 2007.
- GÖTTSCHE, D. *Rediscovering Africa: The rediscovery of colonialism in contemporary German literature*. Rochester: Camden House, 2013.
- GREAT WAR IN AFRICA ASSOCIATION. Disponível em: <www.gweaa.com>. Acesso em: 7 dez. 2013.
- GREGORY, Adrian. *The silence of memory: Armistice Day 1919-1946*. Oxford: Berg, 1994.
- JONES, R.A. *Emile Durkheim: An Introduction to Four Major Works*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1996. Disponível em: <<http://durkheim.uchicago.edu/Summaries/rules.html>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- KRAMER, A-M. Mediatizing memory: History, affect and identity. In: Who do you think you are?, *European Journal of Cultural Studies*, v. 14, . 4, 2011, p. 428-445.
- PAGE, M. *The Chiyawa war: Malawians and the First World War*. Colorado: Westview, 2000.
- _____. The War of Thangata: Nyasaland and the East African Campaign, 1914-1918. *Journal of African History*, v. 19, n. 1, 1978, p. 87-100.
- SAMSON, Anne. *The end of the war in Africa in Anglica*. v. 305, 2018. Disponível em: <<http://www.anglica.ia.uw.edu.pl/issues/anglica-as-a-journal/305-anglica-an-international-journal-of-english-studies-27-3-samson>>.

_____. World War 1 in Africa: The forgotten conflict among the European powers. London: IB Tauris, 2013.

_____. Mining magnates and World War One. Talk given at Brenthurst Library and Boksburg Historical Association in November 2012. 2012a. Disponível em: <academia.edu/1754155/South_African_Mining_Magnates_and_World_War_One>. Acesso em: 7 dez. 2013.

_____. Reappraising the First World War: A century of remembering the Great War in East Africa. Talk given at Imperial War Museum, 10 July 2012. 2012b. Disponível em: <academia.edu/1754139/A_century_of_remembering_the_Great_War_in_East_Africa>. Acesso em: 7 dez. 2013.

_____. *The formation of the national memory through war with a particular focus on Britain and South Africa during the First World War*. Conference paper delivered at Newcastle University, 2006.

TODMAN, Dan. *The Great War: Myth and memory*. London: Hambledon Continuum, 2005.

VANDERVORT, Bruce. New Light on the East African Theater of the Great War: A Review Essay of English-Language Sources. In: Stephen M. Miller (Ed.). *Soldiers and Settlers in Africa, 1850-1918*. Leiden: Brill, 2009.

WINTER, Jay. *Sites of memory, sites of mourning: The Great War in European cultural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WINTER, Jay; PROST, Antoine. *The Great War in history: Debates and controversies, 1914 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WWI-L. World War I Military History List. Disponível em: <<http://wwi.lib.byu.edu/> & <http://www.gwpda.org/wwi-l.html>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

S.O.S. (*SAVE OUR SOULS*)! REPRESENTAÇÃO APOCALÍPTICA E NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA MEMÓRIA DOS SOLDADOS PORTUGUESES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL²³¹

Sílvia Correia (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

INTRODUÇÃO

A “dança macabra da morte” tornou-se protagonista na grande catástrofe. A natural sequência das gerações foi suspensa – mais de 10 milhões de homens pereceram, a maioria jovem – e consigo a possibilidade de se manter o fio do enredo da vida. A Primeira Guerra Mundial aportaria efeitos profundos sobre a política, a sociedade e, acima de tudo, aqueles que a combateram. Não foi só um conflito de extensão e profundidade totais²³², foi também uma experiência muito íntima.

A I República, que levou Portugal à guerra em 1917, mobilizou mais de cem mil homens, dos quais sete mil morreram. As perdas humanas, entretanto, vão muito além dos mortos. Apesar de não se ter verificado confrontos em território metropolitano, a ausência de consenso em torno da intervenção na frente europeia e a instabilidade política não facilitaram o processo de reconstrução do país pela capitalização rememorativa do esforço de guerra. As políticas de memória da Primeira Guerra Mundial resultam de uma negociação durante e após o conflito entre os antigos combatentes, mais ou menos organizados, e os republicanos, não obstante a realidade política ter evoluído primeiro para uma

231. Agradecimento especial a Jay Winter pelas importantes sugestões de fundo, bem como a atenta revisão de Pedro Caldas e Francisco Ferreira.

232. CHICKERING, Roger; FORSTER, Stig (Ed.). *The Shadows of Total War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ditadura militar e depois para um regime fascista. Salazar proibiria, em 1941, ritos à Grande Guerra fora de paredes cemiteriais. Porém, antes do advento do fascismo em Portugal, projetos comemorativos proliferaram. Delineia-se, fundamentalmente durante a I República (1910-1926), um conjunto de práticas rememorativas fúnebres centrado no culto dos mortos que deram suas vidas não pela nação, mas pela pátria. Estas práticas são decalcadas de formas familiares, que os republicanos adaptam quer da tradição cristã, quer da memória histórica na base da definição do estado-nação moderno²³³. À questão, longamente colocada pela historiografia, sobre a relação direta entre a banalização da violência na guerra e a consequente brutalização da sociedade e da política no pós-guerra²³⁴, responde-se com a análise do caso português e uma cultura de guerra longe das formas modernas dignas de uma cultura fascizante que caracterizaram a memória da guerra em países como a Itália²³⁵. É a partir do reconhecimento do carácter particular do processo rememorativo em Portugal que iremos prosseguir para o nosso objeto.

Lendo as memórias dos soldados portugueses que lutaram na Primeira Guerra Mundial percebemos como, em um contexto de pós-guerra de exigido retorno à normalidade, os autores mobilizam uma certa linguagem e temporalidade apocalípticas, tornando o conflito narrável. Isto é, face à estranheza da experiência da guerra moderna que suspende a linearidade biográfica, os soldados, lidando com múltiplas camadas de censura, encontram formas de narrar a catástrofe integrando-a às suas histórias de vida.

233. CORREIA, Sílvia. *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933*. Entre a Experiência e o Mito. 2011. Tese (Doutoramento em História Política e Institucional), FCSH - UNL, Lisboa, 2011 e CORREIA, Sílvia. Celebrating victory on a day of defeat: commemorating the First World War in Portugal, 1918–1933. *European Review of History-Revue européenne d'histoire*, v. 24, n. 1, p. 108-130, 2016. p. 108-130.

234. ISNENGI, Mario. *Il mito della Grande Guerra: da Marinetti a Malaparte*. Bari: Laterza, 1970 e MOSSE, George L. *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti*. Roma: Laterza, 1990.

235. CORREIA, Sílvia, op. cit., 2011 e 2016.

Neste capítulo, procuramos expor as ferramentas empregadas pelos soldados portugueses em seu esforço para compreender e, assim, normalizar a sua experiência da guerra. Deixamos de fora, entre muitas outras possibilidades analíticas, o silêncio como linguagem de narração. Pretendemos analisar as estratégias narrativas nas suas memórias, escritas no pós-guerra, apresentando por um lado o que motiva os soldados a escrever e, por outro, como o fazem em um diálogo com a metanarrativa pública da tragédia. Enfim, trata-se de questionar como os soldados, depois da guerra, dão sentido à situação de extrema violência para a qual são mobilizados e desmobilizados; mais, de compreender como a experiência de anonimato massificado da guerra moderna é traduzida em uma linguagem de experiência individual, compartilhada por seus companheiros soldados, sem que deixe de ser enquadrada por uma memória cultural.

TESTEMUNHOS DE CATÁSTROFE

No período de violência industrial inaugurado em 1914, a guerra, entendida como evento-limite, “muda a base de continuidade das condições de vida dentro da história”²³⁶. Essa ideia foi mobilizada por Friedlander para tratar o limite da representação do Holocausto, paradigma dos estudos da memória. Estendo, aqui, a possibilidade de compreender a Primeira Guerra Mundial como um evento-limite, que tanto proliferou quanto enfraqueceu linguagens tradicionais de representação. Depois desse conflito, o futuro perde a sua força no campo da história, o fatalismo substitui o otimismo do oitocentos e o mais importante torna-se a permeabilidade entre presente e passado²³⁷, sendo a memória do

236. HABERMAS, 1987, p. 163 apud FRIEDLANDER, Saul. *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “final Solution”*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 1992, p. 3 (tradução nossa). Agradeço a Pedro Caldas as conversas em torno deste conceito no debate sobre Segunda Guerra Mundial.

237. HARTOG, François, The Modern *Régime* of Historicity in Face of Two World Wars. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 124-133.

acontecimento catastrófico a janela para a complexidade²³⁸. A memória do primeiro conflito mundial passa, em um presente, por uma ressignificação do passado face à necessidade de viver, ou mesmo sobreviver. Não é à toa que é no pós-guerra que, na academia, Maurice Halbwachs publica *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*²³⁹ e, na política nacional, se consagra o auge da projeção de “lugares de memória”.

O evento, pela sua excepcionalidade, suspende a narrativa histórica, aniquila a causalidade. Aquele que, acometido por essa catástrofe, não consegue encontrar no presente um arcabouço narrativo que lhe permita narrar a experiência e integrá-la a si mesmo, cai, não raras vezes, em um silêncio pós-traumático. Consideremos alguns dos termos em que a análise da memória traumática foi estruturada. Um desses referenciais diz respeito à noção de trauma, entendida como um choque que ameaça a vida e rompe a sensação de continuidade necessária para que um indivíduo mantenha a sua identidade. Para uns, esse impacto pode ser tão severo que o indivíduo pode nem mesmo inscrever traços na memória; a experiência permanece sem lastro e, portanto, aquém da recordação. Outros desafiam essa visão, alegando que toda a memória é registrada, mas aquele sujeito à experiência traumática enterra-a tão profundamente tornando-a inacessível ou virtualmente obliterada. Em ambos os casos, a “história catastrófica requer uma mudança na compreensão, assim como formas sem precedentes de ação e resposta”²⁴⁰. Segundo Walter Benjamin, a Primeira Guerra Mundial é o momento simbólico em que a “experiência transmitida” é suplantada pela “experiência vivida”, frágil, volátil e efêmera, que na dificuldade de ser transmitida os soldados convertem numa estória coerente ou

238. LORENZ, Chris. Blurred Lines. History, Memory and the Experience of Time. *International Journal for History, Culture and Modernity (HCM)*, v. 2, n. 1, p. 43–62, 2014. p. 43–62.

239. HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

240. CARUTH, Cathy. *Listening to Trauma: Conversations with Leaders in the Theory and Treatment of Catastrophic Experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014, p. xiii. (tradução nossa).

linear²⁴¹. Milhões de pessoas, principalmente jovens, foram arrancadas de suas estruturas sociais e mentais, exigindo-se a criação de “lugares de memória”²⁴², entendidos aqui criticamente como um esforço político – público e privado – nostálgico, onde se fixam narrativas, para que a velocidade moderna da destruição não afete a memória histórica e crie vazios identitários.

Há uma produção substancial de obras sobre o que Samuel Hynes²⁴³ chama de conto do soldado (*soldiers’ tale*). Para Nicolas Beaupré a literatura de guerra surge da busca de uma identidade depois da sua exposição à extrema violência, porém “narrativas estabilizadoras de memórias instáveis são inerentemente cheias de tensão”²⁴⁴. O mesmo indivíduo pode, segundo Smith²⁴⁵, conter em si várias histórias contraditórias – múltiplas identidades – que podem ou não se rever e adequar à metanarrativa da tragédia. Importa olhar, então, como os testemunhos tentaram fixar uma narrativa e um narrador definitivos. Segundo Jay Winter²⁴⁶, os soldados usam da autoridade da experiência direta para apresentar – e cristalizar – sua “verdade” sobre a guerra. O soldado é uma testemunha moral²⁴⁷, aquela que fala por sofrimento próprio, que nunca fala no vácuo, pois o que “oferece não é uma verdade simples, mas uma construção muito subjetiva das condições extremas sob as quais viveram”²⁴⁸. Assim, a testemunha moral refuta a “testemunha imoral” que higieniza a guerra e a torna pensável, repetível e, até

241. BENJAMIN apud TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: UNIPOP, 2012, p. 12.

242. NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. République. Paris: Gallimard, 1984. V. I.

243. HYNES, S. L. *The soldiers’ tale: bearing witness to modern war*. New York: Penguin, 1997.

244. BEAUPRÉ, N. Soldier-writers and poets. In: WINTER, J. (Ed.). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 466-467 (tradução nossa).

245. SMITH, Leonard V. *Embattled Self: French Soldiers’ Testimony of the Great War*. NY: Cornell University Press, 2007.

246. WINTER, Jay. *Remembering war: The Great War between memory and history in the twentieth century*. Londres; New Haven: Yale University Press, 2006, p. 101.

247. Este debate ainda será desenvolvido futuramente por nós no âmbito de um artigo sobre o que se faz da história pessoal.

248. WINTER, Jay, op. cit., p. 271 (tradução nossa).

mesmo, gloriosa. Esse dever moral de “escrever ao povo português” aparece em muitas memórias, como as do republicano António Granjo²⁴⁹, dando conta do que viu e aprendeu “como é [sua] obrigação de patriota”²⁵⁰. Não escrevem de ânimo leve, mas por obrigação numa linguagem que se diz despreziosa e que procura trazer apenas a verdade dos fatos sem os “floriados” da escrita profissional:

Só, muito instantemente, rogado por camaradas e amigos faço hoje sair à publicidade estes apontamentos, tomados no próprio lugar e logo em seguida aos fatos, não por se ligarem à minha pessoa, mas porque, envolvendo outras, eu não tenho, **na verdade o direito de os deixar no olvido**, a que eu próprio os condenava, por uma especial modalidade do meu espírito. Aí vão, pois, **desalinhados**, quase como figuram no meu canhenho²⁵¹.

Reivindicações de autoridade são resultado de demandas contextuais e, não raras vezes, servem ao reforço de coletividades identitárias, seja comprando narrativas românticas de heroísmo, seja negando-as, evitando a apropriação política de sua experiência no entreguerras. Reclamando se afastar de todas as paixões, reivindicação ampla do movimento de antigos combatentes em Portugal²⁵², Granjo afirma a natureza apolítica do seu testemunho:

249. Formado em direito, António Granjo foi diretor e proprietário de vários jornais onde contribuiu ativamente na propagação dos ideais republicanos. Revelou-se figura central da I República até a sua morte na Noite Sangrenta (1921). Além de convicto defensor da intervenção de Portugal na Grande Guerra, servindo como oficial miliciano na frente europeia entre maio e dezembro de 1917, escreveu sobre o conflito, não o glorificando, mas ressaltando o espírito de sacrifício dos soldados em nome da pátria republicana (Leal; Nunes 2012).

250. GRANJO, António. *A Grande Aventura. (Scenas da Guerra)*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, S./D. (1920?), p. 181.

251. OLIVEIRA, Major J. Braz de. *O Exército Português em A Grande Guerra. Scenas e Factos*. Lisboa: Tipografia do Diário de Notícias, 1924, p. 9 (grifo nosso).

252. CORREIA, Sílvia. The veterans' movement and First World War memory in Portugal (1918-33): between the Republic and Dictatorship. *European Review of History-Revue européenne d'histoire*, v. 19, 2012, p. 531-551.

Liberto-me de toda a espécie de prejuízo que me prenda a sistemas. Desfaço-me de toda a espécie de compromissos que me ligue a partidos ou a pessoas. E procuro conseguir que as palavras e os juízos me corram da pena, tão natural e verdadeiramente como a luz corre duma chama. Desejarei que as minhas palavras toquem o coração do povo, porque desejo medir a realidade, como aquela pêndula vai medindo o presente, como o canhão, ao longe, vai medindo o futuro²⁵³.

O nosso objeto de estudo é o gênero das memórias de guerra, entendido como uma forma de narrativa pessoal mais complexa, crítica e reflexiva. Sem grande tradição literária, as narrativas de guerra não almejam fazer uma ode à guerra ou procurar a razão para a sua eclosão e seus responsáveis, elas “são livros de experiências: são sobre o que aconteceu; e como foi sentido”²⁵⁴. O nosso ensaio não procura avaliar a sua qualidade literária, apesar da sua popularização no pós-guerra, pois estão longe de qualquer tradição; nem esgotar o universo de experiência dos soldados portugueses, dado o grau de iliteracia ou os limites que perpassam a literatura de violência (*i.e.* autocensura, censura, culpa, trauma, ressentimento etc.). Pina de Morais²⁵⁵, em seu segundo livro de memórias, atesta essas fronteiras “[t]enho decerto, como todos os combatentes, recordações da guerra, que não escrevi no ‘Ao parapeito’, que não escrevi ainda e mesmo não escrevo voluntariamente só porque são tão dolorosas que me faz sofrer a sua lembrança” e continua “[n]inguém leu nas minhas páginas a ferida da guerra ou a saudade de amor que mais me emocionou”²⁵⁶.

253. GRANJO, António, op. cit., p. 182.

254. HYNES, S. L., op. cit., p. 11 (tradução nossa).

255. João Pina de Morais (1889-1953) partiu para a frente europeia em Abril de 1917, voltaria a Portugal no fim da guerra desempenhando papel ativo na defesa da I República, vindo a exilar-se após o golpe de 28 de Maio. Próximo ao grupo da Renascença Portuguesa, escreveu sobre a sua experiência no *front* (Disponível em: <http://www.cm-vilareal.pt/gremio/images/ciclos/pina_morais.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2019.

256. MORAIS, Pina de. *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa, 1921, p. 68.

Essas narrativas – próximas da autobiografia, embora “uma narrativa de guerra diz respeito a uma vida separada que, por mais que permaneça vividamente na memória, não é contínua à vida que o narrador vive enquanto escreve”²⁵⁷ – procuram dar sentido à experiência pessoal. A escrita aparece aqui como meio privilegiado de “eternização e suporte da memória”²⁵⁸, de veiculação de uma *experiência vivida*. Tendo consciência da dimensão de silêncio e invenção, que a guerra inflama, esses textos “caracterizam-se não só por uma relação recíproca entre a memória, a narração e a identidade, como também muitas vezes por uma avaliação autorreflexiva dos problemas e das limitações da memória”, produzindo uma ficção de memória, onde a “obrigação mimética de refletir a verdade objetiva”²⁵⁹ é mediada pela inevitável erosão do tempo e pelos dispositivos de enquadramento da memória cultural. Assim, dada a impossibilidade do testemunho “verdadeiro” sobre o “patrimônio negativo” da experiência guerra²⁶⁰, procuramos explorar a memória cultural que, na percepção de Jan Assmann²⁶¹, vai muito além do indivíduo, o único que legitimamente possui memória, sendo enquadrada socialmente em uma interação entre psique, consciência, sociedade e cultura. Público e privado, indivíduo e grupo se cruzam e se chocam em demandas de normalização da vida no pós-guerra, constituindo uma cultura de guerra, onde a necessidade de sobrevivência futura exigirá, no presente, capitalizar a experiência associando-a a um passado estável mais ou menos remoto. Compor narrativas de guerra torna-se, então, parte de uma estratégia para imaginar um futuro quando a memória é

257. HYNES, S. L., op. cit., p. 8 (tradução nossa).

258. ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 206.

259. NUNNING, Ansgar. A “verdade da memória” e o “frágil poder da memória”. A literatura como meio de explorar ficções e enquadramentos de memória. In: ALVES, F.; SOARES, L. A.; RODRIGUES, C. V. *Estudos de Memória*. Teoria e análise cultural. Famalicão: Edições Húmus, 2016, p. 221-233.

260. AMÉRY, Jean. *Além do Crime e Castigo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 178.

261. ASSMANN, Jan. O que é a ‘Memória Cultural?’. In: ALVES, F.; SOARES, L. A.; RODRIGUES, C. V. *Estudos de Memória*. Teoria e análise cultural. Famalicão: Edições Húmus, 2016, p. 87-116.

“domesticada” no sentido de não ser mais capaz de enfraquecer o senso de identidade do indivíduo, do eu.

MITO, MANIQUEÍSMO E ESTRANHEZA

A demanda de retorno à normalidade colocada a esses homens mostrou-se rapidamente implausível, pois o mundo mudara de forma irreversível. Esses confrontar-se-iam com resistências às suas estórias. Se, por um lado, testemunhar, falar sobre si, implica passar o “fardo” para outro (esposa, filho, amigo), por outro lado, revelar incapacidade de adequação à normalidade, coloca-os na transgressão²⁶². Para Eric Leed, a impossibilidade de esquecer o evento traumático estabelece a diferença entre reação normal e anormal – patológica – à experiência de guerra, conduzindo a primeira à neurose. Portanto, a “razão pela qual o esquecer é pedido aos homens que lutam nas guerras modernas reside no fato de que elas são combatidas por homens que devem mudar suas identidades, do civil ao soldado e vice-versa”²⁶³. Essa condição não pode ser negligenciada em uma guerra alimentada por exércitos de cidadãos nacionais. Aqueles que, no entanto, não conseguem esquecer, não são capazes de forjar essa nova identidade pós-guerra “estável”, exigência da sociedade pela qual lutaram, sentem-se desamparados, desapegados de seus eus passados. Então, para dar conta dessa demanda de sanitização, lançam mão de uma linguagem – indireta, por vezes irônica – que age sobre os acontecimentos, produzindo uma realidade apreensível na forma de mitos, superando as condições de incredulidade.

Uma importante escola de pensamento segue a ideia de George Mosse de que a criação do mito da experiência de guerra permitiria à

262. CABANES, Bruno. Negotiating Intimacy in the shadow of war (France, 1914-1920). *New Perspectives in the Cultural History of World War I. French Politics, Culture & Society*, v. 31, n. 1, Spring 2013, p. 16.

263. LEED, Eric, *Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses. Journal of Contemporary History*, v. 35, n. 1, Special Issue: Shell-Shock, 2000, p. 88. (tradução nossa).

nação transcender o horror da guerra e sacralizar a experiência. Esse mito da experiência de guerra, segundo Mosse

resume alguns dos temas que moveram os homens numa ou noutra fase da guerra: o espírito de 1914, a guerra como teste à masculinidade, a ideia de camaradagem e o culto dos soldados caídos – uma série de atitudes que ajudou o homem a confrontar-se e a aceitar esta experiência sem precedentes e moldou muitas das percepções literárias, artísticas e políticas depois da Primeira Guerra Mundial²⁶⁴.

Em um universo de demanda de sanitização da experiência da guerra, são criadas soluções narrativas que permitiram aos soldados contar a guerra, dando-lhe sentido, um sentido mais alinhado a uma demanda do pós-guerra, do que à real experiência da guerra. Experiências temporais e espaciais complexas são circunscritas a fórmulas maniqueístas que apresentam o conflito como a grande catástrofe e o herói, o soldado das trincheiras, como o mártir. Isto integra aquilo que Leonard Smith²⁶⁵ apresenta como *metanarrativa da tragédia*. Nela, o soldado possui duas identidades aparentemente contraditórias, mas que se complementam – a vítima e o bruto –, por um lado, exemplo de virtude, pela honestidade e bravura, por outro, jovem inconsequente. Assim eram os “soldados de Portugal” tão idealmente retratados pela personagem, “tão sofredor, tão saudoso, tão alegre, tão valente”, “Joaquim”, em *A avalanche*,²⁶⁶ de Albino Sampaio. Este soldado anônimo, vítima inconsequentemente valente, aparece de forma recorrente nas memórias de soldados portugueses:

264. MOSSE, George L. Two World Wars and the Myth of the War Experience. *Journal of Contemporary History*, v. 21, n. 4, 1986, p. 492. (tradução nossa).

265. SMITH, Leonard V. *Embattled Self: French Soldiers' Testimony of the Great War*. Nova Iorque: Cornell University Press, 2007.

266. SAMPAIO, Albino Forjaz. *A Avalanche. À margem da Grande Guerra*. Lisboa: Santos & Vieira, 1918. p. 206.

Mas, chegado o período da virilidade, no pleno desenvolvimento das minhas faculdades, animado pela chama que cria, conserva a instiga aos altos projectos heroicos, vestiram-me uma farda, obrigaram-me a um juramento terrível, substituindo o meu nome por um número e, arrebanhando-me com os outros, mandaram-me aos campos de batalha defender ‘a liberdade dos pequenos povos oprimidos’²⁶⁷.²⁶⁸

Esse entendimento oferece ao pós-guerra uma narrativa redentora onde o conflito teria rompido com as promessas de progresso e racionalidade, depositando-se na vítima a esperança de regeneração da catástrofe. Os mitos tornar-se-iam necessários para reconciliar os homens com memórias realmente inimagináveis. Hermínio Lusitano, pseudónimo dado por Lapas Gusmão²⁶⁹ a um de seus soldados, “caminhava, vago, absorto, como se houvesse de súbito despertado num mundo desconhecido, estranho indefinível”²⁷⁰. O cerne das memórias não é o horror da guerra, mas a sua diferença de qualquer outra existência imaginável. Em uma estranha cultura de guerra moderna, relembra Granjo, “[o] essencial é ganhar a soma de inconsciência necessária à vida animal em que se transformou a existência de toda esta gente que se mata e que range os dentes.”²⁷¹ A experiência da guerra exige um esforço de reconfiguração identitária entre uma demanda social e uma imagem de si mesmo que vai além do binarismo vítima vs perpetrador e o coloca como personagem ambígua.

Em suma, os soldados estavam muito conscientes de que estavam presos entre o silêncio e a falsa representação do evento-limite, o

267. PIMENTA, Eduardo. *A Ferro e Fogo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919. p. 122.

268. Eduardo Pimenta (1865-1922) foi tenente-coronel médico no Serviços de Saúde do C.E.P. de janeiro de 1917 a setembro de 1918 (Disponível em: <<https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=124196&FileID=1105908>>. Acesso em: 11 de março de 2019).

269. Lapas de Gusmão (1886-1962) foi militar de carreira, tendo estado a serviço em Angola e, desde 1917, no C.E.P. Paralelamente, dedicou-se ao jornalismo (Disponível em: <<https://capeiaarraiana.wordpress.com/2007/11/20/«uma-noite»-de-lapas-de-gusmao/>>. Acesso em: 11 de março de 2019).

270. GUSMÃO, Lapas. *Visão da Guerra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932, p. 19.

271. GRANJO, António, op. cit., p. 101.

combate na guerra industrializada. A catástrofe da destruição moderna sai do *continuum* possível da vida vivida e se instala à margem da linguagem convencional, exigindo fórmulas que deem conta do absurdo e a integrem numa lógica familiar.

MEMÓRIAS NA FORMA APOCALÍPTICA

*Aqui foi o túmulo e o berço da Vida, – o pelourinho e a penitência, o Calvário e a Redenção*²⁷².

Augusto Casimiro²⁷³ sintetiza, nesse fragmento de *Calvários da Flandres*, a minha chave de leitura das *memórias* dos soldados portugueses que combateram na Grande Guerra: penitência, calvário e redenção.

Se um conjunto de estudos defendem uma ruptura de modernidade na linguagem cultural provocada pelo conflito, Jay Winter²⁷⁴ vê na rememoração da guerra uma abordagem tradicional. Nesse sentido, a literatura de guerra não poderia ser diferente: o uso de imagens de tradição apocalíptica – religiosas à partida, políticas em última instância – “mostram como o conflito expandiu o ritmo literário preenchido por um conjunto de ícones mais antigos, carregando mensagens sobre o fim dos tempos, o colapso da ordem, o julgamento final.”²⁷⁵

Não se pretende aqui analisar a concretização do gênero literário, mas como esses textos ganham forma no universo mais amplo da cultura de guerra. Os processos de rememoração da Primeira Guerra

272. CASIMIRO, Augusto. *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 192 (grifo nosso).

273. Augusto Casimiro (1889-1967) foi um convicto defensor das ideias republicanas, escritor e militar. Mobilizado no *front* da guerra, escreveu longamente sobre a experiência. Sendo um dos mais reconhecidos memorialistas do conflito, Casimiro transpõe em seus textos uma convicção patriótica messiânica do esforço nacional.

274. WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

275. *Ibid.*, p. 203 (tradução nossa).

Mundial em Portugal são tradicionais, apesar de extraordinariamente novos, dada a dimensão e o impacto do conflito, decorrentes de um esforço republicano em consolidar uma memória histórica garantidora de continuidade da identidade nacional²⁷⁶. O mesmo se verifica nos testemunhos em questão, onde os soldados lançam mão de estratégias narrativas familiares no sentido de tornar a experiência compressível ao mundo e a si mesmos.

A tradição da escrita apocalíptica, facilmente acessível aos portugueses por via da tradição Católica Romana, aparece nas *memórias* como “uma ‘visão subversiva’, uma afirmação tanto da desgraça quanto da justiça divina”²⁷⁷. O Apocalipse pela tríade crise, julgamento e salvação, fundamentalmente a partir da sua formulação no último livro do Novo Testamento, permite-nos quer o emprego de uma linguagem metafórica e alegórica necessária à apresentação de um conflito cuja dimensão “desafia uma descrição realística”²⁷⁸, quer uma linearidade temporal que dá à ficção histórica uma forma possível de racionalidade. O desejo mimético das memórias transparece no emprego de estratégias narrativas próximas aos processos de “entificação” da história na sua matriz judaico-cristã, na medida em que momentos de decadência devem ser considerados “à luz de uma perspectiva totalizadora e futurante”²⁷⁹. Dito de outra forma, a Grande Guerra passa a ser enquadrada como o fim dos tempos, culminar de uma grande crise, onde os sacrifícios serão redimidos pelo julgamento final garantindo uma nova ordem. Vejamos, então, como tal processo se materializa numa seleção de *memórias* de soldados portugueses.

276. CORREIA, Sílvia. *Entre Heróis e Mortos: políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933)*. Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2015 e op. cit., 2016.

277. WINTER, Jay. op. cit, 1998, p. 200-201 (tradução nossa).

278. KERMODE apud WINTER, op. cit., 1998, p. 202 (tradução nossa).

279. CATROGA, Fernando. Caminhos do fim da História. *Revista de História das Ideias*. v. 23, 2002, p. 134.

A crise – penitência – é-nos apresentada através de imagens de macabro terror, dignas de um inferno, onde a baliza entre vivos e mortos se esvai. A morte, limiar máximo da existência, é omnipresente quer nas descrições mais realistas, quer nas alegorias como o faz António Granjo:

O sabor desta terra pútrida, a impressão horrível destes trapos desfeitos que a saliva da morte humedeceu, ficam nos lábios, ficam nos olhos, ficam na alma, como nódoas deixadas por larvas. [...] desaba sobre o cemitério a tempestade de fogo, e as cruzes partidas cirandam no ar e os cadáveres saltam das sepulturas, numa dança macabra de membros despedaçados e de caveiras partidas entre o fragor das explosões. A história dêsse cadáver, que adubou a terra onde nasceram as humildes flores que lhe mando, é uma das mais trágicas²⁸⁰.

Na visão de Pina de Morais²⁸¹, os vivos em muito pouco se distinguem dos mortos, um amontoado de ossos revestidos de pele – “podes apalpar numa massagem a tua caveira, aqueles ossos miseráveis” – que terá o mesmo destino – a morte – um destino que se diverte a vê-los sobreviver. O destino “ri[...]se de quem? De quem há-de ser? De nós mesmos, como se soubesse todos os fatalismos da existência e se divirta a ver-nos viver”. O limbo foi ultrapassado e a guerra já não é a guerra, mas o inferno, onde soldados mascarados parecem “figuras satânicas de um círculo dantesco”, que “resvalam entre os taludes como fantasmas sinistros de um mundo subterrâneo”²⁸². O fim da esperança é anunciado por Dante às Portas do Inferno. O abandono de uma visão cíclica pelo Cristianismo anuncia a importância do tempo histórico. Em uma temporalidade cíclica a libertação do sofrimento nunca seria possível. Ao contrário, na linear temporalidade, a fé em um futuro de esperança

280. GRANJO, António, op. cit., p. 139-141.

281. MORAIS, Pina de. op. cit. , p. 119-120.

282. GRANJO, António, op. cit., p. 66-67.

permite que o passado surja como preparação, o presente como revelação e o futuro como consumação – não uma epifania, mas uma teofania. A existência encontra o seu limite, assim como a possibilidade de testemunhar. Contudo, “Hermínio”, diante do “labirinto da morte” onde “Dante inscrevera no *Inferno*: ‘Ó Vós entraís...’” terá a força para superar a crise em uma “gloriosa ascensão ao calvário máximo da guerra”²⁸³. O inferno não é o fim, o calvário garantirá a salvação dos mortos, pois no dia do julgamento final os sacrificados serão redimidos:

Que calvários rudes nos faz Deus subir para que a Vida vença e a Sua lei domine! ... Poderá sua dôr redimi-los? [...] E ao meio da messe enorme onde ficam os cadáveres dormindo, ergo-me à aleluia da vitória próxima, adivinho a primavera nova, sei que os homens se purificarão dos seus crimes, maguados dos seus arrependimentos²⁸⁴.

O sacrifício dos homens simples – os mártires – não foi em vão, assim como analogamente não foi em vão a morte de Cristo, pois ambos voltarão no fim dos tempos. Trata-se do culto à “vítima inocente”, o herói pronto para o martírio²⁸⁵. Essa dimensão regeneradora da morte – do soldado e da pátria – aparece frequentemente em Augusto Casimiro:

Mortos?... Porque me custa dizer esta palavra, a mim? A morte não aniquila, nem reduz os verdadeiros vivos ... E os mortos desta guerra viveram a verdadeira vida. A morte, limiar obrigatório da eternidade, aligeirou-os das suas e das nossas misérias, fê-los transparentes, e, integrando-os na grande corrente de devoção que alaga o mundo e a renova, deu-lhes, a êles que tinham sido o silêncio, a resignação do sacrifício, divinas fôrças activas, a imaterial existência, a fôrça inexaurível dos símbolos que através das idades

283. GUSMÃO, Lapas. *Visão da Guerra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932, p. 22-23.

284. CASIMIRO, Augusto. *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 92-93.

285. BECKER, Annette. L'histoire religieuse de la guerre 1914-1918. *Revue d'histoire de l'Église de France*, v. 217, 2000, p. 539-549.

veem embalando o coração e guardando os sonhos do mundo. **Eles são todos os mortos, os de hoje e de ontem**²⁸⁶.

Por fim, na hora do julgamento final, os mártires serão redimidos e os culpados julgados. Para António Granjo seria “necessária uma sanção para tão aviltantes crimes”, pois o “sangue referve num chão de ódio e de revolta contra aqueles que rebaixaram a existência humana até a fazerem descer à atmosfera mefítica dos canos de esgoto”²⁸⁷. Não se trata de julgar um ou outro homem, a causa é maior: a defesa da humanidade. Se Paes Mamede²⁸⁸, em *Rato Cinzento*, vê na guerra a farsa “para o homem subjugar o homem!...”, Pina de Moraes, em uma analogia recorrente entre as memórias, questiona o sacrifício em prol da humanidade:

No olhar do soldado transpareceu a piedade que lhe nadava no coração. Sem querer tinha pregado como um **Nazareno**. [...] – A vida é para isto? A **humanidade**? [...]. Um povo inteiro, um planeta todo, não passa miseravelmente de um cordeiro da fabula!²⁸⁹

A duração e o impacto do conflito levaram necessariamente à criação de explicações de nova ordem – a guerra passa a ser em nome da pátria contra o inimigo da humanidade, a verdadeira cruzada que combina elementos sagrados e lições de cidadania²⁹⁰. O mito da experiência da guerra cancela o horror da morte, através de alternativas de purgação com base em temas familiares, destacando a imolação em combate de uma geração envolvida em uma cruzada²⁹¹. O soldado-cidadão comum, que se “sacrifica alegremente” em defesa da pátria, é elevado ao panteão dos heróis da

286. Ibid., p. 177-178 (grifo nosso).

287. GRANJO, António, op. cit., p. 66-67.

288. MAMEDE, Coronel Paes. *O rato cinzento*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925, p. 302-303.

289. MORAIS, op. cit. 1921, p. 59 (grifo nosso).

290. CORREIA, op. cit., 2011.

291. MOSSE, op. cit., 1990, p. 7.

religião civil, forjando-se como o *homem novo*, garante do futuro da nação. A forma apocalíptica permite, então, narrar a experiência excepcional – a crise do fim dos tempos – dando-lhe uma linearidade de tradição judaico-cristã, onde o futuro estará garantido pelo sacrifício presente dos mártires, soldados-vítimas que adquirem um papel espiritual e político.

A aceleração da história, instalada no século XIX, levou a uma renovação escatológica. A Grande Guerra, a última grande crise que põe fim ao século precedente, demandou dos Estados estratégias de reconfiguração e reconstrução nacionais. Assim, dando continuidade àquilo que caracterizou a moderna definição de estado-nação, a I República portuguesa integrou a experiência da guerra em uma narrativa nacional providencial, onde símbolos, ritos e heróis são transfigurados em uma espécie de religiosidade cívica. Afinal, “os momentos que chamamos crises são fins e começos”²⁹². A metanarrativa da tragédia pública coloca o soldado como o “homem providencial”, que nos resgataria da decadência provocada por sucessivos naufrágios, favorecendo, desse modo, vários deslumbramentos de *messianismo político*²⁹³. Para Le Goff²⁹⁴, “[a] laicização da escatologia é talvez a primeira e a mais inovadora das metamorfoses da escatologia”. Em “Por Portugal”, último capítulo de suas memórias, António Granjo manifestamente concretiza essa relação entre o sagrado e o político:

Creio num destino melhor para a humanidade, mas convenço-me de que uma era de definitiva paz e perene abundância será por muito tempo, porventura por séculos de séculos, uma generosa conceção de poetas e filósofos. Por cada guerra, é certo, o povo, ao mesmo tempo que vai juncando a estrada de cadáveres, vai dando mais um passo para a sua libertação. Por cada revolução, é certo, vai-se criando uma nova ordem de ideias, que se

292. KERMODE, Frank. *The sense of an ending*. Studies in the theory of fiction with a new epilogue. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 96 (tradução nossa).

293. LEAL, Ernesto. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). *Análise Social*, v. xxxiii, n. 148, 4, 1998, p. 825-826.

294. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 361.

reflecte e fixa nas leis como mais uma conquista de liberdade e de justiça. Mas enquanto o direito derivar da força, quer esta seja detida pelas antigas classes privilegiadas, por meio de regimes pessoais ou parlamentares, quer seja detida pelo operariado, por meio de ditaduras ou pelo govêrno das classes, o povo será sempre a fácil presa da tirania²⁹⁵.

CONCLUSÃO

Apesar do esforço de secularização da sociedade e do Estado durante a I República em Portugal, a literatura de guerra é profundamente marcada por uma dimensão religiosa de base cristã, agregando a presente experiência ao conforto de antigas crenças, independentemente da posição política e ideológica de quem escreve. Os tipos apocalípticos, em um sincretismo de história e religião, permitem dar sentido ao mundo, a partir do presente. A memória cultural é, portanto, um conjunto de estratégias que ajuda os indivíduos a enquadrar suas memórias do conflito de forma a integrá-los na liturgia nacional.

Tal esforço foi, para muitos ex-soldados, uma questão de sobrevivência. Códigos culturais tradicionais, tanto latentes quanto recuperáveis, permitiram que eles escapassem do limbo e se juntassem à nação por meio de seus escritos. As memórias dos soldados recorrem a um passado remoto para dar sentido ao caos da guerra em que lutaram. A inquestionável autoridade moral de quem viveu coloca o passado no lugar do sagrado. Porém, nem sempre é assim, e, apesar de não caber nesta análise, muitas destas memórias revelam profundas dissonâncias de uma narrativa maniqueísta da guerra.

Tratamos, aqui, de uma manifestação de cultura de guerra transversal a muitas das experiências nacionais e sociais. Face a uma demanda de normalização da experiência do conflito colocada aos soldados no pós-guerra – para benefício daqueles que não estiveram lá

295. GRANJO, António. *A Grande Aventura. (Scenas da Guerra)*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, S./D. (1920?), p. 182 -184.

– , as memórias individuais procuram dar sentido à catástrofe integrando-a no *continuum* de suas histórias de vida pela mediação seja de metanarrativas públicas devedoras de um projeto de estado-nação moderno, seja de liturgias familiares e sagradas de um passado pré-moderno. As catástrofes do presente empurram esses homens, pela “inaceitabilidade” de viver à e na margem, definida por si e pelo outro, para o retorno às liturgias herdadas que permitirão continuar a viver. Até quando guerras e revoluções estarão fadadas a ser eternos retornos?

REFERÊNCIAS

- AMÉRY, Jean. *Além do Crime e Castigo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.
- ASSMANN, Jan. O que é a ‘Memória Cultural?’. In: ALVES, F.; SOARES, L. A.; RODRIGUES, C. V. *Estudos de Memória*. Teoria e análise cultural. Famacião: Edições Húmus, 2016.
- BEAUPRÉ, N. Soldier-writers and poets. In: WINTER, J. (Ed.). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- BECKER, Annette. L’histoire religieuse de la guerre 1914-1918. *Revue d’histoire de l’Église de France*, v. 217, 2000, p. 539-549.
- CABANES, Bruno, Negotiating Intimacy in the shadow of war (France, 1914-1920). New Perspectives in the Cultural History of World War I. *French Politics, Culture & Society*, v. 31, n. 1, Spring 2013, p. 1-24.
- CARUTH, Cathy. *Listening to Trauma: Conversations with Leaders in the Theory and Treatment of Catastrophic Experience*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- CASIMIRO, Augusto. *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920.
- CATROGA, Fernando. Caminhos do fim da História. *Revista de História das Ideias*. v. 23, 2002, p. 131-234.
- CHICKERING, Roger; FORSTER, Stig (Ed.). *The Shadows of Total War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CORREIA, Sílvia. *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933*. Entre a Experiência e o Mito. 2011. Tese (Doutoramento em História Política e Institucional), FCSH - UNL, Lisboa, 2011.

_____. The veterans' movement and First World War memory in Portugal (1918-33): between the Republic and Dictatorship. *European Review of History-Revue européenne d'histoire*, v. 19, 2012, p. 531-551.

_____. *Entre Heróis e Mortos*: políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933). Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2015.

_____. Celebrating victory on a day of defeat: commemorating the First World War in Portugal, 1918–1933. *European Review of History-Revue européenne d'histoire*, v. 24, n. 1, 2016, p. 108-130.

FRIEDLANDER, Saul. *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "final Solution"*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1992.

GRANJO, António. *A Grande Aventura*. (*Scenas da Guerra*). Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, S./D. (1920?).

GUSMÃO, Lapas. *Visão da Guerra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.

HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

HARTOG, François, The Modern Régime of Historicity in Face of Two World Wars. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

HYNES, S. L. *The soldiers' tale: bearing witness to modern war*. New York: Penguin, 1997.

ISNENGHI, Mario. *Il mito della Grande Guerra: da Marinetti a Malaparte*. Bari: Laterza, 1970.

KERMODE, Frank. *The sense of an ending*. Studies in the theory of fiction with a new epilogue. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LEAL, Ernesto. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938). *Análise Social*, v. xxxiii, n. 148, 4, 1998, p. 823-851.

LEAL, Ernesto Castro; NUNES, Teresa. *António Granjo: República e Liberdade*. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

LEED, Eric. Fateful Memories: Industrialized War and Traumatic Neuroses. *Journal of Contemporary History*, v. 35, n. 1, Special Issue: Shell-Shock, 2000, p. 85-100.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LORENZ, Chris. Blurred Lines. History, Memory and the Experience of Time. *International Journal for History, Culture and Modernity* (HCM), v. 2, n. 1, 2014, p. 43-62.
- MAMEDE, Coronel Paes. *O rato cinzento*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.
- MORAIS, Pina de. *Ao Parapeito*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.
- _____. *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa, 1921.
- MOSSE, George L. Two World Wars and the Myth of the War Experience. *Journal of Contemporary History*, v. 21, n. 4, 1986, p. 491-513.
- _____. *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti*. Roma: Laterza, 1990.
- NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. République. Paris: Gallimard, 1984. V. I.
- NUNNING, Ansgar. A “verdade da memória” e o “frágil poder da memória”. A literatura como meio de explorar ficções e enquadramentos de memória”. In: ALVES, F.; SOARES, L. A.; RODRIGUES, C. V. *Estudos de Memória*. Teoria e análise cultural. Famalicão: Edições Húmus, 2016, p. 87-116.
- OLIVEIRA, Major J. Braz de. *O Exército Português em A Grande Guerra*. Scenas e Factos. Lisboa: Tipografia do Diário de Notícias, 1924.
- PIMENTA, Eduardo. *A Ferro e Fogo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.
- SAMPAIO, Albino Forjaz. *A Avalanche*. À margem da Grande Guerra. Lisboa: Santos & Vieira, 1918.
- SMITH, Leonard V.. *Embattled Self: French Soldiers' Testimony of the Great War*. Nova Iorque: Cornell University Press, 2007.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: UNIPOP, 2012.
- WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____. *Remembering war: The Great War between memory and history in the twentieth century*. Londres; New Haven: Yale University Press, 2006.
- YPERSELE, Laurence van (Dir.). *Questions d'histoire contemporaine: conflits, mémoires et identités*. Paris: PUF, 2006.

A EXPERIÊNCIA DE GUERRA INDIANA NA EUROPA, 1914–1918: FRAGMENTOS, FORMAS E SENTIMENTO²⁹⁶

Santanu Das (University of Oxford, Grã-Bretanha)

No centro de Calcutá, antiga capital da Índia Britânica, está erguido, como túmulo honorário, um memorial aos soldados mortos na Primeira Guerra Mundial. Fortificado, em cada lado, por soldados com feições saxônicas e uniformes militares ocidentais, o memorial simultaneamente convida e resiste à assimilação ao tecido cultural da cidade. Atualmente situado do lado oposto da estátua de um dos mais importantes líderes nacionalistas anticoloniais da Índia, esse memorial imperial de guerra, com suas datas escritas em língua latina e estátuas de soldados ingleses, é uma relíquia da Grande Guerra europeia para o povo local. Enquanto eu crescia em Calcutá na década de 1980, fantasias adolescentes, uma educação eurocêntrica e a eliminação quase que completa do ensino sobre o serviço militar, na época imperial, da história nacionalista da Índia pós-independência — em vez de qualquer senso de “comunidade imaginada”²⁹⁷ — me atraíram para essas figuras que se integravam perfeitamente à poesia de Wilfred Owen ensinada no *Presidency College Kolkata*, que reivindicava ter o mais antigo departamento de Língua Inglesa do mundo. Foi também sintomático da amnésia cultural que marca a memória da classe-média metropolitana indiana (com exceção de Punjab) sobre a própria participação do

296. Tradução para o português de Gabriela Machado e Fernanda Arouca. Revisão técnica de Luah Tomas, Sílvia Correia e Alexandre Moreli.

297. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres, 2001.

país no conflito. De fato, a Porta da Índia, que se eleva a 40 metros de altura sobre Nova Deli, foi tão perfeitamente assimilada à iconografia da Índia pós-independência — é o local do desfile anual do “Dia da República” — que dificilmente alguém se lembra que ela foi originalmente projetada por Edwin Lutyens como o *All India War Memorial* em 1931. Os nomes inscritos nela não são de heróis nacionalistas, mas de soldados indianos mortos na Primeira Guerra Mundial e também na Terceira Guerra Anglo-Afegã.²⁹⁸

Entre 1914 e 1918, em uma inversão grotesca do que foi imaginado por Joseph Conrad, centenas de milhares de sul-asiáticos, africanos, indianos ocidentais e habitantes de ilhas do Pacífico partiram para o coração da branquitude para testemunhar o horror da guerra ocidental. Mais de quatro milhões de pessoas não-brancas foram recrutadas para os exércitos da França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos; cerca de um milhão delas atravessou o solo francês entre 1914 e 1918.²⁹⁹ Dentre todas as colônias dos Impérios Francês, Alemão e Britânico, a Índia da época (equivalente hoje da Índia, do Paquistão, de Bangladesh e da Birmânia) contribuiu com o maior número de homens. De acordo com os registros da época, o número total de fileiras indianas recrutadas durante a guerra, até 31 de dezembro de 1919, foi de 877.068 combatentes e 563.369 não-combatentes, totalizando 1.440.437. Ademais, havia 122.000 homens (incluindo 90.000 combatentes e 32.000 não-combatentes) recrutados nos anos pré-guerra servindo no Exército da Índia Britânica em julho de 1914, e cerca de 20.000 nas Tropas de Serviço Imperiais no mesmo período. Isso soma mais de 1,5 milhão de indianos servindo no Exército da Índia Britânica durante a guerra. Entre agosto de 1914 e dezembro de 1919, a Índia enviou ao exterior, para fins de guerra, 622.224 soldados

298. Neste ensaio, “Índia” e “indiano” se referem à terra e ao povo da Índia Britânica pré-repartição, que hoje inclui Índia, Paquistão, Birmânia e Bangladesh.

299. Para a discriminação dos valores, ver DAS, Santanu (ed.). Introduction. In: *Race, Empire and First World War Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 27, nota de rodapé 13.

e 474.789 não-combatentes.³⁰⁰ Nos quatro anos seguintes, centenas de milhares de homens saíram de pequenas e pobres aldeias do norte da Índia e do Nepal, tanto combatentes quanto não-combatentes, que seriam pressionados a se juntar a uma das sete divisões partindo para a Europa, África Oriental, Mesopotâmia, Sinai e Palestina, Suez e Galípoli. A história dos sipais indianos — palavra proveniente do persa *sipahi*, que significa soldado — na Grande Guerra é necessariamente global, de um mercado mundial impulsionado pelas forças combinadas do transporte moderno e do trabalho colonial barato. Desses, um total de 132.496 indianos, incluindo tanto combatentes quanto não-combatentes, foram enviados para a França até 31 de outubro de 1918; a maioria deles serviu entre outubro de 1914 e dezembro de 1915, quando a infantaria foi retirada e enviada para a Mesopotâmia.³⁰¹ É a experiência desse grupo de homens na Europa que este capítulo irá investigar.

Mais se escreveu sobre os quatro principais poetas de guerra ingleses do que sobre os quatro milhões de homens coloniais não-brancos que serviram em combate. Entretanto, o maior desafio que o historiador enfrenta hoje não é tanto o do eurocentrismo, mas o da escassez de fontes. Os 140.000 trabalhadores chineses, os 166.000 africanos ocidentais, os 140.000 argelinos, os 100.000 vietnamitas ou ainda um milhão de indianos que serviram eram amplamente semi ou não-alfabetizados e não deixaram para trás a abundância de cartas, diários, cadernos, memórias, poemas, histórias e romances que formam o pilar da memória de guerra europeia. Uma fotografia dos arquivos do *Imperial War Museum* captura o problema com particular pungência. A legenda diz: “Um indiano, incapaz de escrever, está colocando a impressão digital de seu

300. Os valores são do *Statistics of the Military Effort of the British Empire during the Great War, 1914-1920*. Londres, 1920, p. 777 e reproduzidos no *India's Contribution to the Great War*. Calcutá, 1923, p. 79. Esse número vai além dos soldados que já estavam no exército da Índia Britânica no momento da deflagração da guerra, estimados em 239.561 (p.777).

301. *India's Contribution to the Great War*. Calcutá, 1923, p. 96.

polegar na folha de pagamento em vez de assinar para recebê-lo”.³⁰² Em tal contexto, é essencial ir além dos arquivos oficiais e da palavra escrita. Um diálogo interdisciplinar entre culturas materiais, textuais, visuais e orais — ou o que eu tenho chamado de objetos, palavras, imagens e canções — se torna vital para o projeto de escavação histórica. Eu prefiro a palavra “escavação” para manter o sentido de surpresa, contingência e acaso necessariamente envolvidos em um projeto desse tipo, assim como para acomodar a variedade de fontes: objetos e artefatos das trincheiras, cartas censuradas, fotografias, desenhos, pinturas, rumores, fofocas, gravações de som e músicas folclóricas, assim como fontes testemunhais, políticas e literárias.

É curioso que a “virada cultural” que revolucionou nosso entendimento sobre a guerra não tenha acontecido até agora com essas histórias coloniais: ainda não há equivalente, no caso da esfera colonial não-branca, para o trabalho fundamental de Jay Winter, *Sites of Memory, Sites of Mourning* (1995), que abriu um novo caminho para os estudos de guerra. É necessário mais tempo e escavação para produzir um trabalho de tal escopo no contexto colonial, mas isso também nos leva a perguntar: qual formato deveria ter a história da guerra no contexto não-europeu? De fato, para fazer tal história cultural, torna-se ainda mais importante *deseuropeizar nossas ferramentas metodológicas e nossas fontes históricas*. Nós precisamos repensar o que constitui um arquivo em uma situação na qual a maioria dos participantes era analfabeta. Os próprios Estados pós-coloniais eram ambivalentes sobre a sua participação no conflito e tanto os arquivos nacionais quanto os oficiais seriam lamentavelmente inadequados. Sem abandonar as fontes tradicionais, torna-se crucial visitar, no sentido antropológico, os “lugares” e procurar famílias e comunidades, investigar os arquivos de outros países cujas histórias de guerra se cruzam com a nossa, completar registros de

302. A fotografia (Q12500) pode ser acessada no site do *Imperial War Museum*, disponível em: <<https://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205247996>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

guerra oficiais com fontes não-convencionais e — igualmente importante — *saber quais perguntas fazer aos materiais colhidos*.

Ainda que alguns trabalhos sobre história social e militar dos sipais indianos na Europa durante a Primeira Guerra Mundial tenham sido publicados nos últimos anos³⁰³, este capítulo procura recuperar as dimensões afetivas da experiência indiana da guerra na França por meio de um diálogo entre testemunhos e fontes orais e materiais. Qual será a configuração de uma história mais íntima desses indianos chegando à Europa pela primeira vez e sendo jogados nas trincheiras ou detidos em campos de prisioneiros de guerra na Alemanha? Esta reflexão é parte de um estudo mais amplo — *India, Empire and First World War Culture: Writings, Images and Songs*³⁰⁴ — que examina a experiência de guerra de sul-asiáticos, combatentes, não-combatentes e civis, homens, mulheres e crianças, políticos, artistas e intelectuais da Índia Britânica. Meu foco neste capítulo será então no pessoal, nas dimensões testemunhais e vivenciais da experiência de guerra dos combatentes e não-combatentes que serviram na Europa entre 1914 e 1918, e na sua relação com as estruturas e modos de representação. Os objetivos são tanto de recuperação quanto metodológicos: adotaremos uma abordagem interdisciplinar para compreender a plenitude da experiência de guerra desses

303. Tem havido um aumento do interesse sobre a Índia e a Primeira Guerra Mundial. Ver, por exemplo: ELLINWOOD, DeWitt; PRADHAN, S.D. (org.). *India and World War I*. Delhi: Manohar, 1978; OMISSI, David. *The Sepoy and the Raj*. Basingstoke: Macmillan, 1994; OMISSI, David (org.). *Indian Voices of the Great War: Soldiers' Letters, 1914-1918*. Basingstoke: Macmillan, 1999; AHUJA, Ravi; LIEBAU, Heike Liebau; ROY, Franziska Roy (org.). 'When the War Began, We Heard of Several Kings': South Asian Prisoners in World War I Germany. Delhi: Social Science Press, 2011; DAS, Santanu (org.). *Race, Empire and First World War Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011; BASU, Shrabani. *For King and Another Country: Indian Soldiers on the Western Front 1914-1918*. London: Bloomsbury Publishing, 2015; JACK, George Morton. *The Indians Army on the Western Front, 1914-1915*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014 e *The Indian Empire: From Jihad to Victory*. Londres: Little, Brown, , 2018; SINGH, Gajendra. *The Testimonies of the Indian Soldiers and the Two World Wars: Between Self and Sepoy*. London: Bloomsbury Publishing, 2014 e DAS, Santanu. *India, Empire and First World War Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

304. DAS, Santanu. *India, Empire and First World War Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

homens semi ou não-alfabetizados servindo na Europa, e também para investigar e questionar materiais primários específicos, particularmente seus modos de produção, bem como questões ligadas a gênero, forma e estrutura. Começando com alguns vestígios materiais da experiência indiana da guerra, devo examinar principalmente três tipos de fontes — cartas censuradas, gravações de som e alguns textos literários — e investigar as intensidades de significado que produzem quando lidas conjuntamente e em contraponto.

Em seu ensaio *Resonance and Wonder*, Stephen Greenblatt fala da “ressonância” que certos objetos materiais do passado transmitem para nós – o tecido surrado de uma cadeira velha, um vaso quebrado por Marcel Proust, um par de sapatos pertencentes a uma jovem garota em um campo de concentração — por conta de seu “uso, da marca do corpo humano no artefato”, que permite *insights* sobre a “zona de contato”, “o espaço encantado” onde o testemunho nasce.³⁰⁵ Isso é particularmente verdade para os objetos de tempos de guerra, na forma como condensam uma história violenta, testemunho e ressonância emocional. Artefatos de guerra indianos parecem estar dispersos por todo o mundo. Uma visita à casa de um colecionador privado em Ypres, na Bélgica, há alguns anos, possibilitou que fosse encontrado um *lota*, ou um jarro de água, no qual seu dono tinha inscrito seu nome em hindi; em um pequeno arquivo em Chandernagore, uma antiga colônia francesa em Bengala Ocidental, é possível se deparar com os óculos quebrados e manchados de sangue do Dr. J.N. Sen, que lutou como um soldado no Regimento Ocidental de Yorkshire, morto em dezembro de 1914 e talvez o único membro não-branco do Batalhão de *Leeds Pals*; uma olhada no diário do soldado australiano Stinson, em Galípoli, revela uma página em que um sipai indiano assinara seu nome em três línguas.³⁰⁶ Es-

305. GREENBLATT, Stephen. *Learning to Curse: Essays in Early Modern Culture*. Nova Iorque: Routledge, 1990, p. 172.

306. Itens pertencentes ao Dr. J.N.Sen, Duplex House, Chandernagore, Bengala Ocidental, Índia, sem numeração; STINSON, Charles. ‘Diary’, Australian War Memorial. Canberra, PR84/066. As

ses artefatos obtêm sua pungência a partir de seu valor enquanto fonte histórica, assim como de um constante frenesi entre presença e perda: o conforto sensorial das mãos que uma vez conheceram e o lamento de sua ausência. Ao terem sido presentes afetivos, agentes de troca cultural ou apenas itens de uso cotidiano, eles não apenas congelam o tempo e servem como arquivos de “toque e intimidade”, mas também apontam para narrativas e redes, indicando a natureza multidirecional e palimp-séstica da memória de guerra.

CARTAS COMO LITERATURA: TESTEMUNHO, FORMA E SENTIMENTO

As cartas censuradas das tropas indianas, majoritariamente armazenadas no *India Office Library*, na Biblioteca Britânica, permanecem sendo as fontes mais substanciais, importantes e, ainda assim, tentadoramente incompletas. “Por que somente uma”, escreveu um médico oficial indiano de um navio hospital, “você deveria me escrever toda semana ou pelo menos a cada quinze dias”.³⁰⁷ Entre março e abril de 1915, os soldados indianos escreviam da França cerca de 10.000 cartas por semana. Uma fotografia dos arquivos do *Imperial War Museum* nos dá uma pista vital para o processo de composição. Um soldado ferido sentado em uma cadeira de rodas dita uma carta a um escrivão: suas mãos alcançam e tocam-no em um gesto de gratidão, intimidade e confiança, mostrando o espaço homosocial em que tais cartas eram produzidas.³⁰⁸ Do mesmo modo, a leitura de cartas era também frequentemente uma atividade comunal. Os leitores pretendidos dessas cartas — parentes ou

fotografias de ambos os objetos podem ser encontradas em meu livro DAS, Santanu, op. cit. 2018, p. 20.

307. Carta de um cirurgião sub-assistente em um navio hospital na Inglaterra para um amigo em Peshawar, no início de 1915? *Censor of Indian Mails 1914-1918* (Departamento Militar), India Office Library, British Library, Londres (daqui em diante abreviada como IOL), L/MIL/5/825/1. Uma boa seleção dessas cartas se encontra em OMISSI, David. *Indian Voices of the Great War: Soldiers' Letters, 1914-1918*. Basingstoke: Macmillan, 1999; também ver OMISSI, David. *Europe Through Indian Eyes. English Historical Review*, v. 122, 2007, p. 371-396 e VISRAM, Rozina. *Asians in Britain*. Londres: Pluto, 2002, p. 169-401.

308. A fotografia é parte da coleção do *Imperial War Museum*. Seu número de referência é Q053887.

amigos nas aldeias — eram geralmente analfabetos. O índice de alfabetização em Punjab, de onde vinham mais da metade das tropas, por exemplo, era somente de cinco por cento.³⁰⁹ Em tal cenário, quando uma carta chegava da frente de batalha, a família se reunia e a carta era lida pelo carteiro ou pelo professor da aldeia.

Essas cartas originais estão agora perdidas. No entanto, o que sobreviveu são trechos e partes das cartas, que foram traduzidos e extraídos pelos censuradores coloniais da época para avaliar a “moral” das tropas indianas – com frequência, uma seleção era encaminhada para o chefe de censura E.B. Howell. Essas circunstâncias singulares tanto de composição quanto de recepção das cartas levantam questões sobre a sua própria natureza: seriam elas privadas ou públicas? Quanto se pode generalizar a respeito do mundo experiencial e íntimo dos indianos com base nesses tipos de fragmentos? Como o conhecimento da censura colonial afeta o processo de composição? Já no início de 1915, os soldados perceberam que suas cartas eram lidas e censuradas e elaboraram códigos para evitar a censura, como na carta a seguir escrita em abril de 1915, depois da batalha de *Neuve Chapelle*, sugerindo que não houvesse mais recrutamento: “Acabaram com toda a pimenta preta que veio da Índia, então agora a pimenta vermelha está sendo usada. Mas a pimenta vermelha é pouco usada e a preta”³¹⁰. As “pimentas pretas” se referem às tropas indianas, enquanto que as “pimentas vermelhas” às inglesas. A natureza fortemente mediada desses documentos acaba enfraquecendo o seu valor testemunhal, mas, como David Omissi observa na introdução de sua importante antologia *Indian Voices of the Great War: Soldiers’ Letters, 1914-1918* (1991): “a questão crucial se trata, seguramente, menos do que não podemos aprender com essas cartas, e sim do que nós podemos aprender com elas”.³¹¹ Dados seus múltiplos lugares

309. OMISSI, David (ed.). Introdução. op. cit., 1999, p. 4.

310. Mausam Ram do Hospital indiano de Kitchener para Naik Dabi Shahai, abril de 1915. *Censor of Indian Mails 1914-1918*, L/MIL/5/825/2, p. 208.

311. OMISSI, David (ed.), op. cit., 1999, p. 9.

de textualidade, a melhor forma de ler essas cartas é, eu defendo, não como envelopes transparentes da experiência dos sipais, mas como *palimpsestos* nos quais, sob acréscimos de diferentes agências, pode-se ouvir os ecos de seus corações.

Nos últimos anos, as cartas têm sido usadas para desvendar o mundo social desses sipais na Europa.³¹² Entretanto, elas também são dos mais antigos testemunhos de uma história subalterna do sentimento. Pode-se imaginar a variedade de emoções — excitação, fascinação, entusiasmo, medo, pavor, horror, saudade, pesar, inveja, dúvidas religiosas — que os sipais devem ter sentido ao encontrar novas terras, povos e culturas, assim como separação, segregação, solidão e uma máquina de guerra industrial. Quais formas elas tomaram? Recortadas, citadas e resumidas, essas cartas são geralmente exauridas a fim de se obter informações, mas raramente são *lidas* no sentido de que raramente são investigadas suas estruturas narrativas, as teias de associações e suposições, ou os códigos socioculturais e as nuances da comunidade “sentida” dentro da qual elas têm sua ressonância. Para ler essas cartas devidamente, precisamos desenvolver estratégias cuidadosas que se disponham a entender não somente o que elas dizem, mas como dizem, para quem dizem e o que deixam de dizer.

Considere a carta a seguir, escrita em 18 de março de 1915 por Amir Khan logo após a batalha de *Neuve Chapelle*, para seu irmão em Punjab:

O inimigo está se enfraquecendo. Na batalha de 10 de março, até o dia 12, de acordo com minhas estimativas, 5.525 alemães foram levados como prisioneiros de guerra, e foram tomadas 25 armas e metralhadoras. [...] Nosso novo exército está fortemente confiante. Onde quer que ele mostre força, nossas armas o derrubam de imediato. Por favor, Deus, eu falo com convicção, nosso Rei — Deus o abençoe — irá vencer e irá vencer logo. [...]

312. OMISSI, David, op. cit., 2007; VISRAM, Rozina. op. cit., 2002.

[Em um pedaço separado de papel] Deus que sabe se a terra da França está manchada de pecado ou se o Dia do Julgamento começou na França. Para armas e rifles, há um dilúvio, corpos sobre corpos, e sangue fluindo. Deus nos proteja, tudo o que aconteceu! Do amanhecer ao anoitecer e do anoitecer ao amanhecer, continua como o granizo que caiu no campo de Swarra [?]. Mas especialmente nossas armas encheram as trincheiras alemãs com mortos e as fizeram transbordar de sangue. Deus, nos conceda graça, pois graça é necessária. Oh Deus, nos arrependemos! Oh Deus, nos arrependemos!³¹³

A carta se refere à famosa ofensiva de *Neuve Chapelle*, por volta dos dias 9 e 12 de março de 1915, em que o exército indiano foi fortemente envolvido e mais de 12.500 homens foram mortos ou feridos. Referindo-se à mesma ofensiva, outro sipai escreve: “Quando nós alcançamos suas trincheiras, usamos a baioneta e o kukri e sangue foi derramado tão livremente que não podíamos nos reconhecer”.³¹⁴ Tais descrições de combate corpo-a-corpo e de matança estão ausentes na descrição de Amir Khan; em vez disso, temos um drama textual em dois pedaços de papel. Seria uma tentativa de evitar os censuradores, ou um testemunho de um conflito interno entre o endosso (oficial) da vitória e sua angústia interna, entre um superego oficial e um instinto traumatizado? *Izzat*, como ensina Ravi Ahuja, é um termo polissêmico extraordinariamente complexo, com múltiplas filiações e conotações.³¹⁵ Se a vitória estava ideologicamente no domínio da noção estado-patrocinada de *izzat*, ou honra, o cerne moral, um domínio concorrente de *izzat*, é violado pelo sentido visceral de culpa: “Oh Deus nos arrependemos, oh

313. KHAN, Amir. 129° [Balúchis] da França, para seu irmão em Punjabi, 18 de março de 1915, IOL, L/MIL/5/825/2, p. 141-2.

314. Departamento Militar, *Censor of Indian Mails 1914-1918*, L/MIL/5/825.

315. AHUJA, Ravi. The Corrosiveness of Comparison. In: AHUJA, Ravi; BROMBER, Katrin; HAMZAH, Dyala; LIEBAU, Heike (eds.). *The World in World Wars. Experiences, Perceptions and Perspectives from Africa and Asia*. Studies in Global Social History, Vol. 5. Leiden: Brill, 2010, p. 131-166.

Deus nos arrependemos”. De fato, declarações de “lealdade” nas cartas não podem ser aceitas como corretas, uma vez que os soldados estavam muito conscientes de que elas eram censuradas e, de fato, como uma recente pesquisa sobre literatura local dos tempos de guerra revela, há frequentemente uma tendência subversiva, quase paródica, em afirmações exageradas de lealdade. O que a carta supracitada aponta são emoções conflitantes e ambivalência moral, ampliando a tese do “combate interior”³¹⁶ para o domínio de participantes coloniais não-brancos. Elas nos auxiliam a ir além dos binários simplistas que caracterizam os sipais como homens leais e valentes ou infelizes e subalternos mudos. Em vez disso, os mostra, assim como soldados europeus, como indivíduos com histórias emocionais complexas.³¹⁷

Essas cartas não são a transcrição da experiência nas trincheiras, tampouco apenas embelezamento dos escrivães, mas sim alguns dos encontros mais antigos entre forma textual e história subalterna sul-asiática. Considerando os problemas de alfabetização e censura, é surpreendente o *quanto* os sipais conseguiram incluir em suas correspondências: de relatos detalhados de suas primeiras impressões da Europa até vinhetas sobre a guerra e observações sobre questões de gênero, educação e distinções de classe. Em uma primeira leitura, as cartas dos sipais parecem ser bastante funcionais, com um objetivo triplo: dar informação, oferecer conselhos e fazer pedidos. Se lermos mais intensamente, penetrando nesses relatos — codificados em narrativas, mergulhados em metáforas — está a intimidade do corpo trêmulo dos sipais indianos e de seu mundo de sentimentos. As cartas são assombradas por imagens relacionadas ao coração: “Meu coração deseja se aliviar”, “Meu coração estava dia e noite permanentemente em casa”, “Meu

316. SMITH, Leonard. *The Embattled Self: French Soldiers' Testimony of the Great War*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

317. Michelle Moyd faz uma observação similar em relação aos askaries alemães em “We don't want to die for nothing”: askari at war in German East Africa, 1914-1918. In: DAS, Santanu (ed). *Race, Empire and First World War Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

coração está tristemente falhando”, “Meu coração não está tranquilo, pois não posso ver uma forma de salvar minha vida”. A imagem em torno do coração vem da poesia punjabi, que circulava oralmente nas aldeias. Não era apenas uma metáfora convencional, pois estava incorporada em uma rica matriz de associações, comparações e expectativas por meio das quais o sipai deu sentido a si mesmo, à guerra e ao mundo. Talvez por conta dos censuradores, ou pela necessidade de se comunicar, ou ainda pelas pressões íntimas de masculinidade, honra e patriarcado, os sentimentos geralmente não eram diretamente expressados; em vez disso, há um adensamento da linguagem uma vez que emoções como horror, resignação e saudade se expressam por meio de imagens, metáforas e símiles:

As condições na guerra são como folhas caindo de uma árvore, e nenhum espaço permanece vazio no chão. Então é aqui: a terra está cheia de homens mortos e não há um lugar desocupado. [...] Deve-se ficar em cima dos corpos e até dormir sobre eles, porque não sobra espaço vazio em parte alguma. [...] Quando nós atacamos as trincheiras alemãs nós usamos baionetas e o kukri, e as balas voaram mais densamente que gotas de chuva. [Amar Singh Rawat (Garhwal Rifles) do Hospital Indiano de Kitchener para Dayaram Jhapaliyal em Garhwal, 1 de abril de 1915].³¹⁸

Pelo amor de Deus, não venha, não venha, não venha para esta guerra na Europa. [...] Canhões, metralhadoras, rifles e bombas não cessam, dia e noite, como as chuvas no mês de Sawan. Aqueles que escaparam até agora são como os poucos grãos que acabaram por não cozinhar em uma panela. [Havildar Abdul Rahman (Muçulmano punjabi) da França para Naik Rajwali Khan em Baluchistão, 20 de maio de 1915].³¹⁹

318. IOL, L/MIL/5/825/3.

319. Ibid.

O estado das coisas é indescritível. Há embate por toda parte, e você deve imaginá-lo como uma floresta seca com ventos fortes no clima quente, com a abundância de grama seca e palha. Ninguém pode extingui-lo, somente Deus — o homem não pode fazer nada. [de Sowar Sohan Singh, Hospital Indiano de Kitchener, Brighton, 10 de julho de 1915 para Jodh Singh, Bitaspur, Punjab].³²⁰

Como bois e búfalos cansados que se deitam no mês de Bhadon, também se deita o mundo exausto. Nossos corações estão se partindo, um ano se passou enquanto nós estivemos a postos sem descanso. [...] A Alemanha luta contra o mundo com um poder terrível, mais difícil de romper que um grão encharcado no moinho. Até mesmo o grão mais molhado pode ser moído a tempo. [...] Nós nos unimos sob a bandeira e devemos entregar nossos corpos. [de Santa Singh, hospital em Brighton, para seu tio na Índia, 18 de agosto de 1915].³²¹

Essas são algumas das cartas mais sensoriais com um duplo sentido: de um registro de impressões sensoriais e de emprego da linguagem dos sentidos. As imagens de “floresta seca com ventos fortes”, ou de “búfalos cansados”, ou “grão encharcado” não são apenas gestos comunicativos ou embelezamento literário, mas repositórios de sentimentos. Transportados por milhares de quilômetros, mostram que os processos cognitivos e narrativos estão enraizados na economia agrária de Punjab, de onde mais da metade dos combatentes indianos foram recrutados.

Certamente não sabemos o quanto foi escrito ou ditado pelos sipais e o quanto foi embelezamento dos escrivães; além disso, a seleção que foi feita por E. B. Howell pode ter tido um viés literário.³²² Ao mesmo

320. IOL, L/MIL/5/825/4.

321. IOL, L/MIL/5/825/5.

322. MARKOVITS, Claude, *Indian Soldiers' Experiences in France during World War I: Seeing Europe from the Rear of the Front*. In: AHUJA, Ravi; BROMBER, Katrin; HAMZAH, Dyala; LIEBAU, Heike (eds.). op. cit., 2010, p. 38-39.

tempo, o que as passagens sugerem são certas estruturas perceptivas e representacionais comuns. A primeira guerra mundial industrial, utilizando gás, minas terrestres e cartuchos de artilharia, está sendo articulada por meio de imagens naturais e orgânicas, tornando-as particularmente pungentes. O campo de batalha é imaginado como “uma floresta seca com ventos fortes no clima quente”; a guerra é “como moer o milho em um moinho”; balas voam “mais densamente que gotas de chuva”; canhões não param “como chuva no mês de Sawan”; o sipai saudoso é “como um peixe fora d’água lutando convulsivamente na ribanceira” ou como “pássaros cujos ninhos estão na Índia”; aqueles que escaparam são como os “poucos grãos que acabaram por não cozinhar em uma panela”; a cavalaria cresce como *sarson* (um tipo de mostarda)³²³. O que temos é uma rara concretização da experiência. Às vezes, as imagens passam do cognitivo e descritivo para o mundo do mito e da religião: as batalhas épicas de *Mahabharata* ou Carbala são invocadas repetidamente, tanto para apreender a guerra quanto para comunicar sua intensidade para as pessoas em casa. Assim, um sipai hindu ferido escreve, “isto não é guerra. É o fim do mundo. Esta é uma guerra como foi relatada no *Mahabharata* sobre os nossos antepassados”, ao passo que um sipai muçulmano acrescenta, “Mas isso não é uma luta [ordinária], é Carbala”³²⁴. *Mahabharata* é uma epopeia fundacional que narra uma batalha épica; já Carbala foi o local de uma batalha, em outubro de 680, onde Husayn ibn Ali foi derrotado e morto — o aniversário do evento é uma data anual sagrada de luto entre os muçulmanos xiitas³²⁵. É possível traçar similaridades com as alusões religiosas nas cartas de tropas europeias, que geralmente se referiam a Cristo e a imagens do Calvário, ou ao “Inferno de Dante”, para invocar a paisagem do *front* ocidental. Transcorrendo no nível da experiência ou da representação,

323. OMISSI, David (ed.). op. cit., 1999, p. 37; 48; 63; 67; 77; 254.

324. Um rajapute de Punjab, da Inglaterra para um parente na Índia, 29 de janeiro de 1915, *IOL L/MIL/825/1*; Alla Ditta, da França para seu pai em Punjab, 23 de abril de 1915, *IOL, L/MIL/5/825/2*.

325. OMISSI, David (ed.), op. cit., 1999, p. 56.

essas cartas, carregadas com imagens, símiles e alusões, podem ser lidas como a literatura indiana das trincheiras. Esses homens podem ter sido analfabetos, mas ser analfabeto não significa não ser um literato.

Essas cartas são frequentemente analisadas como bolhas linguísticas no mar negro da história plebeia sul-asiática, mas estão enraizadas nas tradições regionais e culturais locais. Em *The Social Space of Language: Vernacular Culture in British Colonial Punjab*, Farina Mir escava a natureza extraordinariamente rica e poliglota da “formação literária” dos punjabis, que atravessa divisões de casta, religião e gênero, embora essas categorias também operassem em outras áreas.³²⁶ Até mesmo quando os britânicos substituíram o urdu pelo gurmukhi (punjabi) como a língua oficial, Mir mostra a resiliência e popularidade das práticas literárias punjabis por meio de seus vários locais de circulação *oral*: o recitar de *qissas* e *dastans*, a prática de *Qawwali* e *Samah*, a performance dos *mirasis* e os rituais nas feiras das aldeias e festivais religiosos.³²⁷ Entre 1884 e 1901, quando o oficial do exército britânico Richard Temple decidiu compilar contos populares — base para sua obra em três volumes *Legends of the Punjabi* — ele contratou “bardos” para *interpretar* esses textos, mostrando a profunda conexão entre memória oral e tradições narrativas, entrelaçados por meio de rima, ritmo, repetição e refrão. Em vez de afirmar que as cartas censuradas dos sipais têm antecedentes em textos de elite, tais como *Wonders of Vilayet* (1827), de Mirza Sheikh I’tesamuddin,³²⁸ eu defenderia que vemos aqui uma transição extraordinária de uma cultura oral vibrante e robusta para uma cultura textual de escrita de cartas. Uma geração inteira de homens que cresceram escutando histórias, mitos, cantos e recitais seria agora forçada a escrever ou ditar cartas que, não obstante, são formadas por essas tradições orais.

326. MIR, Farina. *The Social Space of language: Vernacular Culture in British Colonial Punjab*. Berkeley: University of California Press, 2010, p. 17; 97.

327. Ibid. p. 91-122. Mir também fornece evidências de que tais performances atravessam divisões religiosas e de gênero, atraindo hindus, muçulmanos e sikhs.

328. MARKOVITS, op. cit., p. 42.

Certamente, algumas frases ou cartas têm de ser situadas dentro de tradições linguísticas, culturais e religiosas específicas, no entanto, nós precisamos começar a conceber essas cartas como pertencentes a certas “comunidades emocionais”,³²⁹ parcialmente moldadas por essas tradições. As cartas com frequência trazem versos que representavam um claro sinal de “péssima moral” para o censor chefe E. B. Howell, um linguista muito talentoso, embora fosse algo que o interessasse profundamente, como fica evidente por suas traduções cuidadosas.³³⁰ Os poemas que aparecem nas cartas ressoam intimamente com os versos e canções de recrutamento no Punjab na época. Considere o poema que aparece em uma das cartas enviadas de Amritsar, em 15 de março de 1916, para um sipai na França, sem dúvida com intuito de entusiasamá-lo:

Permita que o mundo veja seus feitos, soldados da Índia!
A Grã-Bretanha é nossa e nós somos todos pela Grã-Bretanha [...]
Mostrem a eles tudo o que a bravura é, soldados da Índia!
Como heróis de Bharat, atropelem o inimigo
Façam fluir riachos de sangue, soldados da Índia!³³¹
(originalmente escrito em gurmukhi, traduzido pelo censor colonial)

Compare-o com versos de recrutamento, tais como o recém-descoberto “O *Raag* de Recrutamento”, de Nara-i-Jang (1914), que circulava em Punjab:

Levantem levantem Ó bravos por que se tardam, façam estrondo no mundo
Amado George declarou a vocês que expressem a glória no amor e na lealdade [...]

329. ROSENWEIN, Barbara H. *Emotional communities in the Early Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2007; RAY, Rajat. *The Felt Community: Commonality and Mentality Before the Emergence of Indian Nationalism*. Delhi: Oxford University Press, 2008.

330. MARKOVITS, op. cit., p. 39.

331. L/MIL/5/828, 337v.

Rujam como leões no campo de batalha, destruam as fileiras dos inimigos
Vocês são filhos corajosos de Bharat Maata, guardem hoje sua honra
Quem ousará confrontá-los se somente vocês lustram suas espadas
Vão para o campo de batalha e fomentem uma tempestade, façam com
que rios de sangue corram.³³²

Considerando que a maioria dos potenciais recrutas era analfabeta, a campanha de recrutamento recorreu à oralidade, incluindo canções e versos. Por exemplo, em aldeias no Punjab, assim como no distrito de Karnal, cantores eram comissionados para compor canções de recrutamento, que eram realizadas no período da tarde geralmente em encontros populares nas aldeias; depois de tais apresentações, solicitava-se que jovens se enfileirassem para o alistamento.³³³ Um evento desse tipo foi realizado no Natal de 1917, na aldeia de Rithal, onde canções de guerra foram cantadas para encorajar recrutamento e doações.³³⁴ No entanto, às vezes havia uma tendência subversiva em algumas canções, como no trecho a seguir:

Holi trouxe a juventude na velhice, o Sr. Seth está celebrando o *holi* com a Sra. Seth

Por que o sobrinho não deveria estar chocado, vendo seu tio celebrar o *holi* com sua tia!

Nascentes de sangue estão correndo na Europa, em que novas cores chegaram ao velho *Holi*

OU

A Alemanha tem mantido sua “chaein chaein” por quatro anos, corvos provocam leões com *kaeein kaein*

332. *The Raag Recruitment*, de Nara-i-Jang (Amritsar, 1914). Traduzido por Asad Ali.

333. *Jat Gazette*, 15 de janeiro de 1918.

334. *Jat Gazette*, 25 de dezembro de 1917.

Estamos enfrentando a inflação no mercado, o comércio está lento, esse vento está soprando do Ocidente com “saaein saaein”³³⁵

No primeiro exemplo, a guerra europeia é domesticada e evolui para um drama familiar frívolo durante o *holi* (festival das cores), com o sangue substituindo o pó vermelho (*aabir*) e as duas forças beligerantes referenciadas como Sr. e Sra. Seth. No segundo, os efeitos econômicos da guerra no dia a dia do agricultor de Punjab são evocados alegre e desoladamente por meio da rima onomatopaica. Talvez esse seja o motivo pelo qual Mall Singh recita os versos da forma como o faz: não foi lido, mas recitado. Sob os dois textos está a crítica mordaz à guerra e à forma como ela é entendida nas aldeias e como afeta suas vidas cotidianas, aproximando os lugares mais remotos do *homefront* colonial — o Punjab — com o *front* real na França e na Mesopotâmia. Em um contexto no qual quase nada se sabe sobre as aldeias indianas, esses exemplos de versos jocosos perfuram o silêncio.

CANÇÕES SUBALTERNAS: TRADIÇÃO, VOZ E SAUDADE

Uma voz em punjabi, desolada e encantatória, emerge crepitando a partir de um antigo disco de resina de goma laca no *Lautarchiv* de Humboldt, em Berlim. O locutor se refere a si mesmo na terceira pessoa:

Havia um homem que teria manteiga na Índia [...] ele também teria dois *sers* de leite. Ele servia à Grã-Bretanha. Ele ingressou na Guerra Europeia. Ele foi capturado pelos alemães. Ele quer voltar à Índia. Se ele voltar à Índia então ele terá aquela mesma comida. Três anos se passaram. Não há notícias de quando haverá paz. Somente se ele voltar à Índia ele irá conseguir aquela comida. Se ele ficar aqui por mais dois anos então ele irá morrer. Pela graça de Deus, se eles declararem a paz então nós voltaremos.³³⁶

335. Retirado de *Bahar-e-Jarman* (Mumbai?), 2 de dezembro de 1915). Original em urdu.

336. A voz gravada de Mall Singh está entre os 1.650 discos de goma laca mantidos pelo *Lautarchiv* da Humboldt-University em Berlim. A gravação é referida como PK 619. A passagem foi traduzida por Arshdeep Brar (DAS, Santanu. *The Singing Subaltern. Parallax*, v. 17, n. 3, 2011, p. 4-18).

As palavras são menos faladas que cantadas. O lar é lembrado por meio da comida, comprimindo memória, sabor e saudade, e é desolador em seu detalhe. A gravação vai da lembrança, passando pela incerteza sombria (“Ninguém sabe”), até a sensação de desespero e desesperança. Igualmente curiosa é a entonação, cheia de pausas e solavancos. O tom geralmente sobe no fim de cada frase, com a sílaba final carregando o estresse total, como se estivesse tentando se lembrar de um padrão sonoro ao mesmo tempo em que se confunde. Mas por que ele se refere a si mesmo na terceira pessoa? Nossas línguas são geralmente moldadas por nossos ouvidos; a memória usa tanto a narrativa quanto a articulação. Será que Mall Singh estaria se aproveitando, conscientemente ou não, da cultura oral de seu nativo Punjab, particularmente da tradição *qissa*, de se contar histórias, que frequentemente tem um início comum (“Uma vez houve um rei”), enquanto ele se coloca como uma personagem na última *qissa* da guerra? Como o companheiro punjabi, também prisioneiro de guerra, Sib Singh notara, “Depois que a guerra acabar, vários *qissas* serão publicados”.³³⁷ Nunca saberemos.

O trecho é de uma gravação de voz de Mall Singh, um prisioneiro de guerra indiano no *Halfmoon Camp*, na cidade de Wünsdorf, na Alemanha, onde um grande número de prisioneiros de guerra dos Aliados, incluindo um número substancial de sul-asiáticos, esteve detido. A gravação, feita em 11 de dezembro de 1916, é parte de um arquivo extraordinário que veio à luz nos últimos anos: uma coleção de 2.677 gravações de áudio conduzidas pela Comissão Fonográfica Prussiana Real, entre 29 de dezembro de 1915 e 19 de dezembro de 1918, dos prisioneiros de guerra da Primeira Guerra Mundial mantidos na Alemanha, incluindo um grande número de gravações de prisioneiros coloniais não-brancos.³³⁸ Esse foi um empreendimento etnológico singular na

337. SINGH, Sib. *Story*. Lautarchiv, Humboldt University, PK 610.

338. Conforme os excelentes artigos de Britta Lange: Academic Research on (Coloured) Prisoners of War. In: CHIELENS, Piet, DENDOOVEN, Dominiek (eds). *World War I: Five Continents in Flanders*. Ypres, 2008, p. 153-165 e South Asian Soldiers and German Academics. In: AHUJA, Ravi; LIEBAU,

época. Planejada pelo filologista Wilhelm Doegen, a Comissão incluía 30 acadêmicos que visitaram 31 campos de prisioneiros na Alemanha e fizeram gravações em aproximadamente 250 línguas e dialetos. Uma fotografia sobrevivente permite perceber as condições sob as quais essas gravações de voz foram feitas: os prisioneiros de guerra tinham que ficar em frente a um fonógrafo e eram solicitados a ler em voz alta um texto curto (se fossem alfabetizados) ou relembrar um conto ou parábola ou cantar uma canção. Um texto popular frequentemente oferecido para os soldados lerem era “A Parábola do Filho Pródigo”. Uma transcrição era então preparada, “palatogramas” eram feitos para determinar a posição da língua do locutor, e até mesmo raios-x da laringe eram tirados para pesquisa científica.³³⁹ Se Friday teve sua língua cortada em *Foe*, de Coetze, parece que esses prisioneiros foram silenciados no próprio ato de falar, forçados a ler em voz alta um texto pré-selecionado. No entanto, Mall Singh, conseguindo contornar o controle autoritário e nos comunicando sua mensagem melancólica, parece desafiar tal formulação: o subalterno *pode* assim falar?

Como uma das gravações de som mais sombrias, a fala de Mall Singh levanta questões fundamentais sobre essas gravações e a sobre intencionalidade do locutor: a quem Singh se dirigia quando falava no fonógrafo? Ele esperava que suas palavras alcançassem algum público? Se “falar” implica “uma transação entre o locutor e o ouvinte”,³⁴⁰ como Gayatri Spivak argumentou em seu clássico ensaio *Can the subaltern speak?*, Singh não poderia ter falado, ainda que tenha falado tão urgentemente. Ou, abusando um pouco da formulação de Spivak, ele parece

Heike; ROY, Franziska (eds). *‘When the War Began, We Heard of Several Kings’: South Asian Prisoners in World War I Germany*. Delhi: Social Science Press, 2011, p. 148-184.

339. DOEGEN, Wilhelm Doegen (ed.) *Unter fremden Völkern – Eine neue Völkerkunde*. Berlin: Verlag für politik und wirtschaft, 1925 e AHUJA, Ravi; LIEBAU, Heike; ROY, Franziska (eds), op. cit.

340. SPIVAK, Gayatri. Subaltern Talk. In: LAUNDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (ed.). *The Spivak Reader*. Nova York: Routledge, 1996, p. 289; ver também SPIVAK, Gayatri. *Can the Subaltern Speak?* In: GROSSBERG, Lawrence, NELSON, Cary (eds). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Londres: Macmillan, 1988.

nos falar de forma tão urgente hoje precisamente porque não podia falar àquela época.

Das mais de 2.677 gravações de som no arquivo, cerca de 135 delas parecem ser de prisioneiros sul-asiáticos. As línguas faladas são hindu, urdu, pachto, punjabi, marata, nepali, khas, gurkhali, bengali e inglês, entre outras. Elas variam de falas mecânicas curtíssimas, como o 1.09 minuto de gravação de Karamar Ali lendo em voz alta as letras do alfabeto bengali, até gravações como a de 3.20 minutos na qual Mohammed Hossain conta a surpreendente história de sua captura e a vida no campo de prisioneiros de guerra.³⁴¹ Considerando tanto as gravações quanto os arquivos associados a elas, parece que a maioria desses textos era primeiramente escrita e depois lida em voz alta, embora não tenhamos certeza. O gênero dessas gravações também era variado: a maioria dos homens lia em voz alta contos ou lendas conhecidos, ou cantava canções devocionais ou religiosas, e apenas poucos, como Mall Singh, decidiram — excepcional e tentadoramente — contar as histórias de suas vidas. As demarcações, no entanto, são tênues. Assim, Chota Baghua, um agricultor treinado na escola regimental *Amritsar* em Kohat, começa com a parábola do “Rei e suas quatro filhas”, depois canta um *shabad* e continua, dizendo abruptamente: “O Rei alemão é muito inteligente. Ele luta contra todos os reis”.³⁴² Parábola, música e comentários contemporâneos tornam-se um único ente, sem intervalo ou pausa mediadora.

Essas são algumas das mais antigas gravações de voz de sul-asiáticos e, considerando o cruzamento das diferentes formas linguísticas, musicais e testemunhais, elas têm valor inestimável para etnomusicólogos, linguistas, historiadores culturais e estudiosos literários. Britta Lange, uma das poucas estudiosas que as investigou, sublinhou a ideia de “assombração”

341. ALL, Karamar. *Lautarchiv*, Humboldt University, PK 1159; HOSSIN, Mohammed. *Story from the Gull*. *Lautarchiv*, Humboldt University, PK 1151.

342. BAGHUA, Chotta. *Song and Prayer*. *Lautarchiv*, Humboldt University, Berlin, PK 0610.

e “fantasmagoria” nessas gravações fascinantes.³⁴³ Mas poderiam elas ser lidas lado a lado com as cartas mutiladas para compreender de forma mais completa a história íntima e afetiva desses homens? Descobrir a história subalterna das emoções a partir de um arquivo etnológico e propagandístico tão hostil — especialmente quando as próprias gravações são tão obstinadas e extraídas sob coerção — é ampliar a prática de ler o arquivo colonial a contrapelo até o seu limite. Qualquer leitura será necessariamente experimental e incompleta. Por que uma história em particular foi escolhida, dentre outras, por esses narradores? Dependia em parte do que o sipai se lembrava, sem relevância direta para sua condição momentânea, como as histórias de “O Rei com Sete Filhos”, narradas por Mall Singh, ou “O Rajá de Aligarh”, por Jeet Singh: ambas mostram uma tradição narrativa povoada por reis e rainhas, casamentos, perda e recuperação. Mas, às vezes, nas margens das histórias, estão paralelos e pressões que ecoam seu próprio dilema. Assim, a história do atirador Ranbir Sahi, de uma jornada de hospitalidade e gentileza pela escuridão — e seu encontro repentino com uma casa e moradores que oferecem frutas e água —, talvez parem em algum lugar entre a concretização de um desejo e os esforços de propaganda dos alemães³⁴⁴. O importante é perceber que essas histórias não podem ser lidas como puras alegorias ou parábolas claras da situação, mas sim como insinuações e sugestões para indicar certas estruturas de sentimento. Muito ocasionalmente há paralelos óbvios, como na história de “O Cisne e a Garça”:

O Cisne e a Garça se tornaram amigos. O Cisne vivia em sua própria terra natal, mas a Garça estava na terra natal do Cisne, longe de sua própria terra natal. A Garça costumava se sentir nostálgica em relação à sua própria terra natal. O Cisne lhe perguntou a razão de sua infelicidade. O Cisne perguntou à Garça: “por que você está infeliz e por que você não come nada”? A Garça

343. LANGE, Britta. South Asian Soldiers and German Academics. In: AHUJA, Ravi; LIEBAU, Heike; ROY, Franziska (eds), op. cit., p.148-184.

344. *Lautarchiv*, Humboldt University, PK 244.

respondeu que recebeu notícias sobre sua terra natal e por isso estava nostálgica. O Cisne pensou que talvez o lar da Garça fosse muito melhor que a terra natal do Cisne e por isso ela estava sentindo falta. O Cisne concluiu dizendo que a nação de uma pessoa é muito querida para ela, pode não ser muito boa, mas mesmo assim, ela está deseiosa de retornar à própria terra.³⁴⁵

A ressonância com a condição do próprio sipai não pode ser ignorada: saudade e nostalgia são traduzidas em um conto de separação.

Muitas das gravações dos Arquivos de Som são de músicas e canções religiosas ou fragmentos dos épicos indianos *Ramayan* ou *Mahabharat*. Mais poderosos que as cartas, elas apontam para a rica e variada tradição oral do Punjab discutida anteriormente. Essas gravações de som de prisioneiros de guerra — até então consideradas isoladamente ou confinadas estreitamente aos parêntesis da guerra — são gravações singulares da música do começo do século XX do norte da Índia. Essas gravações muitas vezes têm pontos de contato com as cartas, mostrando uma fonte cultural e ideológica comum. Considere, por exemplo, a gravação de Bela Singh, que não somente recitou um poema, mas parece ter composto um para a ocasião:

Quando nós chegamos na cidade de Marselha
Comemos bem. Assim, todos estávamos felizes.
Fomos colocados em carros e o major deu a ordem:
‘Vão agora, ó Leões, às trincheiras, vão!
Lutem contra os alemães, por que andam para trás?
Alguns leões lutaram o suficiente
Os canhões alemães lançaram sua artilharia com grande força
Todos fugiram quando perceberam a força
Eu fui um obstáculo, pois não pude fugir.³⁴⁶

345. *Lautarchiv*, op. cit., PK 828.

346. Bela Singh de Kotli/Amritsar, “Poema” em punjabi, gravado em Wünsdorf em 8 de dezembro de 1916. *Lautarchiv*, op. cit., PK 589. A tradução é a usada por Britta Lange em “South Asian Soldiers

em conjunto com o seguinte poema, encontrado em uma das cartas censuradas:

O sikh rugue como um leão no campo de batalha
E oferece sua vida como um sacrifício
Quem for suficientemente afortunado para nascer rajapute
Nunca teme o inimigo em batalha.³⁴⁷

Ambas as passagens, originalmente em punjabi, brincam com a formação da imagem bélica dos sikhs como “Leões”, uma autocriação originária desse grupo religioso, mas que, no entanto, foi promovida entusiasticamente pela classe colonial britânica. Torna-se difícil notar na passagem acima se ela foi internalizada ou conscientemente reciclada.³⁴⁸ Entretanto, tanto a canção quanto a carta, embora marcadas por diferenças de gênero, estão enraizadas em tradições linguísticas, culturais e religiosas comuns de regiões particulares, seja em Punjab ou no Nepal, mesmo se sobrepostas pela percepção colonial.

Uma pista importante é fornecida pelo estudioso e linguista Heinrich Luders, que analisou atentamente as tropas indianas em Wünsdorf. Como professor no *Oriental Seminar* da Universidade de Berlim e membro da Academia Prussiana de Ciências, ele foi responsável por pesquisar as línguas indiana e mongol na Comissão Fonográfica Prussiana.³⁴⁹ Em um artigo, Luders notou que as gravações de voz não eram confinadas a textos tradicionais, mas frequentemente adaptadas:

and German Academics”.

347. Poema, traduzido do gurmukhi, encontrado em uma carta de um dafadar, escrita na França em 18 de abril de 1916. Departamento Militar, *Censor of Indian Mails 1914-1918*, L/MIL/5/825.

348. AHUJA, Ravi. The Corrosiveness of Comparison. In: AHUJA, Ravi; BROMBER, Katrin; HAMZAH, Dyala; LIEBAU, Heike (org.). *op. cit.*, 2010, p. 135.

349. Para mais detalhes, ver LANGE, Britta. South Asian Soldiers and German Academics. In: AHUJA, Ravi; LIEBAU, Heike; ROY, Franziska (eds), *op. cit.*, 2011, p. 157.

Muitos, possivelmente a maioria, podiam ler e escrever; no entanto, eles não aprenderam a escrever quando crianças, mas durante seu período de serviço militar. [...] Certamente, a maioria não tinha a confiança para contar uma história coerente. Em vez disso, eles preferiam cantar uma canção, sozinhos ou acompanhados por outros. Entre as canções, estão várias que, sem dúvida, eram cantadas antigamente em comemorações, particularmente nas festividades de Dashara. No entanto, o material antigo é intimamente entrelaçado com o moderno. Versos antigos são constantemente alterados, estendidos e copiados até algo completamente novo emergir. O cantor é sempre, em maior ou menor grau, o poeta, e as pessoas sabem disso também; “se eu quero cantar uma canção, eu invento uma”, um deles admitiu. Por isso, a maioria das canções que nós conseguimos gravar surgiu durante a guerra ou, pelo menos, foram então remodeladas na forma em que foram cantadas para nós.³⁵⁰

De fato, uma dessas canções foi cantada por um sipai Gurkha de 23 anos — talvez o testemunho mais triste de um sipai indiano dentre todos os desenterrados até agora de qualquer um dos *fronts*. Tudo o que se sabe sobre ela é que foi cantada por “Jasbahadur Rai de Sikkim/Darjeeling, canção Gurkha, [suas] próprias palavras” e gravada em 6 de junho de 1916.³⁵¹ Ele deve ter morrido logo depois, pois seu túmulo pode ser encontrado próximo do campo de Zossen. A canção é gravada em duas etapas, eis aqui a primeira:

Com a subida do rio Sisai, eu vim, carregado em sua corrente borbulhante
Nós chegamos no país, Alemanha, sob ordens dos ingleses
Escute, oh escute, passarinho dourado, sob ordens dos ingleses
Os nepaleses têm três torneiras d’água, água fluindo da fonte

350. LUDERS, Heinrich. Die Gurkhas. In: DOEGEN, Wilhelm (ed.) *Unter fremden Volkern*. Eine nuue Volkerkunde. Berlin: Verlag für politik und wirtschaft, 1925, p. 135; 126-139.

351. RAI, Jasbahadur. Gravado em 6 de junho de 1916, *Lautarchiv*, op. cit., PK 307.

O povo nepalês, nem morrendo nem sobrevivendo, o coração também soluça
Não podemos voar para longe, nem podemos chegar enquanto ficamos parados, o coração chora, soluçando
Escute, oh escute, irmã trajando ouro, o coração chora, soluçando
O borbulho da água, a inquietação desse coração, quantos dias serão necessários para se consolar?
Escute, oh escute, pequeno que traja ouro, quantos dias serão necessários para se consolar?
Se eu economizar dois centavos, acenderei um cigarro Tabalmar com fósforos
Do outro lado do Hindustão, que belas colinas, locais de armazenamento de forragem
O amor que nós tivemos, nós agora precisamos romper, amarre seu coração e seja forte
Escute, oh escute, passarinho dourado, amarre seu coração e seja forte.³⁵²

A canção é interrompida por pausas incômodas, fortes inspirações de ar e o constante arranhão da agulha fonográfica no disco, assim como a de Mall Singh. Apesar disso, há uma intensidade apaixonada no canto, uma necessidade compulsiva de dizer: a voz levanta e abaixa, aguda, desolada, determinada. Traumatizado por sua experiência e talvez assombrado por saber da aproximação de sua morte, Jasbahadur transforma um experimento etnográfico em um dos mais assombrosos registros biográficos.

Tanto na métrica quanto na melodia, Jasbahadur se baseia em um subgênero de música nepalesa chamada *jheyru*,³⁵³ que era tradicionalmente um lamento feminino. O refrão “Escute, oh escute”, à maneira de um Velho Marinheiro, envolve o ouvinte no poema. A água — a

352. RAI, Jasbahadur. Canção. *Lautarchiv*, op. cit., PK 307. Sou muito grato à Dra. Anna Stirr por transcrever e traduzir a canção.

353. Mais uma vez sou grato a Anna Stirr pelo *insight* sobre esta música.

substância de nossas lágrimas e a imagem central do poema — inunda o texto de memória para simbolizar a inquietude interna (*paniko bulbul, ei monk o chulbul*) antes de ser transformada em água para purificar o corpo moribundo (“você irá lavar meu corpo”): o som aqui se torna o sentido. Tornando mais tênues as fronteiras entre canção, reportagem, lamento, acusação e testemunho compulsivo, este é também o nascimento do sujeito lírico. Cigarros e fósforos se esfregam contra montanhas e flores, Bélgica e Alemanha são reunidas, o ano da explosão da guerra é lembrado por meio das percepções dos sentidos. Jashadur é poeta da Primeira Guerra Mundial por excelência, não porque canta, mas sim porque registra a história não como uma grande narrativa ou até mesmo como memória cultural, mas como uma estrutura de sentimento, como nos poemas de soldados-poetas europeus. Como na tradição pastoral britânica, aqui um gênero local nepalês presta testemunho lírico ao trauma histórico.

LITERATURA COMO TESTEMUNHO: KIPLING E ANAND

Existe alguma literatura indiana da Primeira Guerra Mundial? Quem são os Wilfred Owens e Erich Maria Remarques indianos? A pergunta, cada vez mais feita, é baseada em uma convergência reducionista da “literatura de guerra” com os escritos de um punhado de soldados-poetas, seguindo uma trajetória peculiarmente britânica da “Grande Guerra e da memória moderna” e omitindo um conjunto substancial de escritos de guerra feitos por mulheres, civis e não-combatentes. Isso acontece particularmente com a escrita colonial sobre a guerra, onde o conflito estava fortemente difuso, mas indiretamente dentro da esfera literária civil. De fato, existe um poderoso corpo de literatura indiana sobre a Primeira Guerra Mundial que está vindo à luz lentamente nos últimos anos. Alguns dos “poemas de guerra” de Tagore foram publicados no *The Times* em 1914, juntamente com os de Kipling, como parte da propaganda imperial, embora o engajamento mais sério de Tagore com o conflito ocorra em suas palestras sobre o “Nacionalismo”, feitas

durante os anos de guerra no Japão e nos Estados Unidos, e publicadas em 1917. Existe também uma variedade de literatura da Primeira Guerra Mundial em diferentes línguas regionais, variando desde um fundo rico em poemas e canções de recrutamento punjabi até o verso incandescente de guerra do poeta revolucionário bengali Kazi Nazrul Islam, que foi submetido ao treinamento para o conflito. Há também a peça de recrutamento bengali *Bengal Palton*, escrita em 1916 por Satish Chandra Chattopadhyay, além de uma série de panfletos de propaganda, poemas e canções, e algumas memórias extraordinárias.³⁵⁴ Existe ainda uma coleção substancial de efêmeros, mas interessantes poemas, contos e ensaios em inglês, no compêndio de guerra *All About the War: The Indian Review War Book* (1915). Dada a escassez de documentos em primeira-mão, esses escritos literários são vitais por fornecer novos *insights* e nos ajudar a reconstruir a história emocional e social diária dos indianos durante os anos de guerra, seja no *front* ou na própria Índia. Além disso, esses escritos enfrentam e problematizam muitas das questões e sentimentos que são encontrados nas cartas e exploram mais conscientemente as conexões entre o serviço militar, o colonialismo e uma história das emoções mais íntima. Ao mesmo tempo, não podem ser considerados como um envelope transparente da experiência bélica: há convenções literárias específicas que eles seguem e, como veremos, uma pauta a ser trabalhada, ou múltiplas correntes emocionais atravessando essas narrativas, moldadas por histórias e preocupações peculiares do escritor. Aqui, quero realçar brevemente dois trabalhos literários sobre a experiência dos sipais na França, que foram escritos em dois períodos diferentes e que vêm de duas posições sociais e ideológicas muito distintas: *The Eyes of Asia* (1917), de Rudyard Kipling, escrito como parte do esforço de propaganda imperial, e *Across the Black Waters* (1939),

354. DAS, Santanu. Sepoys, Sahibs and Babus. In: HAMMOND, Mary; TOWHEED, Shafquat (ed.). *Reading Practices in the First World War*. Londres: Palgrave Macmillan, 2007, p. 61-77 e Indians at home, Mesopotamia and France, 1914-1918: towards an intimate history. In: *Race, Empire and First World War Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

de Mulk Raj Anand, escrito nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, quando a Índia foi chamada novamente para servir ao império, ainda que o movimento nacionalista estivesse ganhando impulso.

Um dos mais antigos trabalhos literários em que os sipais indianos são celebrados é de ninguém menos que Rudyard Kipling. Seu texto sobre a guerra, *The Eyes of Asia* (1917), toma a forma de quatro contos, nos quais Kipling imagina a si mesmo como um soldado indiano semi-alfabetizado escrevendo para casa sobre as maravilhas da civilização ocidental. Em uma primeira leitura, ele se apresenta como chauvinista, ofensivo e previsível, em uma versão exagerada do que Claude Markovits, em um contexto diferente, chamou “Ocidentalismo a partir de baixo”³⁵⁵: sobre um soldado cantando louvores à Europa e ao seu povo, completamente encantado com o Ocidente. Entretanto, se lermos o texto de Kipling juntamente com uma das cartas censuradas dos soldados, perceberemos que o romancista, na verdade, tinha acesso a algumas dessas cartas e incorporaria passagens delas em seu texto. Considere os seguintes fragmentos, cada um deles descrevendo a senhora de uma casa onde um sipai indiano se alojava: o primeiro é de uma carta escrita por um sipai real, o segundo é escrito pelo soldado imaginário de Kipling, em *The Fumes of the Heart*:

Por vontade própria ela lavou as minhas roupas, arrumou minha cama [e] poliu as minhas botas [...] Toda manhã ela costumava preparar e me entregar uma bandeja com pão, manteiga, leite e café [...] Quando tivemos que ir embora da aldeia, a velha senhora chorou em meu ombro. Estranho que eu nunca a tenha visto chorar por seu filho morto e, no entanto, ela chorava por mim. Além disso, na [nossa] partida ela me trouxe uma nota de cinco francos.³⁵⁶

355. MARKOVITS, Claude. Indian Soldiers' Experiences in France during World War I: Seeing Europe from the Rear of the Front. In: AHUJA, Ravi; BROMBER, Katrin; HAMZAH, Dyala; LIEBAU, Heike (eds.), op. cit., 2010, p. 29-55.

356. Carta de Sher Bahadur Khan, 9 de janeiro de 1916, França. Censor of Indian Mails 1914-1918, Part 2, L/MIL/826, *India Office Library*, British Library.

Por vontade própria ela lavou as minhas roupas, arrumou a minha cama e poliu as minhas botas diariamente por três meses [...] Toda manhã ela me preparava uma bandeja com pão, manteiga, leite e café. Quando nós tivemos que ir embora da aldeia, a velha senhora chorou em meu ombro. É estranho que eu nunca a tenha visto chorar por seu filho morto, mas ela chorou por mim. Além disso, na partida ela me fez pegar uma nota de *fi-fá-rang* [cinco francos] para as despesas.³⁵⁷

A exatidão da transcrição é surpreendente. A ideia da “mãe francesa”, um sentimento recorrente nas cartas de soldados indianos reais, parece ter interessado Kipling. O terceiro conto do livro gira em torno de um filho lendo em voz alta para seus pais a carta de seu irmão mais velho, soldado na França, e a última história atinge o ápice da saudade do sipai por sua mãe na Índia:

Meus pensamentos estão sempre com você. Mãe, apure o seu ouvido e me escute. Não se preocupe; em breve estarei novamente com você [...] Mãe, pense sempre em mim como se eu estivesse sentado próximo a ti, assim como eu te imagino sempre ao meu lado [...] Eu devo chegar no meio da noite e bater na sua porta [...] Oh, minha mãe, minha mãe, eu sou o seu filho, o seu filho; e como eu disse no começo eu irei retornar para os seus braços quando escapar deste país, quando Deus permitir.³⁵⁸

Esse diálogo estendido com a mãe, tão vividamente imaginado, ganha uma ressonância especial no contexto da própria vida de Kipling. Como já é bem documentado, Kipling passou oito idílicos anos em Mumbai, onde aparentemente “falava, escrevia e sonhava em hindustani”. Entretanto, assim como vários filhos da classe colonial administrativa, ele foi separado de sua mãe e mandado para a Inglaterra, uma

357. KIPLING, Rudyard. The Fumes of the Heart. In: *The Eyes of Asia*. Nova York, 1918, p. 36.

358. KIPLING, Rudyard. A Trooper of the Horse. In. op. cit., p. 77; 78 e 101

experiência que o assombrou durante toda sua vida. Como escreveu posteriormente, “nós não podíamos entender por que nossos pais nos abandonaram”. Na velhice, poderia essa identificação imaginativa com o soldado indiano ter feito com que Kipling revisitasse sua infância e criasse uma fantasia maternal ainda localizada na Índia? Isso seria um retorno à natividade? Há, no entanto, outro entendimento: em setembro de 1915, seu filho de 18 anos John (Jack) Kipling, um tenente no segundo batalhão *Irish Guards*, desapareceu na Batalha de Loos. O soldado indiano imaginado escreve: “Mãe, eu fui uma vez relatado ‘desaparecido, morto ou tomado como prisioneiro’”, exatamente a mensagem que Kipling e sua esposa receberam. A dolorosa história de sua subsequente longa busca para encontrar seu filho e o intenso envolvimento de Kipling com as comemorações da guerra imperial são bem conhecidos. Nesses contextos, *The Eyes of Asia* — um texto regularmente rejeitado como chauvinista e propagandista — é profundamente revelador da complexa história emocional do próprio escritor: a dor do pai e a desolação da criança, decorrentes dos deslocamentos da guerra e do colonialismo. Por outro lado, da perspectiva da documentação histórica sobre a experiência indiana da guerra, somente um aspecto da experiência sipai — a caracterização da hospitalidade europeia como brilhante — é aqui tomado como representativo de toda a experiência sipai. Assim, se varre para debaixo do tapete a discriminação racista, o trauma da guerra e a manipulação dos registros históricos para fins de propaganda de guerra. O importante é reconhecer essas múltiplas intensidades de significado que atravessam esses textos imperiais.

A peça literária na qual a realidade social e emocional dos sipais encontra sua expressão mais notável seria *Across the Black Waters* (1939), de Mulk Raj Anand, em meio à Guerra Civil Espanhola. Anand é em grande medida esquecido, mas foi uma figura literária importante no começo do século XX. Ele participou tanto do modernismo britânico quanto indiano, trabalhou por algum tempo como secretário particular

de T. S. Eliot e pairou nas margens do grupo de *Bloomsbury*.³⁵⁹ Mais importante ainda, ele cresceu em Punjab e pertenceu à mesma comunidade agrícola-marcial de onde os sipais foram recrutados. *Across the Black Waters*, escrito em 1938, é dedicado “à memória de meu pai Subedar Lal Chand Anand, M.S.M, (falecido 2/17º Dogra)”, que trabalhou no Exército da Índia Britânica. Escrito em um período em que as vozes europeias controlavam a memória da Primeira Guerra Mundial, o romance é um desafio à própria branquitude da memória de guerra e um ato vital de recuperação da experiência indiana da guerra.

Across the Black Waters é a segunda parte da trilogia *Lalu*, que leva o nome do protagonista, um jovem sensível do interior, cuja revolta contra o conservadorismo religioso da comunidade rural (tema do primeiro volume, *The Village*) é um retrato velado do próprio Anand. No segundo volume, Anand leva Lulu à guerra na França junto com seu batalhão. Consequentemente, o romance abre uma nova dimensão na ficção de guerra ao vermos esses agricultores-soldados do norte da Índia desembarcando em Marselha e negociando a cultura ocidental pela primeira vez — incluindo uma visita ao bar e ao bordel — antes de serem empurrados para as trincheiras. A história da pequena aldeia no sul da Ásia se alinha ao evento definidor do século XX europeu. O *69th Rifles* no romance é fortemente inspirado no *57th Wilde’s Rifles*, e o tempo da ação é em torno da Batalha da Flanders, em 1914, onde os indianos sofreram perdas catastróficas. Anand segue os contornos históricos gerais, desde a visita do General Roberts para motivar as tropas indianas até a primeira confraternização delas com os alemães no Dia de Natal de 1914. No entanto, o que faz com que o romance seja extraordinário não é a sua fidelidade histórica, mas sim a íntima compreensão e evocação das vidas dos sipais na França. Um devoto tanto de Gandhi quanto de Forster, Anand foca nos camponeses-guerreiros, não-heróis comuns, e

359. COWASJEE, Saros. *So Many Freedoms: Major Fiction of Mulk Raj Anand*. Delhi: Oxford University Press, 1978.

em suas vidas cotidianas; a experiência de guerra encontra-se emaranhada nas complexidades do coração do sipai fustigado pelos ventos do serviço de guerra imperial, mas igualmente perturbado por outras histórias, sentidas de forma intensa, complexa e local. A passagem a seguir é um exemplo característico, quando Anand imagina vividamente corpos transformando os espaços em que habitam:

Madrugadores habituais, a maioria dos sipais estava correndo, desfazendo malas, polindo botas, cintos e botões de bronze com sua saliva, lavando seus rostos, limpando seus dentes com palitos que trouxeram de casa, e gargarejando, com ruídos ensurdecadores e reverberações assustadoras, à melodia de hinos, cânticos e nomes de deuses, abundantes e sem fôlego, porque o ar gelado penetrava em sua carne [...] “Ohe, onde você está indo?”, tio Kirpu gritou. Lalu entrou correndo, colocou suas botas rapidamente, ajeitou seu turbante e saiu de novo. “O garoto enlouqueceu”, exclamou Kirpu a Dhanoo.³⁶⁰

Se Siegfried Sassoon, em *The Diary of an Infantry Officer*, reduziu o sipai a um borrão marrom e vermelho, com Anand, toque, gosto, sentimento e som evocam o corpo do sipai como sensorial em vez de uma fotografia ou um objeto. Comunidades afetivas não são formadas através da intensidade homoerótica de Owen, mas forjadas por meio dos palitos trazidos de casa ou da saudação familiar hindi “Ohe”, na medida em que Anand alinha a vida social das coisas com seu gosto na língua e remodela a linguagem como ressonância emocional em vez de comunicação verbal. A guerra se torna um lugar de politização para Lalu, que começa a questionar tanto o entendimento colonial quanto as hierarquias racistas. O romance de Anand não é uma ária para a morte da alta consciência burguesa europeia, mas sim para dar voz e consciência política para a classe trabalhadora sipai ao se deparar com a Europa, a guerra e a desolação.

360. ANAND, Mulk Raj. *Across the Black Waters*. Delhi, 1949, p. 19.

Nos últimos anos, particularmente na Grã-Bretanha, a contribuição de sipais indianos — especialmente sua participação na frente Ocidental — está se tornando um elemento fundamental para a identidade e a construção de uma comunidade multirracial, promovida tanto pelo governo como por representantes de diferentes grupos étnicos em diáspora. Em abril de 1999, um grande grupo de sikhs da Grã-Bretanha, França e Bélgica fizeram uma peregrinação ao *Menin Gate*, em Ypres, para prestar homenagem a seus ancestrais que lutaram na guerra. Esse foi um momento singular na Europa, pois esse grupo específico tentava alinhar sua identidade étnica a um momento formativo da história europeia do século XX. Durante os últimos anos, há um esforço ativo para diversificar e fazer a memória da Primeira Guerra Mundial mais multirracial, como, por exemplo, com o documentário de curta-metragem *Whose Remembrance?*, feito pelo *Imperial War Museum* em 2013. Em um artigo recente no *Observer*, a baronesa Warsi escreveu: “Nossos meninos não eram somente *Tommies* — eles também eram *Tariqs* e *Tajinders*. Eles vieram de várias nações e tinham diferentes fés”. Considerando a história de marginalização do papel das tropas coloniais não-brancas, incluindo sul-asiáticos, da memória da Primeira Guerra Mundial — e como certas forças extremamente nacionalistas tentam tornar a memória desse conflito exclusivamente branca —, essa tentativa de incorporá-las em um quadro multirracial é absolutamente vital. Além disso, dentro da memória indiana de guerra, é igualmente importante lembrar que o exército era uma força multirreligiosa, multiétnica e multicultural, e que a memória indiana não pode ser controlada por um grupo étnico ou religioso específico. No entanto, também é importante reconhecer efetivamente que essas são frequentemente histórias difíceis, dolorosas e não atraentes: *Tommy*, *Tariq* e *Tajinder* nunca se deram as mãos ao cruzar o oceano. “*Tariq*” sempre foi considerado uma patente inferior a *Tommy*, e o arame farpado que havia ao redor do hospital em *Brighton Pavilion* pode ser considerado uma metáfora das hierarquias raciais, segregação e policiamento aos quais *Tariqs* e *Tajinders* foram submetidos mesmo enquanto sacrificavam suas vidas

pelo império. É somente por meio do reconhecimento da história completa – e não da recordação seletiva ou da apropriação de pautas particulares – que uma recuperação significativa das dimensões coloniais da experiência da Primeira Guerra Mundial pode ser feita, possibilitando a mobilização pela diversidade racial na atualidade.

REFERÊNCIAS

AHUJA, Ravi; LIEBAU, Heike Liebau; ROY, Franziska Roy (org.). *‘When the War Began, We Heard of Several Kings’*: South Asian Prisoners in World War I Germany. Delhi: Social Science Press, 2011.

AHUJA, Ravi. The Corrosiveness of Comparison. In: AHUJA, Ravi; BROMBER, Katrin; HAMZAH, Dyala; LIEBAU, Heike (eds.). *The World in World Wars. Experiences, Perceptions and Perspectives from Africa and Asia. Studies in Global Social History*, Vol. 5. Leiden: Brill, 2010, p. 131-166.

ANAND, Mulk Raj. *Across the Black Waters*. Delhi, 1949.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres, 2001.

BASU, Shrabani. *For King and Another Country: Indian Soldiers on the Western Front 1914-1918*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

COWASJEE, Saros. *So Many Freedoms: Major Fiction o*

f Mulk Raj Anand. Delhi: Oxford University Press, 1978.

DAS, Santanu (org.). *India, Empire and First World War Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

_____. *Race, Empire and First World War Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. The Singing Subaltern. *Parallax*, v. 17, n. 3, 2011, p. 4-18.

_____. Sepoys, Sahibs and Babus. In: HAMMOND, Mary; TOWHEED, Shafquat (Ed.). *Reading Practices in the First World War*. Londres: Palgrave Macmillan, 2007.

DOEGEN, Wilhelm Doegen (Ed.). *Unter fremden Völkern – Eine neue Völkerkunde*. Berlin: Verlag für politik und wirtschaft, 1925.

ELLINWOOD, DeWitt; PRADHAN, S.D. (Org.). *India and World War I*. Delhi: Manohar, 1978.

MIR, Farina. *The Social Space of language: Vernacular Culture in British Colonial Punjab*. Berkeley: University of California Press, 2010.

GREENBLATT, Stephen. *Learning to Curse: Essays in Early Modern Culture*. Nova Iorque: Routledge, 1990.

JACK, George Morton. *The Indians Army on the Western Front, 1914-1915*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____. *The Indian empire at war: from Jihad to victory, the untold story of the Indian army in the First World War*. Londres: Little, Brown, 2018.

KIPLING, Rudyard. *The Eyes of Asia*. Nova Iorque: Doubleday, Page & Co, 1918.

LANGE, Britta. Academic Research on (Coloured) Prisoners of War. In: CHIELSENS, Piet, DENDOOVEN, Dominiek (Ed.). *World War I: Five Continents in Flanders*. Ypres, 2008. Tiel: Lannoo, 2008.

_____. South Asian Soldiers and German Academics. In: AHUJA, Ravi; LIEBAU, Heike; ROY, Franziska (Ed.). *'When the War Began, We Heard of Several Kings': South Asian Prisoners in World War I Germany*. Delhi: Social Science Press, 2011.

LUDERS, Heinrich. Die Gurkhas. In: DOEGEN, Wilhelm (Ed.) *Unter fremden Völkern*. Eine neue Völkerkunde. Berlin: O. Stollberg, Verlag für politik und wirtschaft, 1925.

MARKOVITS, Claude. Indian Soldiers' Experiences in France during World War I: Seeing Europe from the Rear of the Front. In: AHUJA, Ravi; BROMBER, Katrin; HAMZAH, Dyala; LIEBAU, Heike (Ed.). *The World in World Wars. Experiences, Perceptions and Perspectives from Africa and Asia*. Studies in Global Social History. Brill, Leiden: Brill, 2010. Vol. 5.

MIR, Farina. *The Social Space of language: Vernacular Culture in British Colonial Punjab*. Berkeley: University of California Press, 2010.

OMISSI, David. *The Sepoy and the Raj*. Basingstoke: Macmillan, 1994.

_____. Europe Through Indian Eyes. *English Historical Review*, v. 122, 2007, p. 371-396.

_____. (org.). *Indian Voices of the Great War: Soldiers' Letters, 1914-1918*. Basingstoke: Macmillan, 1999.

RAY, Rajat. *The Felt Community: Commonality and Mentality Before the Emergence of Indian Nationalism*. Delhi: Oxford University Press, 2008.

ROSENWEIN, Barbara H. *Emotional communities in the Early Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

SINGH, Gajendra. *The Testimonies of the Indian Soldiers and the Two World Wars: Between Self and Sepoy*. London: Bloomsbury Publishing, 2014.

SMITH, Leonard. *The Embattled Self: French Soldiers' Testimony of the Great War*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

SPIVAK, Gayatri. Subaltern Talk. In: LAUNDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (Ed.). *The Spivak Reader*. Nova Iorque: Routledge, 1996.

_____. Can the Subaltern Speak? In: GROSSBERG, Lawrence, NELSON, Cary (Ed.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Londres: Macmillan, 1988.

VISRAM, Rozina. *Asians in Britain*. Londres: Pluto, 2002.

WINTER, Jay. *Sites of memory, sites of mourning: the Great War in European cultural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

EXPLORANDO O SERVIÇO MILITAR DE LONDRES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: ESTUDANTES COMO PESQUISADORES DA CIDADE EM TEMPOS DE GUERRA³⁶¹

Daniel Todman (Queen Mary University of London, Grã-Bretanha)

Este capítulo associa três tópicos diferentes: a “memória” britânica da Primeira Guerra Mundial, como é revelada cem anos depois, a história da experiência do conflito em Londres e um projeto de pesquisa que tenta conectar ambos a partir do envolvimento de graduandos como pesquisadores.

No Reino Unido, o centenário da Primeira Guerra Mundial foi ocasião para uma multiplicidade de atividades de rememoração, desde cerimônias oficiais e trabalhos de arte pública, por meio de atos de comemoração mais informais e individuais, até produtos comerciais destinados a capturar um mercado cujo interesse aumentou em razão dos 100 anos do conflito. Ocasionalmente, essas manifestações acontecem ao mesmo tempo, como no projeto *Lives of the First World War* (Vidas da Primeira Guerra Mundial), um memorial *online* criado pelo *Imperial War Museum* em Londres com o objetivo de reunir informações sobre oito milhões de homens e mulheres da Grã-Bretanha e do Império que serviram durante a guerra. Cidadãos e historiadores podem “rememorar” alguém inserindo informações, cuja busca eles são encorajados a fazer em arquivos digitalizados, geridos por empresas

361. [Nota do tradutor] Este texto serviu de base à apresentação feita pelo autor na Conferência Internacional *Tempos de Violência* no Rio de Janeiro em junho de 2018. Tradução de Luis Lucena e Rebecca Rozas, revisão técnica de Sílvia Correia e Alexandre Moreli.

especializadas em história familiar e que cobram uma taxa de assinatura. Até agora, 476.000 indivíduos foram “rememorados”³⁶².

Uma característica das comemorações tem sido o esforço substancial de atores culturais, incluindo a *British Broadcasting Corporation*, o *Arts Councils* e o *Heritage Lottery Fund* (o órgão que distribui o dinheiro para projetos patrimoniais comunitários), no sentido de diversificar as rememorações, por exemplo, ao apoiar representações da experiência de militares não-brancos, refugiados, prisioneiros e mulheres trabalhadoras.³⁶³ Apesar de alguns formatos inovadores (como o aparecimento de atores de filmes mudos vestidos como soldados da Grande Guerra para comemorar o aniversário de cem anos da Batalha do Somme), os temas dominantes na maioria dos eventos comemorativos e os modos como as audiências reagiram aos mesmos têm se mantido bastante limitados.³⁶⁴

Talvez o mais surpreendente seja o foco nos soldados mortos como representantes arquetípicos da Grã-Bretanha da Grande Guerra. A obsessão é compreensível. Com quase três quartos de milhão das tropas mortas, a Primeira Guerra foi a experiência de conflito mais sangrenta da Grã-Bretanha desde as Guerras Civis do século XVII. Nos anos que se seguiram, o consenso em torno do luto aos mortos funcionou como um modo para obscurecer as controvérsias e as divisões em torno da guerra. A guerra sequencial de 1939-1945 viu apenas cerca de metade do número de mortos civis e militares da anterior.³⁶⁵ A presença visível dos nomes dos mortos nos memoriais de guerra locais fascina na forma

362. Disponível em: < <https://livesofthefirstworldwar.org/>>, acesso em 31/10/2018.

363. MCCARTHY, Helen. *Public History and the Centenary of the First World War in Britain*; ANDREWS, Maggie. *Tropes and Trench Cakes: The Home Front in the Media and Community History*; CORNISH, Paul. *Imperial War Museums and the Centenary of the First World War*; TODMAN, Daniel. *Something about Who We Are as a People: Government, Media, Heritage and the Construction of the Centenary*, In: *Twentieth Century British History*, 27, 4, 2016, p.505-523.

364. KIDD, Jenny; SAYER, Joanne. Unthinking Remembrance? Blood Swept Lands and Seas of Red and the significance of centenaries. *Cultural Trends*, 27, 2, 2018, p.68-82.

365. TODMAN, Daniel. *The Great War, Myth and Memory*. Londres, 2005.

como fornece recordações materiais do conflito. As “comunidades” criadas para facilitar o trabalho de rememoração do *Lives of the First World War* são dominadas por listas retiradas desses memoriais.

No entanto, o foco nos soldados mortos tem também consequências, já que concentra a atenção em um subconjunto do subconjunto — os doze por cento do pessoal de serviço britânico que acabou morto por ação inimiga durante a guerra, desviando o olhar do número surpreendente de homens que serviram e sobreviveram e das experiências de homens e mulheres no *front* doméstico. Há uma tendência ao paroquialismo, ignorando o fato de que, em uma comparação de experiências europeias, o baixo número de vítimas britânicas durante a Primeira Guerra Mundial é impressionante. Com exércitos de massa de recrutamento obrigatório lutando desde o começo do conflito, a França e a Alemanha sofreram, absolutamente e comparativamente, perdas piores. Como Catriona Pennel apontou em seu recente artigo sobre visitas escolares ao *Front* Ocidental, a presença poderosa dos mortos inibe também a discussão crítica dos eventos da guerra como história. Essas viagens, organizadas para desenvolver habilidades de investigação histórica, culminam em cerimônias rememorativas em cemitérios, impondo um sentimento de sombrio respeito, tornando difícil questionar o valor do serviço militar.³⁶⁶

Há um grande vácuo entre a presença pública dos mortos e os interesses dos pesquisadores acadêmicos que estudam a guerra. As pesquisas históricas recentes sobre o tema têm se focado nas questões da mobilização física e cultural (incluindo não só a “corrida às armas”³⁶⁷ do começo do outono de 1914, mas também o que John Horne designou como a re-mobilização da sociedade em resposta às crises do tempo de guerra), no esgotamento de voluntários em 1915, no derramamento de sangue do *Somme* e na ameaçadora combinação no *front* doméstico da

366. PENNELL, Catriona. Taught to remember? British Youth and First World War centenary battlefield tours. *Cultural Trends*, 27, 2, 2018, p.83-98.

367. No original: “rush to the colours”.

escassez alimentar, da demanda por aumento de salários e do maior número de baixas nas trincheiras em 1918.³⁶⁸ A europeização do campo historiográfico – graças à liderança dos professores Becker e Winter – levou a que historiadores que trabalhem a Grã-Bretanha durante a Grande Guerra façam perguntas similares às aquelas feitas em outras partes do continente. Como foi gerado o poder militar? Como o Estado, amplamente concebido e operando em diferentes níveis, assegurou e manteve o apoio ao conflito? Como operou o consenso popular? Foram as distintas formas de “cultura de guerra” concebidas que geraram a participação e as pressões crescentes ou decrescentes vindas de baixo? Como tais estruturas operaram através dos impérios e oceanos? Como indivíduos e comunidades gerenciaram essas dinâmicas e quais foram as implicações para a rememoração?³⁶⁹

Com esse contexto em mente, vou me focar na pesquisa sobre a história da cidade de Londres em tempos de guerra, e em particular seus padrões de serviço militar, que desenvolvi ao longo dos últimos sete anos com estudantes de graduação. Exemplo das frutíferas trocas, embora imprevisíveis, resultantes do centenário, esse projeto surgiu de meu envolvimento como consultor acadêmico na remodelação das galerias sobre a Primeira Guerra Mundial do *Imperial War Museum* que, inicialmente, tinha a intenção de se focar nas unidades de soldados voluntários que tinham crescido nas áreas contíguas à atual localização do museu. Com o passar do tempo, no entanto, foi desenvolvido um estudo maior e mais extenso acerca do que significava o serviço militar e como o mesmo foi sustentado por toda a capital, o que encorajou estudantes a realizar suas próprias pesquisas refletindo sobre outras formas de como a guerra afetou Londres.

368. HORNE, John. Introduction: Mobilizing for “Total War” e Remobilizing for “Total War”: France and Britain, 1917-18. In. HORNE, John (ed.). *State, Society and Mobilization in Europe During the First World War*. Cambridge, 1997, p. 1-17 e 195-211.

369. Por exemplo, GREGORY, Adrian. *The Last Great War: British Society and the First World War*. Cambridge, 2008.

Há tanto uma dinâmica institucional como uma pertencente à disciplina histórica nesse trabalho. Sob uma forte expectativa de desenvolver um engajamento estudantil e de demonstrar a aquisição de novas habilidades, em colaboração com instituições de outros lugares da Europa, da América do Norte e da Oceania, as universidades Britânicas, que anteriormente orgulhavam-se do ensino baseado em pesquisa — em outras palavras, na educação fornecida por especialistas na área —, têm encorajado o seu pessoal a desenvolver uma aprendizagem baseada na pesquisa, envolvendo os estudantes diretamente na investigação. O objetivo é treinar estudantes para serem ativos, emocionalmente engajados e habituados a encontrar soluções criativas para problemas complexos. Há uma série de questões pedagógicas em torno da presunção dessa estratégia como panaceia, que não tenho tempo de abordar aqui. Porém estou muito consciente de que tal método é de significativa riqueza, um privilégio, assim como um momento cultural e socioeconômico especial.³⁷⁰

No Reino Unido, muitas licenciaturas em História contém já um elemento de pesquisa independente como parte da dissertação de último ano, mas esses são trabalhos modestos, limitados por sistemas avaliativos rígidos e, na maioria dos casos, esquecidos rapidamente após a graduação. O peso coletivo do esforço de pesquisa envolvido é enorme,

370. A literatura é extensa. Há uma boa introdução em DEKKER, Henk e WOLFF, Sylvia, “Re-inventing Research-Based Teaching and Learning”, artigo elaborado para uma apresentação na reunião do *European Forum for Enhanced Collaboration of the European University Association*, Bruxelas, 5 de dezembro de 2016, disponível em: <<https://tinyurl.com/yay8euq2>>. Ambos os artigos estão bem resumidos em FUNG, Dilly. *A Connected Curriculum for Higher Education*. Londres, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y79kmp62>>. Há uma interessante visão geral da mudança no decorrer do tempo em BREW, Angela. Shifting perspectives on research and teaching relationships: A view from Australia. In. JOHN, Peter; FANGHANEL, Joëlle. (eds.). *Dimensions of Marketisation in Higher Education*. Londres, 2015. p.143-153. Ver também: ELSEN, Mariken et al. How to Strengthen the Connection between Research and Teaching in Undergraduate University Education. *Higher Education Quarterly*, 63, 1, 2009, p.64-85; LAMBERT, Cath. Pedagogies of participation in higher education: a case for research-based learning. *Pedagogy, Culture and Society*, 17, 3, 2009, p.295-309; WALKINGTON, Helen. Students as Researchers: Supporting undergraduate research in the disciplines in higher education. York, 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ydeewhzf>>.

especialmente para a maioria dos estudantes que não irá ingressar em carreiras acadêmicas. Mesmo assim, uma das benesses da disciplina vem do fato de os alunos se identificarem fortemente como historiadores. Sempre me pareceu lamentável que esses graduandos não pudessem contribuir mais com o campo.

O historiador da ciência Hasok Chang foi pioneiro em uma abordagem diferente. Chang coordenou um projeto sobre a história do cloro com três diferentes turmas de graduandos como pesquisadores juniores. Ele estabeleceu perguntas para as quais ainda não tinha as respostas e, a cada ano, uma turma herdou e aprimorou o trabalho feito pela anterior. No final, o projeto produziu um livro, *An Element of Controversy: The Life of Chlorine in Science, Medicine, Technology and War*.³⁷¹

Esse “modelo de herança” é um importante elemento no meu trabalho. Apesar de eu ter ampla experiência com pesquisa, antes de começarmos o projeto não sabia muito mais do que o primeiro grupo de colaboradores sobre a história da capital em tempo de guerra. Agora, cada ano começa com a revisão de tudo o que foi produzido previamente e com o estabelecimento do que pode ser aproveitado e aprimorado. Os estudantes também leem e criticam a literatura pedagógica sobre aprendizagem através da pesquisa, o que ajuda a iniciá-los à ideia de que essa é uma atividade diferente. Depois, trabalhamos em conjunto com o material primário, primeiro tratando das questões desenvolvidas ao longo do tempo por quem participou logo no início do projeto, em seguida daquelas questões que eles trazem para a investigação. Faz-se, então, apropriado, neste momento, nomear os meus colaboradores até o fim do ano acadêmico de 2017-2018:

Kamran Ali, Jonathan Back, Kerry Barton, Bernou Benne, Stephen Bennett, Daniel Brewer, Christopher Brownlee, Georgia Burness, Andrew

371. CHANG, Hasok. Turning an undergraduate class into a professional research community. *Teaching in Higher Education*, 10, 3, 2005, p.387-394; CHANG, Hasok; JACKSON, Catherine. (eds.). *An Element of Controversy: The Life of Chlorine in Science, Medicine, Technology and War*. Londres, 2007.

Carlin, Alex Carruthers, Emily Charles, Rosy Cooley, Christopher Cooper-Davies, Elizabeth, Crooks, Leanne Crowdy, Jessica Davies, Gabriela Dale, Alannah Francis, Rebecca Gallacher, Jack Glanfield, Nathan Goh, Luke Greening, Tyler Hanley, Sam Hudson, Lawrence Jones, Aliza Kara, Sandip Kana, Emma Lester, Samuel Lowe, Eugene Mackie, Lorna MacLean, Paul Martin, Vanessa Meade, Necmiye Oztekin, Matthew Parnell, Mo Phillips, Stephen Reynolds, Matthew Robertson, Fredrik Rystand, Bethany Sawyer, Svetlozar Slavov, Joshua Snape, Joy Steele, Chantelle Stewart, Dan Sellick, Florence Taylor, Nick Wiggins, Rabi Wilson.

Direcionando o foco para a história de Londres na Primeira Guerra Mundial, uma edição de 2016 do *London Journal* dedicada ao tema demonstrou o crescente interesse histórico no assunto e, também, o muito trabalho a ser feito.³⁷² A análise pioneira de uma história comparada entre Londres, Paris e Berlim, em *Capital Cities at War*, co-editada por Jay Winter, foi central para estimular mais investigação. Porém, o formato em dois volumes e de múltiplas autorias dificulta a noção coesa do que estava a acontecer em cada um dos lugares.³⁷³ Em contraste, Stuart Hallifax e Jerry White escreveram narrativas acessíveis, academicamente reconhecidas e populares sobre Londres em guerra.³⁷⁴ Tais contribuições ilustram, entre outras questões, como é difícil escrever algo coerente acerca de uma cidade tão grande, reconhecendo suas próprias variações internas. Cada um dos 28 distritos (*boroughs*) que formavam o governo local do Condado de Londres continham múltiplas comunidades, talhadas pela classe, pela riqueza, pelo traçado das ruas e por marcos locais, dentro dos quais a maior parte da população levava

372. *The London Journal*, 41, 3, 2016, London and the First World War, editado por Stefan Goebel e Jerry White, incluindo artigos de Adrian Gregory, Simon Abernethy, Assaf Mond, Richard Espley, Anna Maguire, e John Siblon.

373. WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (eds.). *Capital Cities at War: Paris, London, Berlin, 1914-1919*, I. Cambridge, 1997 e II: A Cultural History. Cambridge, 2007.

374. HALLIFAX, Stuart. *London: Remembering 1914-18*. Stroud, 2014; WHITE, Jerry. *Zeppelin Nights: London in the First World War*. Londres, 2014.

a sua vida e expressava a sua noção de identidade imperial, nacional e metropolitana.³⁷⁵

Notavelmente, apenas Michael Durey, em seu artigo sobre soldados menores de idade no Sul de Londres, abordou diretamente o problema do serviço militar durante a Primeira Guerra Mundial em Londres.³⁷⁶ É surpreendente, já que os historiadores britânicos da guerra continuam fascinados pelo serviço militar, particularmente a construção de um exército de massas por recrutamento voluntário na primeira metade do conflito, antes da introdução do alistamento obrigatório. Tais trabalhos incluem estudos a nível nacional, como *Kitchener's Army* de Peter Simkins e *The British Working Class and Enthusiasm for War*, de David Silbey, análises de como as elites locais gerenciaram a participação popular e o consentimento, feitas por Pierre Purseigle e Stuart Hallifax, e investigações sobre o sistema regimental a partir do qual o exército britânico foi construído, por David French, Helen McCartney e Mark Connelly.³⁷⁷ Todos esses últimos salientaram o fato de as unidades do exército, enquanto preservando suas conexões locais, terem se tornado, ao longo da guerra, cada vez mais nacionalizadas quanto ao seu pessoal, além dos modos pelos quais as tradições inventadas de identidade única, com o intuito de construir uma comunidade militar, foram representadas e construídas.

Com a sua população jovem desproporcionalmente grande, muito alocada em trabalhos não essenciais, Londres foi uma importante fonte

375. GEORGIU, Dion. Only a Local Affair? Imagining and enacting locality through London's Boer War carnivals. *Urban History* 45, 1, 2018, p.100-127.

376. DUREY, Michael. South London's Age-Fudgers: Kitchener's Under Age Volunteers. *London Journal*, 40, 2, 2015, p.147-170.

377. SIMKINS, Peter. *Kitchener's army: the raising of Britain's armies, 1914-1916*. Manchester, 1988; SILBEY, David. *The British working class and enthusiasm for war, 1914-1916*. Londres, 2005; PURSEIGLE, P. *Mobilisation, Sacrifice et Citoyenneté: Angleterre-France, 1900-1914*. Paris, 2010; HALLIFAX, Stuart. *Citizens at War: the Experience of the Great War in Essex, 1914-1918*. Unpublished DPhil, Universidade de Oxford, 2010, disponível em: <<https://tinyurl.com/yadqscfj>>; FRENCH, David. *Military Identities: the regimental system, the British Army and the British people, c.1870-2000*. Oxford, 2005; MCCARTNEY, Helen. *Citizen Soldiers: the Liverpool Territorials in the First World War*. Cambridge, 2005; CONNELLY, Mark. *Steady the Buffs: a regiment, a region and the Great War*. Oxford, 2006.

de mão-de-obra militar. Os registros eleitorais de 1918 — altura em que um registro foi mantido à parte para militares ausentes — sugerem que, naquele momento, pouco mais de 700.000 potenciais eleitores homens londrinos estavam em serviço militar, aproximadamente dois quintos do eleitorado masculino do que se entende hoje como centro de Londres. Assumindo que os londrinos não eram mais suscetíveis a serem mortos do que qualquer outro, esses dados sugerem que mais de três quartos de milhão de homens da capital serviram nas forças armadas durante a Grande Guerra. Não impressiona que Londres tenha sido a cidade que forneceu mais homens no Império Britânico: aproximadamente um em cada oito homens do Reino Unido que se juntou ao exército durante o conflito.³⁷⁸

Os estudos que existem sobre o serviço militar em Londres seguem um de dois modelos. Um deles é a pesquisa por meio dos nomes inscritos em algum memorial de guerra local como, por exemplo, no livro de Naomi Klein sobre os homens homenageados no cenotáfio de Stockwell, *These Were Our Sons*.³⁷⁹ Uma das vantagens de tais estudos é que os registros de soldados mortos são os mais extensos dentre qualquer outro grupo do exército. Usando esse material, Adrian Gregory foi capaz de oferecer algumas considerações importantes em seu capítulo sobre “Lost Generations” (Gerações Perdidas) em *Capital Cities at War*.³⁸⁰ O outro modelo consiste em trabalhar unidades militares em particular.

Em 1914, o sistema regimental britânico combinou unidades de infantaria regulares, uma em solo britânico e outra em serviço de guarnição no império, com batalhões da *Territorial Force*³⁸¹, composta de sol-

378. Números calculados a partir do Cmd 138 (1918), *Parliamentary and Local Government Electors* (Reino Unido) (Londres, 1919). Agradeço imensamente ao Doutor Stuart Hallifax por ter compartilhado comigo a planilha que desenvolveu a partir dos arquivos desse *Command*.

379. KLEIN, Naomi. *These Were Our Sons: Stories from the Stockwell War Memorial*. Londres, 2010.

380. GREGORY, Adrian. Lost generations: the impact of military casualties on London, Paris and Berlin. In. WINTER; ROBERT (eds). *Capital Cities at War I*, p.57-103.

381. [Nota do tradutor] A *Territorial Force* era uma componente do exército britânico composta por soldados não profissionais voluntários e em tempo parcial, criada em 1908, desmobilizada no pós-guerra e reconstituída, em 1921, sob o nome de *Territorial Army*.

dados em tempo parcial, que podiam ser mobilizados totalmente para as hostilidades. O sistema era baseado em unidades alocadas em áreas específicas dentro das quais deveria recrutar, levando à persistência de vínculos geográficos, pelo menos em teoria, ao longo da guerra. Londres foi um caso excepcional nesse contexto. Ela era não apenas área de recrutamento para regimentos de todos os condados nas cercanias, tanto para seu próprio regimento de infantaria regular, os *Royal Fusiliers*, quanto para as unidades de elite incluindo os *Guards* e a *Rifle Brigade*, mas também possuía a única unidade puramente *Territorial*, o *London Regiment*, com vinte e cinco batalhões de infantaria que possuíam centros de treinamento espalhados por toda a capital, sendo intimamente ligados a suas áreas locais. Quando a guerra começou, a *Territorial Force* não foi usada como o único meio para expansão militar. Ainda que tenha recrutado e servido durante o conflito, foi superada por batalhões adicionais de “serviço” criados apenas para a guerra. Em algumas cidades, principalmente no norte industrial da Inglaterra, esses foram a base dos famosos batalhões *Pals*, onde homens das mesmas fábricas e ruas se alistavam para servirem juntos. Com a notável exceção de “classe” do *Stockbrokers’ Battalion (10th Royal Fusiliers)*, Londres não criou unidades de *Pals*, ainda que distritos particulares tenham apoiado a criação de unidades de serviço específicas desde o começo de 1915. Duas coisas devem ser ressaltadas nessa pesquisa: havia muitas opções para os homens que se alistavam voluntariamente durante os primeiros anos da guerra e havia fortes laços comunitários no serviço militar. Em Londres, tais laços eram mais vigorosamente materializados nos batalhões *Territorial* do *London Regiment*.

Em seu início, o projeto de pesquisa seguiu a sorte de quatro dessas unidades — os quatro batalhões de primeira linha baseados no Sul de Londres, com seus centros de treinamento em Dulwich, Clapham, Battersea e Southwark — e a forma como elas eram representadas em casa, através de arquivos militares, cartas e memórias de soldados, materiais de associações beneficentes e uma leitura atenta da imprensa local.

Surgiu então uma história em que a especificidade metropolitana era cada vez mais consubstanciada pela experiência nacional da guerra.

Prestes a partir para treinamento anual quando a guerra irrompeu, esses batalhões passaram o inverno europeu de 1914-1915 cavando defesas em Essex e Hertfordshire antes de se dirigirem ao Front Ocidental. A sua primeira experiência em batalha deu-se em Givenchy e Festubert em maio de 1915. Tal como Gregory sugeriu, essas ações menores tiveram impacto significativo em Londres. Em poucos dias, no final de maio de 1915, os quatro batalhões do Sul de Londres sofreram quase 500 perdas. Um quinto de todas as mortes sofridas pelo batalhão de Battersea, 1/23^a *Londons*, ao longo de toda a guerra aconteceu no dia 26 de maio de 1915.³⁸² Essas baixas foram geograficamente concentradas. Cerca de três quartos dos mortos provinham do Sul de Londres e o resto de outras partes da capital. O batalhão de Southwark, 1/24^o, era o de menor concentração em seu recrutamento — talvez refletindo as dificuldades anteriores à guerra em atrair recrutas nesse bairro pequeno e de maioria operária —, mas 91% de suas perdas vieram de algum lugar de Londres. A imprensa local dedicava amplo espaço às suas façanhas, incluindo relatos que evidenciavam a selvageria da luta. Em 12 de Junho de 1915, uma grande cerimônia fúnebre teve lugar na igreja de St. Mary, em Battersea, para assinalar as perdas do batalhão, com a presença de parentes enlutados, soldados feridos e aqueles ainda em treinamento no Reino Unido.³⁸³

Em Southwark, a primeira ação do 1/24^o em batalha foi celebrada na imprensa como exemplo para os que ainda não se haviam alistado. Como Southwark foi o único distrito na área a não criar um batalhão de serviço em 1915, talvez tenha havido uma enorme necessidade cívica de demonstrar que estava fazendo sua parte. Um soldado em particular foi celebrado: o Lance Corporal Leonard Keywoth, que recebera a *Victoria*

382. Números calculados a partir de *Soldiers Died 1914-19 CD-ROM* (Uckfield, 2004).

383. *Surrey History Centre, Woking, United Kingdom, ESR/12/13/2, Well Done: A History of the 23rd Battalion*, p.13.

Cross. Depois de receber sua medalha, mais tarde naquele ano, tornou-se assunto de festividades cívicas em Southwark. O que torna essa história particularmente boa é que ele era, na verdade, nativo de Lincoln e aparentemente havia sido rejeitado pelo *Lincolnshire Regiment*: agora ele se tornara um “*Southwark’s Own*” (um verdadeiro Southwark). Antes de retornar ao *front*, Keywoth falou em encontros de recrutamento do bairro:

Existem centenas e centenas andando pelas ruas de Southwark à noite que deveriam ter vergonha de si mesmos. Eles deveriam estar lá. Em nome de Southwark eu vos peço. O vosso país precisa de recrutas, não hesitem, mas avancem e sirvam o vosso Rei e o vosso país.³⁸⁴

Quando Keyworth foi morto em combate em outubro de 1915, foi enaltecido como o “maior herói” de Southwark, um homem que ensinou aos habitantes que era “muito melhor morrer com honra do que sobreviver com vergonha”.³⁸⁵

Os batalhões *Territorial* do Sul de Londres permaneceram no *Front* Ocidental até ao fim da guerra. A substituição das baixas e a introdução do alistamento obrigatório significou que eles se tornaram menos “locais” com o tempo. Entre 1916 e 1918, a proporção de soldados mortos dessas unidades do Sul de Londres caiu de aproximadamente 60% para cerca de 50%, mas mesmo no ano final da guerra, em torno de 80% tinham vivido em algum lugar da capital quando se alistaram.³⁸⁶ Uma sensação de conexão com Londres então subsistia, como evidenciado por um grande ataque ao 1/23^a e ao 1/24^o *Londons*, perto de Oppy, no dia 4 de novembro de 1917. Pouco antes de o ataque começar, chegaram notícias de que aeronaves alemãs haviam bombardeado o Sul de

384. *South London Press*, 23 de Julho de 1915

385. *Ibid*, 22 de Outubro de 1915.

386. Números calculados a partir de *Soldiers Died*.

Londres e, como a história da divisão ressalta, os grupos de ataque mataram mais alemães do que prenderam, deixando um quadro na trincheira inimiga com os dizeres “Vamos ensiná-los a bombardear Londres”.³⁸⁷ Em casa, no entanto, talvez por conta do aumento da censura estatal, histórias sobre as unidades regionais diminuíram visivelmente na imprensa local no ano final da guerra.

Esta análise vai de encontro às interpretações existentes sobre as formas como o esforço militar foi mobilizado e remobilizado na Grã-Bretanha durante a guerra: a força do patriotismo cívico, a conexão e o intercâmbio entre o *front* doméstico e o de combate e a forma como as elites locais enfatizavam e valorizavam os sacrifícios dos soldados, visando encorajar futuros esforços.

Qualquer leitura da imprensa local, todavia, deixa claro que um estudo baseado nas unidades estaria apenas abrangendo uma pequena parte do serviço militar. A maior parte dos soldados que aparece nesses jornais não estava servindo com unidades “locais”. De fato, dada a dimensão da guerra e o número de homens de cada distrito que se alistou, eles simplesmente podem não terem todos servido em unidades com laços geográficos mais próximos. Nas mais recentes aplicações do modelo, temo-nos concentrado em uma abordagem baseada em áreas, estudando o serviço militar em um distrito por vez. Desse modo, seguimos os passos do historiador Richard Grayson, que investigou exaustivamente o serviço militar na Belfast Ocidental e em Dublin usando uma técnica por ele denominada de “história militar das ruas”.³⁸⁸ A cada ano, estudantes exploram o serviço de um distrito. Com 24 distritos ainda por analisar, devemos terminar este estudo em tempo para eu me aposentar.

387. MAUDE, Alan. *The 47th (London) Division, 1914-1918*. Stroud, 2003 (publicado primeiramente em 1922), p.117.

388. GRAYSON, Richard. Idem. Military History from the Street: New Methods for Researching First World War Service in the British Military. *War in History* 21, 4, 2014, p.465-495; idem., *Dublin's Great Wars: the First World War, the Easter Rising and the Irish Revolution*, Cambridge, 2018.

Existem várias fontes que podem ser usadas nessa abordagem, mas talvez a mais importante seja a dos registros individuais de serviço, que traçam a carreira militar de cada soldado, do alistamento à dispensa. Compreendendo detalhes como idade, endereço, estatísticas demográficas, profissão, parente mais próximo do alistado, correspondência para diferentes unidades, promoções, repreensões disciplinares e períodos em que se esteve doente ou ferido, são documentos surpreendentes de uma história “micro-militar-social”. Eles variam enormemente em tamanho, de uma simples página até cinquenta páginas, mas como são escritos em formulários impressos, são fáceis para os estudantes começarem a usar, sem mencionar o fato de estarem todos digitalizados e disponíveis *online*.

Tais registros apresentam também vários problemas metodológicos. Apenas dois terços deles sobreviveram quando o repositório em que estavam armazenados foi atingido por uma bomba alemã em 1941, e alguns dos remanescentes foram gravemente danificados. Como o conjunto dos registros continha várias duplicatas e uma das coisas destruídas foi o sistema de arquivamento, sequer sabemos exatamente o que foi perdido ou se era representativo do arquivo como um todo. Ademais, eles não incluem os oficiais, soldados de unidades de elite como os *Guards*, marinheiros ou aqueles que retornaram ao serviço na Segunda Guerra Mundial. As empresas comerciais que os digitalizaram tinham em mente o *family historian*³⁸⁹ e isso significa que sua interface é otimizada para buscas por nomes individuais em vez de grandes pesquisas por área.³⁹⁰

Enquanto todos esses problemas significam que não é possível a compilação de uma lista completa de todos os soldados de um lugar, eles nos possibilitam tanto a exploração da variedade individual de serviço militar experienciada por famílias vivendo próximas, quanto a

389. [Nota do tradutor:] Historiadores interessados na participação de membros da família no conflito.

390. Ver debate em: GRAYSON. *Military History from the Streets Up*, p.471-472.

coleta e análise estatística de amostras significativas de áreas específicas. Deixe-me falar de cada uma dessas possibilidades.

Podemos explorar tendo como referência os soldados de apenas uma pequena rua, *Lower Marsh*, que fica atrás da estação *Waterloo*. Apesar das mudanças sofridas ao longo do século, ela permanece o mesmo tipo de espaço hoje tal qual em 1914: uma rua próxima a um centro de transportes, com lojas espalhadas vendendo bebidas e comidas. É possível rastrear um total de 28 soldados com conexões à *Lower Marsh* durante ou após a guerra, dos quais 26 serviram no exército. Vinte e um tiveram seus registros de serviço preservados. Entre eles está Charles Cohen, um vendedor de tecidos de vinte anos, nascido em *Whitechapel*, que trabalhou na loja de sua mãe até se alistar ao 1/22^o *London Regiment* em 1915. Assim como muitos soldados da classe operária londrina, a desnutrição infantil fez de Cohen um homem pequeno: apenas 156 cm e cerca de 46 kg. Na realidade, estava abaixo da altura mínima requerida para o exército, ainda que não exista nenhum sinal em seu registro de que isto tenha sido notado como um problema. Cohen serviu pelo resto da guerra.³⁹¹

Comparado a Cohen, Stephen Spiers era um homem mais velho e fisicamente maior, um engenheiro de mineração da África do Sul que havia servido na Guerra dos Bôeres e que foi recrutado para os *Royal Engineers* especificamente pelo *War Office* para auxiliar nas operações de mineração do *Front Ocidental*. Spiers havia trazido toda a sua família desde Durban, que acabou em *Lower Marsh* por um curto período quando ele se alistou. Spiers sobreviveu à guerra, mas Muriel, sua filha mais nova, morreu de bronquite em Londres.³⁹²

Spiers é um exemplo de uma conexão global que levou britânicos emigrados a voltar para servir a terra mãe. Nem todos os soldados de *Lower Marsh* eram tão persistentes. Percy Jackson alistou-se na Brigada

391. The National Archives, Kew, United Kingdom (a partir de agora, TNA), WO363, Service Record of Charles Cohen, Service No. 681268 (digitalizado em ancestry.co.uk).

392. *Ibid.*, Service Record of Stephen Jessy Spiers, Service No. 120761.

182 (*Camberwell*) da *Royal Field Artillery* ao final de março de 1915, colocando o endereço de sua mãe em *Lower Marsh* como parente mais próximo. Jackson tinha tatuagens características em seus braços — bandeiras cruzadas, uma cobra e uma mulher. Quatro dias após se alistar, desertou. No dia seguinte, entretanto (e isto é um bom exemplo do tipo de coisa que só se descobre devido à digitalização dos arquivos e às sugestões dos algoritmos da história familiar) um homem com o mesmo nome, mesmas estatísticas demográficas, as mesmas tatuagens e a mesma assinatura se alistou em outra unidade de artilharia no Norte de Londres, desta vez dando o endereço de seu pai. Ele serviu pelo restante da guerra.³⁹³ Com base nessas duas evidências, não podemos saber por que Percy Jackson desertou da sua primeira unidade. Foi o impulso de uma decisão de momento, uma reação a algum insulto, ou um ato deliberado para obter a recompensa dada aos soldados no alistamento e depois desaparecer? O fato de, no seu segundo alistamento, ter declarado uma esposa e uma criança, que não haviam sido mencionados na primeira vez, pode corroborar a última hipótese. É interessante notar que (a julgar por suas peculiares tatuagens e o endereço em *Lambeth*), o mesmo Percy Walter Jackson havia se alistado previamente nos *Royal Fusiliers* em 1911, mas foi dispensado três meses depois pela “improbabilidade de se tornar um soldado eficiente”.³⁹⁴ Independentemente da situação, todavia, seu caso demonstra uma versão de participação militar muito diferente daquelas normalmente construídas de um ingênuo e impensado entusiasmo ou de uma mobilização compulsória pelo Estado. Esse era um homem da classe operária com agência sobre o seu próprio destino, navegando de forma bem-sucedida pelas ineficiências do Estado em tempos de guerra.

393. *Ibid.*, Service Records of Percy Walter Jackson, Service No. L/13156 and Percy Walter Jackson, Service No. L/14288.

394. TNA, WO97, Service Record of Percy Walter Jackson, Service No. 14435, digitalizado em findmypast.co.uk.

Considerados em conjunto, os arquivos de serviço oferecem fontes para uma história militar de Londres em tempos de guerra e da rua, como dito por Graysona. Por exemplo, uma busca por “*Lambeth*” surtiu 1.200 resultados, dos quais cerca de 300 eram duplicatas. Novecentos é o número correspondente a cerca de 3% do número de homens que serviram registrados para votar ao final de 1918.

Examinando as unidades em que os soldados desses registros serviram, constrói-se uma imagem bem distinta dos laços militares locais daquela fornecida por outras fontes. Ao analisar, por exemplo, a base de dados “*Soldiers Died in the Great War*” (Soldados Mortos na Grande Guerra) de Southwark, pode-se encontrar 559 soldados registrados como moradores desse distrito, dos quais 256 serviram em batalhões do *London Regiment* quando morreram. Tais números parecem confirmar o tipo de ligação forte, discutida acima, com o local. Por mostrar todos os soldados, porém, e não apenas os mortos, a análise dos registros de serviço inclui aqueles que estavam em menor risco face aos homens de infantaria na linha de frente.

Tabela 1: Amostras de registros de serviço militar de quatro distritos de Londres, mostrando arma de serviço e unidades de infantaria com maiores porcentagens de alistamento

	Southwark (n=680)	Lambeth (n=924)	Lewisham (n=748)	Stepney (n=604)
Infantaria	41% (15% London Regiment, 3% 24° Londons)	39% (12% London Regiment, 2.4% 24° Londons)	36% (9% London Regiment, 5% Royal West Kents)	54.2% (7% London Regiment, 7% Royal Fusiliers)
<i>Royal Artillery</i>	25%	20%	25%	18%
<i>Army Service Corps</i>	18%	17%	13%	11%
<i>Royal Engineers</i>	10%	9%	11%	8%

Análises estatísticas também revelam relações interessantes entre os vínculos empregatícios anteriores à guerra e o que os homens faziam no serviço militar. Em Southwark, trabalhadores de colarinho branco

tinham duas vezes mais chance de servir na artilharia ou no *Royal Army Medical Corps* do que na infantaria. Já aqueles que tinham trabalhos que envolviam animais, apresentavam o dobro de oportunidades de ir para o *Army Service Corps*. Em Lambeth, local de ampla concentração de trabalhos de logística ao redor da estação Waterloo, existia uma grande relação entre ser motorista antes da guerra e juntar-se ao *Army Service Corps*. Novamente, essas conexões desafiam a ideia do alistamento como um ato irracional. Alguns trabalhadores especializados eram recrutados para trabalhos militares específicos, reduzindo sua exposição aos perigos do combate.

Na verdade, os registros complicam mais do que desconstróem a ideia de um vínculo a unidades locais. Ainda que os soldados desses distritos tivessem servido em uma vasta gama de regimentos, existia, porém, uma clara concentração nessas unidades de infantaria com conexões locais. Unidades de infantaria não eram as únicas com alguma associação ao local — 6,5% dos homens de Lambeth da nossa amostra de registros de serviço legíveis serviram ou nas brigadas londrinas da *Royal Field Artillery* ou nas colunas de artilharia criadas em Camberwell em 1915. Tais informações sugerem a necessidade de uma imagem mais nuançada de localidade e serviço em Londres. Homens em número significativo dessas áreas estavam servindo em unidades específicas que, ao celebrarem os batalhões ou equivalentes dos “próprios” distritos, estimulavam as elites locais, os editores de jornais e os leitores da imprensa local. A esmagadora maioria dos homens desses distritos em serviço não estava, no entanto, em unidades com laços específicos com seu lar. Nas ruas de Londres, tal como no próprio exército, identidades militares locais não surgiam organicamente, mas precisaram ser construídas.

Empreender uma pesquisa sobre a história local do serviço militar em Londres encorajou estudantes a refletir sobre o espaço da cidade a partir de novas perspectivas. Usando as habilidades de pesquisa desenvolvidas, passaram a se dedicar a estudos independentes sobre assuntos como a construção de “santuários de guerra” que comemoravam

os homens que estavam longe servindo nas forças armadas, o papel da comunidade de expatriados americanos na Londres de tempos de guerra, os soldados australianos como turistas e a visibilidade dos soldados vítimas de *shell shock* na vida diária da capital durante e após o conflito. Assim como é frequente na história urbana, esses estudos criam a imagem de uma Londres em tempos de guerra como sobreposição de retalhos de espaços que possuem diferentes significados para diferentes pessoas. Culturas de guerra surgiram em parte como o resultado e em parte como esforço para gerir essas divisões. Por sua vez, tais conclusões levam à pesquisa que se desenvolve entre 2018 e 2019, que consiste em combinar a imagem do serviço militar do distrito de Poplar com os registros daqueles isentos do alistamento obrigatório pelo tribunal do serviço militar do distrito. Alinhando-os, poderemos mapear as interseções, no tempo e no espaço, entre aqueles que serviram e não serviram ao nível singular das casas, criando um novo contexto para representações de guerra do distrito tanto na época quanto posteriormente.

Concluindo, retornemos ao título deste livro. A Primeira Guerra Mundial foi, sem sombra de dúvida, um “tempo de violência” para Londres, tanto pelo nível sem precedentes de serviço militar e presença de baixas convalescentes na capital, quanto porque a própria cidade se tornou um alvo dos bombardeios inimigos. Esses foram eventos impactantes, dando início a uma nova era onde ataques aéreos, em particular, seriam uma ameaça definitiva para a cidade moderna. A reação dos londrinos à guerra, embora definida frequentemente pelas estruturas econômicas e sociais e pelas comunidades em que habitavam, variou substancialmente. Para historiadores interessados não apenas no entendimento público do passado, mas na responsabilidade que a disciplina possui em melhorar o papel crítico do discurso público, o foco na comemoração dos soldados mortos em vez de desvendar a guerra como experiência parece uma enorme oportunidade perdida. Tal contexto também nos fornece um exemplo da sobreposição e tensão entre “história” e “memória” da guerra, apontada por Jay Winter, entre outros. Talvez

o estudo da complexidade do lugar ofereça a melhor forma de tornar a Primeira Guerra Mundial algo relevante e interessante para as pessoas que habitam as mesmas localidades nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Maggie. Tropes and Trench Cakes. The Home Front in the Media and Community History. *Twentieth Century British History*, v. 27, n. 4, 2016, p. 506-512.

BREW, Angela. Shifting perspectives on research and teaching relationships: A view from Australia. In: JOHN, Peter; FANGHANEL, Joëlle. (Ed.). *Dimensions of Marketisation in Higher Education*. Londres: Routledge 2015. p. 143-153.

CHANG, Hasok. Turning an undergraduate class into a professional research community. *Teaching in Higher Education*, v. 10, n. 3, 2005. p. 387-394.

CHANG, Hasok; JACKSON, Catherine. (Ed.). *An Element of Controversy: The Life of Chlorine in Science, Medicine, Technology and War*. Londres: British Society for the History of Science, 2007.

CONNELLY, Mark. *Steady the Buffs: a regiment, a region and the Great War*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CORNISH, Paul. Imperial War Museums and the Centenary of the First World War. *Twentieth Century British History*, v. 27, n. 4, 2016, p. 513-517

DEKKER, Henk; WOLFF, Sylvia. Re-inventing Research-Based Teaching and Learning. *European Forum for Enhanced Collaboration of the European University Association*, Bruxelas, 5 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yay8euq2>>.

DUREY, Michael. South London's Age-Fudgers: Kitchener's Under Age Volunteers. *London Journal*, v. 40, n. 2, 2015, p. 147-170.

ELSEN, Mariken et al. How to Strengthen the Connection between Research and Teaching in Undergraduate University Education. *Higher Education Quarterly*, v. 63, n. 1, 2009, p. 64-85.

FRENCH, David. *Military Identities: the regimental system, the British Army and the British people, c.1870-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FUNG, Dilly. *A Connected Curriculum for Higher Education*. Londres, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y79kmp62>>.

GEORGIU, Dion. Only a Local Affair? Imagining and enacting locality through London's Boer War carnivals. *Urban History*, v. 45, n. 1, 2018. p.100-127.

GOEBEL, Stefan; WHITE, Jerry. London and the First World War. *The London Journal*, v. 41, n. 3, 2016, p. 199-218.

GRAYSON, Richard. Military History from the Street: New Methods for Researching First World War Service in the British Military. *War in History*, v. 21, n. 4, 2014, p. 465-495.

_____. *Dublin's Great Wars: the First World War, the Easter Rising and the Irish Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GREGORY, Adrian. Lost generations: the impact of military casualties on London, Paris and Berlin. In. WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (Ed.). *Capital Cities at War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *The Last Great War: British Society and the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HALLIFAX, Stuart. *Citizens at War: the Experience of the Great War in Essex, 1914-1918*. Unpublished DPhil, Universidade de Oxford, 2010. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yadqscfj>>.

_____. *London: Remembering 1914-18*. Stroud: The History Press, 2014.

HORNE, John (ed.). *State, Society and Mobilization in Europe During the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KIDD, Jenny; SAYER, Joanne. Unthinking Remembrance? Blood Swept Lands and Seas of Red and the significance of centenaries. *Cultural Trends*, v. 27, n. 2, 2018, p. 68-82.

KLEIN, Naomi. *These Were Our Sons: Stories from the Stockwell War Memorial*. Londres: Elefant Books, 2010.

LAMBERT, Cath. Pedagogies of participation in higher education: a case for research-based learning. *Pedagogy, Culture and Society*, v. 17, n. 3, 2009. p. 295-309.

MAUDE, Alan (ed.). *The 47th (London) Division, 1914-1919, by some who served with it in the Great War*. Stroud: Sutton for the Army Records Society, 2007.

MCCARTHY, Helen. Public History and the Centenary of the First World War in Britain. *Twentieth Century British History*, v. 27, n. 4, 2016, p. 505.

MCCARTNEY, Helen. *Citizen Soldiers: the Liverpool Territorials in the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PENNELL, Catriona. Taught to remember? British Youth and First World War centenary battlefield tours. *Cultural Trends*, v. 27, n. 2, 2018, p. 83-98.

PURSEIGLE, P. *Mobilisation, Sacrifice et Citoyenneté: Angleterre-France, 1900-1914*. Paris: Les Belles Lettres, 2013.

SIMKINS, Peter. *Kitchener's army: the raising of Britain's armies, 1914-1916*. Manchester: Manchester University Press, 1988.

SILBEY, David. *The British working class and enthusiasm for war, 1914-1916*. Londres: Frank Cass, 2005.

TODMAN, Daniel. *The Great War, Myth and Memory*. Londres: Hambledon Continuum, 2005.

_____. Something about Who We Are as a People: Government, Media, Heritage and the Construction of the Centenary. *Twentieth Century British History*, v. 27, n. 4, 2016, p. 518-523.

WALKINGTON, Helen. *Students as Researchers: Supporting undergraduate research in the disciplines in higher education*. York, 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ydeewhzf>>.

WHITE, Jerry. *Zeppelin Nights: London in the First World War*. Londres: Vintage Digital, 2014.

WINTER, Jay; ROBERT, Jean-Louis (Ed.). *Capital Cities at War: Paris, London, Berlin, 1914-1919*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

A SEGUNDA GRANDE GUERRA DA ALEMANHA: PERCEPÇÕES DAS PÁGINAS DA *SIMPLICISSIMUS* (1918–1923)

Vinícius Liebel (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Aqueles que se ocupam ou mesmo que se interessam pelo tema da Grande Guerra de 1914 certamente já cruzaram com os escritos de Jay Winter. O professor de Yale é um dos principais nomes da historiografia envolta à Primeira Guerra Mundial e é um dos responsáveis pelo *cultural turn* que pôde ser observado nos estudos da temática nas últimas décadas.³⁹⁵ Em uma de suas contribuições mais provocativas³⁹⁶, o historiador sugere repensarmos a datação da Guerra, sua cronologia, estendendo sua duração em cinco anos e dividindo o conflito em duas fases, a primeira, de 1914 a 1917, e a segunda, de 1917 a 1923. Com essa nova orientação temporal, Winter pretende colocar à prova a ideia de uma nova cultura de violência e de percepção do conflito, uma cultura que trará um novo relacionamento do indivíduo com a memória e com o luto, mas também com a cultura e a política.

Tomando essas considerações como ponto de partida, este capítulo busca analisar aspectos que corroborem ou contrariem as proposições de Winter em um campo específico da cultura popular alemã, qual seja, a imprensa ilustrada (humorística) do país. As fontes para tal análise serão as charges impressas na capa da *Simplicissimus*, semanário ilustrado

395. Destacam-se os trabalhos pioneiros de George Mosse (1991), Wolfgang Mommsen (2004) e dos historiadores ligados ao Historial de Péronne, em especial Annette Becker (2003, 2010), Stéphane Audoin-Rouzeau (2008; 2009) e o próprio Jay Winter (1998; 2006).

396. WINTER, Jay. The Second Great War, 1917-1923. *Revista Universitaria de Historia Militar*. Madrid, vol. 7, n. 14, 2018, p. 160-179 (ou sua tradução, neste mesmo volume).

impresso mais bem-sucedido da Alemanha. Dessa forma, o texto será dividido em três partes: na primeira, a tese de Jay Winter é apresentada e discutida, destacando-se os principais pontos pertinentes ao trabalho aqui desenvolvido, na segunda, a publicação aqui analisada é identificada e breves considerações sobre sua inserção no campo político alemão do período são feitas, por fim, na terceira parte, algumas imagens, *i.e.* charges consideradas ideal-típicas para desenvolvermos nossa proposta, são analisadas tendo em conta o apanhado geral das imagens do período coletadas, as variações temáticas e as flutuações quantitativas. Em termos qualitativos, as reflexões promovidas são norteadas pelo método documentário³⁹⁷.

JAY WINTER E AS DUAS FASES DA GRANDE GUERRA

Nos últimos cinco anos, em meio às celebrações e rememorações do centenário da Grande Guerra, uma renovação das pesquisas e das reflexões sobre o conflito estiveram na pauta, especialmente nas academias norte-americana e europeia. Jay Winter, por certo, foi uma das principais referências desse novo momento, em particular com sua grande produção acerca das memórias que cercam o conflito. Sua pesquisa teve como um de seus principais focos os traumas e as formas de lidar com as feridas que a guerra legou. A transcendência e a memória se mesclam em seu objeto, e os produtos que resultam dessa nova realidade se tornam artefatos culturais de primeira grandeza, responsáveis por guiar uma população pelos caminhos da dor e da lembrança. Como o próprio autor caracterizou essa temática,

397. BOHNSACK, Ralf. A interpretação de imagens e o Método Documentário. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, n° 18, jun./dez., 2007, p. 286-311, e *Qualitative Bild- und Videointerpretations*. Opladen: Budrich, 2011. LIEBEL, Vinicius. Entre Sentidos e Interpretações: apontamentos sobre a análise documentária de imagens. In: *ETD – Educação Temática Digital*. v. 12, n. 2, Campinas, jan./jun. 2011. p. 172-189, O Historiador e o Trato com as Fontes Pictóricas: a alternativa do método documentário. In: *Topoi*. v. 17, n. 33, Rio de Janeiro, jul./dez. 2016. p. 372-398 e Charges. In: RODRIGUES, Rogério (org.). *Possibilidades de Pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017b. p. 83-114.

Lembrar a ansiedade de 1.500 dias de guerra necessariamente implica em saber esquecer; nos anos do entre-guerras, aqueles que não podiam suprimir os pesadelos eram trancados em instituições mentais por toda a Europa. A maioria das pessoas teve mais sorte. Eles sabiam *tanto lembrar quanto esquecer*, e ao viver com ambos eles tiveram ao menos a chance de transcender as terríveis perdas da guerra³⁹⁸.

Mas o processo de esquecer e de lembrar, ou melhor, o equilíbrio entre essas duas faculdades da mente (ambas individuais e coletivas) está ligado não ao ponto de encerramento do conflito marcado como um dia circulado em um calendário de parede, seja esse dia o do armistício ou o da assinatura do Tratado de Versalhes. Ele ocupa os dias por um longo tempo, por meses e anos, em uma experiência coletiva que oscila entre ansiedades e desesperos, entre paranoias e orgulhos.

A percepção dessa instância emocional/afetiva/memorial levou Winter a conceber uma nova perspectiva temporal da Grande Guerra, uma que está intimamente ligada aos acontecimentos na Rússia e que manteve a Europa em um estado de tensão permanente, como em um tempo congelado que, apesar de ter assistido ao fim oficial do conflito, permanecia a ele preso. Esse tempo vivenciado em *stand by* tem suas próprias balizas, e o historiador americano as localiza entre os anos de 1917 e 1923. Seu início, portanto, coincide com as grandes greves que tomaram praticamente todos os países da Europa, dando conta de que o conflito que transcorria nas trincheiras começava a se transformar no imaginário europeu; aos poucos ele passava para uma categoria subliminar, uma lembrança perene que assombrava a todos, influenciava as artes, a política, a economia e as sociabilidades, mas que estava fisicamente mais distante, enquanto as cidades fervilhavam em pequenas e grandes revoluções e viam nascer a política de massas e seus embates ideológicos. A guerra continuava presente, nas lembranças dos que

398. WINTER, Jay. 1995, p. 2 (tradução e destaque nossos).

lutaram, nas imagens dos mutilados que tomavam as ruas dos grandes centros, nas ressacas diplomáticas que sucederam às assinaturas do cesar-fogo e que tomavam as páginas das revistas e jornais da época. É um período, portanto, de reassentamento e de recomposição, de readequação de todos a uma nova dinâmica política, social e emocional.

A proposta de Winter, é preciso salientar desde já, se distingue fundamentalmente daquela que ficou conhecida como teoria da Segunda Guerra dos Trinta Anos. Pensada pela primeira vez por Neumann³⁹⁹, a teoria concebe o contexto unificado das duas guerras com dois conflitos maiores em seu início e desfecho, permeado por conflitos menores nos anos entre-guerras (Guerra Civil Russa 1917-23, Guerra Ucrânia-soviética 1917-21, Guerra Russo-polonesa 1919-21, Guerra Civil Espanhola 1936-39 etc.). Essa perspectiva dá um peso central ao revanchismo gerado pelo Tratado de Versalhes, o que garante a ancoragem entre os dois conflitos, e à política externa exercida no período, especialmente a alemã, além do elemento russo na carta diplomática. Entretanto, apesar do tratado poder ser apontado como fator determinante para o crescimento, na Alemanha, dos movimentos *völkisch*⁴⁰⁰ e para o desenvolvimento do movimento nazista em particular, dificilmente pode ser tomado como um fator primário para a Segunda Guerra Mundial, ainda que tenha sido matéria-prima de propaganda. Ainda, a política do *Lebensraum* não era adotada pelo governo alemão em 1914, sendo ela ainda restrita às estruturas dos movimentos *völkisch* e pangermanistas, ainda incipientes no centro decisório alemão. A visão imperialista continental ganha forma nos partidos de direita do entre-guerras, e a versão nazista ganha traços que transpõem o pangermanismo latente, passando a um

399. NEUMANN, Sigmund. *The Future in Perspective*. New York: Putnam's Sons, 1946.

400. Normalmente traduzidos como “populares”, os movimentos e partidos *völkisch* abrangiam uma série de particularismos, que iam do racismo generalizado, do antisemitismo, passavam pelo nacionalismo popular (frequentemente unindo um princípio racial com outro cultural para chegar na ideia de um nacionalismo germânico ou ariano) e desembocavam na ideia de um *Reich* unificado, pautado por uma ordem militarista e tradicionalista e pelos valores da obediência e da pureza racial.

eugenismo imperial através da implantação das políticas de limpeza racial nas terras conquistadas após 1940, o que é exemplarmente ilustrado pela busca desenfreada dos novos *Gauleiters* (Hans Frank é o exemplo maior) em declarar seus territórios “*Judenfrei*”. Para Wehler⁴⁰¹, a concepção de uma guerra única de 30 anos é fundamentalmente falsa, ainda que o historiador alemão veja na Primeira Guerra Mundial o modelo primeiro da Segunda, a partir das concepções de Guerra Total⁴⁰² e do emprego máximo da tecnologia nos campos de batalha. A proposta de Winter não segue essa linha; sua continuidade é de outra natureza. É verdade que ela se aproxima mais de outra teoria da “Guerra de 30 anos”, a de Enzo Traverso⁴⁰³, que também percebe alterações profundas na política, no enquadramento emocional e na dinâmica dos conflitos (internos e externos) no período entre 1914 e 1945. Mas onde Traverso vê uma contínua guerra civil europeia, Winter percebe uma mudança em termos de violência coletiva, de divisões sociais, de estruturas mentais, mudança que tem início com a eclosão da Revolução Russa e se consolida com o fim da Guerra Civil Russa, quando um novo enquadramento político, social e emocional se configura na Europa – e que coloca, enfim, a ideologia como centro político-diplomático no velho continente. É nesse sentido que Winter aponta uma distensão, uma ruptura, um novo momento.

O ano de 1917 daria início, portanto, à Segunda Grande Guerra, um período em que o foco da comunidade da Guerra estaria voltado para a indefinição da situação na Rússia. Para Jay Winter, apenas com a estabilização dos comunistas no antigo país dos czares e a concretização de um novo contexto internacional que rompe em definitivo com a velha ordem imperialista (a velha ordem de Bismarck, na definição de

401. WEHLER, Hans-Ulrich. Die Urkatastrophe. *Der Spiegel*. Spiegel-Verlag, ago. 2004, p. 82-9.

402. LUDENDORFF, Eric. *Der totale Krieg*. München: L Verlag, 1919.

403. TRAVERSO, Enzo. *Fire and Blood: the European Civil War, 1914-1945*. London; New York: Verso, 2017.

Kennan⁴⁰⁴) é que se pode falar, em definitivo, de fim da Guerra e início de uma nova fase. De fato, essa Segunda Grande Guerra, que se estenderia de 1917 a 1923, pode ser também entendida como um período de transição no qual a guerra deixa de ser combatida nas trincheiras pelos exércitos regulares e se transforma em guerras civis espalhadas por toda a Europa Central e Oriental. Nas palavras de Winter,

todos os outros teatros da Grande Guerra foram deixados em um estado de caos e incerteza que se tornou ainda mais ameaçador com a potencial expansão da Revolução Russa pela Europa. Quem pode argumentar que o período de 1918-1923 foi um período de paz? Muitos exércitos brancos, apoiados por uma desarticulada expedição militar dos vencedores Aliados, tentaram (e falharam em) derrubar o regime bolchevique. A guerra civil na Rússia deixou apenas calamidade em seu encalço, assim como os avanços vermelhos na Polônia e sua derrota não muito longe dos portões de Varsóvia. A Itália perdeu a paz e seu regime parlamentar entrou em colapso, com a ajuda de Mussolini e do rei Victor Emanuel. Os Estados criados a partir do império Austro-húngaro foram divididos pelos conflitos étnicos e de classe, que foram sobrepostos de forma a garantir que o derramamento de sangue continuasse por um considerável período. E o colapso do império Otomano produziu tudo, menos paz. Após a assinatura do primeiro tratado de paz de Sevres, elementos do exército otomano derrotado, reunidos e mobilizador por Atatürk, reconquistaram seu próprio território, contra forças gregas, britânicas, francesas e italianas que haviam ocupado a Anatólia em novembro de 1918⁴⁰⁵.

Além da violência (para)militar que toma a região da Europa centro-oriental, a política interna dos países ali localizados entra em um processo de massificação, no qual a percepção da questão social e a

404. KENNAN, George Frost. *O Declínio da Ordem Europeia de Bismarck*. Brasília: Editora da UnB, 1985.

405. WINTER, Jay, op. cit, 2018, p. 162-163 (tradução nossa).

influência das ideologias crescem juntamente das tensões e conflitos internos, que se tornam cada vez mais agudos. As grandes greves que varreram a Europa em 1917, a Revolução Russa e a Revolução Alemã de 1918-19 são apenas alguns dos casos mais evidentes da transformação da violência política nessa segunda fase da Grande Guerra identificada por Winter. Muitos outros, locais ou regionais, além de uma tensão generalizada, podem ser observados. O front não é mais (apenas) externo, e o combate privilegia, entre ódios e paranoias, inimigos internos que são apontados para darem ordem a um mundo que parece de ponta-cabeça⁴⁰⁶.

A partir da proposta de Jay Winter de olharmos com novos olhos para esse “pós-guerra”, *i.e.* para essa Segunda Grande Guerra, uma proposta que parece plenamente coerente diante da perspectiva macro da violência política (interna e externa), do terror que surge como elemento ativo na condução da política, em particular nos espectros extremistas, assim como também na implementação das (re)ordenações nacionais e das delimitações territoriais, mas principalmente, diante das percepções emocionais que podem ser apreendidas nesse período, buscamos aqui verificar as variações (ou as continuidades) daquele “sentimento de guerra” na Alemanha entre 1918 e 1923. Não se trata, claro, de uma pesquisa exaustiva, uma vez que foca em um único veículo, ainda que de alcance nacional (uma pesquisa mais abrangente exigiria um mapeamento muito maior dos produtos culturais – entre eles pinturas, gravuras, cinema etc. – e da imprensa nacional, além de um espaço físico que avançaria em muito o deste capítulo). Mas é um vislumbre sobre um ambiente cultural bastante específico, no qual a emocionalidade e as sentimentalidades tomam o primeiro plano, tornando-se um dos elementos principais para se compreender aquele contexto. Pensando

406. LIEBEL, Vinícius. Uma Facada pelas Costas: Paranoia e Teoria da Conspiração entre Conservadores no Refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*. v. 37, n. 78, São Paulo, 2017a. p. 45-71.

um pouco com Ute Frevert⁴⁰⁷, podemos dizer que o regime emocional que imperava naquela Segunda Grande Guerra estava ainda intrinsecamente ligado aos traumas, à violência e à tensão que dominaram o ambiente na Primeira Grande Guerra, e que esse enquadramento emocional era ainda alimentado pela nova dinâmica (e violência) política que surgia nas sociedades de massa europeias, pelas indefinições e continuidades na política diplomática e de reorganização das fronteiras, e pelas incertezas da situação na Rússia e do alcance do novo elemento ideológico que irrompia no horizonte europeu. Na busca pelo reconhecimento dessa situação, analisamos as charges publicadas em um dos semanários mais populares da Alemanha, o *Simplicissimus*.

A SIMPLICISSIMUS, A ALEMANHA E A GRANDE GUERRA

Uma revista semanária que se dedicasse a apresentar gracejos sobre a política e a sociedade, composta essencialmente de imagens e textos humorísticos. A proposta da *Simplicissimus* não era uma novidade quando surgiu. Várias revistas ilustradas já haviam varrido a Europa desde meados do oitocentos, criando uma cultura ligada a esse tipo de publicação. Surreal, entretanto, é sua tiragem inicial, que contou com mais de 400.000 exemplares⁴⁰⁸, uma aposta que parece ter valido a pena e que criou um público fiel por décadas.

Fundada em 1896, na cidade de Munique, a *Simplicissimus* é batizada com o nome de uma personagem de um romance alemão do período do Barroco tardio, *Simplicius Simplicissimus*. Além de ser uma pessoa simples, Simplicius é bastante ingênuo, vindo a descobrir o mundo e toda a sua sordidez durante as viagens que realiza no período da guerra

407. FREVERT, Ute. *Emotions in History – Lost and Found*. Budapest-New York: Central European University Press, 2011.

408. Esse número não representa, claro, a tiragem regular da *Simplicissimus*. Tratou-se, antes, de uma estratégia de propaganda do fundador da revista, Albert Langen, que buscava colocar o impresso no mercado “fazendo barulho”. Após esse estrondoso lançamento, a tiragem inicial girou em torno de 1.000 exemplares, aumentando nos anos seguintes. Estima-se que a tiragem média no período aqui trabalhado tenha girado entre 20.000 e 40.000 exemplares.

dos Trinta Anos. Em essência, é com essa missão que a revista se apresenta: observar a sociedade e mostrá-la ao leitor pelas lentes do humor. Já em seu primeiro número, os editores se apresentam em um poema, no qual os versos indicam: “nem espada, nem capacete, nem lança quero carregar/ apenas com palavras incendiárias eu vos quero atacar/ [...] (pois) apenas quem pode retirar as dores de todos/ (são) os bobos amargos, que são os bons bobos.”⁴⁰⁹ É o humor dos bobos da corte, daqueles que apresentam o mundo em sua realidade através da pilhéria e da corrosão que o riso promove sobre a sociedade e sobre os poderosos, que serve de farol para a revista.

A chegada da revista no campo cultural de Munique coincide com a tomada do posto de principal porto da imprensa ilustrada em solo alemão pela capital bávara, posto antes reservado à capital, Berlim. Como descreve Ursula Koch,

Na época de Guilherme II (1888-1918), a capital do reino da Prússia e do império alemão, Berlim (com cerca de dois milhões de habitantes), perde o lugar de primeiro centro satírico para Munique que, graças ao mecenato do príncipe regente (1886-1912) e ao seu célebre bairro boêmio, Schwabing, era considerada ‘o centro artístico mais importante da Europa germanófono’. Lá se encontram mais de mil escultores, pintores e desenhistas⁴¹⁰.

A missão da pilhéria e do humor mordaz foi tomada com seriedade pelos fundadores, e o semanário se tornou um dos grandes observatórios sociais da Alemanha, satirizando os costumes e apontando as idiossincrasias da sociedade e da política alemãs. Mas, com o estopim

409. “... Nicht Schwert, noch Helmund Lanze will ich tragen/ Mit heitzen Worten nur will ich euch schlagen/ [...] Allein, wer könnte allen Schmerz verscharren/ Die bittern Narren sind die guten Narren.” In: *Simplicissimus*. n. 1, ano 1, 4 abr. 1896, p. 2. (tradução nossa).

410. KOCH, Ursula. O Semanário Satírico *Simplicissimus* (1896-1914) de Munique – Criador e Divulgador de Estereótipos Sociais e Nacionais. In: LUSTOSA, I. (org.). *Imprensa, Humor e Caricatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 295.

da Primeira Guerra Mundial, a *Simplicissimus*, como boa parte da sociedade, entrou em um estágio de euforia e de apoio irrestrito ao Exército alemão. Tem início assim uma fase voltada ao conflito mundial e a uma forma de nacionalismo explícito, com a guerra ganhando o protagonismo absoluto de suas páginas e o humor sendo deixado de lado.



01



02

Imagens 01 e 02: Edições de 10 de agosto de 1914 e de 17 de agosto de 1914, as duas primeiras tiragens após o início da guerra, em 28 de julho de 1914, a tematizarem o conflito em suas capas.

Os anos que cobrem o conflito podem ser brevemente resumidos em algumas linhas. O início do conflito é marcado, como as imagens acima demonstram, por certa euforia, guiada pela crença em uma guerra breve (e, certamente, vitoriosa). Conforme o conflito se arrasta, entretanto, o entusiasmo inicial sai de cena e uma atmosfera sombria começa a se manifestar nas charges. Isso pode ser creditado ao esgotamento do país diante da guerra, aos grandes números de baixas entre os soldados alemães, à transformação da paisagem urbana das grandes cidades, que passa a ser tomada por feridos e mutilados etc. A revista não pende em nenhum momento ao derrotismo, mas as dificuldades naturais de uma guerra prolongada e os sacrifícios que ela cobra parecem pesar na pena dos desenhistas. Uma mudança nos humores ocorre

por volta de meados de 1917; nesse novo momento, três são as principais temáticas das charges da revista: a situação na Rússia, que aponta para a derrocada do czarismo e a saída do país da guerra (imagem 3), a dinâmica entre França e Inglaterra, na qual uma certa subserviência dos ingleses perante seus aliados é demarcada (imagem 5), e a divisão interna que toma a própria Alemanha (imagem 4), ainda que, no front, as imagens sejam mais otimistas do que derrotistas.



03



04



05

Imagens 03, 04 e 05: Edições de 28 de agosto (*Na nova Rússia*), 27 de novembro de 1917 (*Preto, Branco e Vermelho*) e de 23 de abril de 1918 (*Sob o Comando Francês*).

O impacto da derrota de novembro de 1918 se fez sentir na redação da *Simplicissimus*, e os desenhos de suas capas passam a seguir um padrão muito mais sombrio. Essa nova ambientação nas capas que compõem essas charges se contrapõe até mesmo com aquelas produzidas no período mais intenso da guerra, seguindo uma aura de desesperança guiada pela situação da Alemanha no pós-guerra. É com base nessas imagens que passaremos, na seção seguinte, a analisar como essa Segunda Grande Guerra foi vivenciada pelos alemães, em particular por aqueles que tinham contato com as edições semanais da *Simplicissimus*.

A SEGUNDA GRANDE GUERRA ALEMÃ

O fim da guerra, em novembro de 1918, é vivenciado pelos contemporâneos como uma ruptura completa, é claro. Na *Simplicissimus*, os traumas do conflito e da (não tão) brusca paz eram lamuriados em textos e imagens, que mesclavam um lamento pela derrota e uma tímida esperança em um novo tempo de pacificação. Essa ilusão foi bastante breve, é claro, e as sombras da guerra pareciam se instalar sobre as fronteiras dos alemães. É essa continuidade que será focada nessa breve análise, baseada nas imagens de capa do impresso.

A importância dessas imagens vai muito além do espaço que ocupam no semanário e de sua função de “chamariz” para os compradores. Elas garantem uma visualidade para as ideias e visões de mundo que eram propagadas pela *Simplicissimus*, ou seja, a própria existência (do semanário e de suas ideias e visões acerca da realidade) é percebida em forma de imagem, fornecendo, em primeiro lugar, as coordenadas pelas quais o indivíduo irá agir no campo do real, dando provas da pluralidade mais básica no mundo, aquela da aparência, e, em segundo lugar, elementos visuais que atuarão na composição do campo do político, *i.e.* as representações que servirão de base para o pensar, o refletir e o julgar. Trata-se dos modelos de subjetividade, reflexos do meio que encontram recepção nos leitores e que, por sua vez, encontrarão eco em suas próprias formulações. Em outras palavras, “o político é

visto, ouvido, sentido e apreendido através de uma forma sensível de ser, produzindo julgamento e imaginação como funções da sensibilidade⁴¹¹ A própria produção de identidades, sejam elas individuais ou coletivas, se pauta largamente na aparência, tendo na exterioridade constituinte⁴¹² uma de suas características mais marcantes. Modelos e contramodelos se tornam signos que são apropriados e interpretados de formas distintas de acordo com o contexto ou com a história de cada um. Em suma, é na relação entre a exterioridade e a consciência que essas imagens transitam, carregando consigo interpretações e significados específicos.

No caso da *Simplicissimus*, sua história (e claro, a de seus leitores inclusa) está marcada profundamente pelo contexto imediato, ou seja, pelo conflito mundial. As charges publicadas em suas capas refletem assim uma percepção do ambiente, das emoções que estão vinculadas a seu próprio tempo, pretendendo-se testemunhos desse meio e agindo, na condição de imagens públicas, como produtoras de sua visualidade. Elas ganham expressão naquilo que Fulvia Zega⁴¹³ (2017) chamou de capa-manifesto: a cada semana uma nova visão e, ao mesmo tempo, um novo componente da visualidade do ambiente surgem e são declarados nas capas da *Simplicissimus*. É, assim, nesse elemento estético-político que encontraremos o acesso às percepções emocionais (pensando com Ranciére⁴¹⁴ a partilha do sensível) presentes no recorte temporal entre 1917 e 1923, onde buscaremos a expressão daquilo que Winter chamou de Segunda Grande Guerra. Optou-se, aqui, por uma questão metodológica, pela restrição do espaço entre novembro de 1918 e dezembro de 1923. A explicação é simples: apesar de Winter ver (com razão, em

411. SJÖHOLM, Cecilia. *Doing Aesthetics with Hannah Arendt*. New York: Columbia Univ. Press, 2015, p. X.

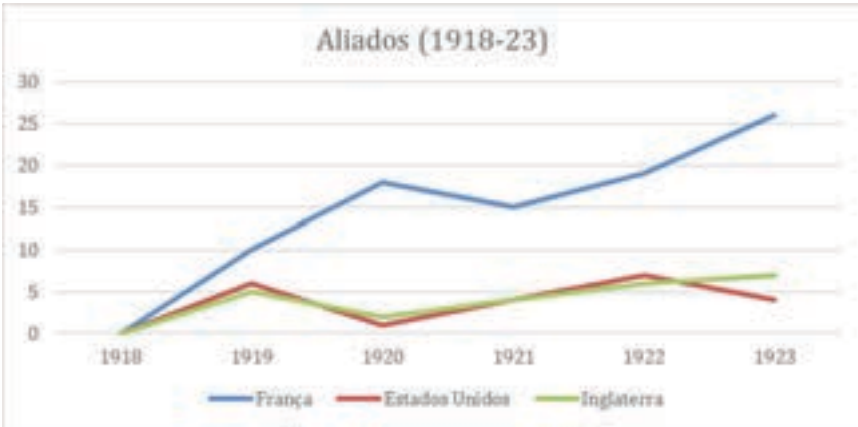
412. STATEN, Henry. *Wittgenstein and Derrida*. Lincoln and London: Univ. of Nebraska Press, 1984.

413. ZEGA, Fulvia. A Bestia Ilega: representações do antissemitismo na Argentina (1930-45). In: PATRIOTA, R.; RAMOS, A. (org.). *Circularidades Políticas e Culturais: Formas, Circuitos, Recepção*. São Paulo: Verona, 2017.

414. RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.

minha opinião) a mudança de mentalidades e de sensibilidades a partir de 1917, estamos em busca das percepções dos atores e observadores *in loco*, que têm para si a contraposição fundamental para essa pesquisa (entre guerra x não guerra e/ou entre guerra x continuidade da guerra em tempos de paz) apenas a partir do final das guerras nas trincheiras.

Dessa forma, em nosso corpus documental, 267 edições foram analisadas, ou seja, 267 capas-manifesto, datadas de 05 de novembro de 1918 até 24 de dezembro de 1923. As temáticas que surgiam nessas charges foram catalogadas e quantificadas, considerando inclusive a possibilidade de temáticas múltiplas que perpassavam uma mesma imagem ou, em alguns casos, de referências implícitas. Nesse conjunto, alguns temas saltavam aos olhos e surgiam com mais frequência nas capas-manifesto, como a França, o Revanchismo, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Anticomunismo, a Miséria, a Alemanha, a Política Interna alemã e, claro, a Guerra e a Paz. A incidência dos temas é uma primeira indicação do clima que dominava o país naqueles anos. Tomemos como exemplo três temas/atores fundamentais para essa reflexão: a França, Inglaterra e os Estados Unidos, as potências beligerantes contra a Alemanha em 1918:



Percebe-se que a presença dos “inimigos da Alemanha” naqueles anos se manteve constante nas páginas da *Simplicissimus*, mas a balança

dessa presença pende claramente para o lado francês (33% das edições trazem em sua capa alguma referência aos franceses); é a França que se torna o elemento externo responsável pela manutenção de um clima de continuidade da guerra ao marcar presença nas representações como um elemento permanentemente hostil e agressivo. A sequência de três capas-manifestos a seguir mostra um pouco dessa manutenção da representação:



06



07



08

Imagens 06, 07 e 08: Edições de 05 de agosto de 1919 (*O Júbilo Parisiense da Vitória*); 28 de julho de 1920 (*Da Perspectiva de Foch*); e 18 de janeiro de 1922 (*O Galo gálico*).

Nas três imagens, a presença francesa oferece uma forte conotação negativa, algo que se manteve constante por todos os anos analisados. Mesmo Inglaterra e Estados Unidos mereceram, em algum momento, e principalmente após 1920, representações mais contidas e mesmo simpáticas por parte da publicação. Aos franceses, isso não foi concedido. Nos exemplos acima, três graus diferentes de crítica podem ser observados: na primeira, ambos os animais-símbolos dos países, o galo francês e a águia alemã, estão completamente deprimidos. Mas o galo, ao contrário da águia, mantém uma pose ativa e orgulhosa. Na legenda, a fala da águia: “não festeje de forma tão presunçosa! Com as nossas penas, Wilson fez um travesseiro.” Na segunda, o marechal Foch, então membro do Conselho Superior de Guerra Francês e da comitiva francesa na Conferência de Spa (1920), arma um canhão que está apontado para uma mulher deitada, representação da Europa. Com uma imagem de cunho francamente sexual, a legenda argumenta: “Não se pode fazer a doente Europa novamente saudável se o remédio de Spa for aplicado com um canhão”. A estratégia discursiva aqui atua em duas medidas: primeiro, na hiperdimensionalização da “injeção”, transformada em um canhão para denotar a violência das medidas⁴¹⁵ de compensação e de contenção da Alemanha definidas na conferência; em segundo lugar, ao vincular o destino da Europa ao da Alemanha, colocando a culpa do fracasso na reconstrução do continente na França e em suas exigências extremas. Esse expediente foi utilizado em outros momentos durante os anos da Segunda Grande Guerra, e a miséria da Alemanha era, ao mesmo tempo, a miséria da Europa. Na terceira imagem, já no ano de 1922, um galo, símbolo francês, canta altivo sobre o telhado de uma casa em chamas. Ao fundo, um cenário cheio de cruzeiros indica um cemitério e, no primeiro plano, com uma mangueira na mão, um senhor de fraque e cartola (presumivelmente um inglês) tenta apagar o fogo que consome a construção. Na legenda, o homem afirma: “Seria

415. Entre elas, principalmente a determinação das entregas das remessas de carvão que a Alemanha devia, como compensação, à França, Bélgica e Itália.

melhor uma pomba da paz na mão do que um galo vermelho sobre o telhado!” Mais uma vez, a culpa por uma situação aparentemente incontrolável, como um fogo que se alastra, é da França, e o descontrole francês rende, como efeito colateral, certa simpatia pelos ingleses.

A presença constante da França nas representações dessas capas-manifesto garante um inimigo presente, um ponto para onde direcionar a atenção e um elemento a culpabilizar pelo cenário de miséria e decadência alemã que se apresenta entre 1918 e 1923. O fato de as charges que tratam dos franceses formarem 1/3 do total do período, aliado ainda ao fato do número de capas-manifesto que remetem aos temas “revanchismo” (especialmente o francês) somado àquelas que trazem o tópico da “miséria” do povo alemão chegar a 105 (quase 40%), dá um bom vislumbre do cenário.

Nesse cenário de continuidade das hostilidades em “tempos de paz”, dois eventos são particularmente decisivos na Alemanha para a sustentação de um imaginário de combate e de um regime emocional a ele ligado: a questão da Alta Silésia (*Oberschlesien*) e a ocupação do vale do Ruhr. O primeiro caso está ligado à reordenação do mapa europeu que se opera após 1918 e colocou Alemanha e Polônia em uma disputa territorial no ano de 1921.⁴¹⁶ O segundo se refere à ocupação francesa da região do Ruhr (então a grande produtora de carvão da Alemanha) diante da incapacidade alemã de entregar aos franceses as reparações de guerra no ano de 1922. Apesar das tentativas de negociação e da demonstração evidente da fragilidade da economia alemã, os franceses apontaram a entrega de carvão abaixo do estipulado (os alemães teriam entregue apenas 11 dos 13 milhões de toneladas de carvão estipuladas como reparação) como

416. Conhecida por ser uma região altamente industrializada e por sua cultura fortemente ligada aos alemães, a região foi requerida pelos poloneses e pelos tchecoslovacos ao final da Grande Guerra. A Tchecoslováquia recebeu em 1920 uma pequena parcela da região, mas o destino da maioria do território deveria ser decidido, de acordo com as deliberações dos Aliados, em um plebiscito. Realizada em março de 1921, a votação resultou em 60% da população optando pela ligação com o Estado alemão, e 40% com o polonês. O resultado não colocou um ponto final na questão, e diante do acirramento das disputas e da violência interna, uma comissão dos Aliados decidiu pela divisão da região entre alemães e poloneses, o que foi realizado em 1922.

justificativa para a invasão. No início de 1923, os exércitos franceses atravessam a fronteira e instalam um regime de exceção na região, trazendo para o interior da Alemanha o “inimigo” que, durante todo o tempo, desde 1918, não deixou de ser denunciado nas páginas da *Simplicissimus*. O que se segue, nas fontes aqui analisadas, é um retorno à carga total ao discurso de guerra, que podia ser considerado mais subliminar (ainda que constante) nos anos anteriores. A violência dos franceses e a resistência dos alemães (a resistência passiva ou não violenta empreendida pela população local foi exaltada pelo semanário) passaram a figurar na primeira página da *Simplicissimus* com enorme frequência. Das 52 capas-manifesto do ano de 1923, a França figura em 26 (50%) e a ocupação, referida diretamente, em 19 (36%).

Mas não é apenas em termos quantitativos que esse novo momento se diferencia dos anos anteriores: a retórica da violência e a representação do inimigo em termos agressivos são exponencializadas neste último ano analisado, dando contornos a um nascente revanchismo alemão. Esse sentimento seria contrastado com aquele denunciado nos anos anteriores, o revanchismo francês, responsabilizado pelas imposições de reparações impossíveis de serem pagas e pela subjugação da Alemanha perante seus inimigos.



09



IO



II

Imagens 09, 10 e 11: Edições de 31 de janeiro de 1923 (*Os Heróis franceses na Região do Ruhr*), 28 de maio de 1923 (*Justiça na Região do Ruhr*) e 30 de julho de 1923 (*A França e a Consciência do Mundo*).

Nos três exemplos acima, a figura do inimigo francês está associada à covardia (imagem 09), à injustiça (imagem 10) e à desumanidade (imagem 11). No primeiro deles (09), a divisão da imagem, com o canto direito inferior se destacando da onda quase disforme que avança sobre aquele espaço, denota a contraposição entre as duas partes, reforçada ainda por um jogo de luzes, pelo uso de um *chiaroscuro* que cria uma oposição metafórica do bem x mal. A covardia dos exércitos franceses fica demonstrada, claro, pelo ataque que realizam, como em uma guerra de trincheiras, contra duas crianças que andam, de mãos dadas, no espaço mais claro da imagem. O uso de tons escuros também carrega o ambiente da terceira imagem (11), na qual um oficial francês posa triunfante em frente a um obus, espada em riste e mão na cintura. A seus pés podemos observar uma quantidade de corpos, enquanto o francês, olhando para uma mulher em túnica branca (presumivelmente a “consciência do mundo”), grita: “O mundo obedece a esta boca, não a você!”. Com a espada, o francês aponta para a boca do canhão, defendendo assim o militarismo e a ocupação militar do Ruhr.

Por fim, uma alegoria da Justiça aparece algemada na imagem central (10), enquanto sua espada e balança (que está desequilibrada) são seguradas por um soldado seminu, com uma sunga segurada por um cinto onde se lê “RF”, ou república francesa. A balança desequilibrada e a espada na mão do soldado mostram que a justiça não é equânime na região do Ruhr, e quem a determina (e executa) são os ocupantes. O soldado francês negro é uma representação recorrente nos cinco anos aqui analisados; ele faz referência, a um só tempo, ao militarismo francês, ao imperialismo francês no continente africano e ao emprego de soldados africanos pelos franceses durante o conflito mundial, tanto na África quanto na Europa⁴¹⁷. Além disso, existe um elemento de covardia intrínseco a essa representação, uma mensagem que aponta para os franceses que não lutam suas próprias lutas.

A ocupação francesa do vale do Ruhr parece fazer com que os ânimos voltem a se exaltar, parece trazer a belicosidade da guerra de volta ao cotidiano alemão e colocar novamente em evidência o inimigo primeiro dos alemães naquele momento, os franceses. Mas seria essa realmente uma Segunda Grande Guerra, uma continuidade da Primeira Grande Guerra, como apontado por Winter?

CONCLUINDO

Ao propor buscar evidências da tese de Winter neste (brevíssimo) exercício em História Cultural do Político, uma série de elementos saltaram aos olhos no mapeamento das fontes, o que pode auxiliar na resposta a essa pergunta. Em primeiro lugar, fica evidente nas fontes aqui apresentadas que o clima de hostilidade (especialmente contra os franceses) foi permanente, desde 1918 até 1923. Não há dúvidas de que os traumas da guerra, tanto aqueles causados nos campos de batalha quanto os causados nas salas de conferência, mantiveram vivas as animosidades dos alemães contra o outro lado do conflito. Mas esses traumas, aliados a uma constante

417. Sobre o conflito na África e o emprego de soldados africanos nos exércitos franceses, ver: FOGARTY, Richard; PIRES, Ana Paula. África e a Primeira Guerra Mundial. *Ler História*. n. 66, 2014, p. 57-77.

atuação no campo diplomático e internacional pela imposição e pela cobrança das reparações de guerra da Alemanha, acabam por gerar uma diferente economia emocional⁴¹⁸ no país, impulsionando novas formas de sentir, de pensar e de agir. Essa nova configuração emocional, podemos observar, está ligada ao sentimento da humilhação.

É nesse sentido que a guerra, quer dizer, a Segunda Grande Guerra da Alemanha, se conecta à Grande Guerra. As capas-manifesto da *Simplicissimus*, uma revista ilustrada de viés liberal, avessa aos extremos tanto da esquerda (que é retratada como perigosa) quanto da direita (que é apresentada como caricata), apresentam esse elemento externo (os franceses) como agente primeiro desse sentimento de humilhação que toma o país. Isso não quer dizer, é claro, que a humilhação seja o único sentimento presente no país ou nas páginas do semanário. O ódio, a indignação e a vergonha são exemplos de emoções e sentimentos que se deixam mostrar nas capas-manifesto (e que ressoam, é claro, na arena pública alemã). Mas, em geral, existe uma relação de decorrência entre eles, e a humilhação surge como o sentimento-matriz dessa economia emocional. A esse respeito, são pertinentes as palavras de Ute Frevert:

Insultar um indivíduo ou um grupo é sinônimo de envergonhá-los. Isso significa tirar sua honra e dignidade, ferindo ou prejudicando sua integridade. A humilhação desfere um golpe na autoestima da pessoa; o orgulho pessoal ou coletivo é ferido pelo sentimento de ser “posto para baixo”, de ser ameaçado em sua ‘integridade e totalidade’ pessoal. A humilhação, como psicólogos e cientistas sociais argumentam, tem um forte poder emocional. Ela vai diretamente contra o que os indivíduos e grupos consideram sua autopercepção e como eles querem ser vistos e tratados pelos outros. E ela é altamente subjetiva, visto que depende da própria visão da pessoa daquilo que constitui um insulto, mesmo que essa visão não seja compartilhada pelos outros⁴¹⁹.

418. ILLOUZ, Eva. *Cold Intimacies – The Making of Emotional Capitalism*. Cambridge: Polity, 2007, p. 62 et seq.

419. FREVERT, Ute, op. cit., p. 5-6.

Se a humilhação é um sentimento altamente subjetivo, torna-se também subjetiva toda a economia emocional que é construída sobre ela. Fica um pouco mais fácil entender a volatilidade do ambiente político-cultural alemão daquele período, o que, aliado à massificação da política e da sociedade, à crise econômica e à polarização ideológica, levou o país à instabilidade. O regime emocional da humilhação forneceu a ligação permanente do imaginário nacional com a Grande Guerra, e a ocupação francesa do vale do Ruhr disparou os gatilhos para um novo momento, tornou-se tema de disputa entre os partidos nos dois lados do espectro político e consolidou o revanchismo como peça fundamental na constituição dos discursos e da mentalidade de boa parte dos partidos políticos alemães.

Por outro lado, se o que vimos até aqui parece corroborar completamente a ideia de uma Segunda Grande Guerra, um detalhe da retórica de Winter perde forças nas análises de nossas fontes: a centralidade do comunismo e da Rússia na configuração dessa estrutura cultural e emocional. Se os traumas de guerra, a violência e os elementos necessários para a manutenção de uma mentalidade belicista (e revanchista) encontraram plena correspondência nas capas-manifesto da *Simplicissimus*, o “elemento vermelho” não se mostrava tão onipresente, mesmo em uma publicação liberal. Foram 20 as imagens que fizeram referência direta à esquerda ou ao comunismo ou à Rússia, uma representatividade de 7,5% no total de charges coletadas. Isso não quer dizer que houvesse certa complacência em relação ao tema ou fosse uma questão indiferente para o semanário e seus leitores; quando ele surgia nas capas-manifesto, era sempre retratado com elementos gráficos grotescos, voltados ao medo e ao alarmismo. Entretanto, pelo número de referências feitas ao tema (com uma concentração maior entre 1919 e 1920, o que também é explicável pela ação e pelas cicatrizes deixadas pelos spartakistas), pode-se dizer que ele não estava no topo das preocupações. Tomando o corpus documental em uma metáfora psicológica, talvez seja possível afirmar que a temática não estava na superfície da consciência alemã naqueles anos, mas surgia com uma intensidade aterrorizante, diretamente dos porões do inconsciente, nos episódios em que era lembrada.

Mas mesmo que a preocupação com a esquerda, pelo menos nas páginas da *Simplicissimus*, não ganhasse a centralidade esperada nesse imaginário alemão do período até 1923, é necessário considerar ainda mais um elemento. Para além de manter um inimigo permanente em vista e de vincular a ele a miséria e a pobreza que se alastravam no país, de ressoar um discurso constante de humilhação e de subjugação da Alemanha perante os vencedores, um indicativo ainda mais direto pode ser reconstruído nessa análise que corrobora a ideia de Winter: a própria menção explícita, nas capas-manifesto do semanário, a essa continuidade.



I2



I3



I4

Imagens I2, I3 e I4: edições de 02 de fevereiro 1921 (*Dois anos depois da Guerra Mundial*), 14 de setembro de 1921 (*Um Raio de Esperança*) e 17 de março de 1924 (*O Processo Hitler*).

Acima, nas duas primeiras imagens (12 e 13), essa referência é direta. Na imagem 12, intitulada *Dois Anos depois da Guerra*, um espectro divino vaga no espaço e observa a Terra com uma luneta. Sua concentração está no hemisfério norte, em particular sobre a Europa, e sua constatação é a de que os furúnculos estão estourando novamente, ou seja, os focos de conflito, mesmo dois anos após o fim da guerra, continuam presentes em todo o continente. Na segunda imagem, a referência é a uma guerra que durou 271 anos entre as comunidades nativas americanas dos huronianos e dos iroqueses, que teria sido encerrada “pelos últimos membros de cada lado”. Os dois líderes fumam o cachimbo da paz e fazem um apelo aos povos da Europa para seguirem seu exemplo. Sendo ambas as imagens de 1921, tais representações indicam, claramente, que a configuração emocional que ditava a realidade (alemã, em particular) de então era a da continuidade da guerra, centrada, como já vimos, na economia emocional da humilhação. É ainda mais sintomática essa disposição se considerarmos que no mesmo ano de 1921, no mês de outubro, o semanário passava novamente, de maneira tímida, a apresentar sátiras sociais e de costumes em algumas de suas capas, tentando voltar, aos poucos, a uma “normalidade”. Sem sucesso. De fato, tal configuração “bélica” geraria inúmeros produtos e reações no campo político e social alemão, dentre os quais o principal já ganharia as páginas da *Simplicissimus* no ano seguinte, em 1924 (imagem 14), incendiando a cidade de Munique e, no decorrer de duas décadas, todo o país e a Europa.

A proposição de Winter, se não redefinirá a datação do conflito (uma vez que a força dos documentos e tratados se sobrepõe), fornece uma baliza para pensarmos, de forma mais eficiente e com maior sensibilidade, a realidade cotidiana e o enquadramento mental e emocional do pós-guerra, ou melhor, daquela Segunda Grande Guerra.

REFERÊNCIAS

- ANDOIN-ROUZEAU, Stéphane. *1914-1918: La Violence de Guerre*. Paris: Gallimard, 2014.
- _____. *Les Armes et la Chair: Pour une Histoire de la Grande Guerre*. Paris: Armand Colin, 2009.
- ANDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. *14-18: Retrouver la Guerre*. Paris: Folio, 2003.
- BECKER, Annette. *Les Cicatrices Rouges: France et Belgique occupées*. Paris: Fayard, 2010.
- BOHNSACK, Ralf. A interpretação de imagens e o Método Documentário. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, n 18, jun./dez. 2007, p. 286-311.
- _____. *Qualitative Bild- und Videointerpretations*. Opladen: Budrich, 2011.
- FOGARTY, Richard; PIRES, Ana Paula. África e a Primeira Guerra Mundial. *Ler História*, n. 66, 2014, p. 57-77.
- FREVERT, Ute. *Emotions in History – Lost and Found*. Budapest; Nova Iorque: Central European University Press, 2011.
- ILLOUZ, Eva. *Cold Intimacies – The Making of Emotional Capitalism*. Cambridge: Polity, 2007.
- KENNAN, George Frost. *O Declínio da Ordem Europeia de Bismarck*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- KOCH, Ursula. O Semanário Satírico *Simplicissimus* (1896-1914) de Munique – Criador e Divulgador de Estereótipos Sociais e Nacionais. In: LUSTOSA, I. (Org.). *Imprensa, Humor e Caricatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 293-316.
- LIEBEL, Vinícius. Entre Sentidos e Interpretações: apontamentos sobre a análise documental de imagens. In: *ETD – Educação Temática Digital*. v. 12, n. 2, jan./jun. 2011, p. 172-189.
- _____. O Historiador e o Trato com as Fontes Pictóricas: a alternativa do método documental, *Topoi*, v. 17, n. 33, jul./dez. 2016, p. 372-398.
- _____. Uma Facada pelas Costas: Paranoia e Teoria da Conspiração entre Conservadores no Refluxo das Greves de 1917 na Alemanha. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 78, 2017a., p. 45-71.
- _____. Charges. In: RODRIGUES, Rogério (Org.). *Possibilidades de Pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017b., p. 83-114.

- LUDENDORFF, Eric. *Der totale Krieg*. München: L Verlag, 1919.
- MOSSE, George. *Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- NEUMANN, Sigmund. *The Future in Perspective*. Nova Iorque: Putnam's Sons, 1946.
- RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SJÖHOLM, Cecilia. *Doing Aesthetics with Hannah Arendt*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2015.
- STATEN, Henry. *Wittgenstein and Derrida*. Lincoln; Londres: University of Nebraska Press, 1984.
- TRAVERSO, Enzo. *Fire and Blood: the European Civil War, 1914-1945*. Londres; Nova Iorque: Verso, 2017.
- WEHLER, Hans-Ulrich. Die Urkatastrophe. *Der Spiegel*, Spiegel-Verlag, ago. 2004, p. 82-9.
- WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____. *Remembering War: The Great War between Memory and History in the Twentieth Century*. Yale University Press, 2006.
- _____. The Second Great War, 1917-1923. *Revista Universitaria de Historia Militar*. Madrid, v. 7, n. 14, 2018, p. 160-179.
- ZEGA, Fulvia. A Bestia llega: representações do antissemitismo na Argentina (1930-45). In: PATRIOTA, R.; RAMOS, A. (Org.). *Circularidades Políticas e Culturais: Formas, Circuitos, Recepção*. São Paulo: Verona, 2017.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, UM LABORATÓRIO PARA O SÉCULO⁴²⁰

Annette Becker (Université Paris-Nanterre, França)

Um diálogo caricatural entre dois pintores camuflando canhões:

- Você era decorador no período civil, o que você faz agora?
- Decoração para uma tragédia.

A Grande Guerra deve, de fato, ser descrita como uma tragédia total e global. Houve uma unidade de lugar, o mundo inteiro: desde 1914, os impérios britânico, francês, alemão e belga levaram suas colônias e seus habitantes para dentro do conflito, bem antes de os Estados Unidos dele tomarem parte militarmente em 1917. Todos, neutros ou não, participaram da guerra de uma forma ou de outra, contribuindo para a violência em massa, parar o abastecimento industrial e alimentar, como no caso do Brasil, ao mesmo tempo em que tentavam proteger e respeitar o possível do Direito de Guerra. Houve, também, uma unidade temporal. Embora o conflito tenha terminado oficialmente em 1918, continuou de alguma forma nos anos de 1920 e durou até à Segunda Guerra Mundial. Empunhar, renunciar, resistir, continuar até que a paz aconteça e, por vezes, até muito mais tarde foram suas marcas.

420. [Nota do tradutor] Texto originalmente publicado, em inglês, em *International Review of the Red Cross* (2015), 97 (900), 1029–1045. Tradução a partir do texto, em francês, “La Première Guerre mondiale, un laboratoire pour le siècle”, apresentado na conferência *Tempos de Violência* no Rio de Janeiro em Junho de 2018, com paralelo auxílio do texto em inglês fornecido pela autora. Tradução de Aline Martello, revisão técnica de Sílvia Correia e Alexandre Moreli.

Pela primeira vez na história, o mundo inteiro participava de uma guerra voraz, consumindo homens, recursos materiais, energias, lealdades, fervores e horrores. Afinal, o que começou na Europa, e que poderia ter sido chamado de a “Terceira Guerra dos Balcãs”, imediatamente se transformou em mundial através do jogos entre os impérios coloniais das grandes potências beligerantes. A guerra iria destruir os quatro grandes impérios continentais europeus e oferecer uma memória viva do luto de quase dez milhões de combatentes, de centenas de milhares de civis e de ilusões perdidas.

Em 1918, Maurice Busset realiza uma grande tela intitulada “Bombardeamento de Ludwigshafen”⁴²¹. O artista-combatente está tão orgulhoso de sua obra que assina “aviador”, membro da nova cavalaria do céu. Na tela, vemos seu próprio avião no alto de uma fábrica em chamas; as bombas caem em uma atmosfera colorida e quase eufórica, porque o pintor patriota testemunha a destruição de uma fábrica alemã, talvez uma daquelas que produzia gases asfixiantes utilizados a partir de 1915 nos campos de batalha. O que importavam os civis afetados, os operários ou operárias, os habitantes civis dos bairros próximos, quando o que contava era ganhar a guerra? O artista mostra-nos que, nesse conflito, os civis adversários são inimigos, não representando nenhum civil, como se eles não existissem. Essa pintura é uma manifestação da totalização da guerra. As frentes são doravante múltiplas: frentes militares, onde se encontram antes de tudo exércitos tentaculares de homens em uniforme, e frentes civis, alvos novos e frequentemente esquecidos. Já em 1917, o poeta combatente Apollinaire se perguntava:

Como chamar a guerra atual?

Começamos a chamá-la de ‘a guerra de 1914’; depois, quando 1915 chegou, dizíamos ‘a guerra Europeia’; em seguida, os americanos chegaram, falávamos ‘guerra Mundial’ ou ‘guerra Universal’ [...] ‘A Grande Guerra’ tem

421. Maurice Busset, *Bombardement de Ludwigshafen*, musée de l’Armée, Paris.

também seus partidários. ‘A guerra das nações’ poderia reunir apoiadores. ‘A guerra das Raças’ talvez pudesse ser defendida. ‘A guerra das Alianças’ ou ‘a guerra dos Povos’. Mas a ‘guerra das Frentes’ expressaria talvez melhor o caráter dessa luta gigantesca.⁴²²

Por mais de 100 anos, as frentes militares – terrestres, aéreas, navais – e seus combatentes receberam, justamente, a maior parte da atenção. Porém, é tempo de estudar a guerra de todos: os civis foram, ao mesmo tempo, participantes “colaterais” dos combates, por alimentaram com seu árduo trabalho as frentes militares, e vítimas, por suas dores e seus lutos. As frentes militares não se podem compreender sem as “domésticas”, essas retaguardas também elas totalmente mobilizadas. Cada um à sua maneira, homens, mulheres, crianças, famílias contribuíram nas fábricas, nos campos e nas escolas. A imagem refletida da frente militar na frente doméstica forma um imenso caleidoscópio de situações incrivelmente complexas: frentes no ar, no mar e na terra, frentes de invasão e de refúgio, frentes de trabalho, frentes de prisioneiros militares e civis, frentes de hospitais onde se luta contra as feridas e as doenças, frentes de luto, de cemitérios e de rememoração. Certas frentes de civis formaram, a partir de então, o coração das novas catástrofes do século que viria: estavam no coração da guerra, invadidas, ocupadas, saqueadas, bombardeadas. Eram alvos ordinários de uma guerra total. Afinal, essas zonas permitiram testar, em tamanho real, deslocamentos de populações, repressões e, nas palavras da época do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, políticas “de extermínio sistemático” dos armênios do Império Otomano.

Em seu ensaio “La guerre au vingtième siècle, le vingtième siècle comme guerre” (“A guerra no Século XX, o Século XX como guerra”), o filósofo checo Jan Patočka capturou notavelmente o caráter paroxísmico do conflito:

422. APOLLINAIRE, Guillaume. *Mercur de France. Oeuvres complètes*, t. 3. La Pléiade: Gallimard, 16 de novembro de 1917, p. 514.

A Primeira Guerra é o evento decisivo da história do Século XX. Ela determinou o seu caráter geral. Foi essa guerra que demonstrou que a transformação do mundo num laboratório para a libertação de reservas de energia acumuladas por milhares de anos *deveria forçosamente* ser feita pela via da guerra.⁴²³

Emmanuel Levinas, então criança, conhecia, em 1914, o primeiro exílio fora da Lituânia. Mais tarde, refletiu sobre a importância das duas guerras mundiais em sua vida pessoal: “A guerra de 14 nunca acabou, a revolução e as confusões pós-revolucionárias, a guerra civil, tudo isso se funde com a guerra de 14 [...]. A confusão começou em fins de agosto de 14 e nunca acabou, como se a ordem estivesse perturbada para sempre.”⁴²⁴ Esses dois pensadores mostram-nos o caminho para explorar esse “laboratório” de violência, esses “tumultos”, essas “perturbações” e a extrema dificuldade de as perceber, de as conceituar e de, enfim, as lembrar.

Afinal, a Grande Guerra foi de fato, de um modo deliberado ou inconsciente, um *laboratório* para o Século XX: um terreno de experiência da violência, um lugar de ensaio para a colocar em prática e otimizar seus efeitos sobre os homens e sobre o material. Em uma procura de sofisticação das armas, laboratórios de cientistas foram transferidos para a primeira linha. Assim, quando da primeira utilização massiva de gases em 1915, o químico alemão Fritz Haber observara diretamente o efeito de suas pesquisas no campo de batalha de Ypres. Psicólogos instalaram consultórios mais próximos das operações para testar a guerra como uma experiência voluntariamente provocada. Especialistas como esses tornaram-se promotores da guerra total, uma maneira de fazer a guerra cada vez mais eficaz a serviço de suas pátrias. O objetivo da guerra de laboratório não foi o conhecimento universal, mas a vitória nacional.

423. PATOČKA, Jan. *Essais hérétiques sur la philosophie de l'histoire*. Paris: Verdier, 1981 [1ª ed., Praga, 1975], p. 134.

424. LÉVINAS, Emmanuel. *Qui êtes-vous?*. Lyon: La Manufacture, 1987, p. 63-65.

Nas frentes militares, isso significou mais mortos, feridos e capturados. Guerra total significava globalização e industrialização, modernização e regressão, atavismo, anomia e apropriação cultural entre regiões, países e continentes. Para compreender a Grande Guerra, precisamos de fatos e estatísticas em grande escala. Porém, sabemos que nem as estatísticas, nem a geografia sangram; os seres humanos sangram. Por isso, nos esforçaremos para entender o sangue e as lágrimas, observando essa nova face da guerra tanto nas frentes militares quanto nas domésticas.

FIGURAS DAS FRENTES MILITARES: MORTE INDUSTRIAL, FERIMENTO, CAPTURA

Os generais Hindenburg e Ludendorff forjaram, em 1916, a expressão “Batalha Material” (*Materialschlacht*) a propósito da batalha do *Somme*. Os seus soldados descreviam-na, porém, como *Verwüstungsschlacht*, associando-a à ideia de destruição, devastação e matança. Oficiais do Estado-Maior e combatentes tinham ambos razão. As frentes militares foram, entre 1914 e 1918, frentes de material moderno e frentes de devastação. De fato, mais de setenta milhões de soldados envolvidos no conflito sofreram um novo tipo de violência, que os matava ou “somente” os feria. Mais de metade dos que sobreviveram sofreriam de transtornos psicológicos mais ou menos graves.

O campo de batalha se tornou, a partir de 1914, um lugar de terror e radicalidade jamais vistos. Os combates transformaram-se completamente. Onde, cem anos mais cedo, soldados lutavam ombro a ombro, acabaram dispersos pelo campo, isolados, disseminados ao acaso por efeito dos buracos cavados por obuses. Se os campos de batalha do passado haviam sido lugares de medo, sequer chegaram perto da desumanização total da Grande Guerra. A desproporção entre os meios para matar o outro e os meios para se proteger é esmagadora num imenso campo varrido por balas, obuses, gases e lança-chamas. Os homens, mesmo enterrados no chão, não tinham qualquer saída. Os momentos de violência paroxísmica prologavam-se por semanas ou até meses. Depois dos primeiros confrontos do ano de 1914, os choques brutais, mas breves, acabaram. As batalhas

nas frentes Ocidental, Oriental e do Oriente Médio duraram meses. Tornaram-se em uma série de cercos, devastando tudo ao seu redor sem, no entanto, impedir os sitiados de trazer novos suprimentos e reforços ou de reconstruir suas defesas. A profundidade dessas “linhas de retaguarda”, de dezenas de quilômetros, permitia resistir eficazmente a quase todos os avanços dos adversários. Porém, quantos foram os mortos, feridos, prisioneiros – geralmente respeitados graças à Convenção de Genebra – ou desaparecidos? Quantas foram as represálias?

Assim, o que mais é lembrado do conflito são os massacres em massa de mais dez milhões de homens em quatro anos e meio. Ao contrário de guerras anteriores, muito poucos morreram de doença; quase todos foram mortos em combate. Os sobreviventes não se saíram muito melhor. Um em cada dois foi ferido mais ou menos gravemente, principalmente pelos obuses e menos pelos gases, apesar de sua aterrorizante novidade.

Essa nova violência se inscreve, em primeiro lugar, na carne daqueles que são, ao mesmo tempo, algozes e vítimas. No entanto, poucos, como o escritor suíço Blaise Cendrars, que se ofereceu para lutar no exército francês, foram capazes de dizer “eu matei” ao invés de “me mataram”: “Tudo quebra, racha, explode de uma vez. Fogo geral. Mil explosões. [...] É a avalanche de canhões. O *roulement*. As barricadas. [...] Tudo desaparece”⁴²⁵, incluindo os corpos:

[Ele] foi explodido por um obus e eu vi, com meus próprios olhos, esse legionário ser violentado, amassado, sugado e vi suas calças ensanguentadas caírem vazias sob o solo, enquanto o terrível grito de dor que dava esse homem assassinado no ar por um *goule* invisível em sua espessa nuvem amarela ressoava mais formidável do que a explosão do próprio obus, e escutei esse grito por um longo momento mesmo após o corpo volatilizado ter cessado existir.⁴²⁶

425. CENDRARS, Blaise. J’ai tué. In: *La Main coupée et autres récits de guerre*, [Paris]: Denoël, 2013, p. 15.

426. Ibid. Dans le silence de la nuit, [Paris], 1945, p. 337.

Por causa disto, porque muitas vezes não havia rastro identificável dos homens mortos, se concebeu o memorial ao Soldado Desconhecido.

A medicina de guerra se beneficiou das inovações médicas do Século XIX. As práticas terapêuticas também viram progresso, paradoxalmente devido aos novos tipos de ferimentos e lesões. Soldados feridos eram agora evacuados para hospitais de campanha, onde as operações seriam realizadas com agentes antissépticos e anestésicos, reduzindo o risco de gangrena e amputação. Balas e estilhaços foram localizados usando raios-X. Médicos realizavam cirurgia facial reconstrutiva. As primeiras transfusões de sangue ocorreram e novas vacinas foram desenvolvidas. Porém, a intensidade da violência provocou desgastes fisiológicos extremos e transtornos psicológicos às vezes irremediáveis. A psiquiatria da época não estava suficientemente desenvolvida para tratar *estresses* e traumas deste tipo. Entre o conceito alemão de *Kriegsneurosen* e as noções menos sofisticadas de *shell shock* entre os anglo-saxões, de *comocão* ou de *obusite* entre os franceses, foram estabelecidos os parâmetros de interpretação. Tudo isso, em um contexto de exacerbação patriótica, onde os combatentes eram frequentemente suspeitos de dissimulação. Pouco a pouco, os especialistas tiveram que aceitar as evidências: não só a guerra mutilou os homens, como também os deixou loucos. Até mesmo os oficiais, cujo sentido de honra deveria estar acima de qualquer suspeita, desmoronavam. Para Walter Benjamin, “entre 1914 e 1918 uma geração passou por uma das experiências mais monstruosas da história universal.”⁴²⁷ O filósofo insiste sobre a insignificância do ser humano na experiência radical dessa guerra:

A geração que ainda tinha ido para a escola em um carro puxado a cavalos viu-se desprotegida, numa paisagem onde nada mais era reconhecível, a

427. BENJAMIN, Walter. *Expérience et pauvreté*. Paris: Éd. Payot & Rivages, 2011, p. 38. Texto publicado em 7 de dezembro de 1933 em *Die Welt im Wort..*

não ser as nuvens e, debaixo delas, em um campo de forças dominado por energias destruidoras e explosões, o minúsculo e frágil corpo humano.⁴²⁸

O que ele não compreendeu, entretanto, foi que muitos civis, também eles, tiveram seu próprio quinhão de uma experiência de delírio, por vezes diferente e similar.

FIGURAS CIVIS: INVADIDOS E REFUGIADOS

Nas áreas ocupadas, a habitual dicotomia entre frente e retaguarda perde o sentido. Na guerra “normal”, mulheres e meninas permanecem “em casa” no *front* doméstico, enquanto os maridos e filhos adultos partem para a frente militar onde se defrontam corpos de homens. No entanto, durante as invasões, o macho inimigo entra nas casas e se apropria do corpo das mulheres, talvez mais particularmente quanto os dos homens escapam. Parece um combate contra franco-atiradores quando, na verdade se trata de civis indefesos. Daí a fúria geral contra os alemães, por conta das atrocidades na frente Ocidental, na Bélgica e na França, contra os Austro-Húngaros, na Sérvia, e contra os Russos, na Prússia Oriental.

Essa totalização da guerra teve por consequência enormes deslocamentos de populações forçadas a deixar as suas vilas ou as suas cidades para morrer ou para viver em outro lugar: êxodos a pé, a cavalo, em charrete, em trem. A Grande Guerra começa e termina com grandes movimentos de populações. O conflito generalizou esse fenômeno tão antigo quanto a própria guerra, inaugurando o Século XX dos refugiados. No início, tratava-se de fugir diante dos exércitos de invasão, com uma esperança de retorno mais ou menos realizável de acordo com o país e o desenrolar da guerra. Imaginavam, esperavam, retornar uma vez a guerra terminada, mas, em quanto tempo? Essas populações

428. Ibid. *Le contour. Oeuvres, III*. [1936]. Paris Folio Galimard, 2000, p.116. [Nota do revisor] Tradução a partir de Benjamin, Walter. *Linguagem, tradução, literatura: Filosofia, teoria e crítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

aglomeradas nas fronteiras da guerra fugiram e perderam casas, empregos, recursos. Homens idosos ou não mobilizados, mulheres e crianças não estavam mais nem no *front* nem na retaguarda, mas em outro lugar, em uma nova situação que os colocava à margem da guerra justamente porque eles estavam, desde os primeiros dias, desde os primeiros meses, no coração do turbilhão. Essas evacuações e expulsões persistiram ao longo dos anos de 1914 a 1918. Foram périplos tão dolorosos quanto diversos. Para trás, deixaram suas casas, sabendo que seriam ocupadas por soldados: se tivessem sorte, por soldados do seu lado sitiados nas linhas da retaguarda; se não tivessem tanta sorte, pelos soldados do inimigo na frente, o bárbaro de quem se foge, disposto a tudo.

Lá onde encontram refúgio, essas mulheres, esses homens, essas crianças, cristalizam as culturas de guerra em que elas têm de melhor e de pior. A solicitude dos primeiros meses, apoiada em um discurso patriótico de fraternidade, se transforma rapidamente, face à distensão do conflito, em rejeição. Os refugiados se tornam bocas inúteis a alimentar, aborrecimentos, incapazes, pobres; em resumo, estrangeiros. Com os dois termos *alien* e *foreigner* a língua inglesa permite ir ainda mais adiante: os refugiados não são somente estrangeiros de nacionalidade, mas fundamentalmente outros, inassimiláveis, de um outro lugar geográfico a um outro lugar de pertencimento que, naquele tempo, se poderia chamar de raça.

Nas frentes Orientais, Balcânicas e Otomanas, invasões, contra-invasões e deslocamentos forçados de civis tornaram o movimento e o sofrimento das populações ainda mais dramáticos. Em 1914, são os russos que avançam para oeste, semeando o terror até que as potências centrais virassem o jogo e entrassem, no verão de 1915 e depois da Revolução de 1917-1918, na diversa imensidão da Rússia. Com as reorganizações internas dos Impérios, alguns deslocamentos populacionais ganham a forma de uma homogeneização forçada, reordenando a sociedade em linhas sociais ou étnicas. Na Rússia, os militares não tinham escrúpulos no tratamento de “populações suspeitas” – judeus e súditos de origem

alemã –, aprisionando-as ou transferindo-as para bem longe das linhas da frente. Essa “limpeza étnica” é um momento de viragem de uma condição de refugiado interno para uma condição de deportado. A onda de *pogroms* coincidiu com outra violência generalizada de combatentes contra judeus, alimentada por ideias antigas partilhadas por camponeses, dos judeus como “traidores”, “inféis”, “monopolizadores” e “especuladores”. Uma nova impunidade se instala: poder-se-ia “matar o *youpin*” sem consequências. Muitas unidades militares regulares cometem crimes de guerra. Ondas de violência antissemita continuam em escala massiva ao longo do processo de reordenamento territorial de 1918-1920. O refugiado é a primeira figura da guerra, e a última.

A HORA DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Em 1917, o presidente da CICV, Gustave Ador, se pergunta:

Após três anos inteiros de guerra, pedimos que essas **diferentes categorias de civis** nesta guerra sejam objeto de uma atenção especial e que seu destino, em certos aspectos mais cruel que o dos **prisioneiros militares**, seja seriamente considerado antes da chegada do quarto inverno de guerra.⁴²⁹

Como nomear aqueles que a sua situação geográfica colocou na rota do conflito, que não puderam fugir a tempo, que se tornaram refugiados e que foram, por vezes, capturados e, em seguida, presos: “Internados”? “Deportados”? “Prisioneiros”? O que fazer com eles? Não se trata de militares, não havendo, por isso, nenhuma convenção internacional que os protegesse.

Se a guerra “normal” implica sempre uma violenta separação entre civis e soldados, que podem ser feridos ou morrer, embora a euforia do heroísmo e o consentimento do país pudesse compensar o sofrimento

429. Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em 1917 quando da conferência das Cruzes Vermelhas dos países neutros sobre a questão de civis prisioneiros. Arquivos do CICR, 411/10 “Introduction Sommaire à la question concernant les civils”, setembro de 1917, 9 p., p.1.

do soldado, nada disso havia no caso dos civis, nenhum heroísmo, nenhum consentimento. Existiu apenas puro sofrimento, agravado pela incapacidade das autoridades em descobrir abusos ou identificar as vítimas. Os textos administrativos ou militares evocam o “civil capturado” no masculino do singular. O gênero neutro, quer dizer sem gênero, reificava as diferentes populações em questão. Não sabemos nem mesmo nomear a multiplicidade de destinos, a especificidade de diferentes situações devidas ao gênero ou à idade. Esse é o paradoxo dos prisioneiros civis nos campos de prisioneiros. A Grande Guerra homogeneiza os casos e privilegia os combatentes. As categorias de vítimas civis são pouco localizáveis, marginais.

A deportação de civis, os campos de concentração, os arames farpados às vezes eletrificados, pertencem à paisagem da Grande Guerra. Portanto, em um mundo dedicado aos heróis desaparecidos nos campos de batalha, os ignoramos.

Deportar, concentrar: dois verbos então sinônimos. Deslocar com objetivo de colocar para trabalhar, vigiar e, até mesmo, punir. A detenção era administrativa ou militar, nunca judicial, porque os deportados nunca foram julgados ou condenados. A palavra *deportatio* (“carroça”, “transporte”) no latim clássico toma o sentido de deportação ou exílio no latim tardio. O sentido moderno mistura os dois significados: retirada do lugar de residência e expulso. Desde antes da Grande Guerra, os conceitos de campo de concentração e deportação estavam associados aos meios que os tornaram possíveis – vias férreas e vagões – e ao objetivo: a separação entre civis – mulheres, crianças, idosos – e militares para que os primeiros não “atrapalhassem” os segundos, devido aos laços de afeto familiar. Isto no contexto do darwinismo social que cresceu a partir do colonialismo: campos de concentração foram inventados em Cuba pelos espanhóis em 1896 e, quase simultaneamente, pelos britânicos na África do Sul.

Em 1914, campos de concentração são abertos em vários lugares do mundo, porque a guerra europeia, através das colônias, torna-se

imediatamente global e porque se faz a escolha da nação. Cidadãos civis de nações tornadas inimigas tornaram-se *estrangeiros inimigos* e prisioneiros em campos, não somente no interior dos territórios beligerantes, mas também em todas as colônias (por exemplo, ucranianos no Canadá, alemães na Austrália, poloneses galicianos da Austria-Hungria na França etc.). Os homens eram os principais visados. Aqueles em idade de combate são vistos como espões em potencial. Paradoxalmente, estes cativos eram salvos da morte no *front*, por mais arbitrária que tenha sido a sua prisão. Eles foram considerados prisioneiros militares, salvos das trincheiras pela captura e pela Convenção de Genebra.

Em breve, homens e mulheres sofreriam o mesmo tipo de deportação, algo que começava a ser visto como normal, até mesmo banal, já em 1914. John Reed, jornalista americano, captou o clima da época em passageiros em trânsito:

Todos os passageiros só falavam de um assunto e de forma angustiante: quando Grécia e a Bulgária iriam intervir e de que lado. A qualquer momento eles poderiam se encontrar na posição de nunca mais retornar para casa, condenados a uma errância perpétua em mares neutros; eles poderiam ser capturados no desembarque e enviados para campos de concentração; o barco poderia ser abordado por um cruzador adversário que os forçaria a sair como cidadãos inimigos.⁴³⁰

As populações das regiões invadidas, depois ocupadas pelos exércitos inimigos, formam a segunda categoria de prisioneiros civis que sofrem diferentes formas de alienação e de aprisionamento. Essas variavam do isolamento dos seus compatriotas até às deportações para campos de concentração, onde, em algumas circunstâncias, eram mantidas como reféns ou submetidas ao trabalho forçado. Um dos maiores problemas das economias em guerra era a falta de mão de obra. A guerra global e total

430. REED, John. *La guerre dans les Balkans*. Paris: Seuil, 1996.

exigia meios globais e totais. Se os homens foram massivamente mobilizados para as frentes militares, mulheres, prisioneiros de guerra e trabalhadores coloniais na França e na Grã-Bretanha foram necessários na frente doméstica. As potências centrais recorreram, por sua vez, ao trabalho forçado nas suas áreas ocupadas: mineiros belgas e franceses, lenhadores e agricultores lituanos (Ober Ost) ou sérvios. Milhares ou centenas de milhares de belgas, franceses, russos, sérvios, romenos, italianos e alemães sofreram o mesmo destino na Europa e nas colônias. Isso não foi apenas trabalho forçado, mas o retorno a uma espécie de escravidão.

A presença de mulheres nesses campos expressa uma das mais extraordinárias novidades desse conflito, peculiar mistura de soldados com civis, de uniformes com roupas do dia-a-dia. As mulheres de vestido, com suas trouxas de pertences em mãos, parecem incoerentes e, talvez, deslocadas, em todos os sentidos da palavra. O artesanato dos prisioneiros civis – como de seus homólogos tão parecidos e tão diferentes, os prisioneiros militares –, mostra o quanto eles procuraram melhorar material e psicologicamente as suas condições cotidianas. Eles lutavam contra o tédio e insetos, frequentemente causadores da “doença do arame farpado”⁴³¹ –, contra o tempo de prisão substituindo o da guerra. Os objetos de civis capturados na guerra são da mesma natureza que o artesanato da trincheira: objetos de guerra para contar a guerra, objetos de campo para contar o campo.

FIGURAS DO EXTERMÍNIO: *THE MURDER OF A NATION*⁴³²

Os armênios do Império Otomano representam o caso de tratamento de civis mais extremo, a tal ponto que não tínhamos na altura ainda conceito para designar sua deportação-extermínio. A obsessão pela

431. [Nota do tradutor] A “doença do arame farpado” (em alemão *Stacheldrahtkrankheit*, em inglês *barbed wire disease*, em italiano *malattia del reticolato*) foi designada pela primeira vez em 1918 pelo médico suíço Adolf Lukas Visder, a qual se caracterizaria por um longo tempo de encarceramento e que envolveria tédio, confusão, turvação da consciência e amnésia.

432. TOYNBEE, Arnold J. *The Armenian Atrocities: The Murder of a Nation*. Prefácio de James Bryce. Londres: Hodder & Stoughton, 1915.

segurança nacional dos turcos e a decisão de limpeza étnica – esses cristãos deveriam dar lugar na Anatólia aos refugiados muçulmanos dos Bálcãs – levaram à catástrofe. De fato, para os Jovens Turcos, os armênios eram traidores em potencial, necessariamente “franco-atiradores” e “nocivos”. Esse “inimigo” interior foi animalizado e sua qualidade ontológica de humano negada. Resta colocá-los “à parte”, eufemismo dos assassinos.⁴³³ Assim, Talaat Pacha descrevia as deportações como a retribuição lógica a esses “traidores” a serviço dos russos, a começar pelas crianças: “A expulsão dos armênios de Villayets do Leste é uma necessidade militar.”⁴³⁴

Em uma estratégia comum dos assassinos de massa, os turcos atribuem seus próprios crimes às suas vítimas e fingem defender-se desses “criminosos civilizados”, esse oximoro notavelmente encontrado para definir a si mesmos. Quando, em abril de 1915, começam as deportações dos armênios em direção ao leste e à Síria, nada estava previsto para acolher os exilados. Esperava-se, provavelmente, que estes não escapassem ao desenraizamento, aos estupros, à fome, à sede, aos massacres. Armin Wegner, enfermeiro do exército alemão, relata um diálogo por telegrama entre o prefeito de Aleppo e um dos chefes do Comitê para a União e o Progresso sobre as deportações: “Milhares de deportados armênios chegaram. O que eu devo fazer? Talaat teria respondido: ‘o destino da deportação é: parte nenhuma’”. Wegner acrescenta: “Este foi outro nome para deserto”⁴³⁵. Finalmente, campos gerenciados pela Subdireção dos Deportados de Aleppo são organizados a partir de julho de 1915, aquando da chegada dos trens. Os campos eram compostos de tendas – quando havia, na maior parte do tempo eram tecidos

433. Documento turco enviado ao Papa Bento XV. Arquivos do Vaticano, ASV, Guerra 14-18. 244, fasc. 110. Anônimo, *Vérité sur le mouvement révolutionnaire arménien et les mesures gouvernementales*, 1916 Constantinopla, 15 páginas.

434. *Berliner Tageblatt*, 4 de maio de 1916.

435. WEGNER, A. T. Armin T. Wegner e gli Armeni in Anatolia, 1915: Immagini e testimonianze, 1915. Milano: Guerini e Assoc, 1996, p. 88.

estendidos para proteger do sol – e sem nenhuma instalação sanitária ou abastecimento; situados em geral a mais de 25 quilômetros da linha férrea e acessíveis a pé. Fome e tifo foram os grandes homicidas desses campos, antes que fossem esvaziados um após o outro pelo envio dos sobreviventes para leste ou matando-os. O campo de Ras ul Ain foi denominado por algumas testemunhas como o “campo da morte”.

Desde 1915, o massacre dos armênios foi qualificado de “crime contra a humanidade e a civilização”. Mas essa não era uma designação jurídica do direito internacional da época, foi necessário esperar até aos processos de Nuremberg depois 1945. A designação desse tempo fora um grito de vingança levantado pela Tríplice Entente contra as Potências Centrais e seu aliado, o Império Otomano. Ainda que durante a guerra os crimes contra os armênios fossem amplamente utilizados pelos beligerantes, sendo que sua reprovação poderia ser um objetivo de guerra, eles foram rapidamente esquecidos uma vez terminada a guerra. Deu-se uma passagem da “banalidade do mal” à “banalidade da indiferença”, e ao silêncio.

CONCLUSÃO

Entre o consentimento convicto de início do conflito e a rejeição cada vez mais clara até as ondas pacifistas do pós-guerra, a guerra “moderna” – à semelhança do que Freud referira no início de 1915 – produziu situações extraordinariamente traumatizantes para as quais ninguém estava preparado: os corpos mutilados, a morte de tantos jovens – uma geração perdida, e a massiva destruição de bens e ilusões. Da visão do Século XIX de progresso e civilização restava apenas a “barbárie”, a crueldade, a brutalidade; restava uma violência interiorizada que reproduzimos, porque se tornou a expressão de patriotismo visceral e que – tolerada ou refutada, sofrida ou combatida – refletir-se-á no pós-guerra da vida íntima aos campos artístico, literário e político.

Desde seus primeiros trabalhos nos anos vinte, o jurista polonês, Raphael Lemkin, foi motivado pelo que aconteceu durante as invasões

e as ocupações da Grande Guerra. Em um texto preparado para a Vª Conferência para a Unificação do Direito Penal, em 1933, em Madri, ele propõe nomear “atos de barbárie” e “atos de vandalismo” as violações específicas ao Direito das Gentes. Ele entendeu – embora não tenha sido tão claro quanto o foi depois – que o extermínio não era uma crueldade acidental, mas a essência desse tipo de guerra contra os civis e a vontade de homogeneizar povos e religiões. Lemkin foi o mais longe que pôde, em 1933, na possibilidade de encontrar uma fórmula jurídica que compreendesse delitos contra culturas e contra indivíduos, porque integrantes de certos grupos. Ele procurava uma cadeia de raciocínio jurídico que permitisse punir tais atos sem precedentes.

Invasões, ocupações, atrocidades, deportações e massacres de civis acompanharam a radicalização do combate nos campos de batalha. Entretanto, a memória do conflito praticamente obliterou essas realidades e seria preciso uma outra guerra, mais total, mais mundial, para que Leemkin criasse a palavra genocídio. Uma “derrota da memória” se produziu, oriunda de uma *hypermnésie* (“hiperamnésia”) em relação aos que foram vistos – dependendo dos casos – como os heróis ou as vítimas das trincheiras, e de uma amnésia em relação a todos os outros, incluindo os armênios ou os prisioneiros de guerra. Quem se lembra da marcha forçada dos prisioneiros britânicos – principalmente indianos – no Iraque e da morte de milhares deles abandonados no deserto?

Raymond Aron disse a propósito daqueles que, em sua opinião, se enganaram após 1918: “A Segunda Guerra Mundial nos lembrou que uma memória muito fiel é tão perigosa quanto o esquecimento. A melhor maneira de precipitar uma catástrofe é empregar os meios que teriam provavelmente evitado a primeira.”⁴³⁶ Ele pensava nos pacifistas, que não iriam mais à guerra sob nenhuma circunstância, e naqueles que não tinham entendido que a lealdade aos soldados das trincheiras

436. ARON, Raymond. Alain et la politique. In: *Hommage à Alain, 1868-1951*. Textes inédits, Paris : La Nouvelle revue française, 1952, p.158.

impedia de pensarem na guerra por vir, incluindo seus aspectos de modernidade militar, como tanques e bombardeamentos aéreos. No entanto, Heinrich Vierbücher, um alemão que havia servido como tradutor do general Liman von Sanders nos Dardanelos, havia afirmado de maneira original em 1930 que deportar civis, mulheres e crianças, fazê-los morrer de fome, de sede e de maus-tratos, abatê-los como gado no matadouro era pior do que a guerra das trincheiras:

Os cinquenta longos meses de terror da Grande Guerra não encontraram seu clímax nos campos de batalha de Vaux e de Douaumont, mas nas passagens montanhosas do Cáucaso, essa Gólgota que, para os armênios, vai além de qualquer imagem de horror, além mesmo das visões de Grünewald, Goya e Bruegel.⁴³⁷

REFERÊNCIAS

APOLLINAIRE, Guillaume. *Mercure de France. Oeuvres complètes*, t. 3. La Pléiade: Gallimard, 16 de novembro de 1917.

ARON, Raymond. Alain et la politique. In: *Hommage à Alain, 1868-1951*. Textes inédits, Paris : La Nouvelle revue française, 1952.

BENJAMIN, Walter. *Expérience et pauvreté*. Paris: Éd. Payot & Rivages, 2011.

— *Oeuvres III*. Paris: Folio Galimard, 2000.

CENDRARS, Blaise. J'ai tué. In: *La Main coupée et autres récits de guerre*. [Paris]: Denoël, 2013.

— *Dans le silence de la nuit*. [Paris], 1945.

LÉVINAS, Emmanuel. *Qui êtes-vous?*. Lyon: La Manufacture, 1987.

PATOČKA, Jan. *Essais hérétiques sur la philosophie de l'histoire*. Paris: Verdier, 1981. [1ª ed., Praga, 1975].

REED, John. *La guerre dans les Balkans*. Paris: Seuil, 1996.

437. VIERBÜCHER, Heinrich. *Arménie 1915. Ce que le gouvernement impérial a caché aux sujets allemands: Le massacre d'un peuple civilisé par les Turcs*, 1930.

TOYNBEE, Arnold J. *The Armenian Atrocities: The Murder of a Nation*. Londres: Hodder & Stoughton, 1915.

VIERBÜCHER, Heinrich. *Arménie 1915. Ce que le gouvernement impérial a caché aux sujets allemands : Le massacre d'un peuple civilisé par les Turcs*, 1930.

WEGNER, A. T.. *Armin T. Wegner e gli Armeni in Anatolia, 1915: Immagini e testimonianze*, 1915. Milano: Guerini e Assoc, 1996.

OS AUTORES

Sílvia Correia é professora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e investigadora colaboradora no IHC da FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Licenciada pela Universidade do Minho (2004) e doutorada pela Universidade Nova de Lisboa com o projeto intitulado “A política da memória da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933. Entre a experiência e o mito” (2011), publicado em 2015. Desenvolveu o projeto de pós-doutoramento, entre a Universidade Nova de Lisboa e a Brown University, onde também foi Fulbright Visiting Scholar, sobre os regimes memoriais da guerra colonial em França e das guerras coloniais em Portugal. Atualmente, dedica-se ao estudo da literatura da I Guerra Mundial em Portugal.

Alexandre Moreli é professor de História do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Moreli tem mestrado e doutorado pelo *Institut Pierre Renouvin* da *Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne*, onde desenvolveu pesquisa sobre relações transatlânticas entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Foi o editor especial convidado dos números especiais *Global and Transnational Approaches* (vol. 30, n. 60, 2017, da *Revista Estudos Históricos*) e *Rethinking Power in Global and Transnational History* (vol. 61, 2018 da *Revista Brasileira de Política Internacional*). Atualmente, dedica-se ao estudo do prototerceiromundismo e ao desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa em diálogo com a Ciência da Computação.

Jay M. Winter é professor de História emérito *Charles J. Stille* em Yale e professor honorário da *Australian National University*. Ele é um dos fundadores do *Historial de la Grande Guerre*, em Péronne, Somme, França. Em 1997, recebeu um Emmy como co-produtor da série de televisão da BBC / PBS “The Great War and the shaping of the twentieth century”. Winter é o autor de *Sites of memory, sites of mourning: The Great War in European cultural history* (1995), *War beyond words: Languages of remembrance from the Great War to the present* (2017), e editor dos três volumes da *Cambridge History of the First World War*, publicada em 2014. Recebeu doutorados honorários da Universidade de Graz em 2010, da Universidade Católica de Leuven em 2014 e da Universidade de Paris em 2015. Em 2017 recebeu o prêmio Victor Adler do governo austríaco por uma vida dedicada à História.

Inês Tato é doutora em História e professora de Mídia e Ensino Superior em História pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Tato é pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) junto ao Instituto de História Argentina e Americana “Dr. E. Ravignani”, onde fundou e coordena o Grupo de Estudos Históricos sobre Guerra, e professora na graduação de Ciência Política da UBA e no mestrado em História da Guerra da *Universidad de la Defensa Nacional*. Ela é especialista no impacto social e cultural da Primeira Guerra Mundial na Argentina e na América Latina, tendo lançado recentemente uma pesquisa sobre a história social e cultural da Guerra das Malvinas. Suas publicações mais recentes incluem os livros *La trinchera austral. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial* (2017) e *La Gran Guerra en América Latina. Una historia conectada* (co-organizada com Olivier Compagnon, Camille Foulard e Guillemette Martín, México, 2018).

Anne Samson é uma historiadora independente. Ela é uma das coordenadoras da Associação *Great War in Africa* e Presidente do *Friends of The National Archives* em Londres. Samson doutorou-se pela *Royal Holloway*,

University of London, em 2004, tendo sua tese *Britain, South Africa and the East Africa Campaign 1914-1918: The Union comes of age* sido publicada com o mesmo título por IB Tauris em 2006. Seu livro mais recente, *World War 1 in Africa: The forgotten conflict among the European powers*, foi também publicado pela IB Tauris, em 2013.

Santanu Das é professor de Cultura e Literatura Contemporânea e *Senior Research Fellow* no All Souls College, University of Oxford, tendo feito sua formação em Kolkata e Cambridge. Ele é autor de *Touch and Intimacy in First World War Literature* (2006), de *India, Empire and First World War Culture: Writings, Images, Songs* (2018) e organizador de *Race, Empire and First World War Writing* (2012), do *Cambridge Companion to First World War Poetry* (2016) e (juntamente com Kate McLoughlin) de *First World War: Literature, Culture, Modernity* (2018). Ele foi o apresentador da série “Soldiers of the Empire” para a Radio BBC 4; está atualmente editando o *Book of Colonial Writings of the First World War* e escrevendo um livro sobre viagens ultramarinas, imaginadas e reais, dos tempos Vitorianos até a atualidade.

Dan Todman é professor de História Moderna na Queen Mary University London. Trabalha sobre a história da Grã-Bretanha durante as duas guerras mundiais. Co-editou, com Alex Danchev, os diários de guerra do marechal de campo Lord Alanbrooke. Seu primeiro livro, *The Great War, Myth Memory*, explorou como as idéias dos britânicos sobre a Primeira Guerra Mundial mudaram durante o século XX. Seus livros mais recentes, *Britain's War, Volume I and II*, e *Into Battle and A New World* exploram a história britânica da Segunda Guerra Mundial.

Vinícius Liebel é historiador pela Universidade Federal do Paraná, mestre em História pela mesma instituição e doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim (FU-Berlin). Seus estudos são focados principalmente na História Contemporânea, e suas principais

publicações são *Politische Karikaturen und die Grenzen des Humors und der Gewalt* (Budrich Unipress, 2011) e *Os Alemães* (Contexto, 2018). Atualmente realiza estágio pós-doutoral em História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde realiza estudo sobre revistas e jornais ilustrados na República de Weimar, a formatação de sua arena pública e a visualidade do campo político e da violência que o permeia. É pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF) e ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (NIEJ-UFRJ).

Annette Becker é professora da Universidade de Paris-Nanterre. Depois de se centrar principalmente na Grande Guerra, na sua comemoração, no retorno dos soldados, no aspeto humanitário e no trauma, ela tem trabalhado nos elos entre as duas Guerras Mundiais, especialmente nos muitos aspetos da ocupação e na extraordinária violência dos genocídios. Seus últimos livros foram: *Les cicatrices rouges, 1914-1918, France et Belgique occupées* (Fayard, 2010), *Biographie de guerre d'Apollinaire, 1914-2009* (Tallandier, 2009; 2014), *Voir la Grande Guerre, un autre récit* (Armand-Colin, 2014) e *Messagers du désastre, Raphael Lemkin, Jan Karski et les génocides* (Fayard, 2018). Becker faz parte do Comitê Nacional para a comemoração do centenário de 1914-1919 e de muitas exposições organizadas para esta ocasião. Coordenou a edição francesa (Fayard) da *Cambridge History of the First World War* (dirigida por Jay Winter) em 2014. Coordena com Charles Fordsick (Universidade de Liverpool) o projeto *Care for the Future* em *Dark Tourism and History of violence museums*.

Este livro foi composto em Dante MT
pela Editora Autografia e impresso
em papel offset 75 g/m².
